

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO

2012 – 2015



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Tarso Fernando Herz Genro

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Jorge Alberto Duarte Grill

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL

Carlos Pestana Neto

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. Leandro Ribeiro Fonseca

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Carlos Henrique Kaipper

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,

GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

João Constantino Pavani Motta

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO

Estilac Martins Rodrigues Xavier

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO

E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

Mauro Knijnik

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Marcelo Tuerlinckx Danéris

SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

E INCLUSÃO DIGITAL

Vera Maria Spolidoro de Cuadrado

SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS

E RELAÇÕES FEDERATIVAS

Afonso Antunes Motta



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Clóvis de Azevedo

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Ciro Carlos Enerim Simoni

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Airton Aloisio Michels

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

E DOS RECURSOS HUMANOS

Stela Beatriz Farias Lopes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA

Maurício Alexandre Dziedricki

SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO

Marcel Martins Frison

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Fabiano Pereira

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO
E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Luís Augusto Barcellos Lara

SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Márcia Elisângela Américo Santana

SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO

Dilce Abigail Rodrigues Pereira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER

Kalil Sehbe Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO

E DESENVOLVIMENTO URBANO

Luiz Carlos Ghiorzzi Busato



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Jussara Rosa Cony

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,

PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO

Luiz Fernando Mainardi

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL,

PESCA E COOPERATIVISMO

Ivar Pavan

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Luiz Roberto de Albuquerque

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO

E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Cleber Cristiano Prodanov

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Des. Leo Lima

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dep. Adão Villaverde



SUMÁRIO

MENSAGEM	11		
APRESENTAÇÃO	13		
Sobre a Elaboração do PPA Participativo 2012-2015.....	15		
1 O PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA	17		
1.1 A CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL.....	17		
1.2 A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL.....	21		
1.3 O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA.....	25		
1.4 O RIO GRANDE DO SUL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO	37		
1.5 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	42		
1.6 A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO RS COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE NEGOCIAÇÃO DE UM NOVO PERFIL DE ATUALIZAÇÃO	62		
		1.7 O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	66
		1.8 A RIGIDEZ DO ORÇAMENTO ESTADUAL.....	70
		2 O CENÁRIO PARA A PROJEÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015.....	72
		3 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO ESTADO.....	74
		LEI Nº 13.808.....	91
		ANEXO – PROGRAMAS E AÇÕES	95
		RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE	275
		PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO 2012.....	293
		CADERNO DE REGIONALIZAÇÃO	321



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM

2012 – 2015



APRESENTAÇÃO

Retomar o Desenvolvimento do Rio Grande do Sul integrado ao Projeto Nacional de Desenvolvimento – construído durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e agora da Presidenta Dilma Roussef – é o objetivo síntese deste Plano Plurianual (PPA). Retomar uma postura de indução de um Desenvolvimento Sustentável com Equidade e Participação é outro de seus objetivos.

Nos últimos anos da década anterior, o que ocorreu foi o aprofundamento da crise fiscal do governo estadual e a perda da capacidade de geração de políticas públicas necessárias para promover o desenvolvimento e para garantir os mínimos direitos de nossa sociedade, notadamente, nas áreas da educação, da saúde, da segurança pública e da assistência social, o que, associado aos baixos investimentos na infraestrutura, afastou o Rio Grande do Sul do ritmo de crescimento nacional. Este PPA Participativo orienta-se por uma mudança de postura, por uma visão desenvolvimentista.

Viabilizar a retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul em bases sustentáveis e com a redução das desigualdades regionais e sociais impõe desafios coletivos. Supõe o fortalecimento dos mecanismos de democracia representativa e de um sistema de participação cidadã e de concertação social, potencializado pelas tecnologias digitais de comunicação, desde a atuação do Gabinete do Governador, combinando as atuações de mecanismos como os Conselhos Setoriais, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Orçamento Participativo, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e a Consulta Popular.

A elaboração deste Plano Plurianual observa o objetivo de ampliar a participação popular e a integração federativa. O alinhamento das políticas públicas entre os governos Federal, Estadual e Municipais é objetivo importante do próximo período. É necessário melhorar a atuação em todos os setores da administração pública, e a maior

integração entre os instrumentos de planejamento governamental é tarefa inadiável.

O processo eleitoral de 2010 aprovou a proposta de recuperação das funções públicas do Estado, com prevenção e resolução de crises, com formas públicas democráticas de ação voltadas ao conjunto da cidadania focadas na promoção do desenvolvimento econômico e com aumento do investimento público na busca pelo crescimento a taxas equivalentes às do conjunto da economia nacional, para crescer ao ritmo do Brasil.

O PPA Participativo 2012-2015 expressa no conjunto de programas e ações a busca da equidade regional e social e pela transversalidade na ação de governo. A busca pela ampliação e qualificação dos serviços prestados, especialmente na área social é marca deste plano. São diversos os objetivos transversais apresentados aqui, temas ligados à questões sensíveis na agenda política da atualidade

O Plano Plurianual 2012-2015, fruto do esforço coletivo dos diversos setores do Governo e do intenso processo participativo realizado desde março deste ano, tem o papel de expressar esse desafio e, na sua base estratégica, nos seus programas e ações e nos objetivos transversais adiante expostos, apresenta os compromissos deste Governo organizados em torno dos quatro eixos fundamentais:

- Alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda
- Promover o desenvolvimento regional
- Elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema
- Aprimorar a cidadania, promover a paz e os valores republicanos



São esses objetivos, programas e ações que apresento como a agenda deste Governo para os próximos quatro anos, na crença de que os esforços que se fizerem segundo esta agenda conduzirão nosso Estado a um caminho de crescimento econômico ambientalmente sustentável, com redução das desigualdades regionais e sociais, além do aprimoramento dos instrumentos de participação popular e cidadã.



Sobre a Elaboração do PPA Participativo 2012-2015

O Estado do Rio Grande do Sul tem larga tradição em processos participativos, tanto no nível dos municípios quanto do próprio Estado. No período recente, após a Constituição Federal de 1988, destaca-se a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre, por demais conhecida e estudada, e a de muitos outros municípios do Estado que têm experiências também exitosas em gestão participativa.

Assim, no Estado do Rio Grande do Sul, existe a cultura da participação, não só no âmbito orçamentário ou estritamente político, como também em outras esferas da vida social - associações de bairro, clubes de mães, conselhos populares, conselhos de políticas públicas, conselhos de direitos - que, ao longo do tempo, acumulam experiências e inteligência. Essa cultura de participação e vida comunitária pode e deve ser considerada um ativo inestimável de nosso Estado.

No Governo do Estado, no período recente, foram criados mecanismos de participação e planejamento regional, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), no governo Alceu Collares, com o objetivo de discutir o desenvolvimento das diferentes regiões do Estado. Posteriormente, no governo Antônio Britto, foi criada por Lei a Consulta Popular, também com o objetivo de propiciar a participação da população na elaboração do orçamento estadual. Esse mecanismo tinha uma metodologia diferente do Orçamento Participativo, embora não tenha sido totalmente implantado. À época, previa um papel ativo para os COREDEs.

No governo Olívio Dutra, legitimado por um discurso de rompimento com o modelo neoliberal adotado pelo governo anterior, foi adotada e implantada a já reconhecida metodologia do Orçamento Participativo. A proposta do atual governo, legitimada no processo

eleitoral, é de aproveitar as experiências e metodologias existentes e agregar possibilidades criadas por recentes avanços tecnológicos e sociais, especialmente no campo da comunicação digital. Para tal, a decisão foi a de colocar os instrumentos de planejamento governamental, do Plano Plurianual à Lei Orçamentária, em processos participativos.

A proposta do Sistema de Participação Cidadã é a de aproveitar toda a inteligência até então produzida por toda e qualquer forma de participação – resoluções dos Conselhos e Conferências de políticas e de direitos, planejamento estratégico dos COREDEs, estudos de longo prazo, entre outros – agregando a questão da Participação Digital. O objetivo maior é superar os limites das formas de Participação até então vigentes e ampliar as possibilidades de que qualquer cidadão, organizado ou não em grupos ou movimentos, possa participar ativamente das decisões sobre os destinos do Estado.

De forma complementar, o Governo criou ainda o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), aproveitando a experiência do governo Lula. Sua composição é de livre escolha do Governador e tem papel consultivo, funcionando através da proposição de “Cartas de Concertação”. Além disso, para aprofundar a questão da Participação Digital, criou um Gabinete Digital, vinculado diretamente ao Governador, para tratar do relacionamento digital direto deste com a população.

O desenho do Sistema como um todo ainda está em construção, mas ações já foram desencadeadas, principalmente em relação à elaboração do Plano Plurianual 2012-2015, do Orçamento 2012, da implantação do CDES e do Gabinete Digital. Este, por si só, é um dos objetivos transversais presentes neste Plano.

O PPA 2012-2015 – Objetivos Estratégicos em Debate

Para propiciar o debate das políticas públicas do período 2012-2015 e orientar a elaboração dos programas e ações por parte das equipes técnicas dos diversos órgãos do Estado, foi produzido e



divulgado um conjunto de objetivos estratégicos. Também foram identificadas prioridades setoriais para fins de monitoramento estratégico, para a efetiva implantação das ações governamentais, processo liderado pela Secretaria-Geral de Governo. O processo participativo foi coordenado pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, em parceria com o Fórum dos COREDEs, com a Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e com o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.

Foram organizados Seminários Regionais em cada uma das nove Regiões Funcionais de Planejamento, nos quais o Governo apresentava um balanço da situação econômico-financeira do Estado, os objetivos estratégicos e ouvia a população sobre as suas necessidades e sugestões para alavancar o desenvolvimento da região. Também foi criado o Portal da Participação – www.participa.rs.gov.br, no qual a população pode apresentar, de forma aberta, suas sugestões. Todo esse material foi recolhido, analisado e usado como subsídio para a elaboração dos Programas do PPA, pelos técnicos dos diferentes órgãos do Estado, responsáveis pelas diferentes políticas públicas (Saúde, Educação, Segurança Pública, entre outras). No portal foram publicadas 1.626 manifestações (a maioria com mais de uma proposta e enviadas pelo formulário via internet), e cerca de 4.500 pessoas compareceram nas plenárias abertas.

Em cada reunião foram indicados representantes – titular e suplente – de cada região dos COREDEs para composição do Conselho do PPA. Um outro representante desse Conselho foi indicado por cada COREDE. Ainda, foram indicados representantes de cada Conselho Setorial e de Direitos, totalizando 77 representantes titulares e outros tantos suplentes. Foi apresentada uma síntese das propostas deste PPA e, a partir de comentários, mostrou-se que houve um processo de escuta. A própria implementação deste plano e dos desdobramentos regionais das políticas públicas pode nortear a atuação do Conselho do PPA no período. Além de um diálogo com o Conselho do PPA instalado, foi de grande valia o diálogo em três

momentos com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

Outros momentos importantes foram aqueles destinados à integração com o processo de elaboração do PPA da União. Foram realizados seminários e oficinas em Brasília e Florianópolis. Esse processo de integração não se acaba na formulação desta proposta de Lei. Assim como a busca por maior regionalização das ações de governo, no sentido de minorar as desigualdades regionais, o processo de integração das políticas públicas pelos entes federados é um processo contínuo.

O principal objetivo desse primeiro passo do Sistema de Participação Cidadã é a constituição de um processo de diálogo, em que a capacidade de escuta por parte dos governantes e técnicos seja uma busca cotidiana, no sentido de adequar a ação governamental às necessidades e prioridades apontadas pelos cidadãos. Como a sociedade é diversa, nem todas as proposições podem ser priorizadas ao mesmo tempo, mas as diversas contribuições foram consideradas e o compromisso com o direito à manifestação é elemento estratégico para o Governo. Tratam-se de processos que não se acabam com a elaboração de uma peça, seja deste Plano Plurianual ou das futuras Leis Orçamentárias. É uma busca constante de aprimoramento da formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.



1 O PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA

1.1 A CONJUNTURA ECONÔMICA INTERNACIONAL

A economia mundial encerrou um período de crescimento extraordinário em 2007, quando o estouro da bolha imobiliária norte-americana transmutou-se em crise financeira. No quadriênio 2004-07, o PIB global avançou, em média, à taxa de 5,0% ao ano. Entretanto, logo a seguir, em 2008, em plena crise econômica, que decorreu das dificuldades financeiras, iniciou um processo de desaceleração. Neste, a atividade econômica cresceu apenas 2,9%. A persistência da crise nos Estados Unidos, aliada à sua propagação sobre o resto do mundo, levou a economia internacional a conviver com a recessão global de 2009.

Em 2010, a economia mundial voltou a crescer 5,0% (Tabela Crescimento do Produto Interno Global Real – 2007-10), um desempenho que deve ser relativizado por conta da fragilidade da base de comparação. Esse resultado decorreu de um avanço de 3,0% nas economias avançadas e de um incremento de 7,3% no produto das economias emergentes e em desenvolvimento, denotando um descompasso perigoso para a continuidade do processo de crescimento, embora benéfico à inserção internacional brasileira.

Tabela – Crescimento do Produto Interno Global Real (2007-10)

Exercícios	Em %			
	2007	2008	2009	2010
Produto Mundial	5,4	2,9	-0,5	5,0
Economias Avançadas	2,7	0,2	-3,4	3,0
Estados Unidos	1,9	0,0	-2,6	2,8
Zona Euro	2,9	0,4	-4,1	0,7
Japão	2,4	-1,2	-6,3	3,9
Economias Emergentes e em desenvolvimento	8,8	6,1	2,7	7,3
Brasil	6,1	5,2	-0,6	7,5
China	14,2	9,6	9,2	10,3
Índia	9,9	6,2	6,8	10,4

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Oficialmente, a recessão norte-americana começou em dezembro de 2007 e acabou em julho de 2009. Depois de dois anos de crise, os Estados Unidos registraram um avanço do PIB de 2,8% em 2010. As restrições no mercado de trabalho se mantiveram, e a taxa de desemprego alcançou 10,0%, evidenciando que a recuperação da economia era incompleta. O incremento de 0,7% no PIB da Zona Euro no exercício passado ocorreu após um biênio (2008-09) de desempenho pífito. No Japão, o avanço de 3,9% no PIB em 2010 ocorreu após o produto ter recuado em 2008 (-1,2%) e em 2009 (-6,3%), ao longo de uma profunda recessão.

Ao contrário do Brasil, cujo PIB recuou 0,6% em 2009, a China e a Índia cresceram ininterruptamente no biênio 2008-09. E, em 2010 (Tabela anterior), quando as economias emergentes e em desenvolvimento registraram avanços expressivos, os incrementos no PIB do Brasil (7,5%), da China (10,3%) e da Índia (10,4%) foram determinantes para que a economia mundial se recuperasse e voltasse a crescer.

Estima-se, segundo o FMI, que o PIB mundial poderá crescer 4,3% no corrente ano e 4,5% no próximo exercício (Tabela Crescimento do Produto Interno Global Real – 2011-12). A publicação



de junho praticamente mantém as previsões do aumento do produto global, apresentadas na edição de abril do Panorama Econômico Global (*World Economic Outlook – WEO*). Como mudança, houve apenas o recuo de 0,1%, de 4,4% para 4,3%, na previsão do crescimento mundial no corrente ano.

Conforme o FMI, a retomada global, iniciada em 2010, pode se consolidar a partir de 2011 devido ao crescimento das economias avançadas. Elas devem crescer 2,2% nesse ano e 2,6% no próximo exercício. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, estima-se a redução da taxa de crescimento quando comparada ao ano passado. Elas poderão crescer 6,6% em 2011 e 6,4% em 2012.

Todavia, paira sobre o cenário internacional uma séria ameaça à retomada global, devido ao comportamento dos preços de *commodities* e do impacto que possa gerar sobre a inflação. O preço do barril de petróleo, que durante um período se manteve na casa dos US\$ 75,00, se deslocou a um novo patamar, provocando um descolamento das cotações dos preços do barril no Mar do Norte (*Brent*) e em Nova York (*Light Sweet*). E, assim, a cotação do Brent alcançou um nível superior a US\$ 120,00, movimento que foi acompanhado por *commodities* agrícolas e minerais. Dessa forma, a pressão sobre os preços tornou-se uma realidade e provocou um temor que a ameaça da inflação levasse as autoridades a optarem por uma elevação das taxas básicas de juros, no exato momento em que a economia internacional convivia com um processo incipiente de retomada da atividade econômica e um sistema financeiro extremamente fragilizado.

Tabela – Crescimento do Produto Interno Global Real (2011-12)

Exercícios	Em %	
	2011	2012
Produto Mundial	4,3	4,5
Economias Avançadas	2,2	2,6
Estados Unidos	2,5	2,7
Zona Euro	2,0	1,7
Japão	-0,7	2,9
Economias Emergentes e em desenvolvimento	6,6	6,4
Brasil	4,1	3,6
China	9,6	9,5
Índia	8,2	7,8

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, junho de 2011

O cenário para que o PIB mundial cresça 4,3% em 2011 implica em avanço de 2,5% na economia norte-americana. Os Estados Unidos convivem com duas restrições, que se agravaram durante a gestão Obama: a taxa de desemprego elevada e a dívida pública no limite permitido pela legislação em vigor. Em um primeiro momento, a taxa de desemprego se expandiu e atingiu o patamar de 10,0% para depois recuar para o nível de 8,9% e estabilizar em torno dos 9,0% nos últimos meses, interrompendo o aumento da ocupação no mercado de trabalho. Trata-se de patamar extremamente elevado para os padrões apresentados por aquela economia no pós-guerra, agravado pelos quase quatro anos de duração de níveis elevados de desemprego sem uma recuperação significativa, a demonstrar a gravidade da crise atual. Para enfrentar a recessão e o desemprego, as autoridades optaram desde o início da crise por injetar liquidez na economia, a aquisição de títulos identificada como a operação *Quantitative Easing (QE)*. Uma segunda operação dessa natureza, a *QE2* foi executada a partir de novembro de 2010, quando o Governo adquiriu US\$ 600 bilhões em títulos públicos. Posteriormente à operação *QE2*, que provocou uma “guerra de moedas” em âmbito internacional, porque as taxas básicas de juros encontravam-se entre zero e 0,25% e os dólares fluíram para



os mercados onde as condições fossem mais favoráveis, houve a eleição de meio termo nos Estados Unidos, oportunidade em que o governo democrata perdeu a maioria que detinha na Câmara de Representantes.

Ao longo da sua gestão, o Presidente Obama aprovou uma importante reforma do Sistema de Saúde, mas provocou uma forte polêmica entre democratas e republicanos, entre defensores e críticos da proposta aprovada. O resultado foi obtido com uma margem extremamente reduzida. Desde então, os republicanos partiram para tolher qualquer iniciativa que buscasse expandir o nível de endividamento do País. Em várias oportunidades, o teto da dívida esteve prestes de ser alcançado, e a esfera pública paralisada, mas negociações de última hora impediram que tal situação se confirmasse obtendo, dessa forma, um prazo adicional para a solução definitiva do impasse o qual, no entanto, remanesce, agravando a incerteza quanto ao futuro da recuperação nos Estados Unidos.

Atualmente, a atividade econômica vem se debilitando progressivamente e levantando suspeitas que as autoridades monetárias fossem recorrer a uma operação QE3. O diretor do Sistema de Reserva Federal (FED) norte-americano, Ben Bernanke, tem negado sistematicamente que irá optar por semelhante iniciativa, posição relativizada em recente pronunciamento. A solução para o problema do teto do endividamento nos Estados Unidos assumiu um novo contorno à medida que houve o primeiro debate entre os sete primeiros candidatos, em New Hampshire, que se apresentaram às prévias para a definição do candidato republicano que irá enfrentar Barack Obama nas eleições do próximo ano.

Na Europa, após a recessão de 2009 e o crescimento pífio de 2010, a expectativa é de que o PIB da Zona Euro avance 2,0% no corrente ano e 1,7% em 2012 (Tabela anterior). No Velho Continente, as autoridades convivem com uma crise de endividamento público, causada tanto pelos sucessivos pacotes de salvamento do setor bancário quanto pela queda na arrecadação de impostos, que vem afetando diversas economias do bloco. Inicialmente, e por um longo

período, o bloco conhecido pela sigla PIIGS, formado por Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, esteve no foco da conjuntura europeia. Os endividamentos crescentes associados aos déficits públicos expressivos levaram as empresas de análise de risco a rebaixarem as notas das dívidas de alguns países do Velho Continente, processo que segue perigosamente em curso.

Desde então, houve pressão do mercado para aumento dos juros na rolagem das dívidas desses países. A situação se agravou a tal ponto que houve uma operação de resgate por parte da União Europeia para amparar a Irlanda e, posteriormente, uma iniciativa semelhante para atender a Grécia. O ambiente era adverso porque envolvia interesses dos bancos dos países endividados paralelamente à presença de intermediários financeiros alemães e franceses. Com o passar dos meses, houve necessidade de se conceber uma segunda operação de resgate à Grécia. O quadro se agravou porque o mercado passou a exigir rendimentos mais elevados para a rolagem da dívida, e o governo de Berlim impôs novos compromissos de ajuste por parte do governo de Atenas.

Atualmente, a demora em obter um acordo entre as partes levou o ministro das Finanças da Alemanha, Wolfgang Schäuble, a propor uma moratória de sete anos para que a Grécia reestruture a sua dívida. Os atores políticos se dividiram no contexto europeu à medida que o governo de Berlim propunha uma reestruturação completa e obrigatória da dívida grega, enquanto o Banco Central Europeu (BCE) era de parecer que a participação do setor privado deveria ser voluntária e rejeitava qualquer hipótese de calote por parte do governo de Atenas. A solução do impasse passou por novos ajustes das finanças gregas, exigências que implicavam acordo político com a oposição. As manifestações populares contra a formulação de qualquer negociação tomaram proporções maiores, ao mesmo tempo em que se tornou imprescindível que se chegue a algum acordo em um prazo extremamente reduzido, não se descartando a possibilidade, cada vez mais provável, de um *default*, ainda que parcial e ordenado, da dívida pública grega, com reflexos negativos para os bancos franceses e alemães e para os demais países da União Europeia.



Além de buscar uma solução para o endividamento grego, as autoridades europeias convivem com outra adversidade não menos importante. Há uma divergência de posicionamento em torno da política monetária de Bruxelas e de Washington. Ao contrário dos Estados Unidos, onde a taxa básica encontra-se no patamar de zero a 0,25%, na Europa elas já ultrapassaram o nível de 1,0%. Os Estados Unidos pretendem manter a taxa básica em nível diminuto porque a recuperação da economia é débil; ao contrário, o Banco Central Europeu pretende elevar os juros no curtíssimo prazo por causa do impacto do avanço do preço de *commodities* sobre a inflação. Uma causa subjacente dessa postura, que vem levando a uma contração monetária na UE, é a dependência do sistema financeiro europeu do *funding* estrangeiro, especialmente dos EUA, o que faz com que uma desvalorização abrupta do euro possa ter consequências financeiras desastrosas para os bancos da região. Essa falta de coordenação entre as políticas monetárias nos dois lados do Atlântico deve provocar muita especulação nesse final de 2011 e durante o ano de 2012.

No Japão, o Panorama Econômico Global do FMI já previa uma recessão para 2011 (Tabela Crescimento do Produto Interno Global Real – 2011-12) e uma recuperação da atividade econômica em 2012. Entretanto, com o terremoto em Fukushima os analistas econômicos passaram a trabalhar com a hipótese de um impacto maior sobre a economia, tendo em vista que o terremoto de Kobe provocou reação semelhante nos anos 1990. Todavia, com o *tsunami* e o desastre nuclear que veio a seguir, houve uma mudança de perspectivas sobre as possibilidades do primeiro ministro japonês Naoto Kan em alcançar alguma melhora na economia japonesa no curto prazo. O impacto sobre as cadeias produtivas, inclusive automóveis, aprofundou o quadro recessivo, situação que se mantém até o presente. Em Fukushima, os desdobramentos da explosão dos reatores sobre o meio ambiente continuam produzindo efeitos desastrosos sobre a saúde da população e sobre a economia da região.

Entre as economias emergentes que contribuíram decisivamente para que a recessão mundial de 2009 não fosse mais

profunda, a principal dúvida que se mantém entre os analistas econômicos está relacionada à capacidade da China e da Índia em debelarem o avanço da inflação que ameaça a estabilidade econômica dos dois países. Trabalhando com uma moeda subvalorizada e com a economia voltada para o exterior, a China deve alterar as suas políticas econômicas de acordo com as declarações recentes das autoridades de Beijin. Os chineses devem priorizar a mudança no ritmo de crescimento econômico e o fortalecimento do mercado interno até meados da década. Mesmo com discursos direcionados à mudança, os números apresentados pelo FMI evidenciam que a China crescerá 9,6% em 2011 e 9,5% em 2012 e que a Índia avançará 8,2% no corrente ano e 7,8% no exercício seguinte.

Tanto a China como a Índia têm enfrentado dificuldades para reduzirem o ritmo de crescimento econômico. O controle da inflação está na ordem do dia nos governos dos dois países. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na Índia alcançou o patamar de 13,2% em 2010, e há previsão de que atinja os níveis de 7,5% (2011) e 6,9% (2012). É fundamental que as autoridades de Nova Délhi priorizem efetivamente o ritmo de queda do nível dos preços, tendo em vista que o IPC estava acima de 13% no ano passado.

Com relação à Beijin, no final do ano passado, os preços dos alimentos já haviam subido 5,1% nos últimos doze meses. O que se percebe é que a cada mês que passa, em que pese todas as medidas adotadas – as quais consistem, dentre outras, no aumento nos depósitos compulsórios, na elevação das taxas de juros e na restrição ao crédito –, o IPC continua em trajetória ascendente na China. O FMI previu IPC de 5,0% em 2011 e de 2,5% para 2012. Porém, a última informação disponível para o mês de abril mostra um avanço de 0,2% no IPC que, acumulado em 12 meses, evidencia um incremento de 5,5%. Dessa forma, há um comportamento divergente do IPC efetivo (5,5%) para o IPC esperado (5,0%). Em artigo recente, publicado no jornal *Financial Times*, Wen Jiabao afirmou que a inflação está sob controle na China. Esse fato gerou otimismo entre os investidores, mas é preciso monitorar o comportamento da inflação nos próximos meses para verificar se a previsão de Wen se confirma.



1.2 A CONJUNTURA ECONÔMICA NACIONAL

Desde que a economia nacional retomou o crescimento econômico em 2003, o Brasil tornou-se um país grau de investimento, obteve saldos comerciais expressivos, elevou o nível de reservas internacionais, consolidou a estabilidade econômica, reduziu a concentração de renda, minimizou a taxa de desemprego, fortaleceu o mercado interno, combateu a miséria, alterou a distribuição da população por classes socioeconômicas, obteve grande projeção global, ingressou no G-20 e evidenciou participações reconhecidas em diferentes foros internacionais.

Durante o período (2004-07), no qual a economia internacional cresceu em média 5,0% ao ano, o Brasil se beneficiou de um cenário externo benigno. O controle da inflação e a inserção social das classes D e E no mercado de consumo foram, entre outros, alguns dos avanços significativos do modelo brasileiro de desenvolvimento a partir das políticas econômicas colocadas em prática pelo governo da União.

Tabela – Crescimento do Produto Interno Global Real (2007-10)

Exercícios	2007	2008	2008	2010
Produto Mundial	5,4	2,9	-0,5	5,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	8,8	6,1	2,7	7,3
Brasil	6,1	5,2	-0,6	7,5

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Ao contrário da experiência em décadas passadas, nas quais o País não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento global, no biênio 2007-08 o Brasil cresceu mais que o Produto Mundial. No início

de 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de incrementar o ritmo de desempenho da economia brasileira face à iniciativa de destinar R\$ 503,9 bilhões para investimentos com ênfase em energia e em infraestrutura social e urbana no próximo quadriênio. Em 2007, o PIB nacional avançou 6,1% contra um incremento de 5,2% do PIB global. No ano seguinte, a diferença de desempenho foi ainda maior, ou seja, o Brasil cresceu 5,2% enquanto o mundo registrou um incremento de apenas 2,9%.

Ainda em 2009, o ano da Grande Recessão, a queda no PIB do Brasil (-0,6%) acompanhou o recuo do Produto Mundial (-0,5%), todavia a rapidez com que o Governo reagiu ao impasse fez com que o País apresentasse um crescimento aos moldes chineses no primeiro semestre de 2010. Iniciativas ousadas nos setores da indústria automobilística, da construção civil e dos bancos e intermediários financeiros viabilizaram um avanço (7,5%) da economia brasileira que contribuiu, juntamente com os esforços da China e da Índia, para que a recessão mundial não se repetisse no exercício passado. Em âmbito local, o Governo adotou outras medidas complementares para estimular o crescimento econômico. Dentre elas, destacam-se as medidas adotadas para impulsionar o setor de bens de capital e para o segmento de motocicletas.

Em âmbito setorial, utilizando como fonte o IBGE, constata-se, através da Tabela Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto, que o País conviveu com um biênio de crescimento intenso. Nesse período, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária registrou incrementos de 4,8% (2007) e 6,1% (2008), o da Indústria evidenciou avanços de 5,3% (2007) e 4,1% (2008) e o setor de Serviços cresceu 6,1% (2007) e 4,9% (2008). Em 2009, ano da Grande Recessão, houve quedas no VAB da Agropecuária (4,5%) e da Indústria (6,6%), mas que foram, em parte, compensadas por um crescimento do setor de Serviços (2,2%), evitando, dessa forma, que o País fosse atingido por uma queda abrupta no crescimento econômico, nos moldes do que ocorreu entre as Economias Avançadas.



Tabela – Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto

Brasil				
SETOR	2007	2008	2009 (1)	2010 (1)
PIB	6,1	5,2	0,7	7,5
VAB	5,8	4,8	-0,6	6,7
Agropecuária	4,8	6,1	-4,5	6,5
Indústria	5,3	4,1	-6,6	10,3
Serviços	6,1	4,9	2,2	5,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativas preliminares.

Em 2010, o Governo lançou o PAC2, o Programa de Aceleração do Crescimento em sua segunda versão, com investimentos previstos de R\$ 1,59 trilhão. Nessa oportunidade, os recursos estavam voltados para atender os programas “Água e Luz para todos”, “Cidade melhor”, “Comunidade cidadã”, “Minha casa, minha vida”, além dos setores de energia e de transportes.

Deslocando o foco para a análise dos setores da economia brasileira, verifica-se que, no exercício passado, o País conviveu com acelerado ritmo de crescimento, quando a Indústria (10,3%) liderou o avanço do VAB brasileiro (6,7%). Embora não tenham acompanhado no mesmo ritmo o impressionante incremento da atividade industrial, o VAB da Agropecuária (6,5%) e VAB do Setor de Serviços (5,4%) registraram excelentes desempenhos.

A safra 2010-11, estimada pela CONAB em 162,05 milhões de toneladas de grãos em 49,49 milhões de hectares deve ser recorde na história da agricultura nacional. Os números previstos representam um incremento de 8,6% sobre a safra anterior e uma presença maior no mercado externo. Os avanços dos preços externos aliados ao aumento na área plantada explicam o comportamento excepcional do setor primário da economia brasileira. Dessa forma, os resultados

obtidos implicarão, entre outras ações, a realização de novos investimentos em tecnologia por parte do produtor rural.

Os números da safra 2010-11, por produto da agropecuária nacional e em milhões de toneladas, atingiram as quantidades de 12,50 (arroz), 3,51 (feijão), 52,85 (milho), 68,72 (soja), 5,30 (trigo), 12,11 (carne de frango), 9,16 (carne bovina), 3,38 (carne suína), 1,58 (algodão em pluma), 750,11 (cana-de-açúcar), 3,24 (café) e 19,36 (suco de laranja).

Em âmbito externo, as cotações das commodities agrícolas registraram avanços expressivos nos últimos doze meses, contribuindo para que a agricultura brasileira atingisse esse novo patamar na produção de grãos. Em termos de valores, as cotações médias mensais em junho de 2011 perante as cotações médias mensais em junho de 2010 nas Bolsas de Nova Iorque e de Chicago evidenciaram valorizações no milho (97,39%), no algodão (72,14%), no café (71,28%), no açúcar (60,53%), no trigo (57,15%), na soja (45,16%) e no suco de laranja (28,58%).

Estatísticas recentes do Ministério da Agricultura e da CONAB mostram que o Brasil detém participações relativas expressivas no comércio mundial dos produtos agropecuários. Na agricultura, na safra 2010-11, as participações da produção nacional no comércio global alcançaram os níveis de 54,8% (arroz), 36,1% (café verde em grão), 30,8% (soja em grão), 23,3% (farelo de soja), 15,2% (óleo de soja) e 9,6% (milho); na pecuária, atingiram os patamares de 44,0% (carne de frango), 28,0% (carne bovina) e 10,1% (carne suína).

Entretanto, nessa passagem do primeiro para o segundo semestre do corrente ano já se percebe que a nuvem de incerteza que cobre o cenário externo tem levado os fundos de investimentos a reduzirem as suas apostas nas altas das commodities agrícolas. Quanto à pecuária, é importante destacar o impacto negativo do embargo russo às exportações brasileiras. Já as exportações brasileiras de carne de frango registraram aumento de volume de 1,8 milhão de toneladas no primeiro semestre de 2010 para 1,93 milhão de



toneladas em período semelhante de 2011. Os destinos das exportações brasileiras de carne de frango foram, por ordem de volume, a Arábia Saudita (296,9 mil toneladas), a União Europeia (240,4 mil toneladas), o Japão (224,6 mil toneladas), Hong Kong (159,9 mil toneladas) e os Emirados Árabes (112,9 mil toneladas).

O desempenho da agropecuária nacional deve ser ainda mais valorizado porque as nações que concorrem em produzir alimentos com o Brasil convivem com subsídios agrícolas elevadíssimos e crescentes. Um estudo recente da OCDE para o período 2009-10 evidencia que o suporte ao produtor atingiu US\$ 227,2 bilhões nos países que compõem a OCDE, US\$ 147,0 bilhões na China, US\$ 101,3 na União Europeia, US\$ 25,5 bilhões nos Estados Unidos, US\$ 15,5 bilhões na Rússia e US\$ 7,1 bilhões no Brasil.

Os resultados desse desempenho da economia em 2010 podem ser percebidos também nas alterações de movimentos dos estratos sociais na distribuição da população brasileira. A nova configuração da distribuição da população por classe tomou a forma de um losango em substituição à antiga pirâmide. Somente no exercício passado, dos 31 milhões de brasileiros que avançaram de uma classe social para outra, 19 milhões deslocaram-se das classes D e E em direção à classe C.

A posse da nova Presidenta do Brasil coincidiu com um período de crise generalizada em âmbito internacional. Desemprego nos Estados Unidos, endividamento na Europa, recessão no Japão e inflação na China e na Índia atingiram economias avançadas e economias emergentes importantes. A pauta do Governo que iniciou em janeiro foi direcionada para assegurar a estabilidade econômica, promover o mercado interno, intensificar o pré-sal, ajustar as finanças públicas, avançar na melhora da infraestrutura, reforçar a competitividade do produto nacional e enfrentar a “guerra das moedas”, expressão cunhada pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Em 2011, a Indústria brasileira avançou 4,5% no acumulado dos últimos doze meses até maio, de acordo com os dados divulgados

no site do IBGE. Atualmente, há um processo de desaceleração no setor. A taxa anualizada dos últimos doze meses até abril havia alcançado um incremento de 5,4% sobre os mesmos doze meses do exercício imediatamente anterior. Já na comparação dos primeiros cinco meses do corrente ano sobre igual período do exercício passado, a Indústria nacional registrou incremento de 1,8%.

Redirecionando o foco da análise para o futuro e recorrendo à publicação Panorama Econômico Global do FMI, o Brasil deverá crescer 4,5% em 2011 e 4,1% em 2012 (Tabela anterior). A agenda da Presidenta Dilma Rousseff deve alcançar e, muito provavelmente, superar as estimativas daquela Instituição para o biênio em curso. De acordo com a apresentação recente do Ministro Guido Mantega, a previsão de crescimento do Brasil para o próximo quadriênio é maior do que as estimativas do Fundo Monetário Internacional. Em palestra intitulada *Brazilian Economic Outlook* no simpósio *Brazil Investment Opportunities*, realizado em Londres, no dia 5 de julho corrente, o Ministro da Fazenda destacou que depois do País ter registrado um incremento médio anual do PIB de 1,7% no período 1998-2002, e que avançou para 4,0% ao ano no período 2002-10, deverá crescer ainda mais, para 5,1% ao ano entre 2011 e 2014.

Tabela – Crescimento do Produto Interno Global Real (2011-12)

Exercícios	2011	2012
Produto Mundial	4,3	4,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,6	6,4
Brasil	4,5	4,1

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Caso concretizado, esse desempenho viabilizará que o País avance duas posições à frente no *ranking* global das maiores



economias. De acordo com estudo do FMI, o Brasil ocupa atualmente a sétima posição o ranking, com um PIB de US\$ 2,422 trilhões, e fecharia o exercício de 2016 na quinta posição com um Produto da ordem de US\$ 3,303 trilhões.

Paralelamente ao recrudescimento da inflação no Brasil, o Fundo previu que o IPC alcançará o patamar de 6,3% no corrente ano (Tabela anterior). Ciente da ameaça à estabilidade e com uma sincronia adequada entre as atividades desenvolvidas no Ministério da Fazenda e no Banco Central, no âmbito da política fiscal e da política monetária, percebe-se que a inflação começou a ceder no final do primeiro semestre do corrente exercício. Isso só foi possível a partir da perfeita convergência nos discursos e nas ações das diversas autoridades econômicas do País.

Tabela – Comportamento do Índice de Preços ao Consumidor (2010-12)

Exercícios	2010	2011	2012
Produto Mundial	5,4	2,9	-0,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	8,8	6,1	2,7
Brasil	6,1	5,2	-0,6

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Dentre essas, as medidas adotadas para reduzir os gastos públicos contribuíram para conter o recrudescimento da inflação, embora a forte determinação externa da mesma e sua relação com a elevação nos preços das commodities e a política monetária dos EUA. Por sua vez, as decisões no âmbito do câmbio e das exportações amenizaram a pressão sobre o real para impedir que houvesse uma valorização adicional, impedindo, dessa forma, uma queda ainda maior na competitividade do produto nacional. Por fim, as questões pontuais em debate no território nacional a partir da iniciativa do Governo no

âmbito da reforma tributária – unificação da legislação do ICMS e redução da carga tributária sobre a folha de pagamentos – evidenciam que o Governo optou por avançar em tópicos específicos ao invés de apostar em medidas mais amplas, as quais implicariam um prazo muito longo para concretizar as necessárias negociações políticas.

Mantendo o foco no futuro, agora em âmbito setorial, é oportuno lembrar que o governo federal lançou no mês de junho o Plano Safra 2011-12 no valor de R\$ 107,2 bilhões, correspondendo um incremento de 7,2% sobre o Plano Safra 2011-10. O documento está inserido na visão de longo prazo que se encerra no início da próxima década, ou seja, em 2020-21. Desse total, R\$ 20,5 bilhões destinam-se a investimentos. Há R\$ 64,1 bilhões para custeio com juros de 6,75% ao ano. No programa do médio produtor, os juros ficam reduzidos a 6,25% ao ano. Destaques para a renovação de pastagens e retenção de matrizes na pecuária e para os estímulos à produção de cana-de-açúcar e à citricultura na lavoura.

No mesmo mês de junho, o Governo adiou para o início de julho o lançamento do Plano da Safra da Agricultura Familiar 2011-12 no valor de R\$ 16 bilhões. Visando alcançar a produção sustentável, a iniciativa da esfera pública pretende atender as demandas de aquisição de alimentos (R\$ 760 milhões), de garantia de preços com novos limites de R\$ 7 mil por produtor, de seguros (o equivalente a R\$ 4 mil do nível de renda, além dos recursos utilizados para o custeio), de assistência técnica e extensão rural (R\$ 160 milhões) e de R\$ 12 mil por produtor no PRONAF Jovem.

A visão de longo prazo que orienta a ação setorial da agropecuária no planejamento governamental prevê a elevação das quantidades produzidas para a safra 2020-21, em milhões de toneladas, para os patamares de 13,74 (arroz), 3,82 (feijão), 65,54 (milho), 86,53 (soja), 6,15 (trigo), 15,74 (carne de frango), 11,35 (carne bovina), 4,09 (carne suína), 2,34 (algodão em pluma), 934,59 (cana-de-açúcar), 4,24 (café) e 23,51 (laranja).



De acordo com essas projeções, as participações dos produtos da agropecuária nacional no comércio mundial avançarão, entre as safras 2010-11 e 2020-12, de 30,8% para 33,2% (soja em grão), de 9,6% para 12,0% (milho), de 28,0% para 30,1% (carne bovina), de 10,1% para 11,6% (carne suína) e de 44% para 49,0% (carne de frango). Ao mesmo tempo, permanecerão estáveis as participações no café verde em grão (36,1%) e no açúcar (54,8%), haverá reduções de 23,3% para 21,9% (farelo de soja) e de 15,2% para 14,1% (óleo de soja).

No âmbito do setor secundário o governo vem tomando decisões no sentido de defender a indústria nacional, desonerando-a e tornando-a mais competitiva. O comportamento da Indústria nacional tem sido moderado nesse primeiro cinco meses de 2011 contra igual período do ano anterior. De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, no período janeiro a maio de 2001 a produção avançou 1,8% em comparação com janeiro a maio de 2010. O Espírito Santo (13,4%), o Rio de Janeiro (3,5%), São Paulo (2,6%), Minas Gerais (2,5%) e o Rio Grande do Sul (2,3%) foram os Estados que apresentaram os melhores desempenhos, enquanto o Ceará (-9,8%) e a Bahia (-6,7%) conviveram com os piores resultados nesse período. A produção de têxteis (-11,9%) no Ceará e em Santa Catarina e de calçados e artigos de couro (-7,0%) no Ceará contribuíram, decisivamente, para o comportamento sofrível de ambos os Estados nos primeiros cinco anos do corrente exercício quando comparados a período semelhante de 2010.

Paralelamente, utilizando-se como fonte a Confederação Nacional da Indústria, percebe-se que o faturamento geral da Indústria diminuiu em 1,3% em maio sobre abril, embora tenha apresentado incremento de 6,7% sobre maio do ano passado. A capacidade instalada da Indústria avançou de 82,2% em abril para 82,4% em maio de 2011, embora esteja abaixo de 82,8% que era o patamar vigente em maio de 2010.

1.3 O DESEMPENHO DA ECONOMIA GAÚCHA

Sobre a história recente da economia gaúcha

Há um debate sobre a trajetória da economia gaúcha, muito marcado pela questão da participação relativa da economia estadual no contexto nacional, especialmente quando se constatam perdas relativas nessa participação. Esse fato induz diversos posicionamentos em relação a possível perda de dinamismo da economia gaúcha *vis-à-vis* o processo de crescimento da economia brasileira. Alimenta esse debate o fato inequívoco de que o PIB estadual, no período 2002-2010, acumulou uma taxa de crescimento de 25,1% contra 36,4% do País, tendo sua participação se reduzido de 7,14%, no início, para 6,52% no final do período. Na sequência apresentam-se algumas considerações sobre essa questão, utilizando-se uma série histórica maior.

A participação relativa do Rio Grande do Sul no contexto produtivo brasileiro já é destacada desde a primeira metade do século passado, não somente fruto da produção agropecuária, mas também por apresentar um processo de modernização capitalista, fruto também do que autores caracterizam como uma verdadeira “Revolução Burguesa”, na primeira metade do século XX, induzida pela constituição de um Estado Moderno (até os anos 30 em uma situação de autonomia federativa). Essa experiência foi referência para a constituição de um Estado Moderno no Brasil de cunho desenvolvimentista. Para caracterização desse período, pode-se citar, entre outras, obras de: Fonseca, 1987; Targa, 2010 e Winckler e Faria, 2010.

Uma característica marcante do processo de desenvolvimento brasileiro foi a elevada concentração econômica ocorrida na Região Sudeste e, de maneira mais específica, em São Paulo. Esse fenômeno tornou-se ainda mais acentuado à medida que se afirmava a acumulação do capital no setor industrial no País.

A partir da metade da década de 70, entretanto, passou-se a assistir a um lento, porém contínuo, movimento de desconcentração



espacial na economia brasileira. Esse movimento, mesmo sem apresentar a intensidade suficiente para alterar substancialmente os diversos níveis de concentração regional da renda então existentes, parecia consistente no sentido de indicar uma reversão na tendência secular desse processo. As razões que motivaram essa mudança na trajetória espacial da economia brasileira, principalmente no período 1975-1985, foram objeto de inúmeras análises na literatura sobre desenvolvimento regional, podendo-se citar, entre outras, as de: Diniz e Lemos, 1991; Azzoni, 1986; Araújo, 1994; e, Diniz e Santos, 1993.

De forma geral, esse processo, tanto no seu aspecto inter-regional quanto intrarregional, orientou-se para uma convergência em torno da média do produto interno nacional. Desse modo, a Região Sudeste perdeu posição relativa em relação às de menor produto *per capita*, o mesmo ocorrendo no interior da Região, tendo São Paulo e Rio de Janeiro diminuído suas participações no PIB, enquanto Minas Gerais e Espírito Santo tiveram aumento. No que se refere à Região Sul, observa-se um pequeno aumento de participação até a metade da década de 70, seguido de uma queda em 1980 e de um leve aumento em 1985 que, todavia, não foi suficiente para retomar o patamar de 1975. O Rio Grande do Sul, que em 1970 possuía um produto *per capita* mais elevado do que o do País, seguiu o padrão nacional já referido: apresentou aumento de participação até 1975 e declínio na sua fatia do PIB brasileiro a partir desse ano (NETO, 1995). A perda mais acentuada ocorreu na agropecuária que, em 1970, respondia por aproximadamente 16% do produto interno do setor no Brasil e reduziu sua participação para 9,3%, em 1985. O setor industrial sofreu igualmente uma perda no período, mas com intensidade bem menor, passando de 7,5% na geração do produto industrial brasileiro, em 1975, para 6,9% em 1985 (BANDEIRA, 1995).

Pode-se concluir, portanto, que a trajetória da economia estadual nesse período não apresenta nenhuma especificidade, uma vez que reproduz com bastante aderência o padrão de desconcentração regional que caracterizou a economia brasileira. Ou seja, ao menos no nível em que são feitas estas observações, dificilmente poder-se-ia atribuir a perda de participação no PIB nacional

a um processo de crise particular vivenciada pela economia gaúcha. Mesmo assim, sempre que o Rio Grande do Sul registra taxas de crescimento inferiores às verificadas no País, e em algumas ocasiões às de outros estados da Federação, tem sido recorrente o debate sobre a possibilidade de o Estado estar submetido a uma crise particular de dimensões estruturais.

O período 1985-2009

A partir do final dos anos 80 até, praticamente, o final da década de 90, a avaliação sobre a continuidade desse processo e as consequências daí advindas para o Rio Grande do Sul ficou bastante prejudicada pela carência de estatísticas confiáveis posteriores a 1985, data do último Censo Econômico. Essa situação agravou-se pelo verdadeiro desmonte do Sistema Nacional de Estatística efetuado pelo Governo Collor que, praticamente, inviabilizou a produção e a divulgação de informações pelo IBGE. Em razão disso, com base na extrapolação da tendência até então verificada, várias análises apontaram que o Rio Grande do Sul havia entrado em uma trajetória de perda de participação no contexto nacional e que esse fenômeno havia se acentuado no transcorrer dos anos 90. Essa circunstância acabou por radicalizar a ideia de que a perda de dinamismo da economia gaúcha, *vis-à-vis* o País e outros estados brasileiros, era o resultado lógico da crise fiscal que comprimira a capacidade de investimentos do Governo estadual¹.

A retomada do Sistema Nacional de Estatísticas, em 1999, significou a possibilidade de se dispor não só de séries mais fidedignas de PIBs dos estados, como também de segurança para se proceder a uma avaliação mais confiável do desempenho das economias estaduais, tendo em vista a homogeneidade da metodologia utilizada. Uma consequência da divulgação dessas informações foi a constatação de que não havia qualquer evidência mais consistente que

¹ A esse respeito, ver Lima, 1997.



validasse a tese de que o Rio Grande do Sul estivesse vivenciando, ao menos com a intensidade pretendida por alguns analistas, o esgotamento de seu processo de crescimento.

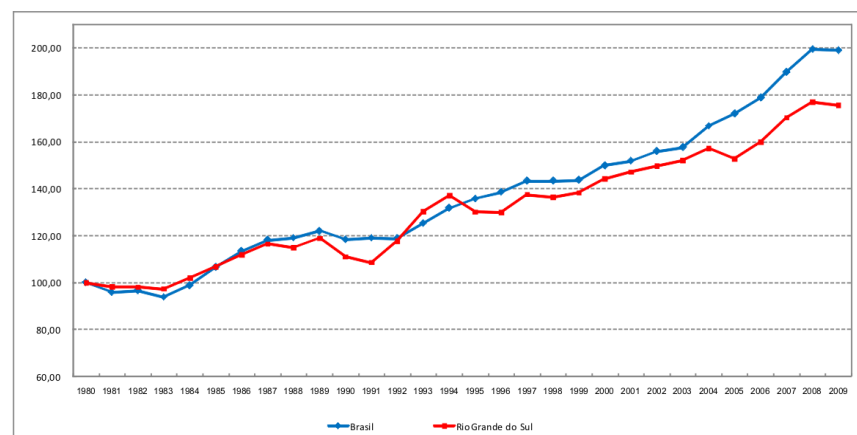
De certo modo, a dificuldade para a demonstração dessa tese implicou que fosse abandonada a relação de causalidade entre crise fiscal-crise econômica e ganhasse força um novo enfoque, segundo o qual a economia gaúcha, apesar da crise fiscal, ainda lograria acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional. Isso não significaria desconhecer que, no longo prazo, a retração dos investimentos públicos implicaria a perda de competitividade sistêmica da economia estadual e, como consequência, um encolhimento na sua taxa de crescimento.

A revisão da série do PIB para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, referente ao período 2003-2009, realizada pelo IBGE e pela FEE, retoma, de algum modo, essa discussão, ao mostrar uma diminuição na participação do Estado no produto do País nesse período. É precisamente a disponibilidade dessas novas informações que enseja as observações feitas na sequência. Longe de se ter a pretensão de chegar a qualquer posição mais definitiva sobre uma questão tão controversa, o que se busca é somente adequar o debate a dados mais consistentes com a realidade².

O Gráfico a seguir permite visualizar as trajetórias dos Índices de Volume do PIB do Brasil e do Rio Grande do Sul ao longo de um período de 29 anos. De modo geral, pode-se dizer que o País e o Estado apresentam comportamento semelhante nas suas curvas de crescimento, se bem que com intensidade às vezes diferenciada. Tomando 1985 como referência, percebe-se que somente em 1993 e 1994 o índice estadual situou-se acima do brasileiro, ao mesmo tempo que, ao longo da série, em poucas ocasiões – caso de 2005 – passa a ocorrer um distanciamento mais significativo entre as duas curvas.

² As séries estatísticas e, em larga medida, as considerações aqui apresentadas são resultado da participação, em discussões do tema, de técnicos do Núcleo de Contabilidade Social da FEE, os quais, todavia, não são responsáveis pelos eventuais equívocos de interpretação dos dados.

Índice de volume do PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil - 1980 a 2009



Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

Uma forma interessante de enfocar essa questão é através de períodos selecionados (Tabela a seguir). Desse modo, observa-se que o Rio Grande do Sul apresenta uma ligeira vantagem no período 1986-1994, 2,8% a.a. contra 2,4 a.a. do Brasil. Em 1995, ocorre uma forte retração da economia gaúcha, provocada pelo impacto do Plano Real, que se traduz em uma assimetria bastante pronunciada entre o desempenho da economia nacional, que cresce 3%, e o da gaúcha, que apresenta uma taxa negativa de 5%³. Nos anos compreendidos entre 1996 e 2003, o Brasil e o Estado crescem a taxas médias praticamente iguais, respectivamente 1,9% e 2,0% a.a. Os outros dois anos subsequentes representam uma nova ruptura na simetria das trajetórias de crescimento, pois o Rio Grande do Sul registra uma taxa de 0,2%, e o País, de 4,4%. Essa diferença é explicada, em larga

³ Para uma análise das consequências do Plano Real para a economia gaúcha, ver FLINGESPAN, coord., 2002.



medida, pelos efeitos da grande seca que marcou o Estado nesses anos⁴. Para o resto da série analisada, 2006-2009, volta a ocorrer uma estreita aproximação do desempenho da economia gaúcha e da brasileira, respectivamente, 3,6% a.a. e 3,7% a.a.

Taxas de crescimento do PIB do RS e do Brasil por período selecionado

Período	PIB		Indústria de				Construção Civil		Serviços		PIB per capita	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
1986-1994	2,8	2,4	0,8	2,8	3,6	1,7	1,5	2,3	2,4	2,6	1,3	0,4
1995	-5,0	3,0	1,7	1,8	-15,2	1,4	0,5	3,3	0,9	3,9	-6,3	1,6
1996-2003	2,0	1,9	3,8	4,3	1,6	0,8	2,3	0,5	1,8	2,1	1,0	0,4
2004-2005	0,2	4,4	-14,1	1,3	0,7	4,8	3,6	4,2	2,2	4,3	-0,5	3,1
2006-2009	3,6	3,7	12,6	2,4	-0,7	0,6	3,5	2,7	4,7	4,4	2,9	2,6

Fonte: FEE/Centro de Informações Estatísticas; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

Pode-se, assim, concluir que, *grosso modo*, o Estado acompanha a evolução da economia brasileira, mas não consegue recuperar, ao menos integralmente, as quedas que ocorrem em anos, ou biênios, nos quais a economia estadual mostra um comportamento atípico frente ao verificado no País. Essas quedas no PIB do Rio Grande do Sul podem ser provocadas tanto pela especificidade de sua estrutura econômica face a determinada política econômica (como no caso do Plano Real), quanto pela suscetibilidade da sua cadeia agroindustrial em relação à irregularidade da distribuição do regime de chuvas no Estado. Essa situação aparece de maneira bastante clara nos anos 2004-2005, perceptível pela existência de um maior espaçamento entre as curvas do PIB estadual e do Brasil e da sua permanência nos anos subsequentes. Ou seja, são acontecimentos

⁴ O efeito da estiagem se reflete na queda de 14,1% da produção agropecuária do Estado, que vai repercutir, também, no mau desempenho da indústria de transformação gaúcha (0,7%) *vis-à-vis* a brasileira (4,8%).

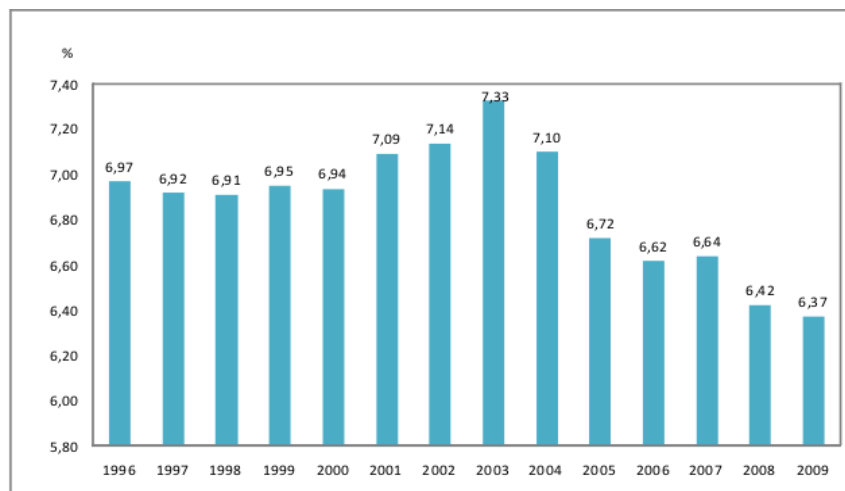
que incidem de forma particular no Rio Grande do Sul e que têm forte repercussão no desempenho do crescimento, caso de um ano de estiagem.

Observando-se agora a participação das regiões e unidades da Federação no Produto Interno Bruto do Brasil a preços correntes, no período 1995-2007 (Tabela 1 do Anexo Estatístico), a primeira constatação a ser feita é a de que o Rio Grande do Sul mantém a posição que ocupou historicamente no *ranking* dos 27 entes federativos, qual seja, o quarto lugar, abaixo de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De resto, dentre os cinco Estados mais bem posicionados no *ranking*, Minas Gerais e o Paraná são os únicos que apresentam um pequeno ganho de participação no período, enquanto o Rio de Janeiro mantém inalterada a sua posição, e São Paulo registra uma trajetória claramente descendente.

Na realidade, o que realça quando são examinadas séries mais longas dos PIBs estaduais de maior ponderação no produto do Brasil é que, na maioria dos casos, existem oscilações, para mais ou para menos, de curta duração, que dificultam a identificação positiva ou negativa sobre o seu desempenho no longo prazo. Mesmo assim, no que concerne ao Rio Grande do Sul, a observação do Gráfico a seguir permite identificar dois movimentos bem delineados. O primeiro é um movimento ascendente, que ilustra a tendência de aumento de participação do PIB estadual no nacional entre os anos 1996/2003. A partir desse último ano, até 2009, tem início uma curva descendente que resulta, de maneira quase linear, na retração de um ponto percentual da economia gaúcha na geração do produto brasileiro.



Participação do PIB, a preço corrente, do RS, no PIB do Brasil



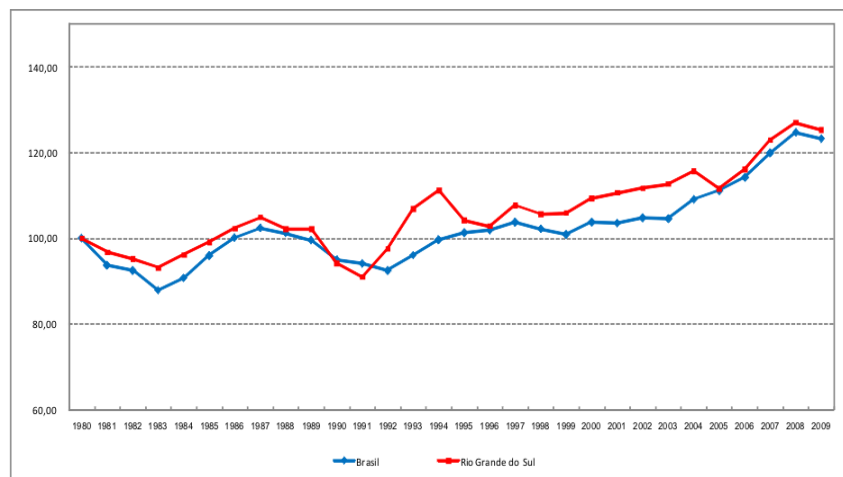
Fonte: IBGE/CCN; FEE/CIE – Estimativas para os anos de 2008 e 2009

Esta queda e a não recuperação dos gap's apontados anteriormente devem ser melhor investigados, aliando-se às razões aludidas hipóteses como: a) quedas no investimento público e ausência de políticas indutoras de desenvolvimento; b) perda de dinamismo em setores específicos.

O fato de que, em sua grande maioria, os estados brasileiros que apresentam um produto *per capita* acima da média brasileira tenham perdido posição no cenário nacional também é outro argumento que se contrapõe à afirmação de que a economia gaúcha está em crise. Afinal, como pode ser visualizado no Gráfico a seguir, à exceção de 1991, o PIB *per capita* do Rio Grande do Sul tem se mantido acima da média brasileira, ainda que a diferença entre o Estado e o País tenha se reduzido após 2005. Portanto, é razoável supor que a trajetória da economia gaúcha se insira no âmbito de um padrão de crescimento regional do Brasil que, sem a nitidez do que

ocorreu a partir da metade da década de 70, continue apresentando uma lenta convergência em torno da média nacional.

Índice de volume do PIB *per capita* do RS e do Brasil 1980 a 2009



Fonte: FEE/CIE; IBGE/Coordenação de Contas Nacionais

Onde perde o Rio Grande do Sul

Uma das alterações mais significativas, resultante da aplicação da nova metodologia elaborada pelo IBGE/FEE, foi o aumento de participação dos Serviços na composição do PIB⁵. Conforme pode ser observado na Tabela 2 do Anexo Estatístico, entre 2002 e 2008, esse setor de atividade passa a responder por uma fatia

⁵ Como pode ser visto na Tabela 3 do Anexo Estatístico, o Setor de Serviços engloba uma heterogeneidade muito grande de atividades.



de, aproximadamente, 60% do Valor Adicionado Bruto do Estado. Vale lembrar que o aumento do peso dos Serviços na estrutura produtiva não ocorreu somente na economia gaúcha, mas de maneira generalizada para o País.

Dada essa nova configuração estrutural, a pergunta que surge de forma quase imediata é se aí residem as razões da perda de participação da economia rio-grandense no cenário nacional. O exame da Tabela a seguir permite afirmar que, de modo geral, a atividade de Serviços segue, de maneira muito aproximada, o comportamento referido para o PIB como um todo. Ou seja, afora anos ou biênios específicos de dificuldade para a economia gaúcha, o seu crescimento é muito próximo do observado para o Brasil. De resto, esse comportamento se repete para os demais setores. Assim, pode-se dizer que os serviços no Rio Grande do Sul têm apresentado um comportamento bastante tradicional para essa atividade, qual seja, acompanhar com algum grau de elasticidade, para mais ou para menos, o desempenho da atividade produtiva. Em suma, nada sugere alguma assimetria entre o desempenho do setor de Serviços no Estado e no resto do Brasil.

Taxas de Crescimento do PIB – Setores (média dos períodos em %)

	1986-1994		1995		1996-2003		2004-2005		2006-2009	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
PIB	2,8	2,4	-5,0	3,0	2,0	1,9	0,2	4,4	3,6	3,7
PIB per capita	1,3	0,4	-6,3	1,6	1,0	0,4	-0,5	3,1	2,9	2,6
Agropecuária	0,8	2,8	1,7	1,8	3,8	4,3	-14,1	1,3	12,6	2,4
Indústria de Transformaçãc	3,6	1,7	-15,2	1,4	1,6	0,8	0,7	4,8	-0,7	0,6
Construção Civil	1,5	2,3	0,5	3,3	2,3	0,5	3,6	4,2	3,5	2,7
Serviços	2,4	2,6	0,9	3,9	1,8	2,1	2,2	4,3	4,7	4,4

Fonte: IBGE/FEE

No que se refere às participações setoriais (Tabela 2, Anexo Estatístico), como seria esperado, ressalta a forte oscilação da agricultura em determinados anos, fruto da sensibilidade dessa atividade aos fenômenos climáticos e à própria política econômica, caso do câmbio e preços agrícolas. Entretanto, a sua trajetória ao longo de todo o período indica uma rápida recuperação do setor no cenário nacional e a manutenção de uma fatia, em torno de 11%, do Valor Adicionado (VA) da agricultura brasileira.

Participação do VA do RS por setores no VA do Brasil

Período	RS/BR		
	Agricultura	Indústria	Ind. Transformação
1995	11,99	7,80	9,35
1996	11,69	7,50	9,35
1997	11,05	7,94	10,08
1998	11,59	7,33	9,15
1999	11,39	7,34	9,24
2000	10,45	7,56	9,39
2001	12,45	7,52	9,22
2002	10,97	7,48	9,27
2003	12,83	7,47	9,12
2004	11,00	7,51	9,17
2005	8,33	6,95	8,52
2006	11,27	6,52	7,96
2007	11,88	6,43	7,75

Fonte IBGE/FEE

No que tange ao setor industrial, porém, a situação é menos confortável, pois se percebe uma nítida tendência de perda de participação da indústria gaúcha no VA da indústria brasileira a partir



de 2005. Entretanto, como já foi referido, esses anos estão marcados pela seca ocorrida em 2004/2005, que repercutiu com grande intensidade no tecido industrial do Rio Grande do Sul. Assim, é importante verificar se os dados de 2008, 2009 e 2010 sinalizam para a manutenção de um patamar mais baixo de participação do Estado na indústria nacional ou apontam para uma tendência de recuperação da atividade manufatureira estadual. Não se pode perder de vista, porém, que os anos de 2008 e 2009 são marcados pela grande crise econômica/financeira pela qual passou a economia mundial. Mesmo considerando que os efeitos da retração econômica internacional tenham sido sentidos em menor proporção no Brasil, é certo que tal fato ocasionou uma série de consequências para o crescimento do PIB. E, invariavelmente, os Estados que apresentam um nível maior de industrialização e inserção internacional, como é o caso do Rio Grande do Sul, são aqueles que tendem a ser mais impactados com a retração da economia mundial.

A literatura econômica é bastante rica sobre a história e as teorias da crise no capitalismo. A rigor não parece muito apropriado falar-se em crise quando se analisa o comportamento de uma economia de uma unidade da Federação. Afinal, no federalismo brasileiro não existe autonomia do regime monetário e financeiro, e a maioria das políticas macroeconômicas e setoriais econômicas está muito mais restrita à União. Portanto, ao se falar de crise da economia gaúcha, ou de qualquer outro estado brasileiro, deve-se entender essa afirmação como uma situação na qual determinado espaço do território enfrenta dificuldades para acompanhar o ritmo de desenvolvimento do País.

Nesse sentido, foge aos seus propósitos apresentar uma posição mais definitiva sobre se o Rio Grande do Sul está vivenciando, no período recente, um processo de retração em sua dinâmica econômica. O que é possível visualizar das informações analisadas é que a economia gaúcha não tem logrado recuperar os *gaps* que têm ocorrido na sua trajetória de crescimento em anos nos quais o Estado se defronta com situações de dificuldades particulares, como anos de quebra da safra agrícola pela ocorrência de grandes estiagens. Na

realidade, o descompasso da *performance* do Estado em relação ao Brasil aparece de forma mais nítida quando se faz essa comparação em termos de preços correntes, o que sugere que o Rio Grande do Sul possa estar enfrentando alguma desvantagem na evolução dos preços dos seus produtos. Aliás, não pode ser descartado, nesse aspecto, algum problema de ordem metodológica envolvendo o Índice de Preços.

Do ponto de vista setorial, mesmo sem o aprofundamento que uma análise deste tipo requer, o problema da perda de participação do Estado no produto nacional é identificado com mais evidência no setor fabril. Uma justificativa que ocorre de imediato é o fato de o Rio Grande do Sul ter perdido, de forma quase que sistemática, parcelas do segmento calçadista que, em passado recente, se constituía em uma atividade de grande peso na estrutura da indústria estadual. Outro fator que pode ser bastante elucidativo para a perda de participação da indústria gaúcha relaciona-se às restrições com que o Estado tem se defrontado no comércio externo. Afinal, a economia gaúcha tem, historicamente, um coeficiente de abertura superior ao do Brasil e, ao contrário de estados como Minas Gerais, que tem se beneficiado do aumento do preço do minério de ferro no mercado internacional, tem enfrentado enormes dificuldades com a perda de competitividade de produtos como calçados e móveis.

Outro elemento a ser considerado é o fato de o Rio Grande do Sul manter um PIB *per capita* acima do brasileiro, fruto de apresentar uma menor taxa de crescimento demográfico. Mesmo sem entrar na questão de discutir os prós e os contras dessa situação, é interessante ter-se presente a possibilidade de a trajetória de crescimento do Estado inserir-se em um movimento mais amplo de descompressão das desigualdades regionais brasileiras. Assim, aos moldes do que já ocorreu a partir da metade dos anos 70, ter-se-ia um movimento, bastante tênue, é certo, de convergência das unidades da Federação em direção à média nacional, no que tange ao PIB *per capita*. Aliás, é precisamente nessa direção que vão as observações feitas pela professora Tânia Bacelar no 2º Seminário Nacional do CNB.



A Evolução da Análise Regional no Rio Grande do Sul

A percepção da dinâmica territorial baseada unicamente nos movimentos macrorregionais, especialmente em função da questão da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, perdurou até o início da década de 90, quando a questão regional passou a ser tratada considerando um número maior de variáveis. Em paralelo, a estratégia de ação do poder público também sofreu alterações, tendo em vista a melhoria da atuação do Estado sobre a questão regional.

Um aspecto que merece destaque refere-se à mudança da estratégia da ação do poder público em relação ao seu papel na política regional. Em busca de melhores resultados, a questão passou a ser estudada, e as políticas passaram a ser elaboradas em diferentes escalas, abandonando o procedimento tradicionalmente adotado, de utilização de recortes regionais únicos. No plano nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional se constitui em um exemplo formalizado dessa estratégia, agregando múltiplas escalas de ação de acordo com os problemas a serem enfrentados em cada território problema. No Rio Grande do Sul, essa forma de organizar as políticas regionais também foi adotada e, atualmente, tem como referência a regionalização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), utilizando como escala complementar para o planejamento territorial as Regiões Funcionais de Planejamento⁶.

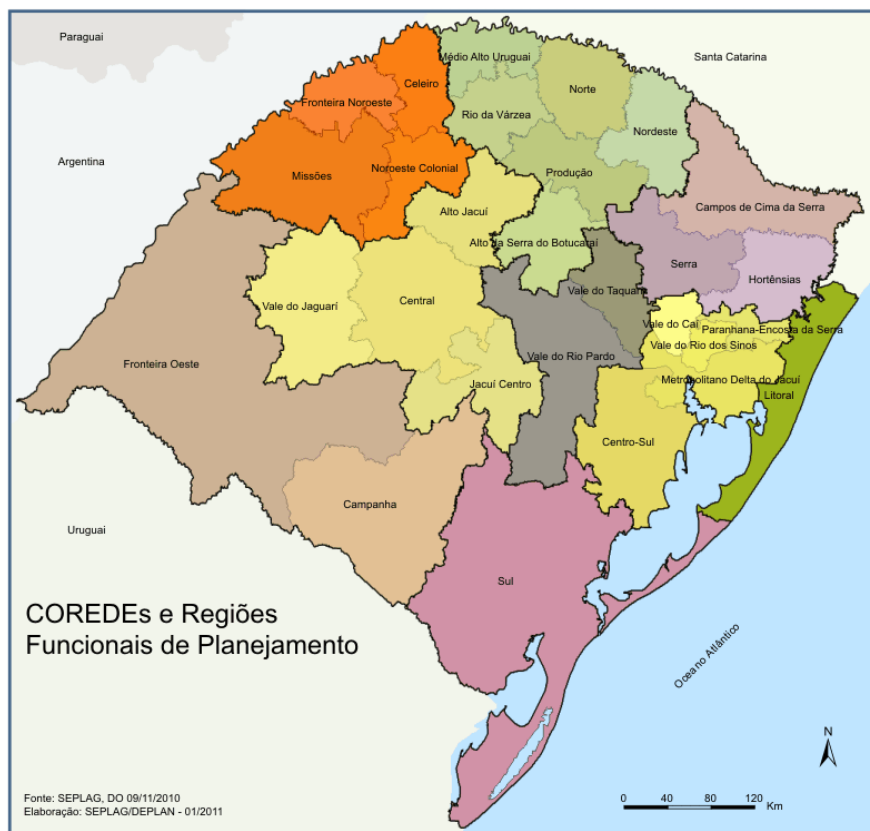
Em termos de análise, essa estratégia contribuiu de forma significativa para compreender a dinâmica territorial no Rio Grande do Sul. Na escala sub-regional, esse enfoque pode ser percebido nos documentos produzidos pelos COREDEs, tais como os planos estratégicos elaborados a partir do final da década de 90 e o documento denominado Pró-RS, com diretrizes para o

desenvolvimento do Estado, sob a ótica das regiões. Da mesma forma, o poder público também passou a disponibilizar ferramentas que contribuíam para o melhor entendimento das diferenças regionais, ressaltando os pontos fortes e fragilidades de cada uma das regiões. São exemplos desses esforços o estudo denominado RS 2010, finalizado no ano de 1998; o Atlas Socioeconômico do RS, cuja primeira edição foi publicada no mesmo ano; os Perfis Regionais de 2002, elaborados para subsidiar a participação no Orçamento Estadual; e, mais recentemente, o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o RS (Rumos 2015).

⁶ As Regiões Funcionais de Planejamento foram propostas pelo Rumos 2015, a partir do agrupamento de COREDEs como uma escala mais agregada que possibilita o tratamento de temas de interesse regional. A regionalização, juntamente com a divisão por COREDEs, passou a ser utilizada para o planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual.



Regionalização das Regiões Funcionais de Planejamento e dos COREDES

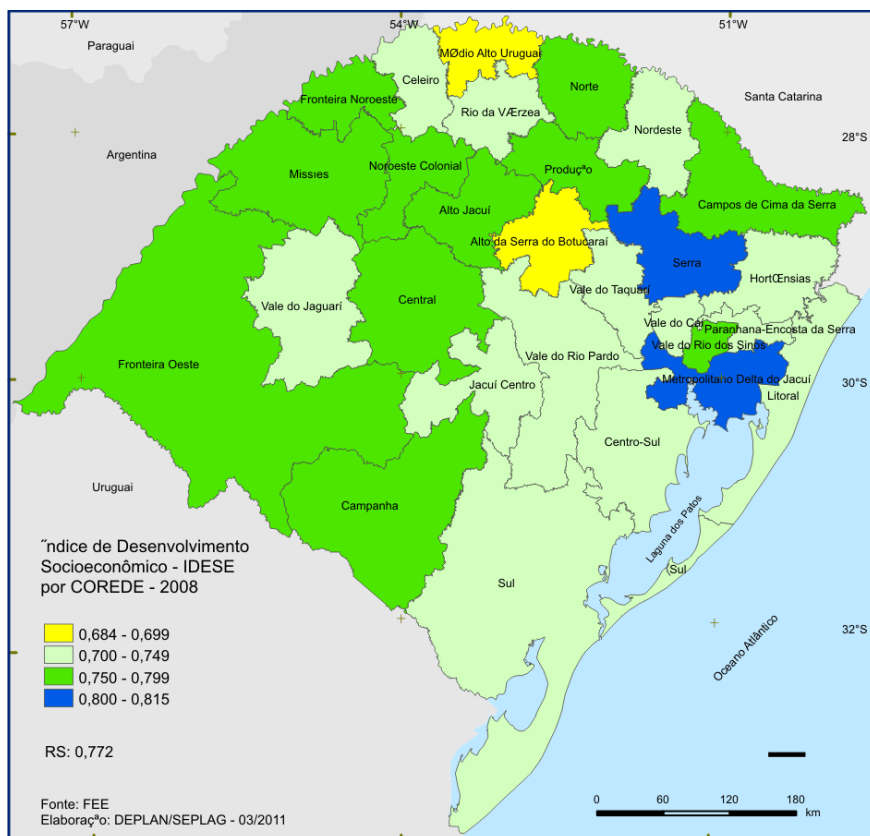


Essa nova tendência de se avaliar a questão das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul pode ser facilmente percebida através da análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE). O IDESE, divulgado

anualmente pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), é um indicador sintético, elaborado aos moldes do conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sua elaboração resulta de um amplo conjunto de indicadores, agrupados em quatro grandes blocos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios e Saúde⁷. Pela abrangência das variáveis socioeconômicas que compõem o IDESE, sua utilização permite a classificação de três estágios de desenvolvimento: baixo desenvolvimento (de zero até 0,499); médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799); e, alto desenvolvimento (acima de 0,800 até 1,000).

⁷ O Bloco Domicílio e Saneamento analisa a proporção de domicílios abastecidos com água tratada, proporção de domicílios atendidos pela rede geral de esgoto ou pluvial e média de moradores por município. O Bloco Educação é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais de idade, taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de reprovação no ensino fundamental e taxa de atendimento no ensino médio. No Bloco Saúde, são utilizados o percentual de crianças nascidas com pouco peso, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos e a expectativa de vida ao nascer. O Bloco Renda é calculado pelo PIB per capita e pelo Valor Acrescentado Bruto (VAB) per capita do comércio, alojamento e alimentação.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE), por COREDE 2008



Uma breve avaliação sobre o IDESE no Estado através das regiões dos COREDEs, conforme a Figura anterior, reforça a ideia de que a questão das desigualdades regionais é bem mais complexa do que a forma tradicional de se compreender o tema, tendo como base a oposição entre o norte desenvolvido e o sul atrasado. Contrariando

essa percepção, os dois COREDEs que possuem os piores indicadores do IDESE localizam-se na porção norte do território gaúcho. Já os melhores indicadores estão nos Conselhos Metropolitanos Delta do Jacuí e Serra, notadamente as regiões mais dinâmicas do Estado.

Tendências espaciais e oportunidades para desenvolvimento regional gaúcho

A questão regional é um tema recorrente entre as preocupações com o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A existência de porções do território que não conseguiram acompanhar o ritmo imprimido pelo desenvolvimento do Estado certamente foram fatores determinantes para uma maior atenção ao assunto e para uma postura mais propositiva do poder público em relação às desigualdades regionais. Acima de tudo, tem se buscado diminuir a distância que separa as regiões mais ricas das mais pobres, contribuindo, através da formulação de políticas públicas, para um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Atingir esse objetivo não tem se mostrado uma tarefa fácil, uma vez que as desigualdades regionais são uma dimensão do desenvolvimento que, se regulada pelo mercado, promove a livre concorrência entre os territórios, privilegiando sempre aqueles que oferecem condições mais favoráveis para a expansão das grandes empresas. Essa tarefa pode ser facilitada com uma formulação que esteja articulada com uma estratégia nacional de desenvolvimento, visando potencializar os programas e ações desenvolvidos no Estado. Além disso, o território pode ser a base da construção de políticas públicas com um sentido de transversalidade, superando a tradicional visão setorial.

Nessa perspectiva, o primeiro passo consiste em resgatar as atuais tendências do processo de desenvolvimento no Estado. Em uma escala macrorregional, o Rio Grande do Sul tem apresentado, nas últimas décadas, tendências espaciais que apontam para tênues mudanças no



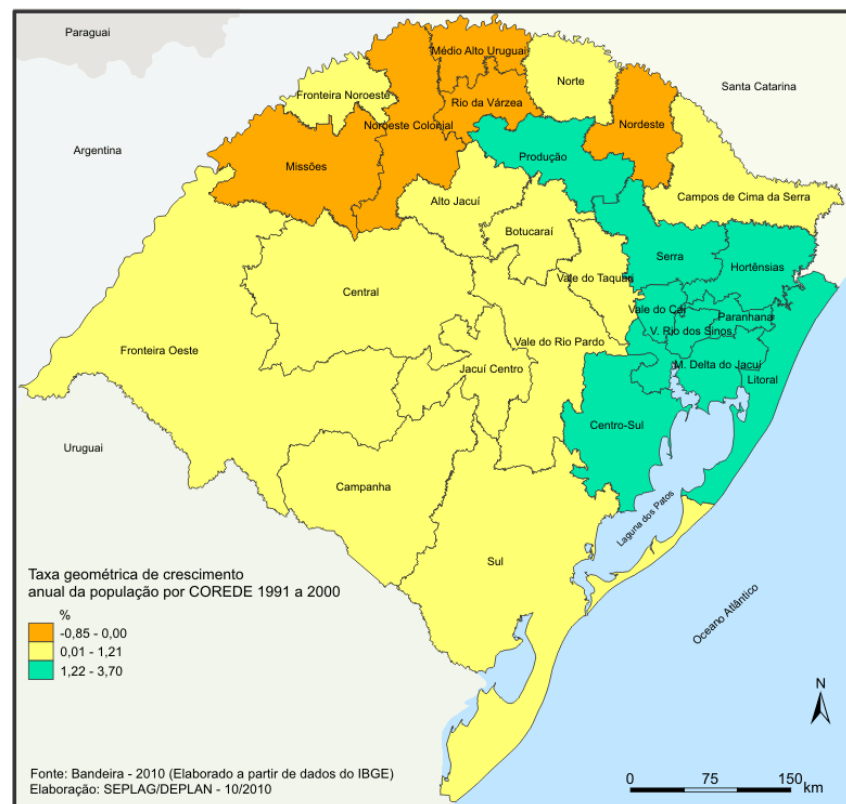
tradicional padrão de oposição entre norte, sul e nordeste⁸. Uma primeira tendência que pode ser observada é o relativo processo de desconcentração concentrada das atividades econômicas, reflexo do complexo jogo das economias e deseconomias de aglomeração, que vem favorecendo as franjas dos principais eixos de desenvolvimento⁹. Esse processo tem suscitado um contínuo deslocamento das atividades e do emprego industrial de Porto Alegre na direção de Caixas do Sul e Lajeado, fortalecendo, no longo prazo, os centros urbanos periféricos da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e cidades vizinhas como Erechim, Passo Fundo, Lajeado, Santa Cruz do Sul e a própria Caxias do Sul. Assim, mesmo que ainda persista a tendência de concentração da população e da produção econômica no Nordeste do Estado, houve um lento movimento de desconcentração, especialmente da indústria e do emprego industrial.

A descentralização das atividades econômicas é alimentada por um severo adensamento das economias de aglomeração na RMPA e adjacências, que tem gerado sérios problemas para a Região. O gargalo na infraestrutura de acesso à Região Metropolitana é um claro exemplo dessa problemática, cuja situação-símbolo é o esgotamento da BR-116. Isso é agravado pelo fato de que enfrentar essas deseconomias de aglomeração, através de investimentos públicos que promovam substanciais melhoramentos, envolve longo prazo e custos onerosos.

⁸ Essas afirmações se baseiam na apresentação realizada pelo economista Pedro Silveira Bandeira em workshop realizado em setembro de 2010.

⁹ O conceito de desconcentração concentrada foi introduzido em estudos realizados no plano nacional por Azzoni (1986) e avançou através das análises como as de Campolina e Lemos (1989). No Rio Grande do Sul, em estudos realizados no início da década de 90, Alonso e Bandeira (1990) aplicaram o conceito ao analisar a expansão industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Taxa geométrica de crescimento anual da população por COREDE – 1991 a 2000

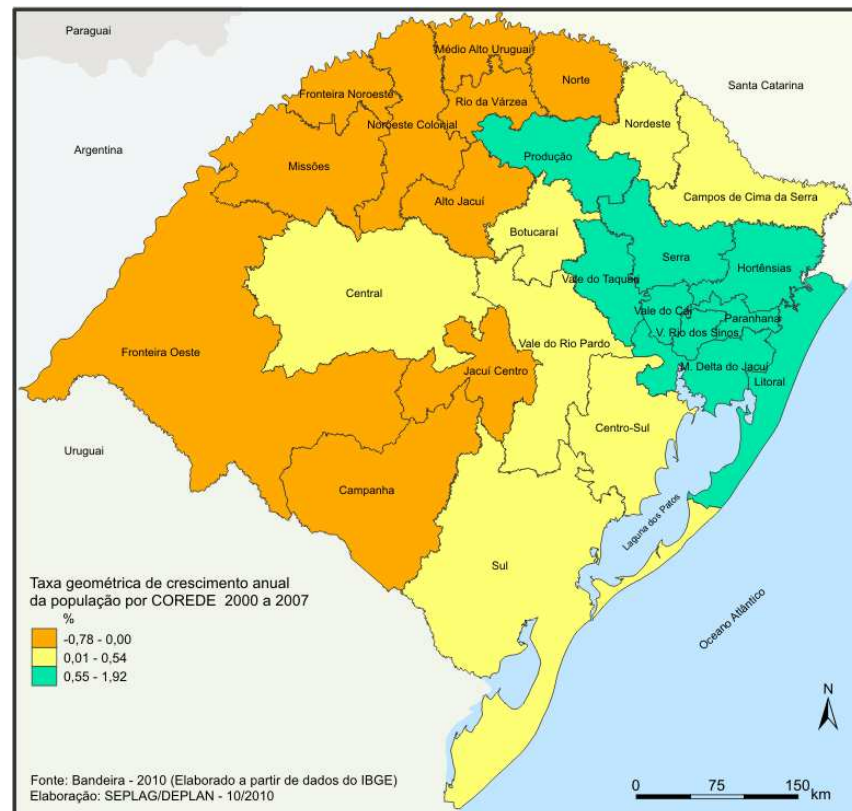


Outra tendência é uma visível mudança da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul, com relativo esvaziamento das regiões localizadas mais a oeste e noroeste do território rio-grandense, em favor dos territórios situados mais a leste do Estado.



A gradativa queda dos índices de natalidade, associada aos movimentos migratórios, tem acentuado a perda de população de regiões próximas às fronteiras, em favor dos polos urbanos mais dinâmicos. A Região Metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, continua absorvendo grande parte do contingente populacional oriundo dessas regiões. O que se diferencia do processo ocorrido durante a década de 70, quando do auge da transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, é que o fluxo migratório não mais se dirige, predominantemente, ao núcleo metropolitano, fixando-se nos municípios da franja metropolitana, que se beneficiam da desconcentração industrial.

Taxa geométrica de crescimento anual da população por COREDE – 2000 a 2007



As taxas do crescimento populacional dão a dimensão dessa situação nos últimos anos. No período que vai de 2000 a 2007, o número de regiões que teve reduzida sua população duplicou, em relação ao período de 1990 a 2000, expandindo-se para todo o arco de



fronteira. Esses territórios, além de não acompanharem o crescimento vegetativo, perderam população para as demais regiões do Estado¹⁰.

1.4 O RIO GRANDE DO SUL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pelos líderes mundiais em 2000, nasceram das grandes conferências internacionais da década de 1990, sobre população, meio ambiente, gênero, direitos humanos e desenvolvimento social. Seu grande mérito é integrar os compromissos assumidos nessas conferências em uma grande agenda mundial de desenvolvimento, definindo metas claras, prazos nos quais devem ser cumpridas e indicadores do progresso alcançado por cada região, país, comunidade do planeta.

Existem oito Objetivos, dezoito Metas e mais de quarenta Indicadores que descrevem o que é necessário ser feito para reduzir a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável em 25 anos, de 1990 a 2015. Os mais influentes tomadores de decisões estiveram envolvidos em sua definição e concordaram em trabalhar no sentido de sua implementação. Tais objetivos são resultado de muita reflexão, mas pequenos ajustes ainda podem ser considerados. Dessa maneira, os envolvidos com o tema terão um alvo concreto para mirar e dados numéricos precisos para mensurar as ações.

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são:

Objetivo 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome.

Objetivo 2 - Atingir o ensino básico universal.

Objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Objetivo 4 - Reduzir a mortalidade infantil.

Objetivo 5 - Melhorar a saúde materna.

Objetivo 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças.

Objetivo 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental.

Objetivo 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Com o intuito de avaliar em que medida as metas dos ODM vêm sendo cumpridas nos municípios do Rio Grande do Sul, a FEE, por solicitação do Fórum Permanente de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul (Fórum RS) escolheu sete objetivos, nove metas e 18 indicadores, adaptados aos municípios gaúchos. No sentido de contribuir para o alcance dos ODM, o Quadro a seguir apresenta a compatibilização entre esses objetivos, metas e indicadores estabelecidos para o Rio Grande do Sul e o esforço proposto pelos programas do PPA 2012-2015 para atingi-los

¹⁰ Uma ressalva a ser feita é que são utilizados dados do Censo Demográfico, para o ano de 1991 e 2000, e da Contagem Populacional, para 2007, que apresentam diferenças metodológicas na coleta dos dados.



Objetivos de Desenvolvimento do Milênio			PPA 2012-2015			
OBJETIVOS	METAS	INDICADORES	ÓRGÃO	PROGRAMA	INDICADOR	AÇÃO
1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.	1. Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a US\$1,00 PPC/dia.	1. Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares <i>per capita</i> inferiores a meio salário mínimo.	Casa Civil	Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital		- Coordenação do Programa RS Mais Igual - Observatório Social
			SDR	Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema	- Famílias em situação de pobreza com inclusão produtiva	- Inclusão Produtiva de Famílias em Pobreza Extrema
	2. Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	2. Taxa de crianças com baixo peso ao nascer (por 100 nascidos vivos).	SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	- Percentual de crianças menores de cinco anos com baixo peso para a idade - Cobertura de atendimento a crianças de 0 até 6 anos no RS pelo Primeira Infância Melhor (PIM)	- Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis - Fortalecimento da Atenção Básica
2. Atingir o ensino fundamental universal.	3. Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino fundamental.	3. Percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de sete a 14 anos.	SE	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	- Taxa de permanência no Ensino Fundamental da Rede Estadual	- Atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania
		4. Percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.	SE	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	- Taxa da população alfabetizada de 15 anos ou mais	- Atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania



Objetivos de Desenvolvimento do Milênio			PPA 2012-2015			
OBJETIVOS	METAS	INDICADORES	ÓRGÃO	PROGRAMA	INDICADOR	AÇÃO
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	4. Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível até 2005, e, em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.	5. Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental.	SE	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	- Taxa de permanência no Ensino Fundamental da Rede Estadual	- Atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania
		6. Razão entre mulheres e homens no ensino médio.	SE	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	- Taxa de permanência de alunos do Ensino Médio da Rede Estadual	- Atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania
		7. Razão entre mulheres e homens no ensino superior.	SCIT	Inclusão Social e Promoção Acadêmica	- Ação Afirmativa Acadêmica - Inclusão e Atenção Social	- Promoção Acadêmica e Assistência Sócio-Econômica
		8. Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.	SE	Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica	- Taxa da população alfabetizada de 15 anos ou mais	- Atendimento da Educação Básica com qualidade social e cidadania
		9. Proporção de mulheres no total de assalariados.	SPM	Mulheres Construindo Autonomia RS	- Taxa de participação de mulheres na população economicamente ativa	- Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho
		10. Proporção de mulheres exercendo mandatos nas câmaras de vereadores.	SPM	Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres		- Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de política para as mulheres - Fortalecimento do Conselho Estadual de Direitos da Mulher - Realização de campanhas, capacitações e produção de conhecimento sobre temática de gênero



Objetivos de Desenvolvimento do Milênio			PPA 2012-2015			
OBJETIVOS	METAS	INDICADORES	ÓRGÃO	PROGRAMA	INDICADOR	AÇÃO
4. Reduzir a mortalidade infantil.	5. Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos.	11. Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (por 1.000 nascidos vivos).	SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	- Cobertura de atendimento a crianças de 0 até 6 anos no RS pelo Primeira Infância Melhor (PIM)	- Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis - Fortalecimento da Atenção Básica
		12. Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos).	SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	- Coeficiente de Mortalidade Infantil - Cobertura de atendimento a crianças de 0 até 6 anos no RS pelo Primeira Infância Melhor (PIM) - Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP+Hib) em crianças menores de um ano	
5. Melhorar a saúde materna.	6. Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	13. Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos).	SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS	- Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou + consultas de pré-natal	- Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis - Fortalecimento da Atenção Básica



Objetivos de Desenvolvimento do Milênio			PPA 2012-2015			
OBJETIVOS	METAS	INDICADORES	ÓRGÃO	PROGRAMA	INDICADOR	AÇÃO
6. Combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças.	7. Até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS.	14. Taxa de incidência de HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos (por 100.000 pessoas).	SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS		- Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis - Fortalecimento da Atenção Básica
		15. Taxa de incidência da AIDS por município (por 100.000 pessoas).	SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS		- Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis - Fortalecimento da Atenção Básica
	8. Reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015.	16. Taxa de mortalidade ligada à tuberculose (por 100.000 pessoas).	SES	Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS		- Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis - Fortalecimento da Atenção Básica
7. Garantir a sustentabilidade e ambiental.	9. Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.	17. Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral.	SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	- Nível de Universalização de Água Urbano Factível - NUA	- Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água - Promoção da Expansão do Abastecimento de Água Potável no Meio Rural - Perfuração de Poços Tubulares
		18. Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.	SEHABS	Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul	- Nível de Universalização de Esgoto Urbano Factível - NUE	- Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário



1.5 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Quadro Geral das Finanças Públicas

As finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentam-se numa situação de grave crise estrutural. Toda a problemática que envolve as contas públicas ainda não veio à tona com a intensidade devida porque está amenizada pelo bom momento econômico brasileiro e gaúcho, fortemente influenciado pelas ótimas safras agrícolas dos últimos anos.

Devido aos elevados gastos com as atuais aposentadorias e pensões, sem um fundo específico oportunamente constituído, o caixa do Tesouro terá que suportar, em 2011, R\$ 5 bilhões de déficit previdenciário. O recente aumento da contribuição para os que ganham acima do teto do INSS, no curto e médio prazo, (a proporção) tende a amenizar, mas não resolver a situação. Está próxima a alocação de 60% das despesas totais com a remuneração de pessoal somente com esses dois elementos. Para melhor compreensão, criou-se um capítulo especial, adiante, que vai tratar especialmente desse tema.

Outro importante fator de engessamento fiscal das finanças estaduais é a imposição onerosa imposta no contrato da dívida pública gaúcha com a União. O fato de o Estado pagar o percentual de 13% sobre Receita Líquida Real da dívida intralimite não seria tão catastrófico caso o estoque da dívida não crescesse em níveis geométricos. Os índices que são utilizados para atualizar a dívida são os mesmos da época de inflação galopante (IGP-DI mais 6% ao ano), em patamares maiores do que a própria taxa Selic. Esse assunto também merece um capítulo específico, que se trabalhará adiante.

A situação fiscal do Rio Grande do Sul agravou-se no final da década de 90, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que

reconfigurou o modelo de financiamento dos estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não tributárias, através da inflação, de endividamento mobiliário e de venda de bens, e impôs aos estados um austero regime de ajustamento fiscal.

Esse regime foi marcado não apenas pela tentativa de adequação do financiamento do Estado ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado na economia e na sociedade. Dessa forma, não apenas o equilíbrio fiscal havia de ser perseguido, mas a própria reconfiguração do espectro das políticas públicas. Com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, restringiu-se ainda mais o gasto em áreas estratégicas.

Esse processo, em certa medida, foi contraposto por vários elementos, quais sejam: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera pública estadual, tais como a saúde, a educação e a segurança pública, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas; (ii) pelas sucessivas tentativas de realocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que implicaram numa forma implícita de endividamento de curto prazo.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir de 2005, a gestão fiscal adotou ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de dispêndio, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou na deterioração da capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, para a promoção do desenvolvimento econômico, sem, contudo, colocá-lo numa posição fiscal sustentável.



Os desafios para a execução de um novo modelo de gestão fiscal estão calcados na busca de novas fontes de financiamento, abrangendo ações desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, o reforço da arrecadação através da permanente qualificação do fisco, até a busca de financiamento ao investimento público e às políticas sociais.

Este novo modelo de gestão resgata o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza no âmbito estadual haverá condições de consolidar um novo patamar de financiamento, que minimize o processo de abrandamento da crise estrutural do cotidiano da gestão financeira dos recursos públicos estaduais.

Portanto, não se pode negar a situação estrutural das contas estaduais e a dificuldade de expansão do gasto, em áreas necessárias. A reforma previdenciária para os novos servidores contratados do Estado, aprovada pelo parlamento gaúcho em junho de 2011, e uma renegociação da dívida pública com a União, em termos mais vantajosos, trará alívio no caixa do Tesouro somente no longuíssimo prazo. Essas são razões que impulsionam no sentido da alternativa de trabalhar para que a economia gaúcha busque um alto padrão de dinamismo e sustentabilidade.

A Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário

A Tabela a seguir lista os resultados primário e orçamentário, conforme a fórmula estabelecida pela Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre os anos de 1971 e junho de 2011. Constata-se a frequência de resultados negativos, revelando o impacto que o novo arcabouço legislativo, em vigência a partir do final da década de 1990, e os decorrentes regimes de ajustamento fiscal tiveram sobre o desempenho das contas públicas estaduais.

Convém salientar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é atinente à Administração Pública

Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Geral do Estado do RS, publicados pela CAGE.

O resultado primário menor que o resultado orçamentário, que se verificou em alguns anos da série deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas correntes, ou seja, o Estado financiou as despesas de pessoal e custeio com operações de crédito e/ou com a alienação de bens (despesas de capital).

A Tabela adiante mostra a evolução dos resultados primário e orçamentário e também os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Os dados foram retirados dos Balanços do Estado e seguem o mesmo procedimento adotado para a captura dos resultados primário e orçamentário.



Resultados Primário e Orçamentário comparados ao PIB do RS e a Receita e Despesa Total sobre o PIB do RS

Ano	Resultado Primário IGP-DI Médio	Resultado Orçamentário IGP-DI Médio	% Resultado Primário sobre PIB/RS	Resultado Orçamentário sobre PIB/RS	Receita Total sobre PIB/RS	Despesa Total sobre PIB/RS
1971	-42.961.874	-133.148.215	(0,06%)	(0,19%)	9,66	9,85
1972	-277.554.883	-242.383.414	(0,36%)	(0,32%)	9,65	9,97
1973	-521.155.549	-451.124.053	(0,50%)	(0,44%)	8,71	9,14
1974	-983.829.654	-392.647.727	(0,86%)	(0,34%)	8,59	8,93
1975	-1.287.072.021	-666.878.306	(1,02%)	(0,53%)	9,40	9,93
1976	-1.469.090.863	-1.452.932.085	(1,05%)	(1,04%)	7,83	8,88
1977	-27.558.137	-518.955.574	(0,02%)	(0,35%)	7,81	8,16
1978	-633.997.465	245.260.723	(0,41%)	0,16%	8,58	8,42
1979	-1.052.697.065	-442.571.786	(0,65%)	(0,27%)	8,13	8,40
1980	-619.699.334	-521.266.163	(0,35%)	(0,30%)	7,75	8,05
1981	-1.337.258.467	-547.147.759	(0,82%)	(0,34%)	9,12	9,46
1982	-1.791.953.955	-1.402.685.005	(1,12%)	(0,87%)	10,70	11,58
1983	-1.706.941.162	-5.496.589.442	(0,98%)	(3,17%)	7,91	11,08
1984	-1.349.039.080	-2.358.317.366	(0,78%)	(1,36%)	8,82	10,19
1985	-2.257.368.382	-9.154.162.756	(1,25%)	(5,09%)	9,89	14,98
1986	-1.629.556.568	-2.680.608.515	(0,85%)	(1,40%)	11,13	12,53
1987	-889.825.647	-979.681.112	(0,43%)	(0,48%)	10,96	11,43
1988	-1.380.395.937	-776.915.709	(0,59%)	(0,33%)	9,56	9,89
1989	-4.115.737.211	341.793.591	(1,40%)	0,12%	9,79	9,68
1990	-3.442.083.789	-1.104.190.968	(1,71%)	(0,55%)	12,35	12,90
1991	-428.358.351	-420.774.534	(0,23%)	(0,22%)	10,34	10,57
1992	-4.480.737.644	-1.049.261.846	(1,94%)	(0,45%)	11,52	11,97
1993	-3.304.345.340	-461.241.630	(1,12%)	(0,16%)	11,23	11,39
1994	-874.119.401	-784.117.173	(0,38%)	(0,34%)	11,94	12,28
1995	-678.207.652	-1.564.402.101	(0,36%)	(0,82%)	11,39	12,22
1996	-2.222.923.282	-88.192.096	(1,10%)	(0,04%)	13,29	13,33
1997	-1.521.129.740	1.662.117.474	(0,74%)	0,81%	14,76	13,94
1998	-3.964.795.201	1.067.379.005	(1,98%)	0,53%	18,79	18,26



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

1999	-1.047.515.206	-2.113.869.938	(0,54%)	(1,10%)	10,72	11,81
2000	-946.490.398	-1.394.405.835	(0,49%)	(0,73%)	11,26	11,99
2001	-599.813.270	-1.377.833.834	(0,31%)	(0,77%)	11,39	12,16
2002	-116.031.702	-683.273.147	(0,06%)	(0,36%)	11,60	11,96
2003	-145.376.285	-558.264.590	(0,08%)	(0,31%)	11,12	11,42
2004	48.035.667	-1.227.900.933	0,03%	(0,67%)	10,50	11,17
2005	720.436.391	-1.156.398.175	0,40%	(0,64%)	11,55	12,19
2006	562.755.822	-1.113.633.779	0,29%	(0,57%)	11,54	12,12
2007	1.124.386.999	734.259.060	0,54%	0,35%	11,41	11,05
2008	2.278.769.370	468.993.460	1,08%	0,22%	11,81	11,61
2009	1.710.103.360	10.919.228	0,88%	0,01%	11,45	11,45
2010	1.585.472.788	-156.519.910	0,69%	(0,07%)	12,54	12,61
2011 (Jan-Jun)	1.204.759.356	59.621.259	-	-	-	-

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS e FEE/RS.

Nota 1: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de 2010. Os resultados primário e orçamentário de 2011 (jan-jun) estão em valores nominais

Nota 2: O PILcf, que originou a série do PIBcf entre 1960 e 1969, foi ajustado pela diferença média entre os valores das duas séries, nos anos de 1970 e 1973, isto é, foi multiplicado por 1,32.

Nota 3: O valor do PIB, entre 1960 e 1969, foi obtido a partir da série do PILcf multiplicado pela média da diferença entre o PILcf e o PIBcf dos anos 1970 e 1976 (1,04532607567074).

Nota 4: A partir de 1985, nova série do PIB.

Nota 5: As receitas totais e as despesas totais estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem dupla contagem contábil intraorçamentária.



Os Principais Agregados da Receita Pública

A Tabela abaixo mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003, atualizada pelo IGP-DI até 30/jun/2011.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS - Em R\$ milhões

Especificação da Receita	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Jan-Jun)
Receita Tributária	16.138	15.993	17.456	18.329	18.387	19.871	20.381	23.129	11.071
ICMS	13.756	13.675	15.059	15.669	15.488	16.883	16.816	18.677	9.132
IPVA	962	876	940	1.041	1.123	1.184	1.683	1.583	984
Receita de Contribuições	1.119	1.266	1.297	1.372	1.443	1.358	1.458	1.502	737
Receita Patrimonial	542	283	356	529	402	618	766	641	274
Receita Agropecuária	1	1	1	1	1	1	1	4	1
Receita Industrial	4	8	4	3	1	0	0	0	0
Receita de Serviços	260	240	239	223	230	243	259	251	116
Transferências Correntes	3.843	4.233	4.586	5.077	5.365	5.871	6.029	6.453	3173
Cota-Parte do Fundo Participação dos Estados	819	826	974	1.060	1.168	1.286	1.216	1.240	742
Fundo da Educação	1.548	1.472	1.622	1.613	1.911	2.476	2.757	2.937	1.476
Cota-Parte do IPI-Exportação	469	453	486	511	505	502	382	474	228
Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação	514	448	466	403	348	366	320	282	74
Outras Receitas Correntes	1.956	848	833	614	740	689	959	1.260	358
Deduções da Receita Corrente	-2.422	-2.359	-2.020	-2.051	-2.305	-2.796	-3.102	-3.473	-1.715
Receitas Correntes sem Intraorçamentárias	21.443	20.513	22.751	24.098	24.263	25.857	26.752	29.766	14.015
Operações de Crédito	450	336	175	40	0	1.343	0	848	3
Alienação de Bens	209	248	40	309	1.683	5	35	4	3
Amortização Empréstimos	8	15	17	71	44	29	19	37	3
Transferências de Capital	19	40	25	34	41	101	219	234	42
Receitas de Capital	686	639	257	454	1.768	1.478	273	1.124	50
Receitas Totais sem Intraorçamentárias	22.129	21.152	23.008	24.552	26.031	27.335	27.025	30.890	14.065

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.



As receitas tributárias são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Quanto às operações de crédito, estas obedecem às restrições da LCF 101/2000 (LRF), que tornaram inviáveis novas contratações, por mais de uma década. Em 2008, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a finalidade de trocar o perfil da dívida extralimite, o que tornou os encargos da dívida bem mais em conta e o prazo de amortização mais elástico.

O ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. Concentra-se, notadamente, nas áreas de combustível, energia elétrica e telecomunicações, bem como nos setores de bebidas e cigarros. Esse imposto, em relação ao grupo das receitas tributárias, representou, em média, 84,3% do total arrecadado, entre 2001 e junho de 2011. Há uma pequena tendência de queda proporcional do ICMS no grupo das receitas tributárias, em função de um crescimento maior na arrecadação do IPVA que, entre 2001 e 2010, foi de 181,6% nominais, enquanto o ICMS Tributo, no mesmo período, cresceu 165,3%.

Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária - em valores nominais - R\$ milhões

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Jan-Jun)
ICMS Tributo Arrecadado	6.515	7.213	8.596	9.361	10.901	11.541	11.996	14.536	14.733	17.283	9.085
Receita Tributária	7.698	8.429	10.084	10.946	12.637	13.502	14.240	17.099	17.859	21.420	11.013
% ICMS Tributo / Receita Tributária	84,6	85,6	85,2	85,5	86,3	85,5	84,2	85,0	82,5	80,7	82,5

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 17.783,3 milhões, em 2010. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI de 31/dez/2010, houve um aumento real de 49,5%. Na comparação de 2010 com 2009, o crescimento nominal do ICMS foi de 18,6% e, pelo IGP-DI, de 2,8%. O forte desempenho da arrecadação de ICMS, em 2010 frente a 2009, deveu-se, fundamentalmente, à recuperação da economia após a crise internacional.

A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, cresceu para 7,8% do PIB, em 2010. A média do período, entre 1997 e 2010, é de 7,0%.

A Tabela abaixo mostra a evolução do ICMS. Verifica-se que a arrecadação cresceu 346,6%, em termos nominais, passando de R\$



Evolução da Arrecadação do ICMS Total - R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Variação nominal sobre ano anterior	Arrecadação pelo IGP-DI	Variação pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS/PIB do RS
1997	4.006,7	-	12.617,59	-	5,8
1998	4.232,1	5,6	12.825,02	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,1	12.674,60	-1,2	6,2
2000	5.646,8	21,2	13.498,51	6,5	6,6
2001	6.706,3	18,8	14.534,24	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	14.167,62	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	13.975,02	-1,4	7,2
2004	9.637,9	7,2	13.677,74	-2,1	7,0
2005	11.382,7	18,1	15.275,80	11,7	7,9
2006	11.813,3	3,8	15.579,14	2,0	7,5
2007	12.257,7	3,8	15.372,98	-1,3	6,9
2008	14.825,2	20,9	16.726,80	8,8	7,4
2009	15.086,7	1,8	16.727,19	0,0	7,3
2010	17.893,3	18,6	18.867,81	12,8	7,8
% 2010/1997	346,6	-	49,5	-	-

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: O PIB do RS dos anos de 2009 e de 2010 são estimativas preliminares da FEE/RS.

Nota 2: O ICMS total engloba o ICMS tributo mais a dívida ativa.

arrecadação de ICMS. O grande salto, em 2005, foi em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Nesse ano, o PIB do Rio Grande do Sul teve queda de 2,8%, pelo efeito da forte estiagem, causando depressão no campo e no agronegócio gaúcho, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,2%.

O Rio Grande do Sul mantém-se, há vários anos, na quarta posição entre os estados brasileiros com maior arrecadação nominal de ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Conforme dados retirados do *site* do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) junto ao Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br/confaz), a participação relativa da arrecadação do ICMS no RS, em relação aos demais estados brasileiros foi, em média, de 6,6%, entre os anos de 2006 e 2010.

A Tabela seguinte mostra a posição do Rio Grande do Sul, comparativamente aos demais estados brasileiros, no tocante à participação percentual do ICMS tributo sobre o PIB estadual. Não obstante estar na quarta posição dentre os estados que mais arrecadam o ICMS, em 2006, o RS ocupou a 16ª posição dentre as 27 unidades da Federação, em relação à participação sobre o PIB estadual, em 2007, a 19ª posição e, em 2008, novamente a 16ª posição.

Como se pode visualizar na série acima, os anos de 2000, 2001, 2005, 2008 e 2010 tiveram os maiores aumentos reais de



Participação percentual do ICMS tributo em relação ao PIB estadual – Em R\$ milhões

Estados	2006				2007				2008			
	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking
AC	361	4.835	7,5	17	392	5.761	6,8	20	400	6.730	5,9	24
AL	1.281	15.748	8,1	11	1.402	17.793	7,9	12	1.614	19.477	8,3	10
AM	3.360	39.157	8,6	8	3.712	42.023	8,8	5	4.620	46.823	9,9	3
AP	288	5.260	5,5	25	313	6.022	5,2	26	353	6.765	5,2	25
BA	8.604	96.521	8,9	6	8.941	109.652	8,2	9	10.239	121.508	8,4	8
CE	3.756	46.303	8,1	12	3.918	50.331	7,8	13	4.719	60.099	7,9	13
DF	3.316	89.629	3,7	27	3.459	99.946	3,5	27	3.949	117.572	3,4	27
ES	5.092	52.778	9,6	4	5.878	60.340	9,7	2	7.001	69.870	10,0	2
GO	4.699	57.057	8,2	10	5.231	65.210	8,0	10	6.143	75.275	8,2	11
MA	1.828	28.620	6,4	23	2.003	31.606	6,3	23	2.350	38.487	6,1	23
MG	17.018	214.754	7,9	13	19.333	241.293	8,0	11	23.214	282.522	8,2	12
MS	3.010	24.341	12,4	1	3.501	28.121	12,4	1	4.347	33.145	13,1	1
MT	3.497	35.258	9,9	3	3.887	42.687	9,1	4	4.736	53.023	8,9	5
PA	3.308	44.370	7,5	18	3.667	49.507	7,4	15	4.182	58.519	7,1	17
PB	1.533	19.951	7,7	14	1.678	22.202	7,6	14	1.927	25.697	7,5	15
PE	4.864	55.493	8,8	7	5.416	62.256	8,7	7	6.209	70.441	8,8	7
PI	1.069	12.788	8,4	9	1.176	14.136	8,3	8	1.403	16.761	8,4	9
PR	9.264	136.615	6,8	21	10.086	161.582	6,2	24	11.767	179.270	6,6	20
RJ	14.805	275.327	5,4	26	15.671	296.768	5,3	25	17.836	343.182	5,2	26
RN	1.914	20.555	9,3	5	2.006	22.926	8,8	6	2.256	25.481	8,9	6
RO	1.333	13.107	10,2	2	1.442	15.003	9,6	3	1.675	17.888	9,4	4
RR	221	3.660	6,0	24	269	4.169	6,5	22	301	4.889	6,2	22
RS	11.813	156.827	7,5	16	12.258	176.615	6,9	19	14.825	199.499	7,4	16
SC	6.169	93.147	6,6	22	6.823	104.623	6,5	21	7.944	123.283	6,4	21
SE	1.147	15.124	7,6	15	1.204	16.896	7,1	16	1.341	19.552	6,9	19
SP	57.788	802.655	7,2	20	63.192	902.784	7,0	18	76.322	1.003.016	7,6	14
TO	722	9.605	7,5	19	788	11.094	7,1	17	916	13.091	7,0	18
BRASIL	172.059	2.369.485	7,3	-	187.645	2.661.346	7,1	-	222.589	3.031.865	7,3	-

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional - www.stn.fazenda.gov.br - Finanças Estaduais/IBGE - www.ibge.gov.br-Contas Regionais.



Explica-se a baixa participação do ICMS sobre o PIB, pelo perfil agroindustrial da economia gaúcha, em cujos produtos incidem menores alíquotas, pela sua natureza exportadora, e cujas desonerações fiscais reduzem a arrecadação tributária, muito também em função da guerra fiscal entre os Estados, que obriga os governantes a, rotineiramente, abrirem mão de receitas. Ademais, há uma crescente participação do setor de serviços na economia gaúcha, não abrangido pela base tributária do ICMS.

As Transferências Constitucionais da União ao Estado

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a distorções, devido ao incremento da carga fiscal concentrar-se na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE PIS/PASEP, COFINS e CSLL), não repartidas com os demais entes federativos. Em 2003, houve o compartilhamento da CIDE (Contribuição sobre o Domínio Econômico), que era 100% apropriada pela União, com aumento do percentual de sua distribuição, dos 25% previstos originalmente, para 29% (dos quais) 25% vão para os municípios). Ademais, a União dispõe de mecanismo de aumento da carga tributária, através de impostos que intervêm na atividade econômica (IPI, II, IE e IOF).

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados, Cota-Parte do IPI Exportação, Transferências Financeiras pelas perdas da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação na RCL (variação negativa de 4,9 pontos percentuais da Receita Corrente Líquida). Com efeito, em 2000, as transferências da União representavam 14,0% da RCL, enquanto que, em 2010, esta participação foi de 9,1% (da RCL).

Transferências constitucionais da União ao RS em relação à RCL – Em valores nominais - R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
COTA-PARTE DO FPE	286.873	337.596	417.803	511.344	563.644	705.429	780.711	904.439	1.105.764	1.085.736	1.148.674
COTA-PARTE DO FPE-FUNDEF	50.625	59.576	73.730	0	0	0	0	0	0	0	0
COTA-PARTE DO IPI EXPORTAÇÃO	255.243	270.315	264.593	292.623	310.233	351.577	371.140	391.548	432.034	334.855	440.022
COTA-PARTE DO IPI EXP - FUNDEF	45.043	47.703	46.693	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LC 87/96	247.772	229.334	253.100	319.591	256.134	256.134	146.900	146.900	146.900	146.900	146.900
TRANSFERÊNCIAS LC 87/96-FUNDEF	43.628	40.471	44.665	0	0	0	0	0	0	0	0
AUXÍLIO FINANCEIRO-EXPORTAÇÃO	0	0	0	0	50.713	81.583	152.694	121.824	173.569	133.818	117.582
TOTAL	929.183	984.995	1.100.584	1.123.557	1.180.723	1.394.723	1.451.445	1.564.711	1.858.267	1.681.308	1.853.179
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
% TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO / RCL	14	12,8	13,1	11,6	11	11,3	10,9	11,2	11,2	9,7	9,1

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: O PIB de 2009 e 2010, divulgados pela FEE/RS, são preliminares.

A solução para as distorções do sistema tributário brasileiro passa, necessariamente, pela aprovação, no Congresso Nacional, de uma ampla reforma tributária, que simplifique o sistema de arrecadação fiscal (cumulatividade tributária), preservando o patamar de arrecadação dos entes federados; que corrija distorções quanto à excessiva carga tributária sobre a folha de pagamento; que signifique o fim da guerra fiscal entre os estados da Federação; e que desonere setores produtivos da economia quanto aos investimentos e às exportações. O que também se ressalva importante é a necessidade do firmamento de um novo pacto federativo, em que os tributos tenham mais destinação na origem, onde se concentram as necessidades maiores da população.

Considerações

O Estado do Rio Grande do Sul está continuamente dependendo esforços para melhorar sua função arrecadadora. Tem à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas diminuindo, assim, o risco da sonegação fiscal. O uso da nota fiscal eletrônica, por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, consequentemente, à tributação advinda da circulação.



Outra maneira do controle setorial do ICMS é a Substituição Tributária, a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída a outro contribuinte. Embora haja várias modalidades, normalmente o primeiro contribuinte da cadeia recolhe o tributo, sobre uma pauta pré-estabelecida

Também são de suma importância, nesse sentido, o planejamento e a impulsão do Estado como indutor do crescimento e do dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado. Assim, ao melhorar a performance, gera-se renda e riqueza para todos.

O Rio Grande do Sul precisa solidificar o *status* de Estado com crescimento econômico acima da média brasileira. Assim, reúnem-se as condições ideais para um cenário de investimentos de pequenas, médias e de grandes empresas, tanto industriais, como de comércio e de serviços, que vão querer aqui se expandir ou se instalar. Esses recursos injetados na economia gaúcha vão gerar um círculo virtuoso para o Estado, com mais emprego, mais renda e mais tributos.

O Estado deve estar em alerta para que seus mecanismos de arrecadação sejam constantemente aprimorados. No âmbito da receita pública, podem-se destacar algumas ações importantes, tais como: Utilização de técnicas de gerenciamento matricial da receita; ampliação da Nota Fiscal Eletrônica; utilização da Tecnologia da Informação no combate à sonegação; modernização dos processos da administração tributária; ampliação do sistema de Substituição Tributária; programas que visam reduzir o estoque da dívida ativa proporcionando aos devedores inadimplentes uma oportunidade de negociação e regularização dos seus débitos.

Os Grandes Agregados da Despesa Pública

Para se ter uma visão mais aprofundada da situação das

contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública).

Com o objetivo de aprimorar e facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos de despesa são apresentados, ao longo do texto, referenciados à Receita Corrente Líquida (RCL). Assim, quando há referência à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às necessidades da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I.

Adiante, demonstra-se, de forma analítica, o conceito de Receita Corrente Líquida.

Receitas Correntes Totais

- (-) Transferências Legais e Constitucionais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o plano de previdência do servidor
- (-) Compensação financeira entre regimes de previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF dos servidores

Receita Corrente Líquida (Anexo III, LRF, art. 53, inciso I)

A seguir apresenta-se a Tabela onde são transcritos os valores da Receita Corrente Líquida, calculados de acordo com o disposto na Lei Complementar Federal 101/00.



Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Corrente Líquida	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2002	2004	2006	2008	2009	2010	2010-2000	% 2010 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	174.248	177.046	173.389	161.843	163.521	162.844	-2.336	-1,4
	Inativos	108.417	110.968	116.137	118.860	125.627	130.330	132.734	24.317	22,4
	Pensionistas	1.927	1.812	1.656	1.512	1.301	1.273	1.274	-653	-33,9
	Total	275.524	287.028	294.839	293.761	288.771	295.124	296.852	21.328	7,7
Fundações	Ativos	4.943	5.177	5.415	5.585	5.082	5.082	4.959	16	0,3
	Inativos	0	0	0	0	0	0	3	3	-
	Total	4.943	5.177	5.415	5.585	5.082	5.082	4.962	19	0,4
Autarquias	Ativos	4.305	4.337	3.888	3.785	3.363	3.678	3.649	-656	-15,2
	Inativos	6.277	6.107	5.768	5.393	5.204	5.053	5.083	-1.194	-19,0
	Pensionistas	53.992	48.948	48.995	49.531	48.804	48.307	47.604	-6.388	-11,8
	Total	64.574	59.392	58.651	58.709	57.371	57.038	56.336	-8.238	-12,8
Sociedade Economia Mista	Ativos	18.636	20.050	20.457	21.183	21.685	22.019	23.062	4.426	23,7
	Inativos	5.200	3.729	3.329	2.817	2.337	2.263	2.170	-3.030	-58,3
	Pensionistas	157	150	169	177	181	195	189	32	20,4
	Total	23.993	23.929	23.955	24.177	24.203	24.477	25.421	1.428	6,0
GERAL	Ativos	193.064	203.812	206.806	203.942	191.973	194.300	194.514	1.450	0,8
	Inativos	119.894	120.804	125.234	127.070	133.168	137.646	139.990	20.096	16,8
	Pensionistas	56.076	50.910	50.820	51.220	50.286	49.775	49.067	-7.009	-12,5
	Total	369.034	375.526	382.860	382.232	375.427	381.721	383.571	14.537	3,9
População do Estado do RS		10.187.798	10.316.752	10.425.735	10.530.809	10.613.565	10.652.327	10.693.929		
% de Matrículas sobre a População do RS		3,62	3,64	3,67	3,63	3,54	3,58	3,59	-	-
% de Ativos sobre a População do RS		1,90	1,98	1,98	1,94	1,81	1,82	1,82	-	-

Nota: Os dados populacionais foram retirados da FEE/RS. Em 2010, censo do IBGE.

Fontes de Dados Brutos: SEFAZ (www.sefaz.rs.gov.br)/Finanças Estaduais/Documents/Boletim Informativo de Pessoal.



O Grupo “Pessoal e Encargos Sociais”

Conforme Tabela anterior, do ponto de vista quantitativo, o quadro de matrículas de servidores ativos e inativos e de pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul apresenta um comportamento de relativa linearidade com a evolução da população do Estado, quando analisado o período entre 2000 e 2010. O quadro de ativos (do Estado) mantém tendência declinante com relação ao conjunto do funcionalismo e com relação à evolução da população do Estado: em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha. Em 2010, os ativos perfaziam, respectivamente, 50,9% e 1,82%. Note-se, ainda, que, entre 2000 e 2010, o quadro de inativos cresceu 16,8%. O resultado é um quadro de pessoal que cresceu 3,9%, em 2010, em relação a 2000, enquanto (que) a população evoluiu em 5,0%.

A Tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e junho de 2011. Tomando-se por base a despesa empenhada vinculada diretamente ao gasto com pessoal ativo civil (elemento da despesa 11) e militar (elemento da despesa 12), em relação ao gasto com o pessoal aposentado (elemento da despesa 01) e pensionista (elemento da despesa 03), constata-se que, em 1996, gastava-se 57,2% com pessoal ativo e 42,8% com inativo. Em 2000, as despesas com inativos (aposentados e pensionistas) já ultrapassavam as do pessoal ativo. Em 2010, empenhou-se 46,2% do gasto de pessoal com ativos e 53,8% com aposentados e pensionistas. Ressalta-se o fato de que, entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
% Ativos (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2
% Inativos (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Em relação à RCL, as despesas empenhadas consolidadas com o grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, entre os anos de 2000 e 2010 demonstram, no período recente, um comportamento declinante. Em 2010, o gasto ficou em 66,9% da RCL. Para o processamento da evolução do cálculo do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, tomou-se por base o valor empenhado, deduzindo-se as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil) e, nos anos de 2009 e 2010, incluindo-se o Órgão 40 (aposentados, pensionistas e sentenças judiciais do IPERGS) do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal.

Ainda, verificam-se as despesas executadas do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgão, entre 2000 e 2010.



Percentual das Despesas Consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCL

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	75,7	73,7	79,0	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgãos, em valores nominais – R\$ 1.000,00

Poderes / Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	752.995	938.752	1.193.528	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883	2.205.905
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508	171.120	214.506	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729	508.795
PODER EXECUTIVO	3.469.535	3.736.998	4.244.652	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490	6.377.302	6.899.047	7.826.948	8.856.983
PODER JUDICIÁRIO	474.381	576.111	690.073	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733	1.220.114	1.370.958	1.362.969	1.474.422
PODER LEGISLATIVO	198.316	260.396	306.968	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.267	489.144	536.434
GASTO TOTAL PESSOAL	5.036.735	5.683.377	6.649.727	7.496.237	7.831.123	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	12.048.673	13.582.539

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	100,0	107,6	125,4	129,6	118,4	109,9	117,5	108,1	96,7	96,8	96,1
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4	123,0	126,3	117,9
PODER EXECUTIVO	100,0	93,0	96,8	93,2	86,6	80,4	83,1	87,5	79,5	86,4	83,7
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4	115,5	110,0	101,9
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3	95,6	94,4	88,7
TOTAL	100,0	97,4	104,5	102,6	96,4	91,4	94,9	96,0	87,3	91,6	88,5

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.



As Tabelas anteriores, demonstram a evolução do percentual gasto dos Poderes e Órgãos com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos distintos. A proporção do dispêndio no Poder Executivo apresenta curva declinante, não acompanhando a evolução da RCL. Fenômeno inverso ocorreu no Poder Judiciário e no Ministério Público, cujas proporções elevaram-se em toda série histórica.

O Grupo das “Outras Despesas Correntes”

O grupo “Outras Despesas Correntes” engloba, basicamente, os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, da Educação e da Segurança, as transferências de receitas constitucionais e legais aos municípios e a gestão plena do SUS. A partir de 2009, o grupo apropria os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (Elementos 01, 03 e 91 do Órgão 40 - IPERGS). Para fins de comparação, o grupo foi ajustado com a exclusão das transferências intraorçamentárias, das transferências aos municípios, das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais e com as despesas da gestão plena do SUS.

As Tabelas a seguir mostram a evolução dos gastos do grupo “Outras Despesas Correntes”, por Poder e Órgãos, em relação à RCL e a evolução dos gastos dos Poderes e Órgãos, tendo como base 100 o ano de 2000. Observa-se que o Ministério Público aumentou suas despesas de manutenção e custeio em 96,1% acima da variação da RCL e o Poder Judiciário, em 40,3%. Já a Administração Indireta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo tiveram decréscimos, em relação à variação da RCL, de 20,8%, de 26,7% e de 55,4%, respectivamente.



Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados - R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828	1.646.103
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004	55.901
PODER EXECUTIVO	2.712.119	3.282.592	2.984.627	3.603.955	4.357.616	5.408.680	5.669.904	5.658.212	6.762.360	12.423.055	14.299.757
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	1.726.917	2.082.285	2.250.188	2.355.955	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.630.321	5.360.425
(+) Despesas Não Empenhadas (Fl. 101 TCE/RS)	0	0	392.416	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875
(-) Gestão Plena do Sus	0	0	0	29.157	394.922	412.274	453.655	478.057	578.373	698.427	771.219
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	985.202	1.200.307	1.126.855	1.218.843	1.504.289	1.679.845	1.742.385	1.541.267	1.822.876	1.771.455	2.202.238
PODER JUDICIÁRIO	50.371	60.922	78.936	105.883	106.544	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837	215.504
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127	54.416
TOTAL	1.766.354	2.080.587	2.055.421	2.150.093	2.589.480	2.974.733	3.076.692	3.019.287	3.388.079	3.522.251	4.174.162
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
% TOTAL GASTO / RCL	26,5	27,0	24,4	22,3	24,1	24,1	23,1	21,6	20,3	20,3	20,6

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2002, houve compromissos assumidos sem empenho (R\$ 330,1 milhões) e despesas não empenhadas pagas por "Responsáveis" (R\$ 62,3 milhões), totalizando R\$ 392,4 milhões, conforme Relatório e Parecer das Contas do Governo do Estado - Exercício de 2002 - do TCE/RS, à fl. 101.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 com base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0	76,7	81,6	79,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0	190,3	225,2	196,1
PODER EXECUTIVO	100,0	105,1	90,5	85,3	94,7	91,9	88,5	74,4	74,0	68,9	73,3
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,4	124,0	144,9	131,2	128,7	141,8	130,8	128,5	145,1	140,3
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5	50,7	50,9	44,6
TOTAL	100,0	101,7	92,1	83,9	90,9	90,8	87,1	81,3	76,7	76,4	77,5

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.



O Serviço da Dívida Pública

A Tabela adiante mostra o histórico da evolução da Dívida Pública Estadual Fundada Consolidada (dívida interna contratualizada com o Governo Federal e a dívida externa), com vencimento de longo prazo, no período compreendido entre o final do governo Peracchi (1971) e o final do governo Yeda Crusius (2010). Em valores reais pelo IGP-DI, entre 1971 e 2010, a dívida cresceu 27,3 vezes. Ressalta-se que a dívida extralimite não está computada no estoque da Tabela.

Estoque da Dívida Fundada Interna Intralimite e Externa
– em R\$ milhões

Governo	Final de Governo	Dívida atualizada IGP-DI	Referência	Variação Percentual	% dívida/PIB
Peracchi	1971	1.527	1,0	-	2,2
Triches	1974	3.345	2,2	119,0	3,0
Guazelli	1978	6.122	4,0	83,0	4,2
Amaral	1982	10.964	7,2	79,1	8,4
Jair	1986	15.219	10,0	38,8	8,3
Simon	1990	15.241	10,0	0,1	15,5
Collares	1994	18.813	12,3	23,4	14,1
Britto (2)	1998	41.828	27,4	122,3	19,0
Olívio	2002	41.717	27,3	-0,3	23,3
Rigotto	2006	41.042	26,9	-1,6	20,3
Yeda Crusius	2010	41.618	27,3	1,4	18,2

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI anual até dez/10.

Nota 2: Inclui a Operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 716 milhões) e Caixa Econômica Estadual do RS (R\$ 1.637 milhões), feita em 1998.

O valor atualizado pelo IGP-DI até dez/10 monta em R\$ 7,71 bilhões.

Nota 3: Incluem-se as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 786,8 milhões, que estava fora do cálculo porque era uma dívida extralimite.

Nota 4: O estoque refere-se à dívida externa e à interna contratada junto ao Governo Federal, representando, aproximadamente, 97% do total.

A Tabela a seguir mostra que a Dívida Consolidada Líquida, em 2001, era 2,73 vezes a Receita Corrente Líquida. Em 2008, o Estado do Rio Grande do Sul enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela Lei de Complementar Federal 101/00. Ao final do 1º quadrimestre de 2011, a relação cedeu para 2,11 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento está em 2,24 vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (1º quadrimestre)
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,11 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	-	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes	2,24 vezes

Fonte de Dados Brutos: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.

A seguir, é apresentada a evolução do estoque da Dívida Consolidada em relação ao PIB do Rio Grande do Sul. Sublinhe-se que, em 1994, o estoque da Dívida Fundada Interna e Externa representava 14,1% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar de 23,3% do PIB, em 2002. Em 2010, a equação estava em 18,2% do PIB.



Dívida Consolidada Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB
gaúcho – Em R\$ 1.000,00

Especificação	Dívida Interna	Dívida Externa	Total de Dívida	PIB do RS	% Dívida S/PIB
1994	4.154.715	244.721	4.399.436	31.129.234	14,1
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	53.652.947	13,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	63.262.677	14,0
1997	10.761.096	252.275	11.013.370	69.221.314	15,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	70.541.889	19,0
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	75.450.458	20,6
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	85.137.543	20,4
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	94.084.498	21,1
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.499.011	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	206.787.154	17,9
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	228.288.657	18,2

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.
Nota: O PIB do RS de 2009 e 2010, divulgado pela FEE/RS, é preliminar.

Se o tamanho do estoque total da dívida de longo prazo ao final de 2010, de aproximadamente R\$ 43 bilhões (dívida intra e extralimite), por um lado, já atesta o alto grau de endividamento do Estado, por outro, não menos importante, representa um volume significativo de desembolso mensal a ser despendido. Em seis anos, entre 2005 e 2010, em valores nominais, já foram empenhados

R\$ 11,6 bilhões a título de pagamento de juros e encargos da dívida pública. Nesse mesmo período, investiu-se menos de R\$ 5,0 bilhões.

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do Serviço da Dívida Pública. Em 2000, comprometeram-se 12,8% da RCL. Em 2010, 10,7% da RCL. No período entre 2000 e 2010 despenderam-se, com o serviço da dívida, em média, o equivalente a 13,0% da RCL e 15,8% da Receita Líquida Real (RLR). A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS



Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL e à RLR - R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321	2.955.751
(-) Operação Externa com o BIRD	-	-	-	-	-	-	-	-	1.192.010	-	786.825
SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
RECEITA LÍQUIDA REAL – RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190	11.411.117	13.534.810	14.076.386	16.725.956
% SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA/RCL	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1	11,9	12,1	10,7
% SERVIÇO DA DÍVIDA AJUSTADA/RLR	15,4	15,3	16,7	17,3	16,9	17,2	16,3	16,0	14,7	15,0	13,0

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Nota: Foram excluídas as operações de crédito junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão, em 2008, e de R\$ 786,8 milhões, em 2010.



Os Investimentos Amplos

O reflexo da crise estrutural das finanças estaduais sobre os investimentos foram crescentes ao longo do tempo e especialmente a partir do início da década de 1990. A próxima Tabela mostra a evolução das Despesas de Capital em relação à RCL e ao PIB do Rio Grande do Sul, desde o governo Triches. Este investiu 29,7% da RCL, equivalente a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Olívio Dutra, Germano Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 10,6%, 6,0% e 5,4% da RCL e 0,7%, 0,5% e 0,5% do PIB.

Investimentos amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Brito	Olívio	Rigotto	Yeda
% Investimentos/RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4
% Investimentos/PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.

Nota: Em 2009 e 2010, o PIB divulgado pela FEE/RS é preliminar.

Os investimentos efetivados em relação à RCL, desde o ano de 2000, são apresentados na Tabela a seguir, na qual pode-se verificar que a compressão dos recursos em investimentos tem sido recorrente nos últimos governos.



Investimentos totais empenhados em relação à RCL - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
INVESTIMENTOS AMPLOS	822.901	621.956	445.344	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847
% INVESTIMENTOS / RCL	12,4	8,1	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9	4,0	3,8	9,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.



O Estado, além dos recursos orçamentários próprios, de contrapartida, de convênios e de operações de crédito, conta ainda com os investimentos das Estatais, importantes para fazer frente às necessidades de infraestrutura do Estado. Para 2011, estão previstos mais de R\$ 1,1 bilhão em Despesas de Capital.

Destacam-se também os grandes investimentos federais que estão sendo feitos no Estado, através dos Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e de outras fontes de recurso e de convênios, como, por exemplo, a construção da Rodovia do Parque (BR 448), que vai ajudar a desafogar a BR-116, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul; a extensão da linha de trem de passageiros de São Leopoldo até Novo Hamburgo (TRENSURB); as obras de saneamento em estação de tratamento de esgoto e canalização em Sapucaia, Esteio e Canoas; a dragagem de canal e a ampliação e revitalização do cais de acostagem no Porto do Rio Grande; a ampliação da refinaria Alberto Pasqualini; a ampliação da usina termoeletrica Presidente Médici; a ampliação da pista e dos terminais do Aeroporto Salgado Filho; a melhoria da infraestrutura em assentamentos de colonos; e a construção das barragens de Taquarembó e Jaguari.

1.6 A SITUAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUALIZADA DO RS COM A UNIÃO E A NECESSIDADE DE NEGOCIAÇÃO DE UM NOVO PERFIL DE ATUALIZAÇÃO

A origem e evolução da dívida pública estadual contratualizada junto à União

O Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda sua dívida mobiliária e quase toda a parte da dívida contratual, com base nos termos do protocolo de intenções firmado em 20/set/1996. A autorização dessa operação foi dada através da lei federal nº 9.996, de 11/set/1997, da lei estadual nº 10.920, de 03/jan/1997, e da resolução do Senado Federal nº 64, de 01/jul/1997. O refinanciamento da dívida foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa

de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, os estados e municípios definiram com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença - chamada de resíduo - deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no Contrato (no caso gaúcho, em março de 2028). Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, quando do final da contratação da dívida. A Tabela adiante discrimina o valor total original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

Tabela – Valor total original da dívida do Estado do RS refinanciado junto a União – em R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação Banrisul Contrapartida PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: CAGE/RS - Balanço Geral do Estado de 1999, fl. 97.

O RS possui dois grupos distintos de dívida contratada junto à União: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação à receita e está sendo paga mensalmente, conforme o Contrato, sendo que, ao final do prazo contratual, não restará resíduo a pagar. A dívida extralimite é composta basicamente pelo PROES, que, através da operação de crédito efetuada junto ao BIRD, em 2010, serviu para liquidar parte de seu estoque.

As cláusulas da renegociação da dívida estadual são as seguintes: (i) a taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados



mensalmente; (ii) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) o sistema de amortização pela Tabela Price; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento é de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite poderá ser prorrogado por mais 10 anos.

O valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do Contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Nos últimos anos, o serviço da dívida intralimite tem sido superior a 13% da RLR, sendo o excesso incorporado ao estoque. Este fato justifica o crescimento expressivo do estoque da dívida, mesmo em um cenário de ausência de operações de crédito, pós-2001.

No ano de 2008, com o crescimento econômico e consequente aumento expressivo das receitas, o resultado primário cobriu integralmente o serviço da dívida, fato inédito. O aumento da arrecadação implicou em pagamento de maiores parcelas da dívida, contudo ainda insuficientes para arcar com toda a prestação do Contrato, acarretando um aumento substancial do resíduo, tornando o estoque da dívida ainda maior ao final daquele exercício. A próxima Tabela apresenta a evolução da dívida do Estado com a União.

Tabela – Demonstrativo da evolução do estoque da dívida do Estado do RS – em R\$ milhões

Especificação	Principal	Residual	Total do Estoque (Principal + Residual)	Amortização Acumulada	Total Estoque / PIB-RS
16/11/1998	7.119	306	7.425	0	-
1998	9.244	322	9.566	279	13,6
1999	10.908	873	11.781	586	15,6

2000	11.426	1.099	12.525	1.025	14,7
2001	12.499	1.736	14.235	1.523	15,1
2002	15.128	1.785	16.913	2.063	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	2.701	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	3.415	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	4.241	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	5.252	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	6.371	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	7.647	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	9.080	15,6
2010	21.361	14.884	36.245	10.660	15,9

Fonte: CAGE/RS - Balanço Geral do Estado de 2010, fls. 109/110.

Observa-se que o principal da dívida, em 31/12/2010, era de R\$ 21,4 bilhões. Já os valores de juros não pagos totalizam, no período entre 1998 e 2010, R\$ 14,9 bilhões. Em suma, o Estado financiou R\$ 12,5 bilhões (referentes ao principal + PROES + resíduo + Fundação Banrisul + Finame + BNDES), pagou no período R\$ 10,7 bilhões, e o estoque da dívida saltou para R\$ 36,2 bilhões.

Os encargos financeiros contratados quando da renegociação da dívida

Como anteriormente mostrado, os encargos da dívida contratada são o IGP-DI mais 6% ao ano. A Tabela a seguir apresenta a evolução da variação do IGP-DI, a partir de 1999 até 2010. A variação acumulada foi de 201,6%, ou seja, o IGP-DI triplicou no período. A variação média anual de crescimento do IGP-DI foi de 9,9%, praticamente, 10,0% anuais.

Essas informações, por si só, já mostram a gravidade do problema para quem refinanciou sua dívida baseada nestes indicadores. O IGP-DI é indexador de atualização extremamente variável, que fez a dívida contratada saltar de R\$ 12,5 bilhões para R\$ 36,2 bilhões, ao final de 2010, mesmo que no período tenham sido pagos R\$ 10,7 bilhões. Ainda mais prejudicial foi a combinação entre o IGP-DI e juros de 6% ao ano, inviabilizando a quitação da dívida pelo devedor no prazo contratual. Ao cabo de todos os pagamentos efetuados, resta ainda a pagar todo o principal atualizado pelo IGP-DI.



Tabela – Demonstrativo da variação do IGP-DI, entre 1999 e 2010

Especificação	Varição Anual do IGP-DI	Índice Mensal do IGP-DI	Índice Acumulado do IGP-DI	Percentual Acumulado IGP-DI
1999	19,99	1,1999	1,1999	19,99
2000	9,80	1,0980	1,3175	31,75
2001	10,54	1,1054	1,4564	45,64
2002	26,41	1,2641	1,8410	84,10
2003	7,67	1,0767	1,9822	98,22
2004	12,13	1,1213	2,2226	122,26
2005	1,23	1,0123	2,2500	125,00
2006	3,80	1,0380	2,3355	133,55
2007	7,90	1,0790	2,5200	152,00
2008	9,11	1,0911	2,7495	174,95
2009	(1,44)	0,9856	2,7099	170,99
2010	11,30	1,1130	3,0162	201,62

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Adiante se faz um exercício no intuito de mostrar a diferença entre o IGP-DI e o IPCA. Entre 1999 e 2010, caso tivesse sido adotado o IPCA no lugar do IGP-DI, a economia do Estado do Rio Grande do Sul seria, no período considerado, de exatos R\$ 10 bilhões.

Tabela – Diferença de valores pelo uso do IPCA no lugar do IGP-DI

Especificação	Estoque (Principal + Residual)	Varição Anual do IGP-DI	Varição Anual do IPCA	Diferença entre IGP-DI e IPCA	Economia com o uso do IPCA	Atualização da Economia pelo IPCA
Em 31/dez/1998	9.566	-	-	-		
1999	11.781	19,99	8,94	11,05	1.303	1.303
2000	12.525	9,80	5,97	3,83	481	1.861
2001	14.235	10,54	7,67	2,87	410	2.414

2002	16.913	26,41	12,53	13,88	2.349	5.065
2003	19.944	7,67	9,30	(1,63)	(324)	5.211
2004	22.779	12,13	7,60	4,53	1.033	6.640
2005	24.382	1,23	5,69	(4,46)	(1.086)	5.932
2006	26.222	3,80	3,14	0,66	174	6.292
2007	28.527	7,90	4,45	3,45	985	7.557
2008	32.332	9,11	5,90	3,21	1.039	9.042
2009	32.260	(1,44)	4,31	(5,75)	(1.854)	7.578
2010	36.245	11,30	5,90	5,40	1.958	9.983
Total economia pelo uso do IPCA					6.466	9.983

Fonte de dados brutos: IBGE, CAGE/RS e FGV.

Registre-se ainda que, em 2010, caso o Estado não tivesse pago a dívida na data contratada, seria penalizado com a aplicação da taxa SELIC. Por ironia, observa-se que este indicador – taxa SELIC - traria vantagens significativas, visto que o estoque da dívida seria reduzido em 6,55%, somente em 2010, o equivalente a R\$ 2,1 bilhões, tomando-se como base o estoque do final de 2009, de R\$ 32,3 bilhões. Ou seja: em 2010, a variação do IGP-DI, de 11,30% mais 6% de juros moratórios, resulta num percentual de 18,0% ao ano ($1,1130 \times 1,0600 = 1,1800$). Em 2010, a taxa SELIC ficou, em média, em 10,75%. A diferença é de 6,55% ($1,18 / 1,1075 = 1,0655$).

Portanto, os estados e municípios que formalizaram com a União a renegociação de suas dívidas mobiliárias e contratuais sofrem verdadeira sangria, tornando-se insustentável as cláusulas infligidas aos mesmos. O IGP-DI mais os juros reais formam um coquetel que faz o estoque explodir em 10% anuais, a mesma variação média do IGP-DI entre 1998 e 2010.

A operação de crédito feita junto ao Banco Mundial

O contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial (BIRD), de US\$ 1,1 bilhão (US\$ 650 milhões liberados na data da contratação, em outubro de 2008, e US\$ 450 milhões liberados, em agosto de 2010), objetivou unicamente a reestruturação de parte da dívida extralimite, composta por contratos ou obrigações (financiamentos internacionais, títulos mobiliários e parte



do PROES), que não foram objeto de securitização da dívida junto à União, feita em 1998, através da lei nº 9.496/97. O empréstimo veio substituir dívidas atreladas à taxa SELIC ou o IGP-DI mais 6% ao ano. Ao término da operação, em torno de 60% da totalidade da dívida extralimite que o Estado tinha havia sido reestruturada.

Dessa forma, melhoram-se o perfil da dívida e o fluxo de pagamento, além de ganho financeiro na redução de seu valor presente, com prazo de amortização de 30 anos, através de desembolsos mensais, quitando-se por completo em 2038. A operação trará uma economia total de, aproximadamente, R\$ 600 milhões. De imediato sente-se seu efeito, com desembolsos anuais menores. A reestruturação da dívida extralimite fará o comprometimento sobre a Receita Líquida Real (RLR) cair 2,6%, até 2012 e, dessa data em diante, 1,2% da RLR.

Os recursos desse financiamento foram repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. O custo da operação, paga em dólar, é equivalente à taxa Libor mais *spread* de 0,12% (a taxa anual, na data da primeira parcela contratada, estava em 3,19% ao ano, porém quando da liberação do restante da operação, em agosto de 2010, encontrava-se bem abaixo daquele primeiro percentual, beirando a 0,25% ao ano). A operação previu a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando, em parte, o risco da variação cambial. Para operacionalizar o financiamento, houve a aprovação unânime pela Assembleia Legislativa do Estado do RS e pelo Senado Federal, com o aval da União.

As conclusões e sugestões sobre a dívida estadual com a União

O Rio Grande do Sul contratou com a União, num período pós-inflação galopante, o refinanciamento de quase a totalidade de sua dívida de longo prazo. Os indexadores utilizados para a atualização dessa dívida foram a variação do IGP-DI mais juros de 6% ao ano. Neste caso, o estoque da dívida cresceu, em média, 10% ao ano, o mesmo percentual da variação do IGP-DI, desses últimos doze anos

(da data contratual até 31/dez/2010).

Alerta-se para o fato de que os estados e municípios que aderiram à lei 9.496/97 têm suas finanças comprometidas para esta e futuras gerações. A realidade do País, quando da época do contrato com a União, era de crescimento sustentável e inflação controlada e, mesmo assim, as cláusulas foram leoninas e direcionam os aderentes para um futuro incerto e comprometedor sob a ótica da gestão fiscal.

Adiante, apresenta-se a transcrição de teor exarado por Darcy Santos (2007), em seu livro sobre finanças públicas estaduais:

O contrato de renegociação da dívida apresenta um desequilíbrio econômico-financeiro, justificando a revisão de suas cláusulas. Para ele, os resíduos estão impedindo que o saldo devedor da dívida decresça. O crescimento excessivo do IGP-DI, provocado pelas maxidesvalorizações cambiais ocorridas em 1999 e em 2002, decorrentes da política econômica do Governo Federal, não estava previsto quando do acordo em 1998. Ocorreram, então, circunstâncias estranhas às existentes quando da assinatura do contrato, que foram provocadas por um dos contratantes, em prejuízo do outro, portanto, um caso típico de desequilíbrio econômico-financeiro. Uma das premissas básicas do acordo da dívida era reduzir a relação dívida/receita, o que não está ocorrendo, exatamente por esse fato. Então, a concessão de um desconto no estoque da dívida pela União, com vistas a atingir esse objetivo, torna-se imperativa. Isso não ofende o acordo, pelo contrário, é exatamente o que fará com que as partes cumpram o que foi ajustado.

É urgente uma discussão com o Governo Federal, no sentido de redefinir um novo perfil para a dívida estadual. Ao final de 2010, o Rio Grande do Sul possuía um estoque de dívida com a União, de R\$ 36,2 bilhões, que se agiganta a cada ano, devendo chegar próximo da casa dos R\$ 40 bilhões, ao final de 2011, apesar de desembolsos, apenas nesse ano, na ordem de R\$ 2 bilhões.

Quais, então, podem ser as premissas de discussão para uma agenda de proposta de renegociação com a União, no que tange à mudança de perfil da dívida contratada? Um fato é certo e comprovado: as cláusulas do Contrato entre os estados e municípios com a União, como foi acordado, contratado e assinado, em 1998, são



injustas e moralmente nefastas para as pretensões de um ente federativo, já para aquela época, em que a inflação estava controlada.

A sobreposição do IGP-M mais juros reais de 6,0% ao ano torna o Contrato nocivo aos interesses da boa gestão fiscal, porque se paga a dívida, embora o estoque continue crescendo em escala geométrica. Verifica-se que foram contratados R\$ 12,5 bilhões e, após 12 anos, foram pagos R\$ 10,7 bilhões e, em 31/dez/2010, o estoque da dívida alcançou R\$ 36,2 bilhões. Em 2011, estará próximo da casa dos R\$ 40 bilhões.

Portanto, é urgente a recomposição da dívida sob outra forma de atualização, que faça com que o saldo devedor decline a cada desembolso efetuado. Somente assim, num futuro próximo, poder-se-á dar por extinta a obrigação com o Governo Federal. Caso contrário, a dívida original, que era de monta substancial, multiplicar-se-á em poucos anos e perpetuar-se-á.

É importante ressaltar a necessidade de uma repactuação da dívida com a União em patamares legítimos. Para isso, são necessários esforços de cunho político, institucional e normativo. Somente assim, o lado mais precário poderá honrar com sua obrigação de forma factível, porque o Contrato vigente desmobiliza a gestão fiscal dos estados e municípios por várias décadas.

A seguir, são apresentadas algumas sugestões para discussão sobre a mudança de perfil da dívida:

a) Expurgar o IGP-DI do Contrato antigo. A utilização de qualquer indicador de inflação não é aconselhável porque são altamente volúveis em épocas de recrudescimento da inflação ou de instabilidade econômica, tanto interna como externamente;

b) No caso do uso obrigatório de um índice de atualização inflacionária, o menos volátil é o IPCA porque é monitorado pelo Banco Central para a meta de inflação, de 4,5% ao ano, com a tolerância de 2,0 pontos para cima ou para baixo. A média do IPCA dos últimos doze

anos (1999/2010) é de 6,8%, ou seja, menor em 3,1 pontos percentuais anuais em comparação ao IGP-DI;

c) Numa negociação contratual de longo prazo, não se pode aceitar que a dívida seja vinculada a um índice de inflação e, ao mesmo tempo, acrescida de juros, sob pena de se repetir o mesmo equívoco de 1998;

d) O ideal numa repactuação de dívida de longuíssimo prazo, que envolve entes federativos como credores e devedores, é que se tenha somente a incidência de juros não superiores a 6,0% anuais. Dessa forma, a dívida não se avoluma a cada ano, ficando administrável seu estoque. Assim, os encargos financeiros assemelham-se aos mesmos de operações feitas com o BID e o BIRD;

e) Outra forma de proposição de encargos nos contratos de repactuação é a utilização dos mesmos ônus que o Governo Federal paga na negociação para os seus títulos da dívida pública interna. Assim, utiliza-se a mesma indexação tanto para a parte credora como para a devedora.

1.7 O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o **Regime Geral de Previdência Social** – RGPS (art. 201, da Constituição Federal de 1988), gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pelo sistema repartição simples; (ii) os **Regimes Próprios de Previdência Social** - RPPS (artigo 40 da Constituição Federal de 1988), geridos pelos próprios entes federados, estados e municípios, utilizando-se tanto dos sistemas de **repartição simples**, como de sistemas mistos e **sistemas de capitalização**; (iii) **Regimes de Previdência Complementar** - RPC (artigo 202 da Constituição Federal de 1988), ou também, como denominados usualmente, previdência privada ou fundos de pensão, de caráter



facultativo, podendo ser aberto a qualquer participante interessado ou fechado a participantes de um grupo determinado.

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul até então está organizado mediante o sistema de repartição simples, ou seja, é aquele em que as contribuições se destinam a arcar com o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorrerem neste mesmo período. Com a aprovação, pela Assembléia Legislativa, do Projeto de Lei Complementar nº 189/2011 criou-se, para os novos servidores, o sistema de capitalização, baseado na idéia de uma poupança individual.

Afinal, o que distingue os sistemas de repartição simples dos de capitalização é que, no primeiro, o custo adicional representado pelo envelhecimento é totalmente suportado pelo aumento das contribuições dos jovens, ao passo que, no segundo, tal custo é suportado pelos idosos, com ajustes em seus benefícios. Adiante, analisam-se os dois sistemas e o atual déficit previdenciário:

O sistema de repartição simples e o déficit previdenciário do Estado

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deverá ser baseada em plano de contas específico e a existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabelece, igualmente, que o descumprimento das disposições pode implicar em suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado do Rio Grande do Sul editou a Lei Complementar nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Em relação à parcela patronal, o artigo 2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes.

Entretanto, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, as Leis de Diretrizes Orçamentárias disciplinam os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.



Assim, foram estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, incorporaram-se alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual.

Os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na LC 12.065/04. Devido à sua autonomia, não foi possível o convencimento destes para aderirem a um mesmo comando procedimental legal.

Assim, na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS e para a cobertura de insuficiências financeiras decorrentes da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada “dupla-contagem contábil”, que são as transferências intraorçamentárias.

O sistema de repartição simples é o que perdura atualmente no Estado. Os recursos recolhidos dos contribuintes atuais são destinados a cobrir os gastos com os aposentados de hoje. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos. Em 2000, o Estado possuía 120 mil matrículas de inativos e, em 2010,

saltou para 140 mil. Ressalva-se que, entre 2005 e 2010, aposentaram-se, em média, 2.845 novos servidores.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais aposentados e pensionistas, pois as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para a cobertura do custeio dos atuais inativos e pensionistas. Por isso, o caixa do Tesouro é acionado mensalmente para cobrir o rombo previdenciário. Estima-se, para 2011, déficit de R\$ 5,0 bilhões.

A Tabela seguinte mostra o déficit previdenciário. Em 2000, o déficit com as aposentadorias, reformas e pensões atingiu R\$ 2,2 bilhões e, em 2010, já alcançava R\$ 4,4 bilhões, dobrando em 11 anos. Em 2000, as contribuições totais (pessoal e patronal) cobriram somente 7,6% do gasto previdenciário; já em 2010, essa participação alcançou 32,3%.

Tabela - Déficit Previdenciário – Em valores empenhados – Em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
APOSENTADORIAS E REFORMAS (Elemento 01)	2.001	2.162	2.374	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996
PENSÕES (Elemento 03)	418	501	607	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497
Total Gasto de Aposentadorias e Pensões (A)	2.419	2.663	2.981	3.421	3.669	4.013	4.454	4.866	5.229	5.793	6.493
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES	62	51	57	331	423	471	538	602	607	638	699
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (2 x CONTR. DOS SERVIDORES)	123	103	114	662	845	942	1.076	1.204	1.214	1.275	1.398
Total das Contribuições dos Servidores e da Patronal (B)	185	154	171	993	1.268	1.414	1.614	1.807	1.821	1.913	2.097
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO (B - A)	-2.235	-2.509	-2.810	-2.428	-2.401	-2.599	-2.840	-3.059	-3.408	-3.881	-4.396
% DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O GASTO TOTAL (% B / A)	7,6	5,8	5,7	29	34,6	35,2	36,2	37,1	34,8	33	32,3



Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS/Sistema Cubo.

Nota: Os gastos com aposentadorias, reformas e pensões referem-se aos Elementos da Despesa 01 e 03 (despesas com vencimentos).

A Tabela seguinte traz uma previsão feita pelo atuarial do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), acerca da evolução do déficit previdenciário com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado negativo de R\$ 5,6 bilhões, em 2011, e alcançando um déficit de R\$ 7,0 bilhões, em 2029.

Tabela - Previsão de Déficit Previdenciário

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (A + B)	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2011	1.561.488.720	7.153.640.157	-5.592.151.437	-5.592.151.437
2012	1.521.165.368	7.276.292.405	-5.755.127.036	-11.347.278.473
2013	1.481.097.136	7.405.091.404	-5.923.994.268	-17.271.272.741
2014	1.440.648.358	7.523.710.817	-6.083.062.459	-23.354.335.200
2015	1.398.589.435	7.642.200.744	-6.243.611.309	-29.597.946.510
2016	1.358.540.718	7.746.428.377	-6.387.887.658	-35.985.834.168
2017	1.316.890.618	7.844.635.000	-6.527.744.382	-42.513.578.550
2018	1.277.491.674	7.919.759.249	-6.642.267.575	-49.155.846.125
2019	1.237.017.354	7.976.157.343	-6.739.139.989	-55.894.986.114
2020	1.189.908.357	8.042.282.885	-6.852.374.527	-62.747.360.642
2021	1.169.366.767	8.078.258.828	-6.908.892.061	-69.656.252.703
2022	1.147.906.520	8.112.818.615	-6.964.912.095	-76.621.164.797
2023	1.126.102.460	8.139.770.594	-7.013.668.134	-83.634.832.931
2024	1.104.644.904	8.146.716.501	-7.042.071.597	-90.676.904.529
2025	1.078.765.342	8.136.214.326	-7.057.448.985	-97.734.353.514
2026	1.029.900.262	8.111.296.704	-7.081.396.442	-104.815.749.956
2027	982.160.104	8.068.544.634	-7.086.384.530	-111.902.134.485
2028	935.423.123	8.003.857.824	-7.068.434.701	-118.970.569.187
2029	889.824.533	7.927.647.179	-7.037.822.646	-126.008.391.833
2030	848.059.305	7.821.264.420	-6.973.205.115	-132.981.596.948
2031	807.422.520	7.700.787.432	-6.893.364.913	-139.874.961.861
2032	768.976.534	7.558.504.475	-6.789.527.942	-146.664.489.802
2033	732.473.961	7.401.363.414	-6.668.889.453	-153.333.379.255
2034	694.672.530	7.193.700.224	-6.499.027.694	-159.832.406.950
2035	657.497.914	6.993.473.150	-6.335.975.236	-166.168.382.186
2036	622.192.791	6.784.744.807	-6.162.552.016	-172.330.934.202
2037	587.237.197	6.574.959.951	-5.987.722.754	-178.318.656.956
2038	553.098.113	6.358.531.562	-5.805.433.449	-184.124.090.406
2039	521.186.357	6.133.538.858	-5.612.352.501	-189.736.442.906
2040	489.920.672	5.903.294.450	-5.413.373.778	-195.149.816.684
2041	458.696.995	5.670.204.695	-5.211.507.701	-200.361.324.385
2042	428.403.672	5.431.069.646	-5.002.665.974	-205.363.990.359
2043	399.389.589	5.188.960.813	-4.789.571.224	-210.153.561.582
2044	373.213.593	4.938.361.927	-4.565.148.334	-214.718.709.916

2045	347.230.101	4.689.723.986	-4.342.493.884	-219.061.203.801
2046	323.222.628	4.438.719.332	-4.115.496.704	-223.176.700.504
2047	300.652.576	4.188.286.460	-3.887.633.883	-227.064.334.387
2048	278.316.585	3.943.218.769	-3.664.902.184	-230.729.236.571
2049	257.546.456	3.700.392.147	-3.442.845.691	-234.172.082.262
2050	238.295.504	3.460.840.514	-3.222.545.010	-237.394.627.272
2051	219.802.241	3.227.655.604	-3.007.853.364	-240.402.480.636
2052	202.090.954	3.001.449.901	-2.799.358.947	-243.201.839.583
2053	185.214.230	2.782.660.088	-2.597.445.859	-245.799.285.442
2054	169.162.638	2.571.819.719	-2.402.657.080	-248.201.942.522
2055	153.951.268	2.369.296.017	-2.215.344.749	-250.417.287.271
2056	139.587.978	2.175.392.826	-2.035.804.848	-252.453.092.119
2057	126.074.021	1.990.354.514	-1.864.280.493	-254.317.372.613
2058	113.405.008	1.814.371.811	-1.700.966.803	-256.018.339.416
2059	101.571.779	1.647.585.262	-1.546.013.484	-257.564.352.900
2060	90.561.101	1.490.087.364	-1.399.526.264	-258.963.879.163
2061	80.356.356	1.341.923.942	-1.261.567.586	-260.225.446.750
2062	70.937.861	1.203.091.570	-1.132.153.708	-261.357.600.458
2063	62.283.331	1.073.538.308	-1.011.254.977	-262.368.855.435
2064	54.368.306	953.167.261	-898.798.954	-263.267.654.389
2065	47.166.411	841.839.320	-794.672.909	-264.062.327.299
2066	40.649.468	739.375.644	-698.726.176	-264.761.053.474
2067	34.786.641	645.546.680	-610.760.039	-265.371.813.513
2068	29.548.023	560.124.892	-530.576.869	-265.902.390.382
2069	24.899.203	482.808.118	-457.908.915	-266.360.299.297
2070	20.804.977	413.272.440	-392.467.464	-266.752.766.760
2071	17.228.456	351.158.431	-333.929.975	-267.086.696.735
2072	14.131.285	296.072.446	-281.941.160	-267.368.637.896
2073	11.474.110	247.592.251	-236.118.141	-267.604.756.037
2074	9.216.960	205.269.696	-196.052.737	-267.800.808.773
2075	7.319.841	168.638.718	-161.318.877	-267.962.127.650
2076	5.743.277	137.220.925	-131.477.648	-268.093.605.298
2077	4.448.843	110.532.429	-106.083.586	-268.199.688.884
2078	3.399.654	88.090.382	-84.690.728	-268.284.379.612
2079	2.560.798	69.419.310	-66.858.512	-268.351.238.124
2080	1.899.784	54.058.891	-52.159.107	-268.403.397.231
2081	1.386.898	41.570.602	-40.183.704	-268.443.580.935
2082	995.434	31.543.211	-30.547.777	-268.474.128.711
2083	701.835	23.597.062	-22.895.227	-268.497.023.939

Fonte: Atuarial do Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS).

O recente aumento da contribuição para os que ganham acima do teto do INSS, no curto e médio prazo, tende a amenizar, mas não resolver a situação. Mesmo após a implementação do sistema de capitalização aos novos servidores, somente ao final deste século vislumbrar-se-ia o equilíbrio previdenciário.

A medida eficaz que soluciona o problema do déficit previdenciário, contudo surtindo efeitos no longuíssimo prazo, foi a aprovação de Projeto de Lei do Executivo estadual pela Assembleia gaúcha, em junho de 2011, que criou o sistema de capitalização para os novos servidores. Assim, quando da aposentadoria desses



servidores, o pagamento dar-se-á através do fundo garantidor, não mais pelo Tesouro estadual. Dessa forma, o caixa começará a ser menos pressionado em duas a três décadas.

O sistema de capitalização

Pelo sistema de capitalização, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber de volta uma renda vitalícia baseada na contribuição ao sistema, acrescido dos rendimentos do capital.

O Projeto de Lei Complementar nº 189/2011, que o Poder Executivo estadual enviou à Assembleia Legislativa, objetiva aplicar o regime financeiro de capitalização para os novos servidores estaduais. O parlamento gaúcho aprovou o projeto em junho de 2011, sendo que ainda depende de regulamentação própria para a sua entrada em vigor. Na mesma ocasião criou o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV).

Para a implementação do regime de capitalização deve ser instituído administrativamente o FUNDOPREV, que será regido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia. Todos os valores destinados ao FUNDOPREV serão depositados em conta específica e exclusiva do Bannisul, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único.

As aplicações e investimentos efetuados com os recursos do FUNDOPREV atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pela Política Anual de Investimento do Fundo, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A contribuição previdenciária mensal foi fixada em 14%. Será observada a dedução de 21,43% aplicados sobre a base de cálculo até

o limite estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Para os que ganham até duas vezes o valor do RGPS, observa-se também uma dedução de 21,43%. Para os que percebem acima de duas vezes o teto do INNS, o desconto será de 14% sobre o total da remuneração percebida.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida em igual valor pelo Estado àquela contribuição descontada do servidor, formará um fundo destinado exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar no futuro déficit previdenciário para o Estado, visto que, em tese, haverá um fundo disponível que suportará a totalidade dos dispêndios.

1.8 A RIGIDEZ DO ORÇAMENTO ESTADUAL

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem de enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado do Rio Grande do Sul é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação. Essas normas causam efeitos e sobreposições sobre o erário estadual.

O problema é que a Constituição Federal, a Constituição Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas aspirações e corretas intenções, resultariam em que a soma das despesas ultrapassaria a das receitas. Por outro lado, para dar-se um exemplo, as despesas com Educação, desde 1999, têm crescido na média tanto em termos nominais quanto reais. Mesmo assim, não se conseguiu alcançar o que prescreve a Constituição Estadual. O mesmo serve para a Saúde, caso se excluísse da conta os gastos com saneamento.

A tabela adiante mostra que se, particularmente, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cumprisse com as todas as obrigações legais e constitucionais constantes do Orçamento do



Estado de 2011, aprovado pela Assembleia Legislativa, haveria um déficit fiscal de R\$ 2,74 bilhões.

Tabela – Vinculações constitucionais e legais no orçamento do Estado de 2011

Total das Receitas do Orçamento de 2011	35.253.084.213
(-) Despesas Intraorçamentárias de Pessoal (Dupla contagem Contábil)	5.814.125.416
(-) Despesas Intraorçamentárias de Custeio (Dupla Contagem Contábil)	17.312.860
Total das Receitas do Orçamento de 2011 (Sem as Despesas Intraorçamentárias)	29.421.645.937
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	7.672.496.980
(-) Outras Despesas Correntes	17.410.709.610
a) Aposentadorias e Pensões do Poder Executivo	6.024.312.174
b) Transferências Legais aos Municípios (Distribuição de Receitas)	5.709.111.773
c) Demais Outras Despesas Correntes (Manutenção, Custeio e Gestão do SUS)	5.677.285.663
(-) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.776.444.257
(-) Serviço da Dívida Pública Estadual Interna e Externa (juros, Encargos e Amortização)	2.344.676.868
(-) Reserva de Contingência	217.318.222
Resultado Orçamentário de 2011 (Orçamento Equilibrado)	0
(-) Complemento das Vinculações Constitucionais no Orçamento de 2011	2.739.995.134
a) Saúde sem despesas com saneamento (Para os 12,00% da RLIT, Falta 4,36% da RLIT)	798.495.645
b) Educação da Constituição Estadual (Para os 35,00% da RLIT, Falta 8,99% da RLIT)	1.646.439.414
c) Pesquisa Científica e Tecnológica (Para os 1,50% da RLIP, Falta 1,37% da RLIP)	223.332.764
d) Ensino Superior Comunitário (Para os 0,50% da RLIP, Falta 0,44% da RLIP)	71.727.311
Novo Resultado Orçamentário (Caso se cumprisse todas as Vinculações Constitucionais) - Déficit	-2.739.995.134

Fonte de Dados Brutos: Lei Orçamentária de 2011 - Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Se não bastasse o já exagerado engessamento da peça orçamentária, através da edição do Decreto 47.063, de 08/03/2010, o Estado do Rio Grande do Sul regulamentou a Emenda Constitucional Federal nº 62/09, que trata de regime especial de pagamento de precatórios, com vigência a partir de 01/01/2010, optando pela vinculação de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), nos quais 50% do valor são alocados aos credores por ordem cronológica de

apresentação e outros 50%, ou por leilão, ou por acordo direto com credores (conciliação) ou por ordem crescente de valor. Ademais, projeto de lei do Executivo estadual, aprovado pela Assembleia Legislativa, em junho de 2011, vinculou o pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV), no patamar anual de 1,5% da RCL.

Ressalva-se que a proposta orçamentária e a própria execução, para serem equilibradas, nesse quadro institucional, sempre irão ferir algum dispositivo constitucional ou legal. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação, as despesas crescem nas mesmas proporções, pois são percentuais vinculados da receita.

Assim, sem outros artifícios, os governos ou não cumprem a legislação estabelecida ou, obrigatoriamente, geram déficit ao cumpri-la. Esse problema ainda não foi devidamente entendido por todos os agentes envolvidos no processo orçamentário. A solução passa pela necessidade de alteração das normas vigentes, desvinculando o orçamento, o que não é uma tarefa fácil, tendo em vista o conjunto de interesses envolvidos.



2 O CENÁRIO PARA A PROJEÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2012-2015

A Proposta do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015, levada à apreciação da egrégia Assembleia Legislativa, foi montada com base nos seguintes parâmetros macroeconômicos:

Tabela – Previsão de PIB e da inflação, no período entre 2012 e 2015

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015
PIB REAL	5,50%	6,50%	6,50%	4,00%
INFLAÇÃO (IPCA)	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
VARIAÇÃO DO PIB REAL X INFLAÇÃO (IPCA)	10,25%	11,29%	11,29%	8,68%

NOTA: Os parâmetros acima são os mesmos utilizados pela União, até o ano de 2014.

O art. 9º do Projeto de Lei nº 172, do Poder Executivo, enviado à Assembleia Legislativa para a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2012) determina, para o orçamento de 2012, o percentual de 4,5% de acréscimo no grupo das “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, em relação às dotações de 30 de abril de 2011, conforme teor adiante transcrito:

Art. 9º - Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras; em 2012, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2011, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2011, com essa fonte de recurso, **acrescidos de 4,5%** (quatro inteiros e cinco décimos por cento) de correção.

O art. 30 do Projeto de Lei nº 172, do Poder Executivo, enviado à Assembleia Legislativa para a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2012) determina, para o orçamento de 2012, o percentual de 7,2% de acréscimo no grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, em relação às dotações de 30 de abril de 2011, conforme teor adiante transcrito:

Art. 30 - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias para 2012, para o grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2011, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2011, **acrescidos de 7,2%** (sete inteiros e dois décimos) de correção, considerando, inclusive, o disposto nos art. 40 e 41 desta Lei.

Ressalta-se que, para os demais anos do Plano Plurianual (2013-2015), as despesas com pessoal, manutenção e custeio e investimento foram fixadas na razão de 4,5% ao ano, ou seja, a inflação prevista do período pelo IPCA.

A estimativa da receita pública para o Projeto de Lei do PPA 2012-2015

A projeção da arrecadação para os exercícios de 2012-2015, de R\$ 184,34 bilhões, compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações. Excluindo as receitas intraorçamentárias, de R\$ 29,27 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada, de R\$



155,07 bilhões, correspondente a R\$ 150,84 bilhões de receitas correntes e R\$ 4,23 bilhões de receitas de capital. A tabela a seguir mostra os principais agregados da receita pública.

Principais Agregados de Receita Pública Consolidada Estimativa para o PPA 2012-2015

AGREGADOS DA RECEITA	PPPA 2012-2015
RECEITAS CORRENTES	150.838.874.994
Receita Tributária	117.040.027.450
Receita de Contribuições	7.489.828.884
Receita Patrimonial	3.505.789.791
Receita Agropecuária	20.814.347
Receita Industrial	1.120.287
Receita de Serviços	1.549.036.314
Transferências Correntes	35.188.067.076
Outras Receitas Correntes	4.021.849.284
Deduções da Receita Corrente	-17.977.658.439
RECEITA DE CAPITAL	4.228.792.943
Operações de Crédito	1.845.146.446
Alienação de Bens	83.425.090
Amortização Empréstimos	201.311.869
Transferências de Capital	2.098.909.538
TOTAL DAS RECEITAS SEM AS INTRAORÇAMENTÁRIAS	155.067.667.936
(+) Transferências de Receitas Intraorçamentárias	29.272.618.448
TOTAL DA RECEITAS COM AS INTRAORÇAMENTÁRIAS	184.340.286.384

Fonte: SEPLAG/RS – PPPA 2012-2015.

A fixação da despesa pública para o Projeto de Lei do PPA 2012-2015

A estimativa das despesas dotadas da Administração Pública Consolidada, para o Projeto de Lei do PPA 2012-2015, foi fixada em R\$ 184,34 bilhões. Excluindo as despesas intraorçamentárias, de R\$ 29,27 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 155,07 bilhões.

A Tabela adiante mostra os principais agregados da despesa dotada. A previsão das despesas de “Pessoal e Encargos Sociais” sem as intraorçamentárias é de R\$ 72,26 bilhões. O gasto com “Outras Despesas Correntes” alcança R\$ 59,41 bilhões. Destacam-se as “Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios”, de R\$ 30,32 bilhões; o “Serviço da Dívida”, de R\$ 12,60 bilhões; os “Investimentos Amplos”, de R\$ 10,79 bilhão, alcançando R\$ 16,92 bilhões com a inclusão dos investimentos das estatais gaúchas, de R\$ 6,13 bilhões.

Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para o PPPA 2012-2015

AGREGADOS DA DESPESA	PPPA 2012-2015
Pessoal e Encargos Sociais	72.264.375.886
Outras Despesas Correntes	59.413.634.509
Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida)	12.598.173.432
Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	10.791.484.109
TOTAL DAS DESPESAS COM AS INTRAORÇAMENTÁRIAS	155.067.667.936
(+) Transferências de Despesas Intraorçamentárias	29.272.618.448
TOTAL DAS DESPESAS SEM AS INTRAORÇAMENTÁRIAS	184.340.286.384

Fonte: SEPLAG/RS - PPPA 2012-2015.

OS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS GAÚCHAS

O orçamento de investimento das empresas públicas do Rio Grande do Sul, nas quais o Estado detém a totalidade do capital social, e das sociedades de economia mista, nas quais o Estado detém a maioria das ações com direito a voto, acompanha a Proposta de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 da Administração Pública estadual direta, suas autarquias e fundações. Tudo em conformidade com o que determina a Constituição Estadual, em seu art. 149, §§ 1º e 2º, bem como o prazo legal de 01 de agosto do primeiro ano do mandato do Governador, para o envio à Assembleia Legislativa da peça



orçamentária, estabelecido pelo art. 152, § 8º, I, da Constituição do Estado.

As estatais gaúchas melhoraram significativamente seu desempenho graças à modernização administrativa, à redução de despesas, ao crescimento da receita operacional e da rentabilidade sobre o patrimônio líquido. O bom momento econômico ajudou a impulsionar a *performance* das principais empresas pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul, com a gestão voltada aos resultados, com o trabalho de racionalização de custos e com a melhoria de processos.

A Tabela adiante mostra a evolução dos investimentos feitos pelas estatais, entre 2007 e 2010, os recursos projetados na Lei Orçamentária de 2011 (LOA 2011) e o previsto no PPPA 2012-2015.

Tabela - Investimentos das estatais gaúchas no PPPA 2012-2015 – R\$ 1.000,00

Estatais	2007 Executado	2008 Executado	2009 Executado	2010 Executado	LOA 2011	PPA 2012- 2015
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	425.200	1.817.710
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	367.000	2.086.887
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	45.400	782.000
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	44.100	270.559
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	217.500	552.300
CAIXA ESTADUAL	1.213	604	3.202	626	5.300	509.950
DEMAIS ESTATAIS	8.280	8.259	22.951	32.475	30.500	109.671
Total dos Investimentos	452.410	481.973	716.398	836.643	1.135.000	6.129.077

Fonte: SEPLAG/RS – PPPA 2012-2015.

Nota 1: os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição e CEEE Geração e Transmissão.

Nota 2: A estimativa dos investimentos para o PPPA 2012-2015 do BANRISUL, PROCERGS e CORAG são preliminares, sujeitos à alteração.

A peça orçamentária do PPPA 2012-2015 apresenta os investimentos das estatais, de R\$ 6,1 bilhões. Pela ótica econômica (em uma estimativa sobre matriz insumo-produto, elaborada pela FEE/RS), os investimentos previstos pelas estatais gaúchas, entre 2012-2015, em média de R\$ 1,5 bilhão anual, terão significativo impacto anticíclico, pois trarão um incremento de 0,60% no PIB estadual anual, acompanhado da criação de, aproximadamente, 50.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em mais de R\$ 2,5 bilhões.

3 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO ESTADO

O primeiro momento de elaboração do PPA Participativo 2012-2015 foi o da identificação dos Objetivos Estratégicos. Os documentos orientadores foram:

Programa de Governo;

Carta aos Gaúchos e Gaúchas;

Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa;

Prioridades Estratégicas;

Estudos da Fundação de Economia e Estatística.

Em síntese, os objetivos estratégicos podem ser visualizados como segue:



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Visão: RETOMAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM EQUIDADE E PARTICIPAÇÃO





A visão de governo está expressa na Apresentação deste documento. Nos quatro eixos que organizam a agenda de objetivos de governo estão expressos objetivos que sintetizam em que direção ou “para que” as diversas ações de governo contribuem. Os objetivos abaixo são ligados aos focos de atuação, que dão sentido geral aos programas finalísticos e os focos de gestão Pública dão sentido demais programas. Um programa ou ação pode contribuir para mais de um objetivo e essas relações são importantes para fins de avaliação dos programas e do PPA como um todo.

Importante ressaltar que o conjunto de objetivos expressa o sentido da ação ou a orientação programática das diversas áreas ou dos objetivos transversais. Por exemplo, várias ações do governo estadual devem contribuir para aumentar o investimento, o emprego e a renda. Por óbvio, são necessárias ações da sociedade ou da iniciativa privada e de outros poderes e entes federados para cumprir tais objetivos. Estes são desafios do conjunto do estado e do país. O acompanhamento e avaliação dos programas e ações deste plano aferirão em que medida o governo estadual contribuirá para a realização dos desafios expressos nos objetivos estratégicos.

Do ponto de vista econômico, parte-se do compromisso com o crescimento do investimento, do emprego com distribuição de renda. Com a criação e fortalecimento de processos de trabalho para melhor aproveitar as oportunidades de um novo ciclo de desenvolvimento nacional em curso, bem como pelas oportunidades criadas pelos fluxos de investimentos internacionais. A atuação para a atuação para a consolidação do Polo Naval e das oportunidades na cadeia de petróleo e gás, são exemplos de oportunidade para o período.

Trata-se de aumentar o investimento produtivo, fortalecer as cadeias produtivas – no campo e na cidade - na busca de melhorar as condições de competitividade, os arranjos produtivos locais e, também, consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estratégico do desenvolvimento econômico. Fortalecer as cadeias do agronegócio e, ao mesmo tempo as atividades da agricultura familiar são focos necessários e complementares. Este PPA compromete-se também

com objetivos de fomentar as diversas formas de produção e ocupação, seja as ligadas às micro e pequenas empresas, às da economia solidária, com as práticas cooperativadas ou com os assentamentos rurais.

A busca pelo fortalecimento da infraestrutura econômica, energética e logística, com sustentabilidade ambiental completam a dimensão econômica do projeto de desenvolvimento. Desde a garantia e qualificação dos serviços de transporte e energia, ao estímulo à geração da chamada energia limpa, da qualificação da eletrificação rural, dos acessos asfálticos aos municípios, das integrações intermodais de transporte, no reforço das alternativas hidroviárias e aeroportuárias e esforço de universalização de serviços que propiciem o acesso às redes de comunicação digital.

Do ponto de vista da busca pela sustentabilidade destacam-se objetivos contidos nas integração das políticas ambientais, promovendo a preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais, do conjunto da diversidade biológica, do patrimônio genético e das belezas cênicas com vistas à utilização sustentável.

A busca pela equidade desdobra-se no combate às desigualdades sociais e também às desigualdades regionais. Elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema é a síntese da dimensão social deste plano. Reduzir as desigualdades sociais parte do compromisso com empregos e salários capazes de induzir uma dinâmica virtuosa. Supõe o compromisso em propiciar o acesso da população à educação, conhecimento, cultura e esportes com equidade, qualidade e valorização da diversidade. A ampliação da oferta de vagas e a busca por qualificação e maior permanência na escola no ensino médio, profissionalizante e superior são aspectos importantes nesta área.

Promover o acesso universal à saúde e assistência social é assegurar equidade e qualidade de vida. Trata-se de promover políticas públicas de proteção, inclusão social e combate à miséria.



Garantir a implantação qualificada do SUS e do SUAS são esforços de maior adequação nos atendimentos, na constituição das redes de atenção com a indispensável integração federativa nesses esforços. Integração federativa também indispensável para que o objetivo de retirar as famílias que estão abaixo da linha de pobreza extrema seja exitoso. São diversas as ações complementares ao programa Bolsa Família a serem descritas adiante, em um Plano de Política Transversal específico.

A expansão da infraestrutura social desafia também outras áreas como as da habitação, saneamento e as que contribuem para qualificação da vida no campo e das aglomerações urbanas. Aqui há diversos temas transversais, como o combate à violência no trânsito, a gestão de riscos e desastres, gestão de resíduos e efluentes ou mobilidade urbana. Desde a regularização do uso do solo, urbano e rural, quanto à promoção do acesso à terra, seja para fins produtivos ou de reprodução qualificada da vida em cidades, envolvem de maneira especial alguns segmentos ou grupos, seja os definidos pela carência de acesso à terra ou moradia, quanto a definidos histórica e culturalmente como os povos indígenas ou quilombolas.

Outro tema que merece ação transversal neste PPA Participativo é o do combate às desigualdades regionais. Há diversas regiões em que há menor qualidade nas oportunidades de estudo e emprego, ocasionando inclusive diminuição no contingente populacional nesta primeira década do século XXI. Promover o desenvolvimento regional é identificar e implementar as prioridades aproveitando as potencialidades de cada região capazes de aumentar o dinamismo em processos participativos e articulados com os entes federados.

Aprimorar a cidadania, promover a paz e os valores republicanos é o quarto eixo estratégico deste plano. Aqui se destacam objetivos nos campos da segurança pública, da promoção dos direitos humanos com equidade de gênero, da diversidade humana e cultural e da participação cidadã e da busca de ações concertadas entre os

poderes públicos e com a sociedade civil. Consolidar uma agenda de direitos humanos ampla, que construa serviços necessários a superação vulnerabilidades específicas, seja derivadas de questões etárias, físicas, de gênero ou opção sexual. São temas transversais que demandam novas institucionalidades. Promover territórios de paz, reduzir a criminalidade nas suas diversas forma e aumentar o número de vagas no sistema prisional diminuindo a reincidência no crime são desafios para o período próximo.

Trata-se aqui de, dentro dos limites constitucionais, contribuir para a integridade territorial e a soberania nacional, de preservar poderes constitucionais, de participar da promoção e defesa dos direitos humanos, da paz e do desenvolvimento no mundo. Trata-se de fortalecer a democracia e estimular a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública. A denominação deste plano já revela que sua elaboração é tradução deste objetivo.

Para que esses focos de atuação do governo estadual sejam viáveis, é necessário melhorar a capacidade de investimento do Estado, que passa por ações complementares a um plano plurianual, como equacionar as pressões sobre o tesouro estadual. É necessário recuperar as instituições públicas, aprimorar os serviços e estabelecer nova relação que valorize os servidores públicos. A qualificação da gestão e controles públicos do Estado, com participação cidadã passa por um eixo de ação observado neste PPA Participativo, qual seja da atuação de maneira inovadora, participativa e transversal. A idéia é a da busca da ação em rede, colaborativa, conectada com as possibilidades deste início de século, que superem as fragmentações e disfunções administrativas. Este plano apresenta uma inovação: a identificação de objetivos transversais, ou seja, de alguns temas em que as ações setoriais podem ser vistas também para os denominados objetivos transversais.



Dos Objetivos Setoriais e Transversais

Os diversos programas e objetivos deste plano foram construídos tendo como referências a base estratégica e o processo participativo já descrito. A busca da atuação em rede e da promoção da transversalidade, da ação cooperada entre os diversos setores e órgãos de governo é um objetivos da base estratégica. Assim, em qualquer das ações há uma busca de sinergia e complementariedade, de ação transversal. Porém, destacamos aqui alguns objetivos que se destacam pela busca de uma coordenação especial para que sejam efetivados pela ação governamental.

Estes são denominados aqui de objetivos transversais e serão indicados os órgãos de governo responsáveis pela coordenação do objetivo transversal, pela articulação e mobilização dos diversos atores e recursos necessários para a ação governamental. Assim, as ações podem contribuir para mais de um objetivo, além do objetivo setorial indicado nos programas.

Objetivos Setoriais e Transversais

- Promover o Desenvolvimento da Economia Gaúcha

Tornar a economia do Rio Grande do Sul mais competitiva, através da inserção das empresas gaúchas no mercado nacional e internacional, da atração de investimentos produtivos, bem como do fortalecimento e adensamento das Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais, visando a geração de emprego e renda e o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do Estado. (Desenvolvimento e Promoção do Investimento)

- Erradicação da Pobreza Extrema

Atuar de forma articulada ao programa federal para retirar de maneira significativa os brasileiros que estão abaixo da linha da

pobreza extrema, fixada em R\$ 70 reais *per capita*. (Transversal: Coordenado pela Casa Civil).

- Combater as Desigualdades Regionais

Coordenar e articular o Programa de Combate às Desigualdades Regionais, interagindo com as diferentes Secretarias e demais órgãos do governo, esferas públicas municipais e federal, em constante envolvimento com a sociedade. (Transversal: Coordenação do Gabinete do Vice-Governador)

- Promover a Participação Cidadã e Concertação Econômica e Social

Estabelecer um espaço de concertação das políticas de desenvolvimento econômico e social, com a presença dos diversos atores representando as diversas regiões, categorias e entidades do Estado, para assessoramento de ações estratégicas para o governo do Estado. Desenvolver e implantar novas formas de participação popular e cidadã com o governo através do Gabinete Digital e dos instrumentos de planejamento e orçamento públicos. (Transversal: coordenação da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do Gabinete do Governador e Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã)

- Promover Política de Construção de Autonomia para Mulheres

Coordenar a execução das ações transversais e federativas de qualificação profissional, preparando as mulheres para a sua inclusão no mundo do trabalho, promovendo sua autonomia financeira. (Transversal: Coordenação da Secretaria de Política para as Mulheres)



- Prevenir e Enfrentar a Violência contra as Mulheres

Reduzir os índices de violência contra meninas e mulheres no Rio Grande do Sul. (Transversal: Coordenação da Secretaria de Política para as Mulheres)

- Promover a Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

Promover o empoderamento das mulheres no Estado do Rio Grande do Sul por meio da defesa de seus direitos. (Transversal: Política para Mulheres)

- Promover Direitos Humanos e Apoiar Grupos Específicos

Assegurar o respeito aos direitos humanos e impedir condutas violatórias desses direitos, em especial, por parte de agentes do Estado. Proporcionar as oportunidades de inclusão social necessárias ao gozo efetivo dos direitos humanos de grupos particularmente vulneráveis ou cuja situação de exclusão social e econômica, marginalização ou discriminação os torne particularmente suscetíveis de terem seus direitos violados. Tais grupos incluem crianças e adolescentes; jovens; idosos; afrodescendentes; pessoas com deficiência; lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; quilombolas e povos indígenas. (Transversal: Coordenação da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos).

- Combater o Uso Indevido de Drogas

Instituir a Rede de Prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. Prestar serviços atenção à Saúde associados ao tema. (Transversal: Coordenação da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos).

- Contribuir para a Realização da Copa Mundo 2014

Realizar a Copa do Mundo FIFA 2014 e da Copa da Confederações de 2013 no Estado do Rio Grande do Sul, por meio da articulação com os setores de governo, os atores sociais e a sociedade organizada. (Transversal: Coordenação da Secretaria do Esporte e do Lazer)

- Promover e Financiar a Política Industrial do Rio Grande do Sul

Atuar no âmbito do Sistema de Desenvolvimento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no apoio à formulação e execução da Política Industrial e de Desenvolvimento estadual, por meio de ferramentas de financiamento tradicionais a investimentos, de apoio à inovação tecnológica e de novos instrumentos para participação no capital de empresas. (Desenvolvimento e Promoção do Investimento)

Suprir, por meio da intermediação financeira, as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado. (Secretaria da Fazenda)

- Fortalecer a Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação através da articulação de atores das Universidades, dos Setores Produtivos e do Poder Público, em todas as regiões do Estado, visando fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo, oportunizar o desenvolvimento regional, impulsionar os habitats de inovação e constituir uma rede estadual de parques científicos e tecnológicos, respeitando as características regionais e, com isso, estimulando os setores estratégicos e valorizando o potencial humano



existente no Estado. (Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico)

- Apoiar a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços

Estimular a competitividade do setor produtivo gaúcho através de estímulo à capacitação e inovação na produção do conhecimento, desenvolvimento e transferência de tecnologias inovadoras, aumento do valor agregado dos produtos e processo, qualificação, atração e fixação de recursos humanos e de empresas de base tecnológica, além da viabilização de captação de recursos para ciência, tecnologia e inovação. (Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico)

- Fortalecer as Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário

Desenvolver as cadeias produtivas do agronegócio gaúcho, auxiliando na ampliação da produção e produtividade e fomentando atividades nascentes, visando a competitividade e a qualificação da produção. (Agricultura, Pecuária e Agronegócio)

- Estimular a Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária

Ampliar e qualificar a produção de conhecimentos científicos, de forma a proporcionar maior produtividade e competitividade à agropecuária gaúcha. (Agricultura, Pecuária e Agronegócio)

- Valorizar a Carne Gaúcha – A Melhor Carne do Mundo

Valorizar a carne gaúcha com diferencial de qualidade e sanidade, baseada nos preceitos de vantagens comparativas e

desenvolvimento sustentável, oferecendo aos mercados um produto de alto valor agregado. (Agricultura, Pecuária e Agronegócio)

- Promover a Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal

Assegurar, através da aplicação de políticas públicas, a sanidade das populações vegetais, a saúde dos rebanhos animais, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a idoneidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. (Agricultura, Pecuária e Agronegócio)

- Fortalecer as Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa

Fortalecer as cadeias produtivas locais e regionais de base familiar e cooperativa, qualificando a produção, ampliando mercados consumidores, aumentando e gerando renda, proporcionando assim melhor condições socioeconômicas às famílias. (Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo)

- Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho

Garantir condições de competitividade e o fortalecimento de cooperativas de todos os portes e ramos de atividade por meio de ajustes tributários e incentivos fiscais, bem como vias de acesso diferenciado ao crédito, estruturação de programas de monitoramento e qualificação tecnológica e da gestão e apoio à educação e à formação de redes cooperativas. (Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo)



- Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas

Assentar, regularizar, qualificar a infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos, bem como viabilizar projetos de crédito fundiário, visando ao alcance do desenvolvimento sustentável, o bem-estar e o respeito à identidade cultural de grupos que possuem a terra como seu meio principal de vida. (Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo)

- Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural

Estimular a soberania e segurança alimentar, através do apoio à comercialização direta das economias de base familiar e cooperativa, do apoio às compras institucionais e da aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar, da regionalização do abastecimento e da inclusão produtiva de famílias que vivem em extrema pobreza no meio rural.

- Fomentar as Micro e Pequenas Empresas

Implementar e consolidar processo permanente de apoio às Micro e Pequenas Empresas (MEPs), às Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e ao Microempreendedor Individual (MEI), através de instrumentos de fomento, assessoria técnica, capacitação e cooperação empresarial, acesso ao crédito, apoio ao empreendedorismo que vise o aprimoramento dos postos de trabalho e a qualificação profissional, tendo como foco a geração de emprego e a melhoria da renda do trabalhador, modernização de técnicas de gestão e ampliação da capacidade de inovação, buscando desenvolvimento econômico sustentável do nosso Estado. (Micro e Pequenas

Empresas, Economia Solidária e Apoio às Micro e Pequenas Empresas)

- Apoiar o Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária

Fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários, ampliando sua presença e viabilidade econômica nos diferentes segmentos produtivos e territórios, potencializando a organização e o crescimento de redes e cadeias produtivas. Integrar e articular trabalhadores ainda não associados, apresentando a economia solidária como uma opção de organização econômica e social, principalmente ao público beneficiário dos programas sociais nos territórios. Fortalecer e difundir as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação dos seres humanos e do meio ambiente. (Micro e Pequenas Empresas Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequenas Empresas)

- Modernizar a Junta Comercial

Modernizar os serviços prestados pela JUCERGS com vistas à agilidade, qualidade e segurança no atendimento ao empresariado gaúcho, dentro de um ambiente tecnológico que propicie a prestação cada vez maior de serviços eletrônicos, facilitando e impulsionando o desenvolvimento social e econômico do nosso Estado. (Micro e Pequenas Empresas Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequenas Empresas)

- Promover e Desenvolver o Turismo

Desenvolver a atividade turística gaúcha como um fator de desenvolvimento econômico, por meio da geração de trabalho e renda,



com a inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os gaúchos. (Turismo)

Estruturar, promover e fomentar o produto turístico gaúcho nos principais mercados nacionais e internacionais, considerando especialmente a oportunidade evidenciada pela realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo em 2014, a Copa das Confederações e outros. (Turismo)

- Fortalecer a Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico

Desenvolver a infraestrutura de logística, energia e comunicação, entre outros itens estruturantes do desenvolvimento no Estado, de forma a agilizar e dinamizar os pólos produtivos já instalados e ao mesmo tempo prover a infraestrutura necessária para implantação de novos polos industriais. (Desenvolvimento e Promoção do Investimento)

- Ampliar e qualificar a Geração, Transmissão e Distribuição de Energia

Ampliar a capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia no Estado, bem como promover o processo de diversificação de suas fontes energéticas, objetivando atender à demanda e seu crescimento, inclusive eletrificação rural. (Infraestrutura e Logística)

- Qualificar as Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística

Formular políticas governamentais na área de Infraestrutura e Logística, estabelecendo diretrizes, coordenando a execução de programas atinentes aos setores de transporte, energia, comunicação,

mineração e logística, de modo a dotar o Estado das condições necessárias à promoção do desenvolvimento.

Manter e ampliar a malha rodoviária estadual, com a busca pela universalização de acesso asfáltico municipal, duplicação de rodovias, obras de arte e fiscalização do transporte de carga e passageiros.

Ampliar, manter e qualificar capacidade aeroportuária.

Ampliar e manter e qualificar capacidade portuária e hidroviária.

Contribuir para ampliar capacidade ferroviária.

Qualificar o setor de transportes com vistas às práticas de intermodalidade e multimodalidade. (Infraestrutura e Logística)

- Qualificar a Infraestrutura Rural

Implementar estruturas que melhorem o abastecimento de água para o consumo humano e sistemas de armazenamento e irrigação nos estabelecimentos rurais das Economias de Base Familiar, nos Assentamentos e nas Comunidades Indígenas e Quilombolas. (Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo)

- Promover a Tutela e Gestão Ambiental Integrada

Coordenar e planejar a execução, o acompanhamento e a atualização da Política Ambiental do Estado, mediante a integração intra e interinstitucional e dos sistemas: SISEPRA e SERH e a adequação de legislação, processos, instrumentos e ferramentas. (Meio Ambiente)

Promover a preservação, conservação e restauração dos recursos ambientais, do conjunto da diversidade biológica nativa, da integridade dos ecossistemas, do patrimônio genético e das belezas



cênicas de regiões e locais com interesse científico e cultural, com vistas à utilização sustentável, garantindo equilíbrio ecológico. (Meio Ambiente)

Coordenar a articulação das ações de controle, fiscalização e monitoramento ambientais, com base na aplicação de normas regulatórias e no uso de sistemas de informação integrados. (Meio Ambiente)

- Democratizar o Conhecimento (Qualificar a Democratização da Gestão Curricular)

Garantir aprendizagens, com a construção democrática do conhecimento de forma interdisciplinar, interagindo com a realidade local, respeitando os diferentes saberes, a diversidade sócio-cultural e assegurando o direito a um ensino de qualidade social com inclusão e sustentabilidade sócio ambiental. (Educação)

- Qualificar a Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC

Construir políticas, mecanismos e instrumentos que garantam um espaço público de deliberação coletiva na tomada de decisões sobre o processo de gestão e organização escolar, buscando o fortalecimento e a qualificação das instituições escolares. (Educação)

- Qualificar a Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica

Viabilizar, a todos os cidadãos, o acesso e a permanência com sucesso a uma Educação Básica de qualidade social, em todos os níveis e modalidades de ensino, priorizando a universalização do Ensino Médio. (Educação)

- Qualificar a Valorização dos Profissionais da Educação

Garantir políticas de Recursos Humanos que assegurem direitos e conquistas, formação inicial e continuada que venham ao encontro da valorização de todos os profissionais em Educação da rede estadual, articulando interesses coletivos de forma a aprimorar o projeto político pedagógico, a qualidade de ensino e a gestão. (Educação)

- Qualificar e Ampliar a Oferta de Educação Profissional e Tecnológica

Formular e implementar a política pública para a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando sua expansão e garantindo a qualificação do acesso e permanência do aluno através de políticas públicas integradoras que assegurem as modalidades de Educação Profissional ofertadas pelo Estado. (Educação)

- Qualificar, Recuperar e Ampliar a Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilizar a Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais

Garantir a todas as escolas um ambiente qualificado às atividades escolares, quanto à infraestrutura física e pedagógica, visando um ensino público de qualidade social. (Educação)

- Fortalecer a Educação Superior Pública

Estabelecer serviços integrados de ensino, pesquisa e extensão articulados com as realidades regionais e as três áreas de conhecimento da UERGS.



Prover programas de estímulo para o desenvolvimento acadêmico do público-alvo e viabilizar o acesso, a permanência e a formação do público economicamente hipossuficiente e/ou com deficiência nos serviços universitários. (Ciência, Inovação de Desenvolvimento Tecnológico)

- Promover Acesso e Diversidade Cultural

Promover o acesso a bens e serviços culturais, a diversidade cultural, o intercâmbio interno e do RS com o Brasil, o MERCOSUL e o Mundo. Ampliar a cidadania cultural, apoiar o desenvolvimento das linguagens artísticas e fortalecer a economia da Cultura no RS, sempre observando ações afirmativas relativas a questões de classe, gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual, PCDs e de reinserção social de presos. (Cultura)

- Qualificar a Rede de Atenção à Saúde no RS

Fortalecer, ampliar e qualificar a rede de atenção à saúde no Rio Grande do Sul, articulando os diferentes níveis de assistência a partir da atenção básica, promovendo a integração das ações e serviços de saúde através de linhas de cuidado e aprimorando o acesso aos serviços de saúde no estado, consolidando a regionalização da saúde. (Saúde)

- Qualificar a Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS

Estimular processos de gestão de qualidade e o uso eficiente dos recursos públicos, acompanhando de forma sistemática as políticas e os processos de trabalho, assegurando as práticas legais de financiamento no SUS/RS, bem como fortalecer e expandir a Infraestrutura do SUS no Rio Grande do Sul. (Saúde)

- Fortalecer a Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva

Planejar, desenvolver e executar ações de educação, tecnologia e pesquisa em saúde voltadas à construção de um Sistema Único de Saúde com qualidade e resolutividade, auxiliando na construção da política pública. Reestruturar e fortalecer a Escola de Saúde Pública como polo de formação de trabalhadores, gestores e conselheiros do e para o SUS, trabalhando em conjunto com outros departamentos e órgãos da Secretaria de Saúde, bem como outras Secretarias de Governo. (Saúde)

- Qualificar a Gestão de Obras Públicas

Viabilizar e operacionalizar todas as demandas de interferências construtivas ou projetuais nos próprios públicos do Estado do Rio Grande do Sul. (Obras, Irrigação e Desenvolvimento Urbano)

- Ampliar e Qualificar Irrigação e Usos Múltiplos da Água

Superar os problemas de déficits hídricos, aumentando as áreas irrigadas e o leque de opções de cultivo, através de um suprimento garantido de água. Complementação do Suprimento do Sistema de Abastecimento de Água Urbano. Conhecer as deficiências hídricas através de estudos técnicos, fornecendo os cadastros e dados das maiores demandas de água. (Obras, Irrigação e Desenvolvimento Urbano)

- Fortalecer o Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal

Viabilizar e implementar o processo de planejamento e gestão de ações estratégicas que objetivem tanto a organização quanto o



desenvolvimento metropolitano, regional e das regiões hidrográficas. Viabilizar o apoio técnico às ações de planejamento de interesse dos municípios. (Obras, Irrigação e Desenvolvimento Urbano)

- Fortalecer o Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Criar Políticas Estadual de Esporte e Lazer eficazes na promoção de uma melhor qualidade de vida e inclusão social. (Esporte e Lazer)

- Promover Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária

Promover, com a participação efetiva da sociedade, a implementação de ações integradas de promoção do desenvolvimento urbano, de adequação urbanística, de recuperação de conjuntos habitacionais degradados da extinta COHAB e de regularização fundiária. (Habitação e Saneamento)

- Ampliar e Qualificar Produção Habitacional

Reduzir o déficit habitacional priorizando o atendimento de famílias de baixa renda e de interesse social em parceria com a união e municípios. (Habitação e Saneamento)

- Ampliar e Qualificar o Saneamento para o Rio Grande do Sul

Estruturar o Sistema Estadual de Saneamento e ampliar o acesso aos serviços de saneamento básico: água tratada, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem. (Habitação e Saneamento)

- Promover Inclusão Digital

Implementar, por meio de ações cotidianas e projetos estratégicos, políticas públicas que incrementem o acesso da população à internet, de forma a integrar governo e sociedade na promoção do exercício da cidadania e na construção do processo de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul. (Comunicação e Inclusão Digital)

- Realizar Política de Comunicação Social

Formular, coordenar e executar a política de comunicação do Poder Executivo, sendo referência em sistema de comunicação governamental inclusivo e participativo que aproxima o Estado da Sociedade. (Comunicação e Inclusão Digital)

- Promover a Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais

Implementar, através de uma nova estrutura tecnológica e de programação, a inserção da TVE e da rádio FM Cultura no novo contexto digital de comunicação. Melhorar, significativamente, os processos de gravação, edição, tráfego, arquivo e transmissão de sinais digitais na emissora, tanto na informática corporativa quanto na aplicada aos sinais de áudio. (Comunicação e Inclusão Digital)

- Promover Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS)

Reduzir a violência e a criminalidade no Estado do Rio Grande do Sul, proporcionando aos municípios gaúchos a possibilidade de elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção



da violência, com objetivo de combater a violência, a criminalidade e a discriminação, e disponibilizar o acesso da sociedade civil organizada na gestão da segurança pública. Desenvolver programas, projetos e ações de prevenção; principalmente a prevenção primária é primordial para fatores de queda da violência e criminalidade. (Segurança Pública)

- Prevenir e reprimir a criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia

Realizar a prevenção e repressão à criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, mediante ações de prevenção e repressão da violência, controle gerencial de indicadores, adoção de procedimentos operacionais dos órgãos de segurança pública, potencializados pela recomposição de recursos humanos e de infraestrutura necessários ao implemento das atividades, e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia. (Segurança Pública)

- Administrar e Modernizar o Sistema Prisional

Ampliar e qualificar a capacidade do sistema prisional, com redução de reincidência criminal. Promover a inclusão social, com cidadania, das pessoas privadas de liberdade, bem como qualificar os serviços penitenciários, valorizando o servidor e a Instituição. (Segurança Pública)

- Promoção do Desenvolvimento Social

Promover o desenvolvimento social do Estado, através de ações de qualificação, apoio técnico e financeiro para o

desenvolvimento de projetos sociais, em parceria com Municípios e Terceiro Setor. (Trabalho e Desenvolvimento Social)

- Promover Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Coordenar, articular e promover ações transversais para o desenvolvimento da Política de Segurança Alimentar Sustentável no Estado do Rio Grande do Sul. (Trabalho e Desenvolvimento Social)

- Promover Gestão da Política Estadual da Assistência Social

Implantar e implementar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, no âmbito da gestão e controle social da Política de Assistência Social. (Trabalho e Desenvolvimento Social)

- Promover Emprego, Trabalho e Renda

Ampliar as ações de emprego, trabalho e renda, efetivando a eficiência do Sistema Estadual do Trabalho com intermediação de mão de obra; seguro desemprego; recolocação no mercado de trabalho e qualificação e requalificação profissional. (Trabalho e Desenvolvimento Social)

- Promover o acesso à Justiça, em especial, das comunidades mais vulneráveis.

Executar e ampliar os Sistemas de Proteção às Vítimas e Testemunhas através dos programas PROTEGE (Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas); PPCAAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes)



Ameaçados de Morte) e Defensores de Direitos Humanos, bem como de Programas de Proteção à Vítima de Violência.

- Adaptar a Fundação de Atendimento Socioeducativo às Diretrizes do Sistema Nacional de Socioeducação

Oferecer ambiente mais propício ao desenvolvimento da proposta socioeducativa. Descentralizar as unidades de atendimento a fim de garantir o direito dos adolescentes de permanecerem internados em localidade próxima do domicílio de seus familiares. Oferecer oficinas e cursos de formação profissional aos internos.

- Promover os Direitos Humanos

Promover Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades. (Justiça e Direitos Humanos)

- Promover os Direitos do Consumidor

Promover ações vinculadas à proteção e à defesa dos consumidores. Promover ações informativas e educativas ao consumidor, de forma a propiciar o direito de escolha, prevenindo litígios e reduzindo o número de reclamações dos consumidores. (Justiça e Direitos Humanos)

- Combater a Violência no Trânsito

Reduzir a violência no trânsito, diminuindo o número de mortos e feridos, fortalecendo a gestão através da conscientização e medidas de educação e prevenção, da fiscalização contínua, da inspeção veicular e da manutenção de sinalização, integrando o Estado ao

programa Década Mundial de Ação pela Segurança do Trânsito, lançado pela ONU. (Transversal: coordenado pelo Gabinete do Vice-Governador)

- Promover a Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres

Coordenar o Sistema Estadual de Defesa Civil, integrando os órgãos públicos e comunidade em geral, com o objetivo de manter, de forma sistêmica, ações permanentes, para a prevenção, preparação, resposta e reconstrução do cenário, relacionadas a desastres e ocorrências que venham a agredir o ambiente e colocar a população em situação de risco. Reduzir o tempo-resposta no atendimento às comunidades atingidas por calamidades. Atuar em parceria com órgãos afins, visando qualificar as ações de monitoramento, prevenção e respostas aos desastres, decorrentes de eventos climáticos e causados por produtos perigosos. (Transversal Coordenação da Casa Militar)

- Promover o Apoio à Gestão Municipal

Promover a melhoria da gestão municipal e das relações institucionais por meio da realização de ações de articulação entre prefeituras, entidades representativas de municípios, União e Governo do Estado, bem como do estímulo ao desenvolvimento de consórcios.

- Promover a Sustentabilidade Econômico-Financeira do Estado.

Prover o Estado de recursos econômico-financeiros suficientes para o atendimento de sua função social e desenvolvimentista. (Fazenda)



Promover a captação de recursos financeiros junto a órgãos brasileiros e internacionais. (Transversal: coordenação do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas)

- Representar Judicialmente e Promover Consultoria ao Estado

Viabilizar o exercício da representação judicial do Estado, de suas autarquias, fundações de direito público e outras entidades representadas, prestar consultoria jurídica à administração pública estadual direta e indireta, bem como zelar pela constitucionalidade dos atos de governo e pela observância dos princípios constitucionais inerentes à administração pública, além do exercício das demais funções institucionais previstas na Constituição Federal, Constituição Estadual e na Lei Complementar nº 11.742, de 17/1/2002. (coordenado pela Procuradoria Geral do Estado)

- Articular, monitorar e avaliar as ações estratégicas do Governo e coordenar as políticas para Tecnologia da Informação e Telecomunicações. (coordenado pela Secretaria-Geral do Governo)

Ampliar o alcance e impacto social das políticas públicas, através do monitoramento das ações transversais e coordenadas dos diversos órgãos e entidades do governo, em consonância permanente com o Governo Federal e com as instâncias de participação cidadã. (coordenado pela Secretaria Geral de Governo)

- Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público

Prover soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação para aumentar a eficiência e transparência do serviço público e aproximar Governo e cidadão.

- Promover Planejamento e Gestão com Participação Cidadã

Dotar o Estado do Rio Grande do Sul de instrumentos de planejamento e gestão que garantam o alinhamento dos seus programas e ações com os objetivos estratégicos de desenvolvimento, potencializando os resultados das ações do Estado e induzindo à prática da transversalidade, garantindo transparência e participação da sociedade na definição, na avaliação e na revisão dos planos, orçamentos e programas. (Planejamento, Gestão e Participação Cidadã)

- Promover Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas

Coletar, elaborar e disseminar informações estatísticas relativas à economia gaúcha e elaborar análises socioeconômicas relativas à realidade nacional e, em especial, à do Rio Grande do Sul, de modo a permitir um acompanhamento das mudanças ocorridas em seu meio, como consequência das ações dos diferentes agentes econômicos e sociais. (Planejamento, Gestão e Participação Cidadã)

- Regular os Serviços Públicos Delegados

Assegurar a prestação de serviços adequados, assim entendidos aqueles que satisfazem as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas; garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos; zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos delegados. (Planejamento, Gestão e Participação Cidadã)



- Promover a Gestão da Previdência e Saúde do Servidor Estadual

Assegurar aos dependentes legais do segurado o pagamento de um valor estabelecido em lei quando do óbito deste segurado, proporcionando a certeza da manutenção das condições financeiras da família, bem como o pagamento de servidores inativos, pensionistas e pecúlio facultativo. (Administração e Recursos Humanos)

Prevenir e recuperar a saúde dos servidores públicos estaduais e seus dependentes, bem como de outros servidores de entes conveniados, através da oferta de plano de saúde que disponibiliza consultas, exames e internações. (Administração e Recursos Humanos)

- Valorizar o(a) Servidor(a) Público(a)

Desenvolver e implementar políticas modernas de valorização do servidor público através da utilização plena dos recursos disponíveis, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços prestados ao próprio Governo e à Sociedade Gaúcha. (Administração e Recursos Humanos)

- Promover a Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e revitalização da FDRH. (Administração e Recursos Humanos)

Viabilizar a formação continuada para servidores públicos e agentes sociais e promover ações formativas que desenvolvam competências para o contexto da Copa do Mundo de 2014. Reconstituir e modernizar a FDRH, remodelar a Gestão dos Estágios e Concursos Públicos. (Administração e Recursos Humanos)

- Promover a Gestão do Estado

Reestruturar e modernizar a gestão patrimonial, consolidando e centralizando o sistema de gestão e controle de bens móveis e imóveis do Estado, com vistas a assegurar sua função pública, sua integração às políticas desenvolvidas pelo Estado e garantir espaços físicos adequados às necessidades dos órgãos estaduais. (Administração e Recursos Humanos)

Modernizar e ampliar as estruturas da Governadoria para contribuir para a realização dos objetivos estratégicos do Governo do Estado. (Coordenação da Casa Civil)

Reestruturar e modernizar a gestão dos Arquivos no Rio Grande do Sul, conscientizando, estimulando e executando políticas de gestão, preservação e acesso aos documentos públicos, a fim de garantir a organização, preservação e disponibilização dos documentos do Estado. (Administração e Recursos Humanos)

Qualificar a gestão estadual visando melhorar a prestação dos serviços e atender as demandas da sociedade. (Administração e Recursos Humanos)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 13.808

**PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO
2012 – 2015**



LEI Nº 13.808, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica instituído o Plano Plurianual – PPA – para o período 2012-2015, conforme o disposto no art. 149, §§ 1.º e 2.º, da Constituição do Estado, e na Lei Complementar n.º 10.336, de 28 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar n.º 11.180, de 25 de junho de 1998, no que não contrariar as normas estabelecidas pela União.

Art. 2.º Constituem as diretrizes estratégicas da Administração Pública Estadual, direta ou indireta, orientadoras do planejamento plurianual para o período 2012-2015:

I - alcançar o crescimento do investimento, do emprego e da renda;

II - promover o desenvolvimento regional;

III - elevar a qualidade de vida e erradicar a pobreza extrema;

e

IV - aprimorar a cidadania, promover a paz e os valores republicanos.

Art. 3.º O conteúdo do Plano Plurianual 2012-2015 encontra-se explicitado no Anexo desta Lei, no qual são apresentados os programas e ações.

Art. 4.º Os programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumentos de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

Art. 5.º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações necessárias para alcançar um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores;

II - Programa Finalístico, aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade e destina-se à solução ou atenuação de problemas da sociedade ou, ainda, ao aproveitamento de oportunidades;

III - Programa de Gestão das Políticas Públicas, aquele que abrange ações relacionadas à formulação, coordenação, supervisão, avaliação e divulgação de políticas públicas;

IV - Programa de Serviços ao Estado, aquele cujo público-alvo é o próprio Estado;

V - Programa de Política de Crédito, aquele destinado a expressar as operações das instituições de crédito do Estado, caracterizado por não comportar programação de dispêndio e por conter metas quantificadas pelo volume de crédito concedido;

VI - Programa de Apoio Administrativo, aquele que engloba ações de natureza administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação àqueles programas;

VII - Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para o alcance dos objetivos do programa;

VIII - Produto, o bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

IX - Meta, a quantidade de produto que se deseja atingir em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 6.º A programação constante do PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado, das suas autarquias, fundações e empresas estatais, das operações de crédito



internas e externas, dos convênios com a União, e, subsidiariamente, poderá apontar recursos de parcerias com municípios e com a iniciativa privada.

Parágrafo único. Os valores financeiros previstos nesta Lei são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais que dela advirão, cujos parâmetros serão definidos nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias.

Art. 7.º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2012-2015 constituem-se em referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 8.º A exclusão ou alteração dos programas constantes desta Lei ou a inclusão de novos programas poderão ser propostas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão ou por lei específica.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá revisar anualmente o Plano Plurianual, encaminhando projeto de lei à Assembleia Legislativa em até trinta dias antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual.

Art. 9.º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, no que couber, e da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

§ 1.º O acompanhamento da execução dos programas do PPA de que trata o “caput” deste artigo será enviado pelo Poder

Executivo à Assembleia Legislativa do Estado, concomitantemente com o projeto de lei das diretrizes orçamentárias, sob a forma de relatório.

§ 2.º O relatório mencionado no § 1.º também deverá atender ao disposto no art. 12 da Lei Complementar n.º 10.336, de 28 de dezembro de 1994, atualizada pela Lei Complementar n.º 11.180, de 26 de junho de 1998.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2011.

TARSO GENRO,
Governador do Estado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO – PROGRAMAS E AÇÕES

**PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO
2012 – 2015**



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

PODER EXECUTIVO

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
OBJETIVO: PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL COM CIDADANIA DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, BEM COMO QUALIFICAR OS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS, VALORIZANDO O SERVIDOR E A INSTITUIÇÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	504.814.206	297.786.323	802.600.529	Índice de Retorno ao Sistema Prisional (reincidência estatística)	Percentual	63,7076	50
				Percentual de presos condenados em atividade educacional	Percentual	7,62	15
				Percentual de presos condenados em atividade laboral	Percentual	46	60

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL	Em andamento	SSP	Prover os meios necessários para manutenção, qualificação, adequação e funcionamento do Sistema Prisional.	514.479.189	Sistema Prisional provido com os meios necessários para seu funcionamento	%	100
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA SUSEPE	Em andamento	SSP	Formar e qualificar os Servidores Penitenciários mediante realização de cursos, palestras, seminários, entre outros.	200.000	Servidor formado Servidor qualificado	unidade	3.000 4.700
GERAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL	Em andamento	SSP	Desenvolver e executar projetos adequados para geração e recuperação de vagas nas diferentes situações de recolhimento no Sistema Prisional.	287.721.340	Vaga prisional construída ou recuperada Vaga prisional gerada mediante utilização de monitoramento eletrônico georreferenciado de sentenciados e/ou provisórios (tornozeleira eletrônica)	unidade	4.800 2.400
INCLUSÃO SOCIAL COM CIDADANIA	Em andamento	SSP	Fornecer os meios para proporcionar a inclusão social com cidadania e assistência ao preso, egressos e familiares.	200.000	Preso atendido com assistência e tratamento penal	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **ARTICULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES** Gestão de Políticas Públicas
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO
OBJETIVO: AMPLIAR O ALCANCE E IMPACTO SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DO MONITORAMENTO DAS AÇÕES TRANSVERSAIS E COORDENADAS DOS DIVERSOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO, EM CONSONÂNCIA PERMANENTE COM O GOVERNO FEDERAL E COM AS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	5.400.000	500.000	5.900.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	Nova	SGG	Desenvolver e implementar processos, instrumentos, instâncias de gestão e procedimentos que permitam a ampliação e qualificação do uso da tecnologia da informação e telecomunicações no âmbito dos órgãos do Executivo Estadual, através de gestão integrada e compartilhada, buscando intercâmbio e padronização entre os diversos órgãos.	200.000	Plano diretor de tecnologia da informação e telecomunicações para o Executivo Estadual concluído	unidade	1
					Sistemática de acompanhamento da gestão dos recursos de tecnologia da informação e telecomunicações no âmbito do Executivo Estadual implementada	unidade	1
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO	Nova	SGG	Desenvolver e implementar metodologia, instrumentos e processos que permitam o monitoramento e avaliação da carteira de projetos estratégicos oriundos do Executivo Estadual, das Empresas Estatais Estaduais e das ações desenvolvidas diretamente pela União no Estado. O monitoramento será realizado no âmbito da administração pública estadual, e a avaliação será realizada com a participação da sociedade, sendo que a mesma terá acesso às informações referentes à execução dos projetos estratégicos por instrumentos de comunicação aberta.	5.700.000	Sistemática e infraestrutura para monitoramento e acompanhamento dos projetos e indicadores estratégicos implementada	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
OBJETIVO: DESENVOLVER AS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO, AUXILIANDO NA AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE E FOMENTANDO ATIVIDADES NASCENTES, VISANDO A COMPETITIVIDADE E A QUALIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	202.246.042	77.060.205	279.306.247	Comercialização de derivados da uva	Litro	281.510.000	316.841.000
				Evolução da permissão para exportação de frutas no Rio Grande do Sul	Percentual	0	10
				Produtividade da lavoura de arroz	Tonelada/hectare	7,6	8
				Produtividade da lavoura de feijão	Tonelada/hectare	1,3	1,4
				Rebanho ovino estadual	Animal	3.946.349	4.735.618

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À CADEIA PRODUTIVA DO LEITE	Nova	SEAPA	Organizar e coordenar esforços da cadeia produtiva do leite; estimular a interrelação com a cadeia produtiva do milho e outros grãos como alimentos para o gado leiteiro; estimular a adesão de novos municípios ao projeto-piloto de propriedades certificadas livres de brucelose e tuberculose em novos pólos no Estado.	3.540.212	Município com adesão solicitada	unidade	21
APOIO À OVINO CULTURA	Nova	SEAPA	Revitalizar o FUNDOVINOS; realizar a articulação da cadeia produtiva; conceder crédito com juros subsidiados para a retenção de fêmeas e aquisição de reprodutores; realizar cursos, seminários, simpósio e dia de campo para capacitação de produtores; adquirir animais para desenvolvimento do rebanho ovino de leite do Estado, disponibilizando-os aos produtores; incentivar a qualidade da lã produzida, através do maior controle em parceria com associações de produtores.	7.884.947	Animal adquirido e disponibilizado Evento de capacitação realizado Fêmea com juros subsidiados retida Parceria com associação de produtores realizada	unidade unidade unidade unidade	4.150 48 200.000 1
ARMAZENAGEM DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA GAÚCHA	Em andamento	CESA	Promover a política de armazenagem e segurança alimentar do Rio Grande do Sul, prestando serviços estratégicos na guarda, preservação e beneficiamento de grãos e outros produtos perecíveis e deterioráveis, regulando o fluxo de safras e proporcionando suporte indispensável à comercialização agrícola.	103.704.881	Granel armazenado Produto armazenado em frio	t t	3.200.000 570.000
CORREÇÃO DO SOLO	Nova	SEAPA	Realizar a correção da acidez dos solos da região sul do Estado e microrregiões, por meio de distribuição de calcário, visando aumento de produtividade, em propriedades de até 5ha de área produtiva.	56.638.739	Calcário distribuído Produtor beneficiado	t unidade	1.600.000 80.000
FOMENTO À CADEIA DA SILVICULTURA	Nova	SEAPA	Capacitar agricultores para a produção silvícola com qualidade; publicar boletins técnicos informativos para a distribuição entre os produtores.	5.275.708	Edição de boletim publicada Produtor capacitado	unidade unidade	8 2.000
FOMENTO À CADEIA PRODUTIVA DO FEIJÃO	Nova	SEAPA	Estruturar a cadeia produtiva do feijão; promover a criação da associação estadual de produtores de feijão; estimular a pesquisa e oferta de novas variedades com maior vida útil de prateleira e melhor qualidade de cocção; capacitar produtores de feijão; realizar campanha para o aumento do consumo do feijão, através da capacitação de produtores, merendeiras, professores e cozinheiras industriais.	6.143.456	Campanha de promoção e aumento do consumo do feijão realizada Variedade de feijão disponibilizada	unidade t	1 4
FOMENTO À FRUTICULTURA	Nova	SEAPA	Organizar e coordenar esforços dos agentes da cadeia produtiva de frutas; elaborar o plano de desenvolvimento em conjunto com as câmaras setoriais; apoiar a comercialização e exportação de frutas; organizar o Cadastro de Viveiristas para a melhoria da qualidade de mudas frutíferas; fomentar a fruticultura como alternativa de reconversão da matriz produtiva, visando diminuir as desigualdades regionais.	49.154.053	Permissão de trânsito para frutas emitida Plano de desenvolvimento elaborado Viveiro cadastrado	unidade unidade unidade	49.500 2 80
FOMENTO AOS PRODUTOS DE BASE AGROPECUÁRIA	Nova	SEAPA	Fomentar a produção e a produtividade de cadeias incipientes e tradicionais pouco valorizadas, através do apoio às câmaras setoriais e temáticas e à articulação dos elos das cadeias, do incentivo à adoção de novas tecnologias e variedades de cultivo, bem como o consumo dos seus produtos, através de campanhas de promoção comercial e de educação alimentar.	7.374.804	Cadeia produtiva apoiada	unidade	17

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
MAIS TERRA, MAIS ALIMENTO	Nova	IRGA	Fomentar a aquisição de terras pelos agricultores de forma individual ou coletiva (até 50 hectares).	684.981	Agricultor beneficiado	unidade	1.000
ORIZICULTURA E SUSTENTABILIDADE	Em andamento	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de granizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	24.467.510	Análise de sementes de arroz realizada	unidade	24.000
					Atendimento realizado no esritório e no campo	unidade	56.000
					Capacidade de armazenamento recuperada e ampliada	t	16.000
					Evento para divulgação de uso alternativo e aumento do consumo realizado	unidade	48
					Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	120
					Infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural implantada	unidade	1.200
					Lavoura de produção de semente certificada vistoriada	unidade	48.000
					Lavoura demonstrativa para difusão de tecnologia realizada	unidade	2.400
					Participante em cursos de gestão na atividade rural realizado	unidade	600
					Participante em evento realizado para difusão de tecnologia	unidade	58.000
					Produtor assistido pela ATER	unidade	28.000
					Produtor assistido por serviços técnicos	unidade	800
					Produtor capacitado	unidade	12.000
					Produtor indenizado por queda de granizo	unidade	120
POLÍTICA ESTADUAL DE UVA E VINHO	Nova	SEAPA	Desenvolver a política estadual de uva e vinho, através do Fundovitis e em parceria com o IBRAVIN, incentivando a produção e consumo de uva, de vinho e de seus derivados; incentivar novos pólos de enoturismo no Estado; realizar de campanhas de consumo de derivados da uva em parceria com o IBRAVIN; gerenciar o cadastro vitivinícola; implantar o projeto de validação da metodologia de produção de suco de uva por arrastre por vapor.	14.436.956	Campanha de promoção de consumo realizada	unidade	4
					Empresa cadastrada	unidade	780
					Metodologia validada	unidade	1
					Pólo de enoturismo incentivado	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: CARNE GAÚCHA - A MELHOR CARNE DO MUNDO

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
OBJETIVO: VALORIZAR A CARNE GAÚCHA COM DIFERENCIAL DE QUALIDADE E SANIDADE, BASEADA NOS PRECEITOS DE VANTAGENS COMPARATIVAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, OFERECENDO AOS MERCADOS UM PRODUTO DE ALTO VALOR AGREGADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	78.022.580	142.152.875	220.175.455	Percentual de bovinos até 24 meses abatidos	Percentual	15	30
				Percentual de carne bovina exportada	Percentual	5	10

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO DE BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS (BPA) EM PROPRIEDADES RURAIS	Nova	SEAPA	Educar e capacitar pecuaristas para implantar o protocolo de BPA; instituir um conjunto de normas e de procedimentos que tornam o sistema produtivo mais rentável e competitivo dentro dos preceitos de sustentabilidade e de gestão ambiental.	11.355.576	Curso de capacitação em BPA realizado	unidade	96
					Propriedade rural com BPA implantada	unidade	120
IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO DE RASTREABILIDADE NO SDA	Nova	SEAPA	Desenvolver e implantar o módulo de rastreabilidade animal no Sistema de Defesa Agropecuária (SDA) para que seja efetuado o controle sanitário individual dos animais rastreados.	75.245.494	Módulo de rastreabilidade implantado	%	100
INCREMENTO GENÉTICO DA BOVINOCULTURA EM SISTEMAS DE AGRICULTURA E PECUÁRIA FAMILIAR	Nova	FEPAGRO	Implantar unidade geradora de tecnologias e estratégias, com vistas a aumentar os índices reprodutivos e produtivos dos bovinos de corte e leite do Estado do Rio Grande do Sul. O Centro de Biotécnicas Reprodutivas do RS (CBR) abrigará a Central Riograndense de Inseminação Artificial (CRIA) e a Central Riograndense de Transferência de Embriões (CRTE).	3.120.000	Centro de Biotécnicas Reprodutivas do RS (CBR) implantado	unidade	1
MELHORIA DA COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS DE CARNES	Nova	SEAPA	Estabilizar a oferta de produto certificado (sanitário e de origem); estimular a produção sustentável, a padronização e a classificação de carcaça; ampliar a coordenação na cadeia produtiva da carne bovina; conceder incentivos fiscais; fazer equalização tributária; promover projetos de qualificação de recursos humanos.	16.453.364	Animal abatido com incentivo fiscal	unidade	7.550.000
					Contrato formalizado entre produtor e indústria	unidade	80
					Indústria frigorífica com incentivo fiscal	unidade	460
PRODUÇÃO DE CARNE EM CAMPO NATIVO	Nova	SEAPA	Estimular a criação de bovinos em campos nativos, por meio do projeto-piloto do FUNBIO, localizados em territórios que conjugam paisagens produtivas e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, integrando os cenários econômico, social e ambiental, sem perda da rentabilidade financeira.	16.491.751	Hectare de campo nativo em área conservada	unidade	20.000
					Produtor assistido	unidade	200
PROMOÇÃO COMERCIAL DA CARNE	Nova	SEAPA	Divulgar os benefícios nutricionais do consumo de carne bovina, ressaltando as vantagens da produção pecuária gaúcha em campos nativos nos seus aspectos técnicos, sociais (pecuária familiar) e ambientais, por meio de publicidade, participação em eventos internacionais, visitas técnicas ao Estado, etc.	16.496.751	Carne bovina comercializada no mercado interno	t	50.000
					Carne bovina exportada	t	50.000
					País comprador de carne bovina	unidade	60
RASTREABILIDADE DOS BOVINOS E CERTIFICAÇÃO DE PROPRIEDADE	Nova	SEAPA	Identificar individualmente os bovinos; realizar o controle sanitário desses animais no SDA; implementar a rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva; certificar as propriedades para viabilizar a exportação de carne a mercados consumidores.	81.012.519	Animal rastreado	unidade	10.000.000
					Propriedade auditada	unidade	350
					Propriedade certificada	unidade	220

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

OBJETIVO: PROMOVER O EMPODERAMENTO DAS MULHERES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL POR MEIO DA DEFESA DE SEUS DIREITOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 5.676.684 Despesa Capital 463.015 Total 6.139.699

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CONSELHOS E ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	Em andamento	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	1.808.165	Conselho Municipal criado	unidade	80
					Fórum Estadual de Gestoras criado	unidade	1
					Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	18
					Organismo criado	unidade	20
FORTALECIMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DA MULHER	Em andamento	SPM	Estruturar e manter as atividades do referido conselho.	150.000	Conselho estruturado	unidade	1
REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS, CAPACITAÇÕES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE TEMÁTICA DE GÊNERO	Em andamento	SPM	Realizar campanhas que possam disseminar informações e prevenção à violência contra as mulheres e que fortaleçam a equidade de gênero na sociedade; realizar capacitação de agentes públicos na temática de gênero; formular publicações a partir do acúmulo produzido pela secretaria; realizar pesquisas que subsidiem as ações da secretaria, realizar conferências que promovam a participação cidadã.	4.181.534	Reunião realizada	unidade	12
					Campanha realizada	unidade	1
					Capacitação realizada	unidade	12
					Conferência realizada	unidade	1
					Pesquisa elaborada	unidade	1
					Programa de documentação das mulheres realizado	unidade	1
Publicação realizada	unidade	2					

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TURISMO

OBJETIVO: ESTRUTURAR, PROMOVER E FOMENTAR O PRODUTO TURÍSTICO GAÚCHO NOS PRINCIPAIS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, CONSIDERANDO ESPECIALMENTE A OPORTUNIDADE EVIDENCIADA PELA REALIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS, COMO A COPA DO MUNDO EM 2014, A COPA DAS CONFEDERAÇÕES E OUTROS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	37.751.983	500.000	38.251.983	Fluxo de turistas	Número	653.622	750.000
				Participação e apoio a eventos regionais, nacionais e internacionais	evento	50	80
				Presença do Rio Grande do Sul no ranking da ICCA (International Congress and Convention Association)	unidade	11	20

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AO TURISMO DAS CIDADES HISTÓRICAS - EPOPEIA FARROUPILHA E MISSÕES	Nova	SETUR	Apoiar financeiramente o Turismo como atividade geradora de renda, de forma a promover o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuam potencial turístico ligado à identidade e história farroupilha e missioneira.	2.113.559	Convênio firmado	unidade	16
CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS E REGIONAIS PARA O TURISMO - PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO	Nova	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	1.976.300	Projeto implantado	unidade	15
CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO RURAL GAÚCHO	Em andamento	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	2.092.107	Roteiro turístico qualificado	unidade	15
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO GAÚCHO	Nova	SETUR	Desenvolver projetos para construção e implementação de estruturas e equipamentos, além da melhoria do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento do turismo náutico.	1.205.562	Projeto desenvolvido	unidade	10
DESENVOLVIMENTO E MARKETING DE PRODUTOS TURÍSTICOS	Nova	SETUR	Apoiar o desenvolvimento e formatação de produtos e roteiros turísticos alinhados à demanda e criar estratégias para a oferta dos produtos nos mercados nacional e internacional, contribuindo para a organização, desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo, com foco no turismo de eventos e negócios, turismo rural, turismo cultural e religioso, turismo de estudo e intercâmbio, turismo náutico, ecoturismo e turismo de aventura, enoturismo e turismo LGBT.	8.784.128	Produto turístico formatado	unidade	22
INTERCÂMBIO EDUCACIONAL ENTRE AS REGIÕES TURÍSTICAS	Nova	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	2.564.122	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	36
POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	Nova	SETUR	Apoiar, fortalecer e apoiar a criação de novos negócios e eventos nacionais e internacionais.	11.212.830	Evento turístico captado	unidade	55
PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS NO BRASIL E EXTERIOR	Em andamento	SETUR	Promover e fomentar a inserção dos destinos e produtos turísticos competitivos do Rio Grande do Sul nos principais mercados nacionais e internacionais.	8.303.375	Promoção dos destinos em nível nacional e internacional realizada	unidade	56

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
OBJETIVO: REDUZIR A VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO, FORTALECENDO A GESTÃO ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO E MEDIDAS DE EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO, DA FISCALIZAÇÃO CONTÍNUA, DA INSPEÇÃO VEICULAR E DA MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO, INTEGRANDO O ESTADO AO PROGRAMA DÉCADA MUNDIAL DE AÇÃO PELA SEGURANÇA DO TRÂNSITO, LANÇADO PELA ONU.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	68.200.000	9.630.778	77.830.778	Emissões atmosféricas totais geradas por fonte veicular	IQAr	1	0,9
				Emissões de ruídos gerados pelos veículos	Decibéis	1	1
				Mortes no trânsito	Número de mortes	2.385	2.147

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE OS PERIGOS DO ÁLCOOL NO TRÂNSITO - BALADA SEGURA	Em andamento	DETRAN	Realizar, em parceria com a Prefeitura e a Brigada Militar, ações de fiscalização e educação, em especial as relativas ao combate à alcoolemia no trânsito em locais e horários de maior concentração de condutores sob efeito de álcool.	16.530.778	Condutor abordado	unidade	900.000
EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA NO TRÂNSITO	Em andamento	DETRAN	Consolidar ações de educação com a adesão ao programa promovido pela ONU para a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, realizando atividades educativas, campanhas, ações de fiscalização e conscientização, inclusive com as demais esferas de governo, promovendo a transversalidade.	4.000.000	Evento realizado e/ou apoiado	unidade	48
IMPLANTAÇÃO DA INSPEÇÃO VEICULAR	Em andamento	DETRAN	Realizar a Inspeção Veicular Ambiental, referente a emissões de poluentes atmosféricos e de ruídos e Inspeção Veicular Técnica, referente à manutenção e conservação dos veículos alvo.	57.300.000	Posto implementado	unidade	121

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: DEFESA CIVIL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CASA MILITAR

OBJETIVO: COORDENAR O SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, INTEGRANDO OS ÓRGÃOS PÚBLICOS E COMUNIDADE EM GERAL, COM O OBJETIVO DE MANTER, DE FORMA SISTÊMICA, AÇÕES PERMANENTES, PARA A PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO, RESPOSTA E RECONSTRUÇÃO DO CENÁRIO, RELACIONADAS A DESASTRES E OCORRÊNCIAS QUE VENHAM A AGREDIR O AMBIENTE E COLOCAR A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO. REDUZIR O TEMPO-RESPOSTA NO ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR CALAMIDADES. ATUAR EM PARCERIA COM ÓRGÃOS AFINS VISANDO, ATRAVÉS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, QUALIFICAR AS AÇÕES DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E RESPOSTAS AOS DESASTRES, DECORRENTES DE EVENTOS CLIMÁTICOS E CAUSADOS POR PRODUTOS PERIGOSOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	12.233.172	3.500.000	15.733.172	Número de COMDECs, entre as oficializadas, com gestores capacitados em cursos da Defesa Civil	Unidade	0	496

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APARELHAMENTO DA DEFESA CIVIL DO ESTADO	Nova	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	2.400.000	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	100
					Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	30
ATENDIMENTO A COMUNIDADES EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA OU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Em andamento	CM	Atender as comunidades atingidas por eventos adversos, através da coordenação de ações de recuperação, assistência e socorro; adquirir equipamentos e materiais de ajuda humanitária, alimentos, medicamentos, roupas, etc., para auxiliar municípios.	7.793.172	População Assistida pela Defesa Civil relativamente ao total da população atingida por desastres ambientais	%	100
CAPACITAÇÃO DE GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL E CORPO DE VOLUNTÁRIOS	Nova	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	200.000	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	44
					Gestor capacitado para ações de prevenção e resposta aos desastres ambientais	unidade	2.400
					Seminário de Defesa Civil realizado	unidade	4
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E ALERTAS METEOROLÓGICOS PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS	Nova	CM	Instalar uma Sala de Situação para o Monitoramento e Alertas Meteorológicos, visando à Prevenção de Desastres Naturais Relacionados a Fenômenos Climáticos de modo a propiciar uma atuação mais efetiva do Sistema Estadual de Defesa Civil na Prevenção, Preparação e Resposta aos Desastres Naturais relacionados a Fenômenos Climáticos.	4.800.000	Alerta meteorológico efetivado	unidade	1.460
					Boletim de previsão meteorológica emitido	unidade	6.000
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE PREVENÇÃO E ATENDIMENTO EM ACIDENTES ENVOLVENDO CARGAS COM PRODUTOS PERIGOSOS	Em andamento	CM	Implementar o Sistema de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais através do atendimento de acidentados com produtos perigosos, coordenando as ações dos diversos órgãos atuantes no resgate de vítimas e minimizando o seu impacto ambiental. Realizar Operações de Prevenção de Acidentes com produtos perigosos nas rodovias do Estado, visando a integração dos órgãos atuantes no Sistema de Prevenção e Atendimento a Emergências Ambientais.	120.000	Operação de prevenção a acidentes com Produtos Perigosos realizada	unidade	10
					Operação de resposta aos acidentes com Produtos Perigosos realizada relativamente ao total de acidentes ocorridos	%	100
PROMOÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DAS COMDECS	Nova	CM	Orientar os municípios para a estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil.	100.000	COMDEC organizada e oficializada	%	41
PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE AJUDA HUMANITÁRIA	Nova	CM	Desenvolver campanhas de ajuda humanitária, através da promoção de políticas públicas de proteção, inclusão social e combate à miséria, com destaque para a Campanha do Agasalho, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida às comunidades em situação de vulnerabilidade e às atingidas por desastres naturais.	200.000	Central de Arrecadação de Donativos estruturada	unidade	1
					Campanha humanitária realizada	unidade	12
QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE DEFESA CIVIL	Nova	CM	Celebrar convênios junto às universidades, para realização de pesquisas, e fomentar a qualificação dos servidores da CEDEC/RS através de cursos de especialização externos, cujo resultado será utilizado na antecipação de ações preventivas aos desastres ambientais.	120.000	Pesquisa realizada	unidade	12
					Servidor da CEDEC/RS especializado em cursos de Defesa Civil	unidade	40

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
OBJETIVO: GARANTIR CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE E O FORTALECIMENTO DE COOPERATIVAS DE TODOS OS PORTES E RAMOS DE ATIVIDADE POR MEIO DE AJUSTES TRIBUTÁRIOS E INCENTIVOS FISCAIS, BEM COMO VIAS DE ACESSO DIFERENCIADO AO CRÉDITO, ESTRUTURAÇÃO DE PROGRAMAS DE MONITORAMENTO E QUALIFICAÇÃO TECNOLÓGICA E DA GESTÃO E APOIO À EDUCAÇÃO E À FORMAÇÃO DE REDES COOPERATIVAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	15.936.075	0	15.936.075	Cooperativas articuladas em redes cooperativas	unidade	71	100
				Média de anos de vida das cooperativas atendidas pelo programa	anos	0	10

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À CRIAÇÃO DE REDES COOPERATIVISTAS	Nova	SDR	Apoiar a articulação de redes, promovendo a interação e a cooperação entre cooperativas e entre cooperativas e instituições de apoio.	253.750	Rede cooperativa constituída	unidade	40
APOIO À GESTÃO E EDUCAÇÃO PARA COOPERATIVAS	Nova	SDR	Realizar extensão voltada à qualificação da gestão para cooperativas por meio da implementação do processo de planejamento estratégico, que contempla a elaboração de diagnóstico, confecção de planejamento estratégico e acompanhamento e monitoramento da implementação do mesmo, a fim de introduzir melhorias técnico-gerenciais nas administrações e incrementar a competitividade das cooperativas.	15.428.575	Planejamento estratégico implementado	unidade	200
APOIO AO CRÉDITO E SANEAMENTO DAS COOPERATIVAS	Nova	SDR	Apoiar o acesso a linhas de crédito e trabalhar na perspectiva de viabilizar fundo de aval para operações junto aos bancos a fim de beneficiar as cooperativas.	253.750	Operação de crédito liberada	unidade	280

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER
 OBJETIVO: CRIAR POLÍTICAS ESTADUAIS DE ESPORTE E LAZER EFICAZES NA PROMOÇÃO DE UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	40.626.339	40.275.100	80.901.439	Implantação de Pólos Regionais	Unidade	0	8
				Quantidade de competições de inclusão social e de incentivo ao esporte	Unidade	0	24

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CASA DO ESPORTE	Em andamento	FUNDERGS	Construir área física no Centro Estadual de Treinamento Esportivo, para instalação da FUNDERGS, SEL e Federações Esportivas.	15.551.507	Casa concluída	unidade	1
CENSO DO ESPORTE	Em andamento	FUNDERGS	Realizar pesquisa sobre a instalação e projetos existentes na área do esporte no Estado do Rio Grande do Sul.	380.000	Pesquisa realizada	unidade	2
CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO	Em andamento	SEL	Construir ginásio poliesportivo com salas multifuncionais e acessibilidade plena.	7.328.104	Ginásio construído	unidade	100
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE, RECREAÇÃO E LAZER	Em andamento	FUNDERGS	Implantar programas de promoção à saúde com academias ao ar livre, em parceria com prefeituras, para atender a comunidade local.	2.267.185	Ação de promoção à saúde desenvolvida	unidade	24
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PESQUISA ACERCA DO ESPORTE E DO LAZER	Em andamento	FUNDERGS	Realizar cursos de qualificação na área do lazer e do esporte, em parceria com a Secretaria da Educação e Instituições de Ensino Superior.	505.000	Curso realizado	unidade	20
ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE POLOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	Em andamento	FUNDERGS	Estruturar e implantar Polos Regionais, em parceria com Prefeituras e Instituições de Ensino Superior (IES), visando elaborar Programas e Convênios para formação de atletas de base, de forma regionalizada (a ser definida a partir do censo).	940.000	Polo criado	unidade	8
PROMOÇÃO DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	Em andamento	FUNDERGS	Realizar jogos de alto rendimento, concedendo bolsa-atleta, e implantar Centros de Excelência.	13.350.000	Bolsa-atleta concedida Centro de Excelência implantado Jogo de alto rendimento realizado	unidade unidade unidade	100 4 4
REALIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES E EVENTOS DE INCLUSÃO SOCIAL E INCENTIVO AO ESPORTE	Em andamento	FUNDERGS	Realizar competições para atender crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, altas habilidades e surdos, em parceria com Instituições Especializadas e Federações Esportivas.	11.853.606	Jogo realizado	unidade	24
REESTRUTURAÇÃO DO CETE	Em andamento	FUNDERGS	Dotar o CETE de condições materiais (prédios, equipamentos) visando capacitá-lo a atender demandas da comunidade. Capacitar recursos humanos para o desenvolvimento de programas nas áreas do esporte participativo e de alto rendimento.	8.276.037	CETE reestruturado	unidade	1
REPASSE DE RECURSOS DA LEI PELÉ AOS MUNICÍPIOS/ENTIDADES	Em andamento	FUNDERGS	Atender municípios e entidades nas atividades de promoção e desenvolvimento do esporte e do lazer.	20.450.000	Convênio assinado	R\$	16.000.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: EDUCAÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
OBJETIVO: PLANEJAR, DESENVOLVER E EXECUTAR AÇÕES DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PESQUISA EM SAÚDE VOLTADAS À CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COM QUALIDADE E RESOLUTIVIDADE, AUXILIANDO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA. REESTRUTURAR E FORTALECER A ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA COMO POLO DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES, GESTORES E CONSELHEIROS DO E PARA O SUS, TRABALHANDO EM CONJUNTO COM OUTROS DEPARTAMENTOS E ÓRGÃOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, BEM COMO OUTRAS SECRETARIAS DE GOVERNO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	124.693.562	4.042.782	128.736.344

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SAÚDE	Nova	FEPPS	Realizar cursos de aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional em saúde, qualificação, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências e estágios na realidade da FEPPS. Os cursos terão elaboração, planejamento e execução em parceria com a SES e, quando necessário, com outras Secretarias de Governo, bem como com o Governo Federal, Municipais e Instituições de ensino, buscando sempre dar conta das demandas locais/regionais.	300.000	Pessoa da comunidade sensibilizada nas ações de prevenção toxicológica	unidade	101.000
					Profissional da Hemorrede Pública capacitado	unidade	600
					Profissional de saúde capacitado	unidade	6.200
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Em andamento	SES	Desenvolver e implementar ferramentas educacionais para o ensino a distância.	6.780.924	Política de educação à distância implantada/implementada	unidade	1
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	Em andamento	SES	Promover cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento, graduação tecnológica, educação profissional, educação popular em saúde, bem como ações de matriciamento, capacitação, seminários, projetos de extensão, vivências/estágios na realidade do SUS. As ações serão elaboradas, planejadas e executadas em parceria com outros departamentos e órgãos da Secretaria da Saúde e, quando necessário, na intersetorialidade com outras Secretarias de Governo, bem como com os governos federal e municipais e instituições de ensino, sempre buscando dar conta das demandas locais/regionais.	40.685.555	Agente comunitário de saúde capacitado em vigilância em saúde	%	50
					Curso básico de vigilância em saúde elaborado e implantado	unidade	7
					Curso de capacitação para agentes de vigilância em saúde realizado	unidade	8
					Curso de educação permanente em urgência/emergência e regulação médica realizado	unidade	74
					Curso e oficina para implantação, planejamento e avaliação e apoio à estruturação das Redes de Atenção Integral à Saúde realizado	unidade	47
					Evento de capacitação para servidores da Assistência Farmacêutica realizado	unidade	8
					Evento de educação para o uso racional de medicamentos realizado	unidade	4
					Evento de qualificação técnica e científica em saúde com foco na estruturação das Redes de Atenção Integral à Saúde e Linhas de Cuidado realizado	unidade	200
					Evento estadual, nacional e internacional de cunho científico e de promoção do tema 1ª Infância Melhor realizado	unidade	8
					Profissional capacitado para utilização de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais	unidade	1.200
					Profissional da Equipe de Estratégia da Saúde da Família capacitado em curso introdutório, em parceria com CRS, Municípios, CIES e Universidades	unidade	5.000
					Programa de Desenvolvimento e Organização do Trabalho com vistas à Saúde do Servidor implantado	unidade	8

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

ACÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
POLÍTICA DE INCENTIVO À PESQUISA DA FEPPS	Nova	FEPPS	Estimular a pesquisa laboratorial, biotecnológica e genética para a qualificação do diagnóstico de doenças e incentivar a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando os resultados das pesquisas desenvolvidas. Disponibilizar produtos e serviços na área de experimentação animal e análises de sequência de DNA. Realizar testes de paternidade/maternidade, conforme convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado.	23.331.997	Análise de DNA realizada	unidade	20.000
					Animal para experimentação produzido	unidade	238.000
					Animal transgênico produzido	unidade	200
					Kit diagnóstico (tuberculose) desenvolvido	unidade	15
					Parceria para pesquisa estabelecida	unidade	39
					Pesquisa laboratorial em vigilância em saúde realizada	unidade	30
					Produto patenteado	unidade	4
					Projeto de pesquisa biotecnológica desenvolvido	unidade	36
					Projeto de pesquisa fomentado	unidade	63
					Trabalho em biotecnologia publicado	unidade	35
					Artigo publicado	unidade	20
					Comissão de pesquisa dos serviços próprios da SES constituída e implementada	unidade	1
					Comitê de avaliação de tecnologias e incorporação tecnológica do SUS criado	unidade	1
Comitê intersectorial constituído	unidade	1					
Pesquisa científica em desenvolvimento	unidade	20					
Pesquisa científica, Cooperação Técnica Organismos Nacionais e Internacionais, ação transversal e intersectorial p/ populações vulneráveis efetivada	unidade	2					
Política de pesquisa implantada e implementada	unidade	1					
Seminário de pesquisa, no âmbito da SES e/ou intersectorial, realizado	unidade	5					
POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO À PESQUISA	Em andamento	SES	Formular e implantar a política pública de fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação para o SUS e avaliação de incorporação tecnológica, de carácter interdisciplinar e intersectorial, fortalecendo e criando núcleos, laboratórios, centros e comissões de apoio à pesquisa, baseada em critérios de qualidade e relevância científica e social. Produzir e desenvolver pesquisa em saúde, captar recursos, formalizar convênios e Termos de Cooperação Técnica Nacional e Internacional, visando inovações tecnológicas.	6.780.924			
POLÍTICA ESTADUAL DE RESIDÊNCIA INTEGRADA EM SAÚDE	Em andamento	SES	Reestruturar e fortalecer o Programa de Residências Integradas em Saúde (RIS) desenvolvido pela Escola de Saúde Pública (ESP), compreendendo os Programas de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, Dermatologia Sanitária e Psiquiatria; e os Programas de Residência Multiprofissional com as ênfases: Atenção Básica em Saúde, Dermatologia Sanitária, Pneumologia Sanitária e Saúde Mental Coletiva. A partir da experiência destes Programas, formular e implementar uma Política Estadual de Residência Integrada em Saúde, ampliando as ênfases e campos de práticas, tendo a ESP como referência na criação de Programas de RIS descentralizados no Estado.	50.856.944	Ingresso de residente efetivado	unidade	440
					Política com programas descentralizados implantada	unidade	5

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO: AMPLIAR AS AÇÕES DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA, EFETIVANDO A EFICIÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DO TRABALHO COM INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA; SEGURO-DESEMPREGO; RECOLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	162.555.008	5.658.612	168.213.620	Número de trabalhador habilitado ao recebimento do Seguro-Desemprego	Pessoa	383.161	1.480.000
				Número de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal	Pessoa	61.982	300.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO A AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	Nova	FGTAS	Apoiar o desenvolvimento de iniciativas de geração de renda de caráter individual ou coletivo, por meio de ações de valorização do ser humano e do trabalho, voltadas a pessoas em vulnerabilidade social. Possibilitar a qualificação, aquisição de equipamentos, matéria-prima e material de consumo necessários para garantir o funcionamento de iniciativas apoiadas.	2.351.136	Projeto apoiado	unidade	240
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO COMO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	Em andamento	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, apoiar e realizar feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Restaurar a fachada da Casa do Artesão de Porto Alegre, reformar a loja e editar um catálogo com imagens do produto artesanal e matéria-prima.	3.159.279	Artesão habilitado	unidade	60.000
					Casa do Artesão revitalizada	unidade	1
					Evento apoiado	unidade	320
FORTELECIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COMISSÕES DE EMPREGO	Nova	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	400.000	Pessoa qualificada	unidade	4.000
GERAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO E RENDA PARA JOVENS	Em andamento	FGTAS	Realizar cursos de qualificação para jovens de 18 a 29 anos, com o objetivo de preparar o jovem para o mercado formal de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda.	42.404.000	Jovem qualificado	unidade	20.000
GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO TRABALHO EMPREGO E RENDA	Nova	STDS	Realizar supervisão e avaliação das ações desenvolvidas na área do Trabalho, Emprego e Renda.	400.000	Sistema de supervisão implantado e implementado	unidade	1
HABILITAÇÃO DO TRABALHADOR AO RECEBIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO	Em andamento	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	10.734.841	Trabalhador beneficiado	unidade	1.480.000
IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TELECENTROS NAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Nova	FGTAS	Implantar Telecentros de Inclusão Digital nas 11 Agências de Desenvolvimento Social (ADS). Contribuir para a melhoria do nível de vida da população, por meio da alfabetização digital e formação e aperfeiçoamento profissional.	915.972	Atendimento realizado	unidade	32.000
					Telecentro implantado	unidade	11
INTERMEDIÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO	Em andamento	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	33.841.592	Carteira de trabalho emitida	unidade	905.126
					Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada	unidade	48
					Pessoa com deficiência colocada	unidade	2.000
					Seminário de capacitação realizado	unidade	32
					Trabalhador autônomo encaminhado	unidade	32.000
					Trabalhador colocado	unidade	301.709
					Trabalhador inscrito	unidade	1.348.211

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

JOVEM APRENDIZ	Nova	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	360.000	Seminário realizado	unidade	36
PLANO TERRITORIAL DE QUALIFICAÇÃO - PLANTEQ/RS	Nova	FGTAS	Realizar cursos de qualificação profissional, visando à inclusão produtiva, com carga horária média de 200h/aula, em diversas áreas econômicas, para trabalhadores desempregados em situação de vulnerabilidade social (Programa Prioritário ligado ao Programa RS Mais Igual, alinhado ao Programa Federal Brasil Sem Miséria).	13.952.000	Pessoa qualificada	unidade	16.000
PRÓXIMO PASSO	Nova	FGTAS	Realizar cursos de qualificação profissional, com carga mínima de 200h/aula, em diversas áreas econômicas para mulheres cadastradas no CADUNICO (Programa Prioritário ligado ao Programa RS Mais Igual, alinhado ao Programa Federal Brasil Sem Miséria).	17.440.000	Mulher qualificada	unidade	20.000
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL	Em andamento	FGTAS	Realizar cursos de qualificação profissional para trabalhadores empregados, desempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade social, autônomos, domésticos e artesãos, voltados à Copa 2014, Polo Naval e Energia Termelétrica. Qualificar pessoas com deficiência para inclusão no mercado de trabalho em atendimento à legislação vigente e qualificar profissionais na área de segurança alimentar.	42.254.800	Pessoa qualificada	unidade	44.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
OBJETIVO: AMPLIAR A CAPACIDADE DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA NO ESTADO, BEM COMO, PROMOVER O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO DE SUAS FONTES ENERGÉTICAS, OBJETIVANDO ATENDER À DEMANDA E SEU CRESCIMENTO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	6.694.016.747	3.222.404.988	9.916.421.735	Carvão Bruto produzido	Tonelada (t)	2.015.215	3.480.000
				Consumo de Energia Elétrica na Área de Concessão da CEEE-D	GW h	9.800	10.600
				DGH60 - Disponibilidade Média da Geração Hidrelétrica, média móvel 60 meses	%	90,32	90,32
				EI t - Energia Interrompida na Transmissão	%	0,0119	0,0106
				Extensão da Rede de Distribuição de Gás	Km	517	1.021
				Número de Consumidores Atendidos (CEEE-D)	Unidade	1.480.000	1.620.000
				Número de Municípios Atendidos com Gás Natural	Número	35	45
				Volume de Gás Natural Comercializado	m³/d	1.497.310	1.850.669

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE BIOGÁS NO ESTADO	Em andamento	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	197.266.788	Rede de distribuição de gás natural expandida	km	504
					Volume de biogás comercializado	m3/d	79.200
					Volume de gás natural comercializado	m3/d	1.850.669
EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA	Nova	CEEE-D	O contrato de concessão firmado pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a ANEEL estabelece obrigações e encargos perante o poder concedente. Uma dessas obrigações consiste em aplicar anualmente o montante de, no mínimo, 0,5% de sua receita operacional líquida em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, o que consiste no Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição - PEE. Para o cumprimento desta obrigação, as concessionárias devem apresentar à ANEEL projetos de Eficiência Energética e Combate ao Desperdício de Energia Elétrica. Como exemplo de ações tem-se a distribuição de lâmpadas eficientes, a iluminação adequada de escolas, hospitais, prédios públicos, e substituição de motores para estações de tratamento de água e esgoto, a substituição de refrigeradores obsoletos por modelos eficientes.	95.340.798	Investimento em projeto de eficiência realizado	%	0,5
EXPANSÃO DA GERAÇÃO	Em andamento	CEEE-GT	Ampliar a capacidade de produção de energia, objetivando o aumento da participação no mercado, aumento da rentabilidade, através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia: Eólica, Biomassa e PCH's. Expandir e modernizar o Sistema Elétrico, visando a Copa 2014.	559.109.075	Capacidade de produção de energia expandida	Mw	200
					Capacidade de produção expandida para a Copa 2014	Mw	83,7
					Potência instalada em energia eólica (Grupo CEEE)	Mw	80
EXPANSÃO DA MINERAÇÃO DO CARVÃO	Nova	CRM	Implantar as Minas de Candiota 2, Candiota 3, Candiota 4 e Mina do Iruí em função do sucesso de empreendimentos termoelétricos associados a estas unidades mineiras no Leilão A - 5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados.	782.000.000	Mina de Candiota 2 implantada	%	100
					Mina de Candiota 3 implantada	%	100
					Mina de Candiota 4 implantada	%	100
					Mina do Iruí implantada	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO	Em andamento	CEEE-GT	Construir/ampliar linhas de transmissão e subestações de energia elétrica visando aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT. Expandir e modernizar o Sistema Elétrico, visando a Copa 2014.	384.552.450	Capacidade de Transmissão expandida	MVA	1.340
					Capacidade de Transmissão expandida para a Copa 2014	MVA	1.090
EXPANSÃO, RENOVACÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO	Em andamento	CEEE-D	Atender as Redes de Distribuição, levando-se em conta: a Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; a Renovação, destinada à substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; a Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico; a Operação e Manutenção, que visa garantir a continuidade do fornecimento e qualidade do serviço prestado; o Programa Luz Para Todos - PLT Rural, que inclui as obras de reforço e melhoria com objetivo de incremento de carga no meio rural; a modernização do Sistema de Distribuição Subterrâneo; o PLT urbano, que consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social; o Programa Mais Energia que visa universalizar e reforçar as redes de Distribuição, eliminando gargalos das redes. Expandir e modernizar o Sistema Elétrico, visando a Copa 2014.	5.054.021.348	Capacidade de rede de distribuição expandida	kVA	569.340
EXPANSÃO, RENOVACÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES DE SUBTRANSMISSÃO (LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES)	Em andamento	CEEE-D	Atender as instalações da Subtransmissão (Linhas e Subestações), levando-se em conta: a Expansão, destinada ao incremento de carga que é motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes ou pela ligação de novos consumidores; a Renovação, destinada à substituição do ativo elétrico que tenha chegado ao fim da vida útil; a Melhoria, com a finalidade exclusiva de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico; a Operação e Manutenção, que visa garantir a continuidade do fornecimento e qualidade do serviço prestado. Expandir e modernizar o Sistema Elétrico, visando a Copa 2014.	1.786.829.408	Capacidade de subtransmissão expandida	MVA	612,5
					Capacidade de subtransmissão expandida para a Copa 2014	MVA	325
IMPLANTAÇÃO DE PLANTA-PILOTO PARA BENEFICIAMENTO DE CARVÃO A SECO NA MINA DE CANDIOTA	Em andamento	CRM	Elaborar projeto, construir e colocar em marcha uma planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco na Mina de Candiota, com a finalidade de avaliar a viabilidade técnica e econômico-financeira de reduzir o teor de enxofre e aumentar o poder calorífico do carvão da Jazida de Candiota.	8.000.000	Planta-piloto implantada	%	100
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA GERAÇÃO	Em andamento	CEEE-GT	Manter e operar o parque gerador, promovendo a modernização e adequação das usinas existentes, objetivando a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica.	329.327.234	Energia disponibilizada	%	90,27
MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA TRANSMISSÃO	Em andamento	CEEE-GT	Executar as programações de manutenção preventiva e preditiva das subestações e linhas de transmissão e operar a rede básica de transmissão da CEEE-GT, de maneira a garantir o bom desempenho/disponibilidade do sistema. Digitalização do Sistema de Telecomunicações de Subestações da Transmissão, alinhando ao empreendimento CEEE-Telecom.	186.306.030	Desempenho e disponibilidade do sistema garantido	%	99,5
					Lançamento de fibra ótica realizado (CEEE-Telecom)	km	1.340
					Número de subestações atendidas pelo sistema digital	unidade	22
MELHORIA OPERACIONAL DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	Em andamento	SULGÁS	Realizar melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Projeto envolvido: Sistema Supervisório.	7.992.000	Rede de distribuição de gás natural mantida	km	1.021
					Sistema supervisório central implantado	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) - CEEE-D	Nova	CEEE-D	Com vistas a incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, foi regulamentado o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D do segmento. Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual de 0,20 % (Distribuição) de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A ANEEL estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. Diferentemente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos.	46.580.260	Investimento em projeto de pesquisa e desenvolvimento realizado	%	0,2
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) - CEEE-GT	Nova	CEEE-GT	Incentivar a busca constante por inovações e fazer frente aos desafios tecnológicos do setor elétrico, com base na regulamentação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D do segmento. Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual de 0,4% (Geração e Transmissão) de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. A ANEEL estabelece as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica. Diferentemente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos.	24.897.920	Investimento em projetos de P&D realizado	%	0,4
PLANEJAMENTO, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL	Em andamento	SULGÁS	Desenvolver pesquisas e planejamento nas áreas de energia, alternativas e em geral, associadas ao negócio gás natural. Projetos envolvidos: Gás Seguro; Motor a Gás para Ônibus; Produção de Biogás (aterros sanitários, dejetos animais e industriais); Projetos de Cogeração/Climatização; e Conversão de frotas de transporte.	65.300.000	Projeto realizado	unidade	28
PRODUÇÃO DE CARVÃO CE - 3.300 NA MINA DE CANDIOTA	Em andamento	CRM	Produzir carvão mineral com poder calorífico de 3.300 kcal/kg, na Mina de Candiota, para abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici (UPME) da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, para as fases A, B e C (Candiota III).	307.384.640	Carvão mineral energético nacional produzido	t	3.300.000
PRODUÇÃO DE CARVÃO CE - 4.200 NA MINA DO LEÃO	Em andamento	CRM	Produzir carvão mineral com poder calorífico de 4.200 Kcal/Kg, na Mina do Leão, para abastecimento da Usina Termoelétrica de São Jerônimo (UTSJ) da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE e atendimento ao mercado spot, industrial e termoelétrico.	79.513.784	Carvão mineral energético nacional produzido	t	97.000
REALIZAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRO COM DADOS DA PLANTA-PILOTO	Em andamento	CRM	Realizar pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica e econômico-financeira de reduzir o teor de enxofre e aumentar o poder calorífico do carvão da Jazida de Candiota.	2.000.000	Estudo realizado	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: FOMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA
OBJETIVO: IMPLEMENTAR E CONSOLIDAR PROCESSO PERMANENTE DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MEPS), ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPS) E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), ATRAVÉS DE INSTRUMENTOS DE FOMENTO, ASSESSORIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL, ACESSO AO CRÉDITO, APOIO AO EMPREENDEDORISMO QUE VISE AO APRIMORAMENTO DOS POSTOS DE TRABALHO E À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, TENDO COMO FOCO A GERAÇÃO DE EMPREGO E A MELHORIA DA RENDA DO TRABALHADOR, MODERNIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE GESTÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO, BUSCANDO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	14.074.925	0	14.074.925	Empresas que adotaram novas práticas de trabalho após entrada na Rede	Percentual	73	90
				Empresas que aumentaram o faturamento após entrada na Rede	Percentual	54	75
				Empresas que conquistaram novos clientes após entrada na Rede	Percentual	65	85
				Empresas que lançaram novos produtos e serviços após entrada na Rede	Percentual	47	70
				Empresas que reduziram os custos das compras após entrada na Rede	Percentual	72	90
				Microcrédito produtivo orientado concedido	Reais	30.000.000	500.000.000
				Microempreendedores individuais cadastrados	Registro	27.340	110.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO E APOIO À INSERÇÃO PRODUTIVA DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS URBANOS E RURAIS	Nova	SESAMPE	Desenvolver ações voltadas ao apoio financeiro a projetos de inserção produtiva de pequenos produtores urbanos e rurais associados, direcionados ao desenvolvimento local e regional, bem como à geração de novas oportunidades de emprego, geração e apropriação de renda no Estado do Rio Grande do Sul.	150.000	Projeto de Inserção Produtiva Implementado	unidade	100
CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL: GESTÃO E COMÉRCIO EXTERIOR	Nova	SESAMPE	Orientar as Micro e Pequenas Empresas quanto ao acesso a mercados, através de canais de comercialização, interligando produtores e empresários gaúchos com os mercados nacional e internacional.	1.250.000	Empreendedor capacitado em Exportação	unidade	500
					Empreendedor capacitado em Importação	unidade	500
CONDOMÍNIOS EMPRESARIAIS	Nova	SESAMPE	Implementar espaço de uso produtivo que proporcione às Micro e Pequenas Empresas instaladas os requisitos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, disponibilizando suporte técnico para a sua formação, consolidação e desenvolvimento, gerando um ambiente estimulador ao empreendedorismo local.	3.516.200	Condomínio implantado	unidade	4
FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Nova	SESAMPE	Implantar o Fórum Estadual Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado, buscando alavancar o crescimento deste segmento empresarial com indução à geração de renda, absorção e capacitação de mão-de-obra e, por conseguinte, proporcionar o desenvolvimento econômico e social dos municípios gaúchos.	200.000	Fórum implantado	unidade	1
INCUBADORAS EMPRESARIAIS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)	Nova	SESAMPE	Elaborar diagnóstico das incubadoras empresariais das Micro e Pequenas Empresas instaladas no Estado para avaliação das condições existentes, com a finalidade de fortalecimento e consolidação destas estruturas para fomento e o desenvolvimento regional local.	700.000	Empreendedor capacitado em Gestão	unidade	500
					Empreendedor capacitado em Processo/Produto	unidade	500
					Incubadora cadastrada	%	100
PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	Nova	SESAMPE	Implantar processo de legalização e formalização de novos e pequenos negócios já existentes, a fim de que esses empreendedores tenham reconhecidas suas atividades empresariais de forma legalizada.	200.000	Microempreendedor formalizado	unidade	160.000
PROGRAMA GAÚCHO DE MICROCRÉDITO	Nova	SESAMPE	Coordenar a institucionalização e o fomento da Rede RS de Microcrédito, compreendendo um conjunto de entidades públicas e não-governamentais do setor financeiro local, regional e federal, de instrumentos de planejamento jurídicos e financeiros, monitoramento e avaliação, processos e procedimentos administrativos e recursos voltados a atender os objetivos de uma política permanente na área do microcrédito.	50.000	Agente Financeiro credenciado	unidade	30
					Região contemplada	unidade	24

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PROMOÇÃO À DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	Em andamento	SESAMPE	Apoiar a participação em feiras comerciais e eventos similares no Brasil e Exterior.	850.000	Empresa apoiada na participação em feiras	unidade	80
REDES DE COOPERAÇÃO	Em andamento	SESAMPE	Fomentar a cooperação entre as Micro e Pequenas Empresas com características semelhantes, a partir de estratégias coletivas capazes de oferecer melhores condições de concorrência frente às exigências competitivas dos mercados.	7.158.725	Empresa em Rede Rede mantida	unidade unidade	5.010 42

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS E REGIONAIS NAS ECONOMIAS DE BASE FAMILIAR E COOPERATIVA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
OBJETIVO: FORTALECER AS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS E REGIONAIS DE BASE FAMILIAR E COOPERATIVA, QUALIFICANDO A PRODUÇÃO, AMPLIANDO MERCADOS CONSUMIDORES, AUMENTANDO E GERANDO RENDA, PROPORCIONANDO ASSIM MELHORES CONDIÇÕES SOCIOECONOMICAS ÀS FAMILIAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	699.187.039	76.502.250	775.689.289	Agroindústrias familiares legalizadas	Agroindústria	560	1.560
				Famílias atendidas pelo Troca-Troca	Famílias	187.000	200.000
				Famílias de agricultores por técnico de campo	Famílias/técnico	322	254
				Famílias que aderiram à transição agroecológica	Famílias	0	5.000
				Produção anual da piscicultura	Tonelada	47.000	94.000
				Taxa de aumento da produção do leite dos beneficiários do programa	Percentual	0	40

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AGROINDÚSTRIA FAMILIAR - SABOR GAÚCHO	Em andamento	SDR	Implantar novas agroindústrias familiares, legalizando, capacitando e financiando esses empreendimentos, a fim de possibilitar aos agricultores familiares agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições de vida.	2.765.923	Agricultor capacitado Agroindústria implantada Agroindústria legalizada	unidade unidade unidade	6.000 1.000 1.000
APOIO À FRUTICULTURA	Nova	SDR	Estimular a produção e a agroindustrialização familiar, com a qualificação de técnicos e produtores e implantação de pomares e pontos de venda.	253.750	Fruticultor capacitado Pomar implantado Técnico qualificado	unidade unidade unidade	5.000 13.000 200
APOIO À OLERICULTURA	Nova	SDR	Estimular a produção olerícola, com a qualificação de técnicos e produtores, desenvolvendo a cadeia e incentivando as boas práticas de produção no Estado.	500.000	Agricultor capacitado	unidade	1.000
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS AGROECOLÓGICOS	Nova	SDR	Apoiar a produção de produtos orgânicos, o manejo sustentável da biodiversidade, extrativismo sustentável, produção de plantas medicinais e fitoterápicos, estimulando a adequação ambiental por meio da qualificação de técnicos e produtores, realização de seminários e palestras e cadastramento de associação de produtores orgânicos.	8.565.000	Produtor beneficiado	unidade	5.000
APOIO AOS PECUARISTAS FAMILIARES	Em andamento	SDR	Realizar a qualificação profissional de pecuaristas familiares e apoiar o acesso ao crédito, a fim de fortalecer a pecuária familiar gaúcha.	504.000	Pecuarista familiar qualificado	unidade	1.000
DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E DA PESCA	Nova	SDR	Fortalecer a cadeia produtiva da pesca artesanal, da aquicultura familiar e a organização social e produtiva de pescadores profissionais artesanais e agricultores familiares por meio de assistência técnica e extensão pesqueira; regularizar de empreendimentos coletivos para beneficiamento, estocagem e comercialização de pescado; capacitar pescadores e agricultores familiares; formar agentes comunitários da pesca profissional artesanal e da aquicultura familiar; realizar cursos de formação para participantes dos fóruns regionais de pesca e aquicultura; estimular iniciativas de comercialização direta e construção de tanques e/ou açudes.	27.863.750	Empreendimento regularizado Pescador e aqüicultor beneficiado Pescador e aqüicultor capacitado Tanque construído	unidade unidade unidade unidade	60 10.000 6.000 1.000
FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	Nova	SDR	Realizar cursos, oficinas, seminários e jornadas de formação em desenvolvimento rural, gestão de propriedades e empreendimentos, cidadania, inovação tecnológica e acesso às políticas públicas para beneficiários dos programas e ações da Secretaria, em especial jovens e mulheres rurais.	8.562.967	Evento realizado	unidade	400
LEITE GAÚCHO	Nova	SDR	Constituir grupos de produção e assessorá-los, assim como prestar assistência técnica e capacitação aos produtores, garantindo aos beneficiados o acesso ao crédito com o objetivo de melhorar a qualidade do leite, a produção e a produtividade.	29.142.000	Grupos de produção beneficiados pela ATER Produtor capacitado Projeto de crédito para custeio e investimento concedido	unidade unidade unidade	1.000 30.000 20.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	Nova	SDR	Intensificar a assistência técnica junto aos agricultores familiares, pescadores, assentados, comunidades quilombolas e indígenas.	652.931.899	Produtor beneficiado	unidade	280.000
TROCA-TROCA DE SEMENTES	Em andamento	SDR	Disponibilizar o acesso a sementes aos agricultores, indígenas, quilombolas e assentados, visando o aumento da produção e produtividade.	44.600.000	Semente distribuída	t	32.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: CASA CIVIL
 OBJETIVO: MODERNIZAR E AMPLIAR AS ESTRUTURAS DA GOVERNADORIA PARA CONTRIBUIR NA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	22.907.555	11.781.589	34.689.144	Dias sem incidentes	Unidade	157	158
				Rede de prevenção e repressão à corrupção e à lavagem de dinheiro	Percentual	0	100
				Sistema de Gestão de Ética, Controle Público e Transparência implantado	Percentual	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA	Em andamento	CC	Complementar e renda concedida pelo Programa Bolsa Família às famílias em extrema pobreza desde que atendam à condição de participarem de Programas de Capacitação organizados pelo Governo do Estado.	9.000.000	Família incluída no programa RS Mais Igual recebendo complementação de renda através do repasse do RS Mais Renda para a Caixa Federal	unidade	90.000
APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS NA CASA CIVIL	Em andamento	CC	Implantar sistema informatizado de controle e gestão de documentos e expedientes administrativos. Digitalizar e promover a compilação dos Atos, Decretos e Ordens de Serviço do Governador. Efetivar a migração do catálogo de legislação manual para um sistema de indexação automatizado. Disponibilizar a legislação compilada na web. Racionalizar as rotinas de trabalho e aperfeiçoar o atendimento aos órgãos e ao público em geral. Compartilhar sistema de consulta à legislação com a Assembleia Legislativa e uniformizar indexação.	440.000	Acervo de doutrina atualizado Adesão à biblioteca virtual do Estado do Rio Grande do Sul realizada Ato, Decreto e Ordem de Serviço do Governador do Estado digitalizado e compilado Equipamento e programa necessário para a implantação do sistema de gestão e de controle de documentos adquirido Interface de pesquisa disponibilizada na intranet Legislação compilada disponibilizada na web Migração do catálogo de assunto para um controle de vocabulário (thesaurus) realizada Migração do catálogo de legislação manual para um sistema de indexação automatizado (informatização das rotinas) realizada Sistema de gestão e de controle de documentos implantado	%	100 100 100 100 100 100 100 100
AQUISIÇÃO DE AERONAVE GOVERNAMENTAL	Em andamento	CM	Modernizar o transporte do Chefe do Poder Executivo nas diversas representações governamentais, visando agilidade e segurança das autoridades no modal aéreo.	4.196.816	Aeronave adquirida	unidade	1
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA RS MAIS IGUAL	Em andamento	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	1.450.000	Campanha de divulgação do RS Mais Igual realizada Conferência Estadual pela Erradicação da Pobreza realizada Encontro Internacional de Erradicação da Pobreza realizado Encontro Estadual do Programa RS Mais Igual realizado	unidade unidade unidade unidade	4 1 1 4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	36
					Feira de Experiências no âmbito do Programa RS Mais Igual realizada	unidade	2
GABINETE DIGITAL E MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS E PROCESSOS INFORMATIZADOS	Nova	GG	Aperfeiçoar e modernizar as ferramentas de informática associadas ao Gabinete do Governador.	400.000	Agenda informatizada do Governador aperfeiçoada	unidade	1
					Estudo de incorporação de sistemas integrados à rede da PROCERGS realizado	unidade	1
					Estudo de viabilidade da implantação de Sistema de Processos Administrativos (PROA) realizado	unidade	1
					Gabinete Digital aperfeiçoado	%	100
					Rede (física e lógica) e Segurança da Informação do Complexo do Palácio Piratini modernizada	%	100
					Sistema de Business Intelligence (BI) com recursos de georeferenciamento implantado	unidade	1
					Sistema de correspondências recebidas e enviadas aperfeiçoado	unidade	1
					Sistema GDG adaptado e desenvolvido	unidade	1
					Sistema VOIP implantado no Complexo do Palácio Piratini	unidade	1
INCENTIVO À ÉTICA PÚBLICA, À TRANSPARÊNCIA E AO COMBATE À CORRUPÇÃO	Em andamento	CC	Promover o resgate da ética pública e o incremento da transparência, com vistas ao aprofundamento do controle social e enfrentamento à corrupção.	5.220.000	Campanha educativa realizada	unidade	4
					Capacitação sobre cidadania, democracia e controle social para agentes sociais realizada	%	100
					Conferência/seminário/evento realizado	%	100
					Curso de formação ou treinamento de servidores públicos realizado	%	100
					Equipamento de informáticas e mobiliários adquirido	%	100
					Ferramenta da tecnologia de informação implementada	%	100
					Material de divulgação e contratação de serviços executada	%	100
MELHORIA DA SEGURANÇA GOVERNAMENTAL E INSTALAÇÕES	Em andamento	CM	Ampliar a qualidade do serviço de segurança pessoal do Governador, Vice-Governador, Familiares e da Segurança das Instalações.	2.690.000	Efetivo capacitado	unidade	100
					Equipamento de comunicação adquirido	%	100
					Equipamento de proteção pessoal adquirido	%	100
					Equipamento de segurança predial adquirido e instalado	%	100
					Veículo adquirido e adaptado	unidade	12
OBSERVATÓRIO SOCIAL	Nova	CC	Avaliar, de forma participativa, os projetos/ações do Programa RS Mais Igual pela erradicação da pobreza extrema.	1.400.000	Avaliação Anual Participativa do RS Mais Igual realizada	unidade	4
					Pesquisa e sistematização de informações do RS Mais Igual realizada	unidade	4
					Relatório de Observação apresentado	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
RESTAURAÇÃO INTEGRAL E READEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES DAS EDIFICAÇÕES DA GOVERNADORIA	Nova	CC	Restaurar as edificações da Governadoria e de seus bens móveis e integrados e readequar suas instalações.	9.892.328	Projeto e Obra para a restauração integral das edificações da Governadoria elaborado, aprovado e executado	%	55
					Projeto e Obra para readequação das instalações das edificações da Governadoria elaborado, aprovado e executado	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
OBJETIVO: IMPLANTAR E IMPLEMENTAR A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL, BÁSICA E ESPECIAL, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, NO ÂMBITO DA GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	122.527.891	31.404.188	153.932.079	Novas famílias incluídas no CADUNICO	Famílias cadastradas	7.000.000	1.000.000
				Número de crianças e adolescentes atendidos em acolhimento institucional na Fundação de Proteção Especial- FPE	Pessoa	1.200	1.200
				Número de crianças e adolescentes desligados da FPE	Pessoa	107	400
				Número de famílias beneficiadas pela Rede de Proteção Social Básica - Centros de Referência da Assistência Social - CRAS	Famílias	28.000	400.000
				Número de famílias do Programa Bolsa Família com cadastro atualizado	Família	0	200.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL A FAMÍLIAS	Em andamento	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	59.284.194	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) implantado	unidade	40
					Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) implementado	unidade	80
					Família atendida nos CRAS	unidade	400.000
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEAS)	Em andamento	STDS	Garantir a estrutura físico-financeira e apoio técnico necessários ao funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social e à organização de conferências, seminários e encontros.	520.000	Conferência e seminário organizado	unidade	6
					Conselho apoiado	unidade	1
ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDAS DE PROTEÇÃO NA FPERGS	Em andamento	FPERGS	Atender com dignidade a população acolhida, encaminhada pelo Poder Judiciário, enquanto ação complementar aos municípios do RS, garantido o atendimento de saúde, alimentação geral e especial, escola, lazer, vestuário e higiene.	54.091.323	Criança e adolescente atendido	unidade	1.200
CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ADOLESCENTES ACOLHIDOS PELA FPERGS	Em andamento	FPERGS	Promover a qualificação profissional dos adolescentes acolhidos, respeitando suas individualidades e aptidões, preparando-os para uma melhor inserção no mercado de trabalho.	230.000	Adolescente qualificado	unidade	300
CAPACITAÇÃO ESPECIALIZADA PARA PROFISSIONAIS QUE ATENDEM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ACOLHIDAS PELA FPERGS	Em andamento	FPERGS	Qualificar os profissionais para o atendimento especializado e permanente, considerando que, nos abrigos da FPERGS, 90% dos acolhidos são portadores de algum tipo de psicopatologia e/ou saúde. Nesse sentido, é de fundamental importância a qualificação desses profissionais.	570.000	Pessoa capacitada	unidade	1.300
COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Em andamento	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	11.575.351	Assessoria realizada	unidade	4.000
					Metodologia de assessoria implantada e implementada	unidade	1
					Pessoa qualificada	unidade	12.000
					Sistema Pró-Social implementado	unidade	1
ESTABELECIMENTO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL	Nova	FPERGS	Estabelecer cooperação técnica, junto às associações de municípios do RS, visando ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes.	200.000	Município cooperado	unidade	108
INSERÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA FPERGS, EM FASE DE DESLIGAMENTO	Em andamento	FPERGS	Apoiar e acompanhar os acolhidos, técnica e financeiramente em fase de desligamento, visando à reinserção familiar e social, possibilitando melhorias na moradia, alimentação básica, vestuário e utensílios domésticos.	1.900.000	Criança e adolescente desligado da FPERGS	unidade	300
MUTIRÃO SOCIAL	Nova	STDS	Mobilizar e desenvolver a busca ativa de famílias com perfil do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, bem como disponibilizar serviços de cidadania (Ação prioritária e transversal de Governo, que visa a inclusão social e a promoção da cidadania para pessoas em situação de vulnerabilidade social e que integra o Programa RS Mais Igual).	12.600.000	Cadastro atualizado no Programa Bolsa Família	unidade	200.000
					Família incluída no CADUNICO	unidade	285.000
					Mutirão social realizado	unidade	40

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PRÊMIO EXCELÊNCIA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Em andamento	STDS	Conceder prêmio de melhores práticas como forma de incentivo e visibilidade às gestões municipais mais qualificadas de Assistência Social no Estado.	2.000.000	Prêmio concedido	unidade	200
REORDENAMENTO FÍSICO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO DA FPERGS	Em andamento	FPERGS	Construir, reformar e/ou adquirir abrigos residenciais, bem como equipá-los, adequando estruturas físicas e materiais às necessidades de atendimento qualificado da FPERGS, conforme princípios da Constituição Federal art. 227, ECA e LOAS no seu art. 13°.	10.961.211	Abrigo construído Abrigo reformado Bem móvel adquirido Imóvel adquirido	unidade unidade unidade unidade	8 40 800 15

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR ESTADUAL

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: PAGAR OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI (INATIVOS, PENSÕES E PECÚLIOS).

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 31.567.082.318 Despesa Capital 0 Total 31.567.082.318

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
GESTÃO DE INATIVOS E PENSÕES	Em andamento	IPEPREVI	Garantir o pagamento de inativos e pensionistas do IPERGS.	31.567.082.318	Pensionista e provento pago	unidade	189.093

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: GESTÃO DA SAÚDE DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
OBJETIVO: PREVENIR E RECUPERAR A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E SEUS DEPENDENTES, BEM COMO DE OUTROS SERVIDORES DE ENTES CONVENIADOS, ATRAVÉS DA OFERTA DE PLANO DE SAÚDE QUE DISPONIBILIZE CONSULTAS, EXAMES E INTERNAÇÕES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	4.303.936.518	0	4.303.936.518

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	Em andamento	IPESAÚDE	Prestar assistência à saúde dos servidores públicos e seus dependentes, bem como garantir o pagamento dos prestadores de serviços.	4.303.936.518	Atendimento prestado	unidade	53.000.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
 OBJETIVO: FORMULAR POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, ESTABELECENDO DIRETRIZES, COORDENANDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS ATINENTES AOS SETORES DE TRANSPORTE, ENERGIA, COMUNICAÇÃO, MINERAÇÃO E LOGÍSTICA, DE MODO A DOTAR O ESTADO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 2.060.700 Despesa Capital 0 Total 2.060.700

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO DE AÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA AVENIDA PORTUÁRIA DE SÃO JOSÉ DO NORTE	Nova	SEINFRA	Articular ações para viabilizar a construção da Avenida Portuária na cidade de São José do Norte.	116.100	Articulação realizada	unidade	1
ARTICULAÇÃO DE AÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA LIGAÇÃO A SECO ENTRE AS CIDADES DE RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE	Nova	SEINFRA	Articular ações para viabilizar a travessia a seco entre as cidades de Rio Grande e São José do Norte.	116.100	Articulação realizada	unidade	1
ARTICULAÇÃO DE AÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA PONTE DO GUAÍBA	Nova	SEINFRA	Viabilizar a construção de uma nova ponte visando à substituição da Ponte do Guaíba, que se encontra saturada devido às suas limitações e ao alto fluxo de veículos, hoje em média de 36 mil/dia.	116.100	Articulação realizada	unidade	1
ARTICULAÇÃO DE AÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE FERROVIA	Nova	SEINFRA	Articular a construção do trecho sul da ferrovia Norte Sul, promovendo a integração, garantindo transporte de baixo custo e impulsionando o desenvolvimento econômico, interligando a matriz modal rodoviária, hidroviária e ferroviária.	116.100	Articulação realizada	unidade	1
COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA TERMOELÉTRICA A CARVÃO NACIONAL	Em andamento	SEINFRA	Promover debates e negociação com o Governo Federal a fim de implantar o Leilão A-5.	116.100	Autorização concedida	unidade	1
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	Em andamento	SEINFRA	Planejar e coordenar Políticas de Infraestrutura e de Logística; atrair, incentivar, criar condições favoráveis, agindo como meio facilitador à realização de empreendimentos.	624.000	Programa coordenado	unidade	2
CRIAÇÃO DA EMPRESA CEEE TELECOM	Nova	SEINFRA	Implantar o projeto da CEEE Telecom.	116.100	Empresa criada	unidade	1
PROMOÇÃO DE BENEFÍCIOS DA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DO ESTADO	Em andamento	SEINFRA	Posicionar a Logística do Estado como um agente incentivador de investimentos e promotor de desenvolvimento, salientando as vantagens de sua situação geográfica e potencializando sua infraestrutura atual e futura.	624.000	Projeto de sistema logístico elaborado	unidade	1
RESSARCIMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR – CRC/CEEE	Em andamento	SEINFRA	Viabilizar o Pagamento do CRC junto ao Governo Federal.	116.100	Crédito compensado	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

OBJETIVO: VIABILIZAR E OPERACIONALIZAR TODAS AS DEMANDAS DE INTERFERÊNCIAS CONSTRUTIVAS OU PROJETOAIS NOS PRÓPRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	16.184.253	0	16.184.253	Índice de Assessoramento Operacional	Unidade	0	95
				Índice de Assessoramento Técnico	Unidade	0	95
				Planos Desenvolvimento Regional	Unidade	0	70
				Taxa de atendimento de projetos prioritários	Percentual	80	95
				Taxa de atendimento dos projetos institucionais	Percentual	50	75
				Taxa de execução de obras institucionais/públicas	Percentual	45	75
				Taxa de execução de obras prioritárias	Percentual	74	95
				Taxa de termos aditivos em contratos de obras novas	Percentual	50	15

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ASSESSORAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL AOS MUNICÍPIOS	Em andamento	SOP	Apoiar técnica e operacionalmente os municípios em ações preventivas e corretivas na ocorrência de desastres naturais, através de obras de desassoreamento de cursos d'água para combate às estiagens e às cheias, recuperação de deslizamentos de terra, serviços de terraplenagem para a recuperação e manutenção de estradas vicinais e obras que propiciem o desenvolvimento regional.	15.594.253	Assessoramento operacional ao município realizado	unidade	4.000
					Assessoramento técnico ao município realizado	unidade	2.000
					Desassoreamento e obra de macrodrenagem realizado	unidade	1.200
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	Em andamento	SOP	Promover a capacitação e atualização continuada dos técnicos e servidores do Departamento de Gestão de Obras de Próprios Públicos através de cursos, palestras e seminários, visando atender as demandas de obras públicas com otimização de recursos e qualidade na elaboração do produto que será entregue à sociedade gaúcha.	250.000	Certificado obtido em curso de qualificação	unidade	1.200
ELABORAÇÃO DE CADERNO DE ENCARGOS E PADRONIZAÇÃO PARA OBRAS PÚBLICAS	Em andamento	SOP	Elaborar e divulgar os Cadernos de Encargos e Padronização de Obras Públicas, os quais compreendem a edição de especificações técnicas, caracterização de materiais, procedimentos para a execução dos serviços, normatização de projetos, fiscalização e supervisão de obras públicas.	300.000	Caderno de Encargos e Padronização elaborado	%	100
ELABORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS	Em andamento	SOP	Elaborar e manter o Cadastro Técnico de Próprios Públicos, que totalizam aproximadamente 8.000 unidades. A ação será executada através da contratação regionalizada de empresas de Topografia e Georreferenciamento por licitação pública ou registro de preço e serviço continuado.	5.000	Cadastro Técnico elaborado	%	50
ELABORAÇÃO, ANÁLISE E ORÇAMENTAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA DE OBRAS PÚBLICAS	Em andamento	SOP	Elaborar, analisar, aprovar e orçar projetos de arquitetura e engenharia destinados a orientar a implementação de obras de infraestrutura física para prestação dos serviços públicos do Estado, considerando-se obras novas, ampliações, reformas e adequações demandadas pelos órgãos da administração direta e indireta, as quais envolvam aplicações de recursos estaduais ou provenientes de convênios.	5.000	Área projetada a ser construída ou ampliada	m2	400.000
					Área projetada a ser reformada, adequada ou restaurada	m2	600.000
EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	Em andamento	SOP	Promover a execução das obras públicas, incluindo a construção de obras novas, reformas, restaurações e adequações demandadas pelos órgãos da administração direta e indireta, excetuando-se as viárias. Preparar os procedimentos licitatórios, de contratação, gestão e fiscalização dos serviços de engenharia e arquitetura e das obras públicas de infraestrutura física para a prestação dos serviços públicos do Estado (obras novas, ampliações, reformas, restauração e adequações) que envolvam a aplicação de recursos estaduais ou provenientes de convênios.	5.000	Área a ser construída ou ampliada	m2	400.000
					Área a ser restaurada, adequada ou reformada	m2	600.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÓPRIOS DO ESTADO	Em andamento	SOP	Promover a conservação e manutenção dos bens imóveis do Estado, que totalizam aproximadamente 8.000 unidades, com a oferta de um serviço ágil e desburocratizado, suprimindo deficiências no gerenciamento da manutenção. A ação será executada através da contratação regionalizada de empresas de prestação de serviços, por registro de preços e serviços continuados, por valor unitário, com a fiscalização das Coordenadorias Regionais de Obras Públicas e destina-se à execução de pequenos reparos em prédios públicos.	20.000 Imóvel conservado	%	10
PROMOÇÃO DE PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Em andamento	SOP	Promover, viabilizar, desenvolver e acompanhar Planos, Projetos e Ações estratégicas de desenvolvimento sustentável, envolvendo os usos múltiplos da água nas Regiões Hidrográficas do Estado.	5.000 Plano estratégico de desenvolvimento regional promovido	unidade	6

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: GESTÃO DOS ARQUIVOS DO ESTADO

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
 OBJETIVO: REESTRUTURAR E MODERNIZAR A GESTÃO DOS ARQUIVOS NO RIO GRANDE DO SUL, CONSCIENTIZANDO, ESTIMULANDO E EXECUTANDO POLÍTICAS DE GESTÃO, PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS DOCUMENTOS PÚBLICOS, A FIM DE GARANTIR A ORGANIZAÇÃO, PRESERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.140.000	50.000	2.190.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM ARQUIVÍSTICA	Nova	SARH	Realizar treinamentos, com o objetivo de capacitar a equipe de arquivistas do quadro de pessoal do Estado, a fim de que eles possam atuar na gestão documental, bem como atuar como multiplicadores capazes de orientar a execução da gestão documental, a partir de diagnóstico nas Secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e Municípios, implementando os instrumentos de gestão documental propostos pelo Sistema de Arquivos (SIARQ/RS). A capacitação se dará através de parcerias e convênios com instituições, fundações e demais órgãos do Estado, com a constituição de uma equipe multidisciplinar e a estruturação de módulos de treinamentos externos realizados nas modalidades presencial e EaD.	140.000	Curso oferecido	unidade	4
					Orientação realizada	unidade	60
					Servidor capacitado	unidade	200
EXECUÇÃO DA GESTÃO DE DOCUMENTOS	Nova	SARH	Tratar os arquivos da SARH e de outras Secretarias, a fim de racionalizar o uso dos espaços físicos e garantir a segurança dos documentos públicos do Estado, dando-lhes a devida destinação de acordo com a tabela de temporalidade.	2.050.000	Documento destinado	unidade	8.000.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: GESTÃO, FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DO SUS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
OBJETIVO: ESTIMULAR PROCESSOS DE GESTÃO DE QUALIDADE E O USO EFICIENTE DOS RECURSOS PÚBLICOS, ACOMPANHANDO DE FORMA SISTEMÁTICA AS POLÍTICAS E OS PROCESSOS DE TRABALHO, ASSEGURANDO AS PRÁTICAS LEGAIS DE FINANCIAMENTO NO SUS/RS, BEM COMO FORTALECER E EXPANDIR A INFRAESTRUTURA DO SUS NO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 8.707.395.335 Despesa Capital 1.452.485.238 Total 10.159.880.573

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ATENDIMENTO DAS AÇÕES JUDICIAIS	Em andamento	SES	Revisar os fluxos e processos de trabalho, a fim de agilizar a tramitação das ações judiciais e garantir o atendimento.	813.711.122	Fluxo e processo de trabalho revisado	unidade	1
COFINANCIAMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE	Em andamento	SES	Executar a cooperação financeira com os municípios e instituições para a qualificação da atenção básica, secundária e terciária, incluindo a urgência pré-hospitalar, assistência farmacêutica e vigilância em saúde, preferencialmente fundo a fundo, visando ao desenvolvimento de serviços e ações estratégicas à saúde, conformando a rede de atenção à saúde (RAS) e a melhoria do acesso.	2.965.149.258	Instituição beneficiada com recursos	unidade	307
					Município beneficiado com recursos	unidade	497
DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E DE ANÁLISES LABORATORIAIS	Nova	FEPPS	Implantar a Rede de Laboratórios Macrorregionais de interesse em Saúde Pública, visando à ampliação da cobertura laboratorial em 100% dos municípios.	820.000	Laboratório macrorregional implantado e estruturado	unidade	8
FORTALECIMENTO DA AUDITORIA DO SUS NO RS	Em andamento	SES	Ampliar e qualificar a auditoria assistencial e de gestão, auxiliando os municípios na formulação da Política de Auditoria no Estado.	2.745.071	Auditoria Estadual do SUS implementada	unidade	1
FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DA FEPPS	Nova	FEPPS	Fortalecer a infraestrutura da FEPPS, através da ampliação do departamento administrativo, do CIT e do HEMORGS e da conclusão das obras do LAFERGS e do CDCT. O CIT possui uma equipe multidisciplinar de profissionais prestando serviços em regime de plantão 24 horas. Sua estrutura física não comporta mais as atividades desenvolvidas, necessitando de ampliação. A finalização das obras secundárias do LAFERGS visa à adequação das instalações às exigências impostas pela legislação sanitária referente à fabricação de medicamentos. A finalização das obras proporcionará o funcionamento do LAFERGS, possibilitando a produção de um elenco diferenciado de produtos e melhor estrutura para apoiar os programas Estaduais e Federais. Concluir a obra do CDCT e ampliar o HEMORGS. Ampliar o departamento administrativo da FEPPS aprimorando e desenvolvendo boas práticas de gestão.	40.985.054	Ampliação do HEMORGS efetivada	%	100
					Centro de Informações Toxicológicas construído	%	100
					Certificação de boas práticas implantada	unidade	4
					Modernização tecnológica em TI realizada	unidade	400
					Obra do CDCT concluída	%	100
					Obra secundária do LAFERGS concluída	unidade	5
					Prédio administrativo ampliado	%	100
FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DO NÍVEL CENTRAL E REGIONAL DA SES	Em andamento	SES	Qualificar a infraestrutura da SES e fortalecer a estrutura administrativa. Fortalecer as Coordenadorias Regionais de Saúde, tendo em vista adequação da área geográfica das CRS às regiões de saúde, conforme definido no Plano Diretor de Regionalização, na Programação Pactuada e Integrada e no Plano Estadual de Saúde. Reestruturar área física das sedes das Coordenadorias de Saúde.	104.984.211	Assistência farmacêutica na CRS reestruturada	unidade	19
					Central de UBV (armazenamento de inseticidas e larvicidas) - Dengue e demais endemias - construída	unidade	1
					Estrutura física padronizada	unidade	7
					Nova Central Estadual de Abastecimento e Distribuição de Imunobiológicos (CEADI) implementada	unidade	1
					Rede lógica da SES reestruturada e ampliada	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA DO SUS NO RS	Em andamento	SES	Apoiar financeiramente a construção, a aquisição de equipamentos e automóveis e a ampliação de Unidades de Saúde da Família (USF), mediante diagnóstico situacional e definição de critérios. Construir e adquirir equipamentos de 03 hospitais nos municípios de Palmeira das Missões (Macrorregião Norte), Santa Maria (Macrorregião Centro Oeste) e Gravataí (Macrorregião Metropolitana), definindo o perfil de atendimento e o modelo de gestão destes hospitais. Apoiar financeiramente a ampliação e aquisição de equipamentos do Hospital São Vicente de Paulo, no município de Osório (Macrorregião Metropolitana) e definir novo modelo de gestão transformando-o em um hospital público regional. Construir Unidades de Pronto Atendimento - UPAs habilitadas pelo Ministério da Saúde. Fornecer equipamentos para as UPAs que serão construídas pelos municípios.	519.299.857	AeroSUS (SAMU) implantado	unidade	2					
					Hospital regional ampliado	unidade	1					
					Hospital regional construído	unidade	3					
					Maternidade equipada (equipamentos de suporte de vida para maternidade que realiza mais de 500 a 1.000 partos/ano)- Maternidades Microrregionais	unidade	60					
					Sistema de comunicação de voz (SAMU) implantado	unidade	1					
					Unidade Básica de Saúde prisional equipada	unidade	26					
					Unidade de Pronto Atendimento (UPA) construída	unidade	6					
					Unidade de Pronto Atendimento (UPA) equipada	unidade	24					
					Unidade de SAMU Neonatal/Pediátrica adquirida	unidade	7					
					Unidade de Saúde da Família (USF) construída	unidade	75					
					Unidade de Saúde da Família (USF) equipada	unidade	75					
					FORTALECIMENTO DAS INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E PACTUAÇÃO NO SUS	Em andamento	SES	Apoiar o funcionamento das instâncias de pactuação como a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e dos Colegiados de Gestão Regional (COGERE), tendo em vista fortalecer e ampliar a construção coletiva e participativa da gestão do SUS. Apoiar os conselhos (CES, CONEN), conferências e movimentos sociais que atuam no campo da saúde, reconhecendo seu papel na gestão do SUS.	7.491.718	Câmara técnica de saúde criada/implementada nos COGERES	unidade	19
										Câmara técnica de saúde na CIB em funcionamento	unidade	1
COGERE mantido	unidade	19										
Comissão de vigilância em saúde institucionalizada no Conselho Estadual de Saúde	unidade	1										
Conferência Estadual de Saúde realizada	unidade	1										
Manutenção dos Conselhos efetuada	unidade	2										
Campanha realizada	unidade	40										
GERENCIAMENTO FINANCEIRO DO SUS	Em andamento	SES	Executar o gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros oriundos de outras esferas de Governo e do Estado. O gerenciamento contempla recursos para financiamento das ações do SUS no RS, como também, recursos provenientes da produção dos serviços das Unidades Públicas Estaduais. A gestão estadual é responsável pelo pagamento dos serviços contratados ao SUS, bem como pelo controle, avaliação, regulação e auditoria, de acordo com os instrumentos celebrados. É também de sua responsabilidade desenvolver campanhas educativas de prevenção, disseminando informações através da elaboração de materiais impressos (volantes, banners, cartazes, outdoors, entre outros). Utilizar espaços de mídia em rádios, TVs, jornais e revistas, bem como, mobilizar a imprensa para divulgar os programas e ações da SES/RS.	5.502.165.447	Recurso gerenciado	%	100					
					GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Em andamento	SES	Elaborar e implantar política estadual de informação e informática em saúde, tendo em vista integrar os diferentes sistemas de informação, com o objetivo de melhorar os processos de tomada de decisão dos gestores e gerentes do SUS.	162.501.942	Cartão Nacional de Saúde implantado/implementado	unidade	1
										Informatização plena da regulação estadual implementada	unidade	1
						Núcleo de sistemas de informação de interesse para a Vigilância em Saúde estruturado	unidade	1				
						Prontuário eletrônico implantado/implementado	unidade	1				

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Sistema informatizado para migração de dados de maneira uniforme desenvolvido (Vigilância Ambiental e Saúde da Família)	unidade	1
					Situação de saúde e ação analisada e desenvolvida em uma única base territorial	unidade	96
					Software de gestão de projetos implantado	unidade	1
IMPLANTAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DA OUVIDORIA DO SUS NO RS	Em andamento	SES	Estruturar a Ouvidoria Estadual do SUS, com vista ao fortalecimento da escuta do cidadão e como instrumento de avaliação da qualidade da gestão.	2.745.071	Ouvidoria Estadual do SUS estruturada	unidade	1
INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUS	Em andamento	SES	Estimular a utilização das ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação do SUS, para melhorar a qualidade das políticas públicas de saúde no Estado, com ênfase no Pacto pela Saúde, garantindo racionalidade ao processo de tomada de decisão. Fortalecer o planejamento, o monitoramento e avaliação através dos grupos de trabalho constituídos em níveis central e regional da SES nas áreas de gestão, atenção básica, secundária e terciária e vigilância em saúde.	339.045	Código Estadual de Vigilância em Saúde publicado	unidade	1
					Grupo de trabalho regional e estadual em atividade	unidade	20
					Instrumento de gestão do SUS elaborado e integrado	unidade	11
					Pacto Interfederativo realizado	unidade	1
					Plano Diretor de Vigilância em Saúde publicado	unidade	1
PLANO DE AÇÃO DE SAÚDE PARA A COPA DO MUNDO 2014	Em andamento	SES	Fortalecer a infraestrutura do SUS, tendo em vista prestar atendimento à demanda ampliada durante a Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo de 2014.	16.600.000	Demanda atendida	%	100
POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AOS DESASTRES AMBIENTAIS	Em andamento	SES	Estruturar uma política de saúde para o enfrentamento aos desastres ambientais e elaborar mapa de risco do Estado.	20.342.777	Risco e agravo ambiental identificado e digitalizado em mapa	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
OBJETIVO: PROVER PROGRAMAS DE ESTÍMULO PARA O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DO PÚBLICO-ALVO E VIABILIZAR O ACESSO, A PERMANÊNCIA E A FORMAÇÃO DO PÚBLICO HIPOSSUFICIENTE ECONOMICAMENTE E/OU COM DEFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS UNIVERSITÁRIOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	10.536.969	2.108.781	12.645.750	Ação afirmativa acadêmica	Percentual	0	80
				Ação afirmativa ensino	Percentual	0	80
				Ação afirmativa extensão	Perecentual	0	80
				Ação afirmativa pesquisa	Perecentual	0	80
				Aperfeiçoamento na extensão	Perecentual	0	80
				Aperfeiçoamento na pesquisa	Percentual	0	80
				Aperfeiçoamento no ensino	Percentual	0	80
				Inclusão e atenção social	Percentual	0	80

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
INTEGRAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO BÁSICA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR, INCLUSÃO DIGITAL E ATENÇÃO SOCIAL	Nova	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	2.225.283	Ponto de acesso público a ambiente	unidade	25
					multimeios implantado		
					Programa de ensino à distância implementado	unidade	4
					Programa de monitoria e tutoria implantado	unidade	4
PROMOÇÃO ACADÊMICA E ASSISTÊNCIA SOCIOECONÔMICA	Nova	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	10.420.467	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	4.190
					Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	2.200
					Programa de Assistência Institucional Afirmativa implementado	unidade	4
					Programa de Assistência Institucional para necessidades básicas implementado	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO
OBJETIVO: DESENVOLVER A INFRAESTRUTURA DE LOGÍSTICA, ENERGIA E COMUNICAÇÃO, ENTRE OUTROS ITENS ESTRUTURANTES DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO, DE FORMA A AGILIZAR E DINAMIZAR OS PÓLOS PRODUTIVOS JÁ INSTALADOS E AO MESMO TEMPO PROVER A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS POLOS INDUSTRIAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	17.726.290	168.964.239	186.690.529	Empregos diretos gerados nos estaleiros/integradores da Indústria Oceânica do Petróleo e Gás (Ação - PGPIN)	Número de empregos	40.695	23.700
				Evolução das vendas para o setor O&G / Indústria Oceânica, por empresas do RS, com CRCC	Porcentagem	2	10
				Investimento no centro de treinamento e qualificação de profissionais para transporte e logística	Milhões (R\$)	0	5
				Municípios com potencial de acesso à Banda Larga	Unidade	101	383
				Participação da indústria gaúcha na nacional em número de Empregos Diretos nos estaleiros/integradores da Indústria Oceânica do Petróleo e Gás (PGPIN)	Porcentagem	9,8	20
				Potência Eólica instalada	MW	228	1.000
				Valor aplicado na construção de embarcações de apoio no RS (Ação - PGPIN)	Bilhões (US\$)	0,72	8,5
				Valor aplicado na construção de sondas de perfuração no RS (Ação - PGPIN)	Bilhões (US\$)	0	7,4
				Valor investido na construção de Plataformas de Exploração de Petróleo no RS (Ação do PGPIN)	Bilhões (US\$)	4	45,2
				Volume de Gás ofertado no RS	m³	2.750.000	3.140.000
				Volume de investimentos em infraestrutura de áreas e distritos industriais	Milhões (R\$)	12	207,012
				Volume de investimentos na indústria oceânica, petróleo e gás	Milhões (R\$)	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À EXPANSÃO DA BANDA LARGA	Em andamento	AGDI	Apoiar o programa de Ampliação da Banda Larga e Inclusão Digital, através da articulação e sensibilização dos agentes envolvidos no processo e identificação das alternativas de investimentos, visando viabilização a médio prazo.	1.620.000	Plano de Ampliação da Banda Larga elaborado	unidade	1
APOIO ÀS ÁREAS E/OU DISTRITOS INDUSTRIAIS ESTADUAIS	Em andamento	SDPI	Incentivar investimentos em empreendimentos industriais por intermédio da disponibilização de terrenos com infraestrutura, para aquisição por empresas a preços subvencionados em áreas e/ou distritos industriais de propriedade do Estado.	139.486.688	Área industrial apoiada Distrito industrial apoiado - benfeitorias e manutenção Projeto de distrito industrial ao longo da hidrovia implantado	unidade unidade unidade	1 4 8
APOIO ÀS ÁREAS E/OU DISTRITOS INDUSTRIAIS MUNICIPAIS	Em andamento	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	4.012.000	Área / Distrito industrial municipal apoiado Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade unidade	80 40
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA A INDÚSTRIA OCEÂNICA, PETRÓLEO E GÁS - PGPIN	Em andamento	SDPI	Planejar, elaborar projetos e coordenar a execução de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás, de modo a proporcionar o desenvolvimento industrial, ambiental e social com qualidade de vida para as populações residentes na área de abrangência da indústria.	20.202.000	Cais implantado Hidrovia adequada Obra de infraestrutura executada Projeto para cais elaborado Projeto para obra de infraestrutura elaborado	unidade unidade unidade unidade unidade	3 1 3 3 3
DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA UM CENTRO DE TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA TRANSPORTE E LOGÍSTICA	Em andamento	AGDI	Coordenar a criação de um Centro de Treinamento para qualificação dos profissionais de transporte e logística.	2.000.000	Centro de Treinamento Transporte e Logística implantado	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXPANSÃO DA OFERTA DE ENERGIAS	Em andamento	AGDI	Coordenar a execução de estudos e projetos de viabilidade econômica e planos para a promoção de investimentos para a geração de energia.	4.897.065	Empresa da Cadeia Produtiva de energia atraída e implantada	unidade	16
					Estudo para setores de energia e biocombustível elaborado	unidade	4
					Plano de expansão de energias e biocombustíveis elaborado	unidade	1
					Unidade de geração de energia atraída e implantada	unidade	8
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA OCEÂNICA, PETRÓLEO E GÁS - PGPIN	Em andamento	AGDI	Promover o desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás e a atração de investimentos para indústria por meio da elaboração e implementação de plano de desenvolvimento, projetos para atração de investimentos, qualificação profissional de trabalhadores, aumento da proporção de fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos estaleiros e integradores, ações para apoiar o desenvolvimento de novos produtos e oferta de linhas de financiamento para empreendimentos.	14.472.776	Ação realizada para maior inserção de empresas na cadeia produtiva de petróleo e gás	unidade	20
					Nova Planta Produtiva atraída e instalada	unidade	16
					Plano de desenvolvimento elaborado	unidade	1
					Programa para qualificação profissional elaborado e implementado	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: MAIS CULTURA RS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CULTURA

OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO A BENS E SERVIÇOS CULTURAIS, A DIVERSIDADE CULTURAL, O INTERCÂMBIO INTERNO E DO RS COM O BRASIL, O MERCOSUL E O MUNDO. AMPLIAR A CIDADANIA CULTURAL, APOIAR O DESENVOLVIMENTO DAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS E FORTALECER A ECONOMIA DA CULTURA NO RS, SEMPRE OBSERVANDO AÇÕES AFIRMATIVAS RELATIVAS A QUESTÕES DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, PCDS E DE REINserÇÃO SOCIAL DE PRESOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	125.401.457	95.081.784	220.483.241	Índice de leitura	Livro per capita	5,5	6
				Número de municípios atendidos por ações da SEDAC	Unidade	253	496
				Percentual de Bibliotecas Públicas com acesso à internet para o público	Percentual	36	100
				Percentual de municípios atendidos por Pontos de Cultura	percentual	7,45	50

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES CULTURAIS DA OSPA	Em andamento	FOSPA	Realizar concertos próprios na Capital e no Interior do Estado, reabrir o projeto Escola de Música da OSPA e ministrar aulas de música para crianças oriundas de famílias de baixa renda.	23.539.698	Aluno atendido	unidade	250
					Concerto realizado	unidade	220
					Criança atendida	unidade	600
					Músico formado	unidade	100
AÇÕES CULTURAIS NO THEATRO SÃO PEDRO	Nova	FTSP	Manter, incentivar e oferecer uma programação de qualidade artística, que permita o acesso e desperte o interesse de diferentes públicos. Fomentar ações paralelas à programação oficial, como leituras com entrada franca (foyer), oficina de dramaturgia, projetos de música no foyer (erudita e popular), exposições etc.	3.147.016	Atividade realizada	unidade	980
					Expectador participante	unidade	270.000
AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	Nova	SEDAC	Realizar Conferências Estaduais, Fóruns e Seminários Temáticos, Reuniões Regionais, Diálogos Culturais, Reuniões dos Colegiados Setoriais e Encontros da TEIA(Pontos de Cultura).	2.637.705	Evento realizado	unidade	700
AMPLIAÇÃO DO ACESSO A BENS CULTURAIS	Nova	SEDAC	Ampliar as ações culturais nos diversos municípios do Rio Grande do Sul, contribuindo para a qualificação do ambiente social, incluindo as ações transversais com áreas como a educação, esporte, saúde, segurança, trânsito seguro, meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento social. Estimular a circulação artística e a formação de público através da ação direta do Estado, editais, convênios, parcerias e acordos de cooperação. Criar o "Vale Cultura" estadual.	13.934.225	Ação cultural realizada	unidade	850
					Público participante	unidade	330.000
					Vale Cultura criado	unidade	1
APOIO A EVENTOS CULTURAIS	Nova	SEDAC	Potencializar eventos culturais realizados no Estado como feiras, festivais, festas populares, concursos, seminários culturais.	5.900.664	Atividade realizada	unidade	120
					Evento cultural apoiado	unidade	120
CAPACITAÇÃO DE AGENTES, GESTORES CULTURAIS E SERVIDORES DA SEDAC	Nova	SEDAC	Desenvolver cursos, oficinas e seminários para gestores, arte educadores, artistas, instituições, ONGs, grupos e produtores culturais. Proporcionar capacitação e qualificação dos servidores públicos da SEDAC.	2.861.949	Público capacitado	unidade	400
CONSTRUÇÃO DO TEATRO DA OSPA	Em andamento	FOSPA	Construir um teatro novo, com área construída de 12.500 m², incorporando a administração e a escola de música, propiciando melhores condições de trabalho aos integrantes da orquestra e mais conforto aos espectadores.	31.764.980	Teatro construído	%	100
CONSTRUÇÃO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS	Nova	SEDAC	Construir, reformar e modernizar espaços culturais públicos; garantir condições de acessibilidade nestes espaços; adquirir áreas para construção.	18.179.202	Espaço cultural construído, reformado ou modernizado	unidade	40

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

CULTURA NAS ESCOLAS	Nova	SEDAC	Promover atividades culturais de preservação do patrimônio e memória, literatura, música, artes visuais, dança, teatro, circo, cinema e outras manifestações artísticas em escolas do Rio Grande do Sul através da ação direta da Secretaria e de editais, convênios, parcerias e acordos de cooperação.	2.097.845	Atividade realizada	unidade	1.000
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA	Nova	SEDAC	Ampliar e fortalecer o FAC. Realizar feiras da economia da cultura e das diversas linguagens artísticas. Promover o "Turismo Cultural". Criar editais para passagens, prêmios, bolsas e micro projetos e fomento à produção e circulação artística. Incentivar a participação em eventos, feiras, bienais. Firmar acordos, parcerias, convênios para o desenvolvimento de ações que apoiem ou fomentem as cadeias produtivas da cultura.	35.148.469	Atividade apoiada	unidade	200
					Bolsa concedida	unidade	100
					Feira realizada	unidade	8
					Passagem concedida	unidade	200
					Prêmio concedido	unidade	300
					Projeto apoiado	unidade	200
IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA DA CULTURA	Nova	SEDAC	Desenvolver o "Censo da Cultura RS" e constituir o Observatório da Economia da Cultura. Desenvolver indicadores Culturais.	2.379.346	Observatório implantado	%	100
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA	Nova	SEDAC	Aderir ao Sistema Nacional de Cultura, criar o Plano Estadual Cultura, desenvolver Planos Setoriais de Cultura, fortalecer sistemas setoriais e apoiar a implantação dos Sistemas Municipais e intermunicipais de Cultura.	219.152	Município integrado ao Sistema	unidade	100
					Plano estadual criado	unidade	1
					Plano setorial criado	unidade	6
					Sistema intermunicipal ou municipal criado	unidade	5
IMPLEMENTAÇÃO DE PONTOS DE CULTURA	Nova	SEDAC	Implementar pontos de cultura, pontos de leitura, pontos de memória, pontinhos de cultura e pontos de audiovisual através de convênios e editais.	25.545.603	Ponto implementado	unidade	850
INTERCÂMBIO CULTURAL	Nova	SEDAC	Realizar ações de produção, circulação e visibilidade das diversas manifestações do Rio Grande do Sul promovendo o intercâmbio entre os diferentes territórios culturais do estado, e com o Brasil e o Mundo.	3.758.079	Artista envolvido	unidade	110
					Intercâmbio realizado	unidade	110
MODERNIZAÇÃO DE BIBLIOTECAS	Nova	SEDAC	Modernizar as bibliotecas públicas com livros atualizados, revistas, jornais, CDs, DVDs, informatização de dados do acervo, mobiliários melhores e mais modernos, computadores e acesso à internet, além de outros equipamentos que possam fazer com que o livro se articule com os demais meios de gravação e difusão cultural contemporâneos através de editais e convênios.	26.425.421	Biblioteca modernizada	unidade	600
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL E AMPLIAÇÃO DE ACERVOS	Nova	SEDAC	Promover a preservação e conservação do acervo móvel e imóvel, prédios tombados, acervo bibliográfico, discográfico, museológico, museográfico, cenográfico, audiovisual, fotográfico, cinematográfico e cênico-cultural das Instituições da Secretaria da Cultura. Desenvolver ações de pesquisa e conhecimento para o aumento do acervo das instituições da SEDAC. Adquirir peças para o acervo das instituições. Modernizar as formas de interação e comunicação do acervo com o público usuário.	14.816.107	Bem adquirido	unidade	20
					Bem preservado ou conservado	unidade	20
					Bem tombado ou inventariado	unidade	20
					Pesquisa ou estudo realizado	unidade	20
PROMOÇÃO DA CIDADANIA CULTURAL E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	Nova	SEDAC	Criar editais específicos para manifestações e produções culturais das mulheres.	2.787.237	Edital publicado	unidade	8
PROMOÇÃO E INCENTIVO A AÇÕES CULTURAIS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CULTURA GAÚCHA	Nova	FIGTF	Contemplar a diversidade étnica, os territórios culturais, eventos e as festas populares do Rio Grande do Sul através de cursos, palestras, seminários e eventos, e também através de fomento, convênios, patrocínios, premiações, modernização da biblioteca Glaucus Saraiva, conservação, preservação e difusão do acervo do museu do som regional, recuperação e mostra da indumentária gaúcha, produção e difusão de documentários, artes visuais e da produção e edição de livros impressos e audiolivro.	3.246.149	Ação cultural realizada	%	100
					Acervo preservado e disponibilizado	unidade	2
					Biblioteca modernizada	unidade	1
					Documentário/livro/áudio livro produzido	%	100
					Museu institucionalizado	unidade	4
					Público participante	%	100
PUBLICIDADE, COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL	Nova	SEDAC	Criar e publicar anúncios na mídia impressa e eletrônica e marcas para instituições vinculadas. Publicar peças gráficas institucionais da Secretaria e vinculadas. Criar e imprimir materiais gráficos de apoio e divulgação de eventos e projetos da SEDAC e das instituições vinculadas. Modernizar, atualizar e manter as páginas eletrônicas.	2.094.394	Campanha publicitária realizada	unidade	200
					Publicação efetivada	unidade	200
					Sítio atualizado	unidade	30
					Sítio criado	unidade	15
					Veiculação de mídia realizada	unidade	200

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **MAIS SANEAMENTO PARA O RIO GRANDE DO SUL** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO
OBJETIVO: ESTRUTURAR O SISTEMA ESTADUAL DE SANEAMENTO E AMPLIAR O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	58.978.033	2.311.454.586	2.370.432.619	Nível de Universalização de Água Urbano FactiveL - NUA	%	97,85	99,37
				Nível de Universalização de Esgoto Urbano FactiveL - NUE	%	11,21	23,1
				Percentual de Convênios para Saneamento Firmados em Áreas não Atendidas pela Corsan	%	100	100
				Percentual de Municípios com Planos Municipais de Saneamento Elaborados	Convênios	40	100
				Percentual de Planos Regionais de Saneamento Elaborados	Convênios	40	160

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SANEAMENTO	Em andamento	SEHABS	Implantar o Sistema de Saneamento no Estado, mediante a assinatura de convênios entre os Municípios e a SEHABS, através dos quais haverá o repasse de recursos financeiros necessários.	44.280.000	Sistema de Saneamento implantado	unidade	320
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS, SISTEMA DE INFORMAÇÕES, CÓDIGO DE SANEAMENTO E FUNDO ESTADUAL	Em andamento	SEHABS	Viabilizar o desenvolvimento de Planos de Saneamento, Código de Saneamento, Sistemas de Informação e Fundo Estadual de Saneamento. Os Planos de Saneamento serão desenvolvidos segundo critérios de abrangência físico-territorial e estarão categorizados como : Planos Municipais, Planos Regionais ou de Bacias e Plano Estadual. Os Planos Municipais serão desenvolvidos pelos Municípios através do suporte operacional e orçamentário do Estado através de Convênios de Cooperação Técnica a serem firmados com a SEHABS. O Estado repassará recursos e assessoria técnica para a contratação e desenvolvimento dos Planos de Saneamento. O Plano Estadual, o Código Estadual e o Sistema de Informações serão desenvolvidos pelo Estado, através da SEHABS / CORSAN, mediante contratação de serviços técnicos especializados.	4.820.000	Fundo Estadual Saneamento implementado	unidade	1
					Plano de Bacia elaborado	unidade	8
					Plano Estadual de Saneamento elaborado	unidade	1
					Plano Municipal de Saneamento elaborado	unidade	80
ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE SANEAMENTO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	Em andamento	SEHABS	Manter e ampliar os níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico (Água tratada, Esgotamento Sanitário, Resíduos sólidos e Drenagem), tendo em conta que a ausência da cobertura de saneamento traz sérios prejuízos à saúde da população, além de impactar negativamente o meio ambiente. A estruturação do Sistema Estadual de Saneamento, de acordo com a Lei Estadual 12 037 / 03, permitirá a implementação da política de saneamento e um melhor gerenciamento da mesma.	140.000			
EXPANSÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Em andamento	CORSAN	Expandir redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar os sistemas de abastecimento; ampliar os sistemas de abastecimento considerando o crescimento vegetativo.	565.256.657	Economia atendida	unidade	166.300
					Estação de tratamento de água construída	unidade	3
					Rede de água assentada/substituída	m	2.002.207
					Reservatório construído	unidade	13
EXPANSÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Em andamento	CORSAN	Expandir e/ou substituir redes e ligações de esgoto; substituir redes de esgoto; ampliar sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário.	944.764.471	Economia servida por rede de esgoto	unidade	35.212
					Estação de tratamento de esgoto construída	unidade	10
					Redes de esgoto assentada	m	770.055
					Lixiviado tratado	m3	182.600
FOMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS	Nova	CORSAN	Iniciar inserção na área de resíduos sólidos, principalmente no que tange ao tratamento do lixiviado; ampliar a produção de sulfato de alumínio e posterior comercialização do produto.	8.095.082	Sulfato de Alumínio comercializado	t	11.500
PERFURAÇÃO DE POÇOS TUBULARES	Em andamento	SEHABS	Promover a perfuração de poços para produção de água potável para comunidades que não têm acesso às redes de abastecimento da Corsan.	20.480.000	Poço Perfurado	unidade	800

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PROMOÇÃO DA EXPANSÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO MEIO RURAL	Nova	CORSAN	Firmar parcerias com órgãos federais e estadual, para viabilizar a expansão do sistema de abastecimento de água potável, para áreas rurais (Ex.: Funasa); ampliar o sistema de abastecimento, para atender as áreas rurais; fomentar tecnologias de abastecimento alternativas; firmar parcerias, com as sociedades autônomas ou outras entidades, que atualmente gerenciam os sistemas de abastecimento nas áreas rurais dos municípios; ampliar o escopo do Contrato de Programa, compreendendo as áreas rurais dos municípios; auxiliar os distritos\localidades, onde não é viável a expansão do sistema de abastecimento, por meio do assessoramento técnico.	48.337.342	Número de habitantes rurais abastecidos com água tratada ampliado	unidade	21.500
PROMOÇÃO DE MEDIDAS INSTITUCIONAIS	Em andamento	CORSAN	Promover a manutenção do parque de medidores e incrementar a medição em novas ligações, visando ao atendimento do crescimento vegetativo.	28.025.955	Hidrômetro instalado/substituído	unidade	620.000
RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS DE PROGRAMA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Em andamento	CORSAN	Firmar Contratos de Programa com os municípios que ainda não renovaram a concessão, nos moldes das Leis Federais nº 11.107/2005 e 11.445/2007; Encampar sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário.	19.250.000	Contrato de Programa renovado	unidade	109
REPASSE DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	Em andamento	SEHABS	Repassar o montante dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) para expansão e/ou melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, conforme convênio de repasses CORSAN x Estado.	686.983.112	Recurso repassado	R\$	686.983.112,79

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO: QUALIFICAR A GESTÃO ESTADUAL VISANDO MELHORAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ATENDER ÀS DEMANDAS DA SOCIEDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	11.440.000	8.786.250	20.226.250

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA AÇÃO DA EMPRESA E DA CARTEIRA DE PRODUTOS	Em andamento	CORAG	Ampliar a ação da Empresa e a oferta de produtos disponibilizados no Diário Oficial On Line 100% digital, Carteira Nacional de Habilitação e Carnê do IPTU impressos.	4.240.000	CNH e Carnê do IPTU impresso disponibilizado	unidade	20.280.000
CENTROS EXTERNOS DE IMPRESSÃO	Em andamento	CORAG	Implantar Centros Externos de Impressão (Gráfica Expressa) nos principais clientes, objetivando o atendimento da demanda dos mesmos.	1.200.000	Gráfica Expressa implantada em órgão do Estado	unidade	8
MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO E DA REDE LÓGICA DA SARH	Em andamento	SARH	Modernizar os sistemas e equipamentos de informática e a rede lógica da SARH de forma a permitir o atendimento ao servidor estadual e às secretarias, bem como o desenvolvimento das atividades internas de forma eficiente.	2.025.000	Equipamento adquirido Rede modernizada	unidade unidade	200 1
MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO E DE MÁQUINAS DA CORAG	Em andamento	CORAG	Modernizar e/ou ampliar o parque tecnológico e de máquinas da CORAG através de aquisições e/ou reformas, envolvendo: Sistema de Microfilmagem e Digitalização para o GED; máquinas para o setor de acabamento; incinerador; gerador, fotocélula e reforma elétrica; maquinário para impressão em Braille.	2.000.000	Máquina, Gerador, Fotocélula e Software adquirido	unidade	12
NORMAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL E DE SISTEMA DE CONTROLE DE CUSTOS	Em andamento	CORAG	Implantar normas e procedimentos de segurança e Sistema de Controle de Custos.	4.000.000	Sistema de Custos e Procedimentos de Segurança Patrimonial implantado	%	100
REMODELAÇÃO DA CENTRAL DE COMPRAS - CECOM	Em andamento	SARH	Remodelar a CECOM a fim de proporcionar a inclusão de pequenos empreendedores no processo de compras do Estado e o controle e monitoramento das licitações e da gestão contratual, através da disponibilização de um Sistema de Gestão Integrada das Licitações e Contratações em baixa plataforma, acessível a todos os órgãos públicos estaduais e fornecedores, bem como a qualificação dos servidores da CECOM.	6.761.250	CECOM remodelada Servidor Treinado Sistema de Gestão Integrada das Licitações e Contratações disponibilizado	unidade unidade unidade	1 180 1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA JUNTA COMERCIAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA
OBJETIVO: MODERNIZAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA JUCERGS COM VISTAS À AGILIDADE, QUALIDADE E SEGURANÇA NO ATENDIMENTO AO EMPRESARIADO GAÚCHO, DENTRO DE UM AMBIENTE TECNOLÓGICO QUE PROPICIE A PRESTAÇÃO CADA VEZ MAIOR DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS, FACILITANDO E IMPULSIONANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO NOSSO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	6.821.681	2.527.079	9.348.760	Grau de informatização na prestação dos serviços pela JUCERGS	Percentual	55	100
				Grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados pela JUCERGS	Percentual	71,1	95
				Tempo médio para Registro de Atos Empresariais para Limitadas	Dia	5	3
				Tempo médio para Registro dos Atos Empresariais para S.A., Cooperativas e demandas fora do Estado	Dia	7	5

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DE DOCUMENTOS	Em andamento	SESAMPE	Digitalizar e indexar todo o acervo da JUCERGS, simplificando e agilizando a execução do trabalho interno, permitindo a evolução e disponibilidade de novos serviços.	5.558.760	Folha digitalizada	unidade	40.000.000
EMISSÃO DE DOCUMENTOS VIA INTERNET	Em andamento	SESAMPE	Disponibilizar serviços conclusivos pela Internet, desde a solicitação, até o recebimento.	250.000	Certidão Eletrônica emitida	unidade	160.000
					Ficha processada	unidade	330.000
IMPLANTAÇÃO DA REDESIM - REDE NACIONAL	Nova	SESAMPE	Unificar procedimentos de registro empresarial de forma a evitar a duplicidade de exigência e garantir a linearidade do processo na visão do usuário, em ação integrada entre as esferas federal, estadual e municipal.	1.920.000	Registro Empresarial implantado	%	100
PORTAL JUCERGS	Nova	SESAMPE	Implantar o portal utilizando novas tecnologias e designer que visem eficiência, colaboração e interatividade com os usuários da JUCERGS.	100.000	Portal de Serviço implantado	%	100
PROCESSO DIGITAL	Nova	SESAMPE	Simplificar os procedimentos de registro de atos de comércio, com objetivo de facilitar a realização dos atos de registro pelos usuários, utilizando as tecnologias de assinatura digital e certificado digital, afim de criar um processo interno informatizado para a análise dos processos que entrarem em meio digital, chamado Workflow JUCERGS.	1.520.000	Processo Digital implantado	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: MULHERES CONSTRUINDO AUTONOMIA RS Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
OBJETIVO: COORDENAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES TRANSVERSAIS E FEDERATIVAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, PREPARANDO AS MULHERES PARA A SUA INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO, PROMOVEDO SUA AUTONOMIA FINANCEIRA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	2.892.640	201.488	3.094.128	Taxa de desemprego das mulheres	percentual	10,6	7
				Taxa de participação de mulheres na população economicamente ativa	percentual	50	60

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PROMOÇÃO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MUNDO DO TRABALHO	Em andamento	SPM	Realizar capacitações profissionais para a promoção da autonomia das mulheres rurais e urbanas, viabilizando a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho considerando suas diversidades (classe social, étnico-racial, geracional); realizar capacitações específicas para a organização produtiva das trabalhadoras rurais.	3.094.128	Mulher capacitada	unidade	2.580

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA:	PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA	Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO	
OBJETIVO:	AMPLIAR E QUALIFICAR A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, DE FORMA A PROPORCIONAR MAIOR PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE À AGROPECUÁRIA GAÚCHA.	
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital
	17.022.026	28.458.560
	Total	
	45.480.586	
	INDICADOR	Un. Medida
	Percentual de artigos do IRGA publicados em periódicos internacionais	%
		Índice Recente
		Índice Desejado
		1
		5
	Produtividade científica da FEPAGRO	%
		10
		30

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO ESTADUAL DE PREVISÃO E MONITORAMENTO PARA A PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS RELACIONADOS A FENÔMENOS CLIMÁTICOS	Nova	FEPAGRO	Adequar a estrutura física do local para implantação do Centro; adquirir e instalar equipamentos para seu funcionamento e disponibilizar recursos humanos.	520.000	Boletim informativo disponibilizado	unidade	240
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ABC (AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO)	Nova	FEPAGRO	Implementar o Programa ABC, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através de realizações nas áreas de: recuperação de pastagens degradadas, adoção do Sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e de Sistemas Agroflorestais (SAFs), ampliação do Sistema Plantio Direto (SPD), aumento da área de florestas plantadas e geração de energia, compostagem por meio do tratamento de dejetos animais e ampliação do uso de Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN) - essa coordenada pela FEPAGRO.	80.000	Pesquisa em Fixação Biológica do Nitrogênio (FBN) efetuada	unidade	4
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Nova	SEAPA	Prospectar e definir tecnologias que possam ser implementadas para suprir os gargalos dos diferentes sistemas de produção agropecuária; promover e implementar novas tecnologias para aumentar a sustentabilidade das cadeias produtivas e do agronegócio do Rio Grande do Sul; apoiar o desenvolvimento de novas fontes e usos de matéria-prima para aumentar a produção e utilização da bioenergia nas diferentes cadeias produtivas.	6.851.095	Tecnologia definida e implementada	unidade	11
PESQUISA PARA A ORIZICULTURA	Em andamento	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	34.709.491	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	28
					Amostra de semente analisada nos Laboratórios do IRGA	unidade	33.680
					Amostra de solo, água e grãos analisada	unidade	4.400
					Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	28
					Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	36
					Cultivar de arroz desenvolvido	unidade	11
					Cultivar de soja desenvolvido	unidade	2
					Ensaio científico realizado	unidade	44
					Ensaio de campo para qualificação de pesquisa nas várzeas realizado	unidade	600
					Ensaio e publicação realizado	unidade	4
					Ensaio para a produção de arroz orgânico realizado	unidade	40
					Ensaio para controle de qualidade de sementes realizado	unidade	4
					Experimento de pesquisa realizado	unidade	115
					Metodologia para a produção de sementes desenvolvido	unidade	4
					Rentabilidade no sistema ILAP avaliada	unidade	12

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Saca (40kg) de semente certificada	unidade	3.600.000
					Saca (40kg) de semente produzida	unidade	44.000
QUALIDADE EM ENSAIOS LABORATORIAIS	Nova	FEPAGRO	Gerenciar a qualidade dos processos laboratoriais e apoiar a sanidade agropecuária, através da implantação de sistema de gerenciamento da qualidade, software para o gerenciamento do processamento de amostras, programa de relacionamento com o cliente e credenciamento de laboratórios.	920.000	Laboratório credenciado	unidade	10
					Sistema de gestão da qualidade laboratorial implantado	unidade	12
RESGATE DA MISSÃO DA FEPAGRO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA	Nova	FEPAGRO	Resgatar a missão da FEPAGRO e incentivar a produção científica através de programas institucionais de bolsas para pesquisa; apoiar pós-graduandos de outras instituições; estabelecer parceria com a UERGS e com as demais instituições de ensino e pesquisa; estabelecer linhas prioritárias de pesquisa; fortalecer e criar grupos de pesquisa; readequar o sistema de produção animal e vegetal; adequar os processos de gestão ambiental; renovar o site da FEPAGRO; elaborar o calendário de eventos; desenvolver uma nova identidade visual da FEPAGRO; modernizar as bibliotecas, através da implantação de software para gerenciamento e do resgate do acervo histórico; realizar publicações regulares da Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha, boletins e circulares técnicas e da disponibilização on-line desse material.	2.120.000	Biblioteca modernizada	unidade	1
					Bolsa concedida	unidade	40
					Identidade visual renovada	unidade	1
					Linha de pesquisa estabelecida	unidade	15
					Material técnico-científico publicado	unidade	40
					Página da Fepagro na Internet renovada	unidade	1
					Sistema de produção readequado	unidade	2
RESGATE, REGISTRO E PROTEÇÃO DOS CULTIVARES DAS DIVERSAS ESPÉCIES VEGETAIS DESENVOLVIDAS PELA FEPAGRO	Nova	FEPAGRO	Resgatar e registrar os cultivares que não estão sendo multiplicados no sistema oficial de sementes e mudas; realizar os ensaios, visando ao registro e à proteção de cultivares junto ao Ministério da Agricultura; celebrar contratos de licenciamento para a multiplicação e comercialização de sementes dos cultivares desenvolvidos pela FEPAGRO.	280.000	Cultivar registrado e protegido	unidade	12

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
OBJETIVO: FORTALECER A PESQUISA CIENTÍFICA, CRIANDO CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	243.728.226	6.000.000	249.728.226	Incremento do número de editais lançados	Unidade	12	29
				Incremento do número de eventos apoiados/participações realizadas	Unidade	110	1.776
				Número de bolsas concedidas	Unidade	1.524	20.980
				Número de projetos apoiados	Unidade	341	6.314

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FOMENTO À FORMAÇÃO E À FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	Em andamento	FAPERGS	Induzir e fomentar a capacitação de RH em cursos de pós-graduação, graduação, ensino médio e técnico e a fixação de RH nas empresas, Instituições de Ensino Superior (IES), Institutos de Pesquisa, Incubadoras e Parques e Polos Tecnológicos, ressignificando o sentido original da instituição ciência, a partir dos seus aspectos teóricos e práticos necessários para fundamentar políticas públicas que visem a uma produção mais integral do conhecimento.	60.000.000	Bolsa concedida a programas de mestrado e doutorado, com pelo menos oito e doze anos de funcionamento, respectivamente	unidade	3.600
					Bolsa concedida não contemplada nos editais	unidade	1.200
					Bolsa concedida para alunos de graduação para realização de intercâmbio no exterior	unidade	500
					Bolsa concedida para apoiar a fixação de doutores em empresas	unidade	280
					Bolsa concedida para apoiar a fixação de doutores em instituições de nível superior, centros de pesquisa e no setor empresarial	unidade	650
					Bolsa concedida para apoiar a formação de recursos humanos para atuarem em instituições de nível superior, centros de pesquisa e setor empresarial	unidade	200
					Bolsa concedida para apoiar a iniciação científica para atuação em instituições de nível superior, centros de pesquisa e setor empresarial	unidade	13.000
					Bolsa concedida para despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes e professores da educação básica e profissional	unidade	200
					Bolsa concedida para pós-doutorado do PNPd e dos Polos Tecnológicos	unidade	1.100
					Bolsa concedida para treinamento e capacitação de pesquisadores das instituições públicas estaduais de CT&I	unidade	450
					Bolsa de mestrado concedida para professores do ensino estadual de Ciências e Matemática	unidade	300

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

FOMENTO À PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E À INOVAÇÃO	Em andamento	FAPERGS	Induzir e apoiar Pesquisa Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em Empresas, IES, Centros de Pesquisa, Incubadoras e Parques e Polos Tecnológicos; consolidar conhecimentos Técnicos e Científicos para o Desenvolvimento Sustentável; estruturar, modernizar e recuperar Centros de Pesquisa e Empresas; apoiar ações voltadas para Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia; induzir e fomentar PD&I através de auxílio a Recém-Doutor, Pesquisadores Gaúchos, Pesquisador Visitante, Organização de Eventos; participar de Eventos Nacionais e Internacionais, Intercâmbios Científicos Nacionais e Internacionais e apoiar a Estrutura de Pesquisa.	189.728.226	Auxílio concedido a jovens pesquisadores - ARD	unidade	725
					Auxílio concedido ao Fomento à PD&I em parceria com agências financiadoras do País	unidade	3.132
					Auxílio concedido ao Fomento e Formação de RH em parceria com outras agências financiadoras do exterior	unidade	40
					Auxílio concedido não contemplado nos Editais	unidade	510
					Auxílio concedido para a manutenção de grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino e pesquisa	unidade	40
					Auxílio concedido para a melhoria da infraestrutura das universidades, centro de pesquisas, etc.	unidade	152
					Auxílio concedido para a organização de eventos	unidade	550
					Auxílio concedido para a participação em eventos	unidade	1.226
					Auxílio concedido para apoiar PD&I em grupos de excelência em áreas prioritárias	unidade	153
					Auxílio concedido para consolidação de Núcleos de Inovação e Transferência de Tecnologia - NITT	unidade	44
					Auxílio concedido para criação e consolidação de parques paleontológicos	unidade	20
					Auxílio concedido para o desenvolvimento científico e tecnológico sustentável, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, etc.	unidade	280
					Auxílio concedido para o fomento de PD&I em áreas prioritárias/estratégicas	unidade	651
					Auxílio concedido para o fomento de projetos de pesquisa com a Interação Universidade/Empresa - IUE	unidade	174
					Auxílio concedido para o fomento de projetos de pesquisa com a participação do setor empresarial	unidade	150
					Auxílio concedido para/com instituições públicas estaduais	unidade	243

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA E SERVIÇOS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
OBJETIVO: ESTIMULAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR PRODUTIVO GAÚCHO ATRAVÉS DE ESTÍMULO À CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS INOVADORAS, AUMENTO DO VALOR AGREGADO DOS PRODUTOS E PROCESSO, QUALIFICAÇÃO, ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA, ALÉM DA VIABILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	7.154.833	17.869.485	25.024.318	Número de empresas beneficiadas	Empresa	890	4.000
				Número de empresas graduadas pelas incubadoras tecnológicas	Empresa	11	20
				Número de serviços tecnológicos executados	serviços tecnológicos	85.786	208.000
				Percentual do orçamento da Cientec investido em pesquisa e desenvolvimento	Percentual	45	60

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Em andamento	CIENTEC	Promover melhorias nos subsistemas de gestão da instituição; estimular a proteção da propriedade intelectual no âmbito da Cientec e no meio empresarial, além de reequipamento dos laboratórios dos diversos departamentos operacionais da organização.	5.413.000	Equipamento de pesquisa adquirido	unidade	44
					Subsistema de gestão melhorado	unidade	5
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARQUE INDUSTRIAL GAÚCHO E POLO NAVAL	Em andamento	CIENTEC	Promover a melhoria da qualidade de produtos e processos industriais, através da pesquisa e desenvolvimento, induzindo ao aumento da competitividade do parque industrial gaúcho, mediante ações estratégicas, especialmente nas áreas de energia e fontes renováveis (com redução de desperdício de energia e matérias-primas, prevenindo a desnecessária poluição ambiental), indústria do polo naval (metal-mecânica, química e eletroeletrônica) e insumos para saúde.	3.497.318	Projeto de infraestrutura executado	unidade	5
					Projeto de pesquisa executado	unidade	30
					Serviço de ensaio ou calibração acreditado	unidade	100
PARQUE TECNOLÓGICO E INCUBADORAS TECNOLÓGICAS	Em andamento	CIENTEC	Manter e ampliar o apoio logístico às incubadoras da Fundação (sede e campus Cachoeirinha) e às empresas nelas instaladas, bem como criar infraestrutura composta por obras e serviços, criando condições para o Campus da Cientec, em Cachoeirinha, tornar-se um verdadeiro habitat de inovação capaz de atrair empresas intensivas em conhecimento e laboratórios complementares aos da Fundação.	370.000	Módulo da ITCientec - Unidade Campus Cachoeirinha ocupado	unidade	12
					Módulo da ITCientec - Unidade Porto Alegre ocupado	unidade	10
					Obra civil concluída	%	20
TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA (TIB)	Em andamento	CIENTEC	Prestar serviços de análises, testes, calibrações, inspeções, ensaios laboratoriais e extensão tecnológica para empresas, avaliando a qualidade e o desempenho de insumos, produtos, processos e resíduos industriais, contribuindo para o crescimento do parque industrial gaúcho.	15.744.000	Ensaio realizado	unidade	208.000
					Laudo emitido	unidade	54.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

OBJETIVO: COLETAR, ELABORAR E DISSEMINAR INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS RELATIVAS À ECONOMIA GAÚCHA E ELABORAR ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS RELATIVAS À REALIDADE NACIONAL E, EM ESPECIAL, À DO RIO GRANDE DO SUL, DE MODO A PERMITIR UM ACOMPANHAMENTO DAS MUDANÇAS OCORRIDAS EM SEU MEIO, COMO CONSEQUÊNCIA DAS AÇÕES DOS DIFERENTES AGENTES ECONÔMICOS E SOCIAIS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	5.778.000	0	5.778.000	Índice de crescimento dos acessos ao site da FEE	Número-índice	100	120

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SERVIÇOS À POPULAÇÃO	Em andamento	FEE	Prestar serviços e disponibilizar séries históricas e atualizadas de informações estatísticas de indicadores econômicos, demográficos e sociais do RS à população.	574.000	Acesso à página Site FEE realizado	unidade	4.493.798
ESTUDO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS INDUSTRIAIS E AGROINDUSTRIAS DAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS DO RS	Em andamento	FEE	Realizar estudos sobre as aglomerações urbanas industriais e agroindustriais das principais cadeias produtivas do Rio Grande do Sul.	630.000	Tiragem de pesquisa impressa publicada	unidade	300
PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	Em andamento	FEE	Coletar dados e elaborar estatísticas e análises dos movimentos do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre.	4.000.000	Acesso às Publicações PED no site da FEE realizado	unidade	132.617
QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	Em andamento	FEE	Propiciar treinamento e qualificação aos servidores da FEE.	574.000	Servidor capacitado	unidade	120

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

OBJETIVO: DOTAR O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO QUE GARANTAM O ALINHAMENTO DOS SEUS PROGRAMAS E AÇÕES COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO, POTENCIALIZANDO OS RESULTADOS DAS AÇÕES DO ESTADO E INDUZINDO À PRÁTICA DA TRANSVERSALIDADE, GARANTINDO TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA DEFINIÇÃO, NA AVALIAÇÃO E NA REVISÃO DOS PLANOS, ORÇAMENTOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM GERAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	33.784.114	32.793.654	66.577.768

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPTAÇÃO DE RECURSOS	Em andamento	SEPLAG	Identificar recursos financeiros e técnicos, de origem nacional ou internacional, elaborar cartas-consulta, preparar programas e projetos e negociar contratos para a viabilização de ações estratégicas do Governo.	4.824.029	Central de projetos estruturada e mantida	unidade	1
					Contrato de financiamento negociado	unidade	2
					Pleito ou emenda incluído no Orçamento Geral da União (OGU)	unidade	20
					Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) preparado	unidade	1
					Agenda regional elaborada e acompanhada	unidade	16
CICLO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Em andamento	SEPLAG	Desenvolver, aprimorar e integrar os instrumentos de planejamento do setor público estadual (Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos Anuais, agendas regionais e estudos prospectivos) em suas diferentes etapas (elaboração, monitoramento, avaliação e revisão).	4.351.940	Estudo prospectivo de médio e longo prazo realizado	unidade	1
					Orçamento acompanhado	unidade	4
					PPA avaliado	unidade	4
					PPA elaborado	unidade	1
					PPA monitorado	unidade	4
					PPA revisado	unidade	4
					Projeto de LDO elaborado	unidade	4
					Proposta Orçamentária elaborada	unidade	4
					Atlas atualizado	unidade	8
					Estudo de indicadores econômicos e sociais e de qualidade do gasto público atualizado e disponibilizado on-line	unidade	8
ESTUDO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS	Em andamento	SEPLAG	Realizar pesquisas, coleta e tratamento das informações para formulação e avaliação de políticas públicas e disponibilização on-line.	1.500.000	Orçamento do Estado atualizado e disponibilizado on-line	unidade	4
					Gestão por Competências implementada e mantida	unidade	1
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SEPLAG	Nova	SEPLAG	Desenvolver institucionalmente a SEPLAG, através do aperfeiçoamento das áreas de gestão de processos e gestão de pessoas.	3.400.000	Gestão por Processos implementada e mantida	unidade	1
					Sistema de Planejamento Público do Estado desenvolvido, implementado e mantido	unidade	1
					Unidade de Desenvolvimento Institucional estruturada e mantida	unidade	1
					Portal Estadual de Dados Geoespaciais (Geoportal) implantado	%	100
IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL DE DADOS ESPACIAIS - IEDE	Nova	SEPLAG	Implantar o Portal Estadual de Dados Geoespaciais (Geoportal) de forma a estruturar a política cartográfica do Estado.	17.667.145	Carteira de projetos estratégicos monitorada	unidade	4
MONITORAMENTO E APOIO AO GERENCIAMENTO DOS PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS	Em andamento	SEPLAG	Atuar no planejamento, implementação e monitoramento de programas e projetos estratégicos para obtenção de resultados pretendidos pelo Governo Estadual.	1.100.000	Percentual dos projetos estratégicos monitoráveis avaliado e monitorado	%	100
PUBLICIDADE PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	Nova	SEPLAG	Realizar conjunto de iniciativas de divulgação do processo planejamento e gestão, de participação cidadã e de prestação de serviços ao cidadão.	7.450.000			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Campanha anual de divulgação do processo de participação cidadã realizada	unidade	4
					Divulgação dos serviços ao cidadão - Tudo Fácil - realizada	unidade	4
SISTEMA ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	Nova	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	18.750.540	Evento realizado	unidade	1.324
					Projeto de qualificação da participação executado	unidade	8
					Sistema informatizado colaborativo implementado	%	100
TUDO FÁCIL - REDE DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	Em andamento	SEPLAG	Oferecer, por meio da rede Tudo Fácil, acesso dos cidadãos aos serviços públicos oferecidos pelo Estado, remodelando e qualificando a rede.	7.534.114	Rede de atendimento remodelada	unidade	1
					Sistema integrado desenvolvido	unidade	1
					Unidade de atendimento mantida	unidade	3

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PLANO GAÚCHO DE INCLUSÃO DIGITAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

OBJETIVO: IMPLEMENTAR, POR MEIO DE AÇÕES COTIDIANAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS, POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCREMENTEM O ACESSO DA POPULAÇÃO À INTERNET, DE FORMA A INTEGRAR GOVERNO E SOCIEDADE NA PROMOÇÃO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA E NA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	13.281.843	71.940.851	85.222.694	Aumento da disponibilização de Banda Larga à população do Rio Grande do Sul	Município	350	496
				Aumento do acesso da população do Rio Grande do Sul à internet por meio de equipamentos recuperados pelos Centros Gaúchos de Recondicionamento de Computadores (CGRC) implantados pelo Governo Estadual	CGRC	0	5
				Aumento do acesso da população do Rio Grande do Sul à internet por meio de telecentros implantados pelo Governo Estadual	Telecentro	0	160
				Aumento do acesso da população do Rio Grande do Sul à internet por meio de Unidades Tecnológicas de Inclusão Digital (UTDS) implantados pelo Governo Estadual	UTDS	0	40

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AO PROGRAMA GAÚCHO DE BANDA LARGA	Nova	SECOM	Prestar apoio técnico ao desenvolvimento do Programa Gaúcho de Banda Larga (PGBL) junto aos órgãos do Governo (SCIDT, CEEE, PROCERGS e Sulgás).	20.739.818	Distância de anel de Banda Larga agregada	km	2.133
CENTROS GAÚCHOS DE RECUPERAÇÃO DE COMPUTADORES	Nova	SECOM	Implantar Centros Gaúchos de Recuperação de Computadores (CGRC) em parceria com organizações da sociedade civil, para o recondicionamento de computadores a serem utilizados por telecentros ou UTDS.	11.624.792	Centro Gaúcho de Recuperação de Computadores implantado	unidade	5
COMUNICAÇÃO DIGITAL	Nova	SECOM	Modernizar e qualificar os portais e sites do Governo, buscando uma maior interação com as redes sociais, com objetivo de aproximar o Estado do cidadão.	5.312.329	Relatório mensal de atividades elaborado	unidade	48
FORMAÇÃO EM INCLUSÃO DIGITAL	Nova	SECOM	Formar coordenadores, monitores e/ou equipe técnica para atuarem em Telecentros, Unidades Tecnológicas de Desenvolvimento Social e/ou Centros Gaúchos de Recuperação de Computadores.	1.200.000	Equipe técnica qualificada	unidade	208
INTERNET NAS ESCOLAS	Nova	SECOM	Fomentar o acesso da comunidade escolar à internet, em consonância com as diretrizes pedagógicas, envidando esforços para implantação do Programa Um Computador por Aluno e Professor (PROUCA), como suporte educacional e exercício da cidadania.	14.334.361	Escola com acesso à internet	unidade	1.000
PARCERIAS PARA A INCLUSÃO DIGITAL	Nova	SECOM	Estabelecer parcerias por meio de Protocolo de Intenções, Termo de Cooperação, Convênio ou Contrato de Prestação de Serviços com órgãos da Administração Direta ou Indireta, fundações ou autarquias do Governo Federal, Prefeituras do RS, organizações da Sociedade Civil e organismos internacionais que incrementem o acesso da população do Rio Grande do Sul à internet.	12.988.691	Parceria com instituição pública ou privada firmada	unidade	40
PRÊMIO INCLUSÃO DIGITAL	Nova	SECOM	Instituir prêmio para ideias inovadoras ou experiências exitosas de inclusão digital voltadas ao incremento e/ou qualificação do acesso da população do Rio Grande do Sul à internet, desenvolvidas individual ou coletivamente por instituições públicas ou privadas no Estado, através da organização de concursos públicos.	800.000	Concurso realizado Premiação entregue	unidade unidade	4 4
TELECENTROS RS	Nova	SECOM	Implantar telecentros, garantindo a estrutura física e o pessoal para o seu pleno funcionamento.	13.942.703	Telecentro implantado	unidade	160
UNIDADES TECNOLÓGICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	Em andamento	SECOM	Implantar Unidades Tecnológicas de Inclusão Digital (UTDS), garantindo a estrutura física e o pessoal para seu pleno funcionamento.	4.280.000	UTDS implantada	unidade	40

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
OBJETIVO: REDUZIR OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	3.047.096	616.125	3.663.221	Evolução do número de Centros de Referência e Casas-abrigo de Atendimento à mulher vítima de violência no Estado	unidade	27	43
				Taxa de mulheres vítimas de homicídio para cada 100 mil mulheres	percentual	4,1	3,3

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ÀS INICIATIVAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS	Em andamento	SPM	Elaborar uma política intersetorial que desenvolva uma Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; realizar capacitação de profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede.	1.808.436	Política criada	unidade	1
					Profissional capacitado	unidade	2.620
CRIAÇÃO E GERENCIAMENTO DO OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	Em andamento	SPM	Criar e gerenciar o Observatório da violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul, que produza dados que possam ser utilizados para o monitoramento da aplicação da Lei Maria da Penha no Estado.	65.519	Observatório criado	unidade	1
QUALIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	Em andamento	SPM	Apoiar a estruturação e criar serviços especializados regionais ou municipais como centros de referência e casas-abrigo.	892.844	Serviço criado	unidade	6
REORDENAMENTO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA VÂNIA ARAÚJO E FORTALECIMENTO DE CENTROS MUNICIPAIS DE REFERÊNCIA	Em andamento	SPM	Reestruturar, qualificar e manter o Centro de Referência Estadual Vânia Araujo (CRMVA). Qualificar a Escuta Lilás. Fortalecer centros municipais de referência.	896.422	Centro de referência municipal fortalecido	unidade	19
					Centro qualificado	unidade	1
					Centro reformado	unidade	1
					Serviço qualificado	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 OBJETIVO: PREVENIR E REPRIMIR A CRIMINALIDADE COM MAIOR AGILIDADE, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, MEDIANTE AÇÕES DE PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA VIOLÊNCIA, CONTROLE GERENCIAL DE INDICADORES, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA, POTENCIALIZADOS PELA RECOMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIOS AO IMPLEMENTO DAS ATIVIDADES, E A ESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE INTELIGÊNCIA E ESTRATÉGIA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.026.698.429	188.717.519	1.215.415.948	Inspeção de edificações (PPCI) -Lei nº 10.987/97 (Lei Estadual de Prevenção de Incêndios)	Percentual	30	80
				Taxa de delitos relacionados a armas e munições	1/100.000 habitantes	59,05	56
				Taxa de homicídio	1/100.000 habitantes	15,4	12
				Taxa de latrocínio	1/100.000 habitantes	0,8	0,76
				Taxa de mulheres vítimas de crimes contra a dignidade sexual	1/100.000 habitantes	60,75	57,72
				Taxa de roubo de veículo	1/100.000 veículos	309,31	293,8

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA DE SAÚDE DA SSP	Em andamento	SSP	Implementar e desenvolver ações que possibilitem a qualificação do atendimento à saúde dos servidores da SSP e seus familiares, tanto por meio da administração e instrumentalização das estruturas orgânicas, como de políticas de valorização do bem-estar físico e mental de seus servidores.	81.095.072	Atendimento prestado a servidor da Brigada Militar	unidade	293.600
					Atendimento prestado a servidor da Polícia Civil	unidade	96.000
COORDENAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DA SSP	Nova	SSP	Coordenar, apoiar e promover a integração dos órgãos de Segurança Pública, por meio da formulação, monitoramento e avaliação das políticas de Segurança Pública, e das medidas de apoio à execução da atividade policial pericial no Estado.	40.645.653	Política de segurança implementada	%	100
FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DA SSP	Em andamento	SSP	Formar e qualificar os servidores da Secretaria da Segurança Pública, mediante a realização de cursos, palestras e seminários, entre outros.	22.447.647	Servidor da Brigada Militar formado	unidade	13.005
					Servidor da Brigada Militar qualificado	unidade	205.364
					Servidor da Polícia Civil formado	unidade	4.200
					Servidor da Polícia Civil qualificado	unidade	9.102
					Servidor do IGP formado	unidade	600
					Servidor do IGP qualificado	unidade	1.200
PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO, REALIZAÇÃO DE BUSCAS E SALVAMENTOS E DE ATIVIDADES DE DEFESA CIVIL	Em andamento	SSP	O Corpo de Bombeiros da Brigada Militar é responsável pelas ações de prevenção e combate a sinistros em todo o Estado, realizando também atividades de busca e salvamento e de defesa civil. Visa-se, com esta ação, manter as atividades que já são realizadas pelo Corpo de Bombeiros, e implantá-las através da realização de investimentos específicos que possibilitem a constante melhoria dos serviços prestados à comunidade.	25.769.692	Ação de prevenção de incêndio realizada	unidade	1.400.000
					Incêndio combatido	unidade	40.000
					Remoção de fonte de perigo realizada	unidade	36.000
					Salvamento realizado	unidade	144.000
REALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO QUALIFICADA AO CRIME	Em andamento	SSP	Realizar as atividades atinentes às atribuições de Polícia Judiciária, estabelecidas na legislação vigente, em especial: (a) na realização da investigação criminal qualificada, e (b) na execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho, tendente ao aperfeiçoamento de sistemas e gerenciamento da prestação dos serviços de Polícia Judiciária, com base em indicadores e na utilização do Sistema de Inteligência Policial.	300.400.387	Delegacia Especializada criada	unidade	4
					Equipamento de segurança e proteção adquirido	unidade	5.444
					Inquérito Policial remetido	unidade	809.700
					Material permanente adquirido	unidade	3.278
					Prédio construído/adquirido	unidade	5
					Prédio reformado	unidade	67
					Procedimento Especial para adolescente remetido	unidade	83.924
					Termo Circunstanciado remetido	unidade	564.864
					Viatura adquirida para a Polícia Civil	unidade	222
REALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DE POLÍCIA OSTENSIVA E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	Em andamento	SSP	Prevenir e reprimir a criminalidade com agilidade, eficiência e eficácia, mediante o controle gerencial de indicadores, a adoção de procedimentos operacionais de polícia ostensiva, potencializados pela recomposição de recursos humanos e de infra-estrutura necessários ao implemento das atividades, e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia.	644.645.503	Aluno matriculado no ensino infantil (Escola Tio Chico)	unidade	100
					Aluno matriculado no ensino médio (Colégio Tiradentes)	unidade	400
					EPI (coletes e armamento) adquirido	unidade	40.800

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					EPI (proteção e resgate) adquirido	unidade	60.840
					Equipamento de tecnologia adquirido	unidade	13.077
					Link de conexão de dados adquirido	unidade	8
					Prisão efetuada	unidade	320.000
					Quartel construído ou reformado	unidade	52
					Sistema de informação e controle adquirido	unidade	16
					Tecnologia de apoio implantada	unidade	4
					Veículo abordado	unidade	40.000.000
					Viatura adquirida para a Brigada Militar	unidade	2.843
REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS CRIMINAIS E DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO	Em andamento	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	100.411.994	Adequação das instalações físicas realizada	unidade	8
					Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	2.880.000
					Equipamento de TI adquirido	unidade	200
					Kit pericial adquirido	unidade	880
					Laudo Pericial emitido	unidade	71.000
					Viatura adquirida para o IGP	unidade	60

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA BANRISUL DE COLIGADAS

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
OBJETIVO: AMPLIAR O LEQUE DE SERVIÇOS PÚBLICOS OFERECIDOS, PELA MELHORIA DOS ESPAÇOS DE ARMAZENAGEM E DO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES EM MEIOS DE PAGAMENTO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	178.994.906	0	178.994.906	Concessão de cartas de crédito	R\$	1	1,16
				Disponibilização de cartões refeição, alimentação, combustível	R\$	1	2,5
				Disponibilização de local para estocagem	m²	1	2,19
				Intermediação nas operações de títulos e valores mobiliários	R\$	1	1,47

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIO	Em andamento	BAC	Administrar cotas de consórcios (cotas ativas multiplicadas pelo valor do bem na data do vencimento).	9.867.000	Concessão de cartas de crédito efetuada	R\$	739.542.916,65
ADMINISTRAÇÃO DO CARTÃO REFEISUL E COMBUSTÍVEL	Em andamento	BERGS SERV	Fornecer e comercializar pagamento de alimentação aos trabalhadores; divulgar e operacionalizar através da rede de agências e da Banrisul Serviços Ltda, com produtos de cartão alimentação, refeição, combustível (Faturamento).	133.547.460	Cartão Refeição, Alimentação, Combustível disponibilizado	R\$	4.027.252.004,86
ARMAZÉM GERAL E ENTREPOSTO ADUANEIRO	Em andamento	BAGERGS	Disponibilizar área para armazenagem e movimentação de mercadorias, além de funcionamento como Entrepasto Aduaneiro de Importação e Exportação (Receita Operacional).	31.393.000	Área de estocagem disponibilizada	m3	241.619,52
CORRETORA DE VALORES	Nova	BCV	Atuar no mercado de capitais na intermediação de títulos e valores mobiliários negociados nas bolsas de valores (Receita de corretagem).	4.187.446	Intermediação nas operações de Títulos e Valores Mobiliários realizada	R\$	22.452.017,49

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA BANRISUL DE CRÉDITO E FOMENTO

Política de crédito

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
 OBJETIVO: SUPRIR, POR MEIO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, AS NECESSIDADES DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DO CONSUMO, DA INCLUSÃO SOCIAL E DA SUSTENTAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	0	0	Ampliação da Concessão de Créditos	R\$	1	1,55

ACÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CARTÃO BNDES	Nova	BANRISUL	Disponibilizar limite rotativo à pequena e micro empresas com repasses do BNDES.	0	Financiamento liberado	R\$	172.212.865
FINANCIAMENTO À COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA	Nova	BANRISUL	Financiar com recursos próprios do Banrisul e BNDES/Finame a comercialização e armazenagem de produtos agropecuários e da aquicultura e pesca.	0	Financiamento liberado	R\$	2.325.877.362
FINANCIAMENTO À CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DA CASA PRÓPRIA	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar linha de crédito para atender a necessidade de construção e aquisição de casa própria.	0	Financiamento liberado	R\$	3.769.432.347
FINANCIAMENTO À EDUCAÇÃO	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar linha de crédito destinadas à suprir a demanda de capital de giro e investimento em modernização de infraestrutura física e tecnológica das universidades do Estado.	0	Financiamento liberado	R\$	1.196.492.798
FINANCIAMENTO À SAÚDE	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar linha de crédito para atender necessidades de hospitais públicos e privados, clínicas e laboratórios que prestam atendimentos à saúde.	0	Financiamento liberado	R\$	320.986.584
FINANCIAMENTO AO CUSTEIO AGROPECUÁRIO	Em andamento	BANRISUL	Financiar com recursos próprios do Banrisul o custeio de lavouras, criação de animais e projetos de aquicultura e pesca.	0	Financiamento liberado	R\$	3.233.689.567
FINANCIAMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar recursos obtidos do BNDES, para desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado, com repasses para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços.	0	Financiamento liberado	R\$	1.418.660.611
FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO	Nova	BANRISUL	Financiar, com recursos repassados do BNDES/Finame e próprios do Banrisul, a aquisição de máquinas, equipamentos agrícolas e animais, construção de unidades de beneficiamento, infraestrutura nas propriedades e projetos de aquicultura.	0	Financiamento liberado	R\$	1.008.841.984
FINANCIAMENTO AO MICROCRÉDITO	Em andamento	BANRISUL	Financiar, com recursos do Banrisul, as pessoas físicas, micro e pequenas empresas .	0	Financiamento liberado	R\$	371.511.393
FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO	Em andamento	BANRISUL	Atender às necessidades de capital de giro das micro, pequenas e médias empresas de todos os segmentos da economia do Estado.	0	Financiamento liberado	R\$	22.160.046.122
FINANCIAMENTO PARA EXPORTAÇÃO	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar linha de crédito, visando atender a necessidade de apoio à produção e à comercialização.	0	Financiamento liberado	R\$	6.095.778.469
FINANCIAMENTO PARA PAGAMENTO DO ICMS	Em andamento	BANRISUL	Disponibilizar recursos para pagamento dos tributos.	0	Financiamento liberado	R\$	123.121.621

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO À JUSTIÇA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
OBJETIVO: FORMULAR E EXECUTAR AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA, EM ESPECIAL, DAS COMUNIDADES MAIS VULNERÁVEIS. CAPACITAR AGENTES PARA A MULTIPLICAÇÃO DESSAS AÇÕES. EXECUTAR E AMPLIAR OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS, ATRAVÉS DO PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO, AUXÍLIO E ASSISTÊNCIA A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS (PROTEGE); DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE (PPCAAM); DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS; E DE PROGRAMAS DE PROTEÇÃO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	9.733.553	0	9.733.553	Atendimento realizado em Mutirões de Defesa dos Direitos e acesso à Justiça	Atendimento	0	5.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FORTALECIMENTO DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO À PESSOA	Em andamento	SJDH	Fortalecer os Sistemas de Proteção às Vítimas e Testemunhas (PROTEGE); às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM); aos Defensores de Direitos Humanos; e às Vítimas de Violência. Realizar mutirões de defesa de direitos e de acesso a serviços de Justiça, em parceria com a Defensoria Pública do Estado e demais órgãos de defesa, como o PROCON. Promover ações visando propiciar maior celeridade em processos judiciais e na administração da Justiça.	9.307.387	Defensor de Justiça protegido	unidade	48
					Testemunha acolhida no Programa PROTEGE	unidade	48
					Vítima de violência ou de ameaça atendida	unidade	240
MUTIRÕES DE ACESSO À JUSTIÇA E DEFESA DOS DIREITOS	Em andamento	SJDH	Realizar mutirões de acesso a serviços de Justiça e bens para realizar direitos.	426.166	Mutirão de Justiça realizado	unidade	48

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO E GARANTIR USUFRUTO AOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS E AOS BENS SOCIAIS E CULTURAIS DA COLETIVIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ÀS PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NO ESTADO DO RS, BEM COMO PRODUZIR E DIFUNDIR O CONHECIMENTO NA ÁREA, DE MODO A MULTIPLICAR RECURSOS E SERVIÇOS INCLUSIVOS A ESSE SEGMENTO POPULACIONAL, MEDIANTE ATENÇÃO DIRETA EM CARÁTER REFERENCIAL, CAPACITAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS E AÇÕES DE ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	2.067.873	518.898	2.586.771	Assento em conselho de direitos e/ou comissões representativas	unidade	4	10
				Comitê gestor municipal com plano de trabalho em execução	unidade	3	54
				Implantação/implementação de programas/projetos/serviços	percentual	0	100
				Política pública transversal em execução	unidade	3	6
				Serviço de atendimento referenciado à FADERS	unidade	1	36

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GARANTIA DOS DIREITOS DAS PCD E PCAH/SD	Em andamento	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	705.080	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	240
					Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	200
					Conselheiro de Direitos e de Controle Social capacitado	unidade	840
					Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	84
					Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	520
					Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	496
					Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	80
					Central de tradutores e intérpretes em LIBRAS implantada	unidade	1
					Pessoa com deficiência/pessoa com altas habilidades atendida em serviço referencial da FADERS	unidade	9.600
					CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE ACESSIBILIDADE	Em andamento	FADERS
Campanha realizada	unidade	4					
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NAS ÁREAS DA DEFICIÊNCIA E DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	Em andamento	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	685.061	Estágio curricular supervisionado	unidade	40
					Estudo técnico/pesquisa realizado	unidade	10
					Evento formativo realizado	unidade	48
					Laboratório de Educação Ambiental Inclusiva mantido	unidade	1
					Material formativo e informativo produzido e publicado	unidade	70
					Memorial instalado	unidade	1
					Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	1.500
					Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	60

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA
OBJETIVO: FORTALECER OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS, AMPLIANDO SUA PRESENÇA E VIABILIDADE ECONÔMICA NOS DIFERENTES SEGMENTOS PRODUTIVOS E TERRITÓRIOS, POTENCIALIZANDO A ORGANIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DE REDES E CADEIAS PRODUTIVAS. INTEGRAR E ARTICULAR TRABALHADORES AINDA NÃO ASSOCIADOS, APRESENTANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA OPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL, PRINCIPALMENTE AO PÚBLICO BENEFICIÁRIO DOS PROGRAMAS SOCIAIS NOS TERRITÓRIOS. FORTALECER E DIFUNDIR AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E CONSUMO BASEADAS NA COOPERAÇÃO, NA SOLIDARIEDADE E NA SATISFAÇÃO DOS SERES HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	29.769.395	0	29.769.395	Empreendimentos de Economia Solidária certificados	Unidade	0	3.500
				Participação dos empreendimentos da Economia Solidária no processo de compras públicas estaduais	percentual	0	10

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DE IDENTIDADE, POTENCIALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	SESAMPE	Desenvolver sistema para atualizar e manter os dados sobre o quadro de empreendimentos da economia solidária do Estado. Realizar diagnóstico das potencialidades econômicas do Estado para subsidiar o surgimento de novos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e a viabilidade econômica dos existentes. Identificar políticas públicas desenvolvidas nos municípios.	300.000	Diagnóstico das potencialidades econômicas realizado	unidade	3
					Empreendimento Economia Solidária Cadastrado	unidade	3.500
					Mapeamento das Políticas Públicas Municipais desenvolvido	unidade	497
FOMENTO E INCENTIVO À CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	SESAMPE	Fortalecer a sustentabilidade das Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, através da apropriação de todo o processo de produção e comercialização por cadeia produtivas e apoiar os municípios gaúchos na regulamentação e implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.	16.935.220	Cadeia Produtiva Solidária Constituída	unidade	20
					Cooperativa de Economia Solidária Contratada pelo município para coleta seletiva	unidade	496
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS AOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	SESAMPE	Estabelecer programa de crédito, para os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES urbanos, nos moldes do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Criação e regulamentação do Fundo Estadual de Investimento na Economia Solidária.	1.200.000	Empreendimento Economia Solidária Atendido	unidade	2.000
					Programa Constituído	unidade	1
PROMOÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO E DO CONSUMO CONSCIENTE DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	SESAMPE	Acessar mercados e ter canais permanentes que viabilizem os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, implantando sistema de certificação dos empreendimentos e produtos, elaborar e aplicar projeto de lei para tributação diferenciada em compras públicas; e disseminar na sociedade gaúcha os princípios do comércio justo e do consumo consciente.	2.530.087	Empreendimento Economia Solidária Certificado	unidade	3.500
					Feira Apoiada	unidade	100
					Reunião de sensibilização realizada	unidade	240
QUALIFICAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA AOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	SESAMPE	Qualificar e capacitar no que se refere à formação básica, à qualificação profissional, ao desenvolvimento de inovação tecnológica e à gestão em cooperativismo e associativismo e proporcionar o acesso à tecnologias com acompanhamento técnico permanente.	8.754.088	Curso Realizado	unidade	1.000
					Empreendimento de Economia Solidária qualificado	unidade	1.000
REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA LEI ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	Nova	SESAMPE	Disseminar a regulamentação da Lei Estadual de Economia Solidária nos municípios, bem como regulamentar, instalar e garantir o funcionamento do Conselho Estadual de Economia Solidária.	50.000	Reunião de divulgação realizada	unidade	120
					Reunião do conselho realizada	unidade	12

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE COMBATE AO USO INDEVIDO DE DROGAS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS
OBJETIVO: INSTITUIR A REDE DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS E ARTICULAR AÇÕES CONJUNTAS ENTRE AS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DE GOVERNO, ALÉM DOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NOS DIVERSOS SEGMENTOS ENVOLVIDOS COM A TEMÁTICA EM TODO O ESTADO, VISANDO IMPLEMENTAR AÇÕES E PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA E INFORMAÇÃO SOBRE FATORES QUE PODEM PROMOVER PROTEÇÃO AO USO DE DROGAS, BEM COMO APARELHAR OS CONSELHOS MUNICIPAIS ANTIDROGAS A DESEMPENHAREM O SEU PAPEL DE INTERVENÇÃO JUNTO À COMUNIDADE, ESTABELECIDO UMA REDE INTEGRADA ENTRE OS DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO AOS USUÁRIOS DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE RISCO E DEPENDENTES QUÍMICOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	29.508.366	861.671	30.370.037	Fundo Estadual Antidrogas	Unidade monetária	0	5.000.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ENFRENTAMENTO AO CRACK E À DROGADIÇÃO	Nova	SJDH	Promover a articulação dos entes públicos e da sociedade civil vinculada ao tema, visando a prevenção, o tratamento integral e a reinserção social do indivíduo, através de ações informativas e preventivas, extensivas a seu grupo familiar.	26.108.366	Pessoa atendida - suporte, ações de reinserção social e tratamento de dependentes	unidade	2.700
SISTEMA ESTADUAL DE COMBATE ÀS DROGAS	Nova	SJDH	Estimular e articular políticas públicas voltadas à prevenção, tratamento e repressão ao tráfico, venda e consumo de drogas ilícitas, inclusive com a utilização de recursos materiais e financeiros oriundos de apreensões ou processos de confisco contra traficantes ou pessoas envolvidas com o narcotráfico. Criar e manter bases de dados e conhecimento sobre os bens sob custódia do Estado, bem como informações estratégicas e estatísticas sobre o assunto. Articular a integração de ações de prevenção e combate às drogas.	4.261.671	Rede de ação integrada implementada Sistema implementado	unidade unidade	4 4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL
OBJETIVO: FORMULAR, COORDENAR E EXECUTAR A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO PODER EXECUTIVO, SENDO REFERÊNCIA EM SISTEMA DE COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL INCLUSIVO E PARTICIPATIVO QUE APROXIMA O ESTADO DA SOCIEDADE. QUALIFICAR A SECOM, ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL, REESTRUTURAÇÃO FÍSICA, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMA, APRIMORANDO A EXECUÇÃO DAS NOVAS ATRIBUIÇÕES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	29.960.000	5.200.000	35.160.000	Estabelecimento de parcerias	Unidade	0	40
				Evolução dos acessos no portal do Governo do Estado	métricas do portal	4.000	20.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	Nova	SECOM	Formular, coordenar e executar as ações de participação, ensino e fomento no campo da comunicação no Estado. Desenvolver políticas de comunicação para incentivar a produção e a difusão de uma comunicação democrática e cidadã.	1.450.000	Conselho Estadual de Comunicação	unidade	1
					Social implantado		
					Curso na área de Comunicação realizado	unidade	65
					Evento de participação realizado	unidade	72
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Em andamento	SECOM	Realizar cobertura jornalística da agenda diária do Governador e divulgar as informações referentes às principais ações do Governo a jornais, emissoras de rádios e televisões, por meio de releases da agência de notícias virtual. Prestar assessoria a jornalistas na busca de informações referentes à Administração. Realizar acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia.	2.520.000	Pessoa capacitada	unidade	1.520
					Agenda divulgada	unidade	1.416
					Conteúdo para Radio e TV Piratini produzido	unidade	5.080
					Fórum Mundial de Comunicação e Inclusão Digital realizado	unidade	1
					Jornal semestral de prestação de contas das ações de Governo produzido	unidade	8
					Matéria elaborada, produzida e distribuída	unidade	106.000
					Revista anual de prestação de contas elaborada	unidade	4
					Campanha realizada	unidade	75
GESTÃO DA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO ESTADO	Em andamento	SECOM	Criar, aprovar e acompanhar as campanhas e ações de publicidade e propaganda dos órgãos da Administração Direta e Indireta, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Gestão da política de patrocínio das Autarquias, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Realizar pesquisas de mercado e opinião e gerenciar os investimentos em mídia e não-mídia do Governo do Estado.	24.800.000			
PARCERIA PARA FOMENTO DA COMUNICAÇÃO	Nova	SECOM	Estabelecer parceria por meio de protocolo de intenções, termo de cooperação, convênio ou contrato de prestação de serviços com órgãos da administração direta ou indireta, fundações ou autarquias do Governo Federal, Prefeituras do Estado do RS e/ou Organizações da Sociedade Civil que trabalham no fomento da comunicação.	1.300.000	Parceria firmada	unidade	89
PLANEJAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DO GABINETE DO GOVERNADOR E DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	Em andamento	SECOM	Planejar, coordenar, supervisionar e implantar projetos de comunicação relacionados às iniciativas do Gabinete do Governador e dos demais órgãos da Administração Estadual, sejam eles voltados tanto aos públicos internos como externos, promovendo relações institucionais, através de reuniões, cursos, seminários, prêmios e campanhas, bem como realização de capacitação continuada dos profissionais de comunicação da SECOM e demais órgãos do Governo.	920.000	Capacitação realizada	unidade	300
					Endomarketing realizado	unidade	840
					Integração institucional realizada	unidade	8
REESTRUTURAÇÃO FÍSICA DA SECOM	Nova	SECOM	Adaptar a SECOM às novas atribuições da execução da política de comunicação social, através da contratação de serviços de automação, aquisição e desenvolvimento de software, bem como aquisição de equipamentos; contratação de serviços de consultoria, capacitação de pessoal e reestruturação física.	3.070.000	Equipamento adquirido	unidade	90
					Estrutura física reformada	unidade	1
					Memorial dos 50 anos da Rádio	unidade	1
					Legalidade criado		
					Pessoal capacitado	unidade	85

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

				Serviço de automação e aquisição de software contratado	unidade	30
				Serviço de consultoria contratado	unidade	20
SEMINÁRIO ANUAL DE SECRETÁRIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO DIGITAL	Nova	SECOM	Realizar seminários para debater temas afins à formulação e gestão da política de comunicação governamental com a participação dos secretários estaduais de comunicação e suas diretorias. A troca de experiências impacta sobre a forma como os gestores da política de comunicação governamental percebem suas realidades e necessidades. Contribui, ainda, para a troca de informações sobre alternativas que poderão ser adaptadas à realidade e cultura de cada Estado, considerando não apenas questões de estratégia como de tecnologia, infraestrutura, procedimentos, bem como relacionamento com prestadores de serviço na área da comunicação.	1.100.000	Seminário realizado	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE CONCERTAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
OBJETIVO: ESTABELECE UM ESPAÇO DE CONCERTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, COM A PRESENÇA DOS DIVERSOS ATORES REPRESENTANDO AS DIVERSAS REGIÕES, CATEGORIAS E ENTIDADES DO ESTADO, PARA ASSESSORAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GOVERNO DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	1.052.561	0	1.052.561

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÃO DE CONCERTAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL	Nova	SECDDES	Constituir um espaço de concertação das políticas de desenvolvimento econômico e social, com a presença dos diversos atores representando as diversas regiões, categorias e entidades do Rio Grande do Sul, para formular propostas visando o desenvolvimento econômico e social do Estado.	529.237	Carta de Concertação elaborada	unidade	8
					Diálogos CDES realizado	unidade	20
					Reunião das Câmaras Temáticas realizada	unidade	432
					Reunião do Pleno realizada	unidade	20
ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE CONCERTAÇÃO	Nova	SECDDES	Acompanhar, através de organismo multisetorial, a execução de políticas públicas, dentre elas as propostas e recomendações encaminhadas pelo CDES. Obter diagnósticos que servirão de subsídios para o conselho e para as Câmaras Temáticas buscando constituir um banco de dados.	523.324	Relatório realizado	unidade	8

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TURISMO
OBJETIVO: DESENVOLVER A ATIVIDADE TURÍSTICA GAÚCHA COMO UM FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POR MEIO DA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, COM A INCLUSÃO DA ATIVIDADE NA PAUTA DE CONSUMO DE TODOS OS GAÚCHOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	89.062.027	12.926.202	101.988.229	Projeto de regionalização implementado	Unidade	0	6

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CADASTRAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS	Em andamento	SETUR	Gerenciar, ordenar, aperfeiçoar e disponibilizar instrumentos normativos e regulamentadores que garantam requisitos mínimos de qualidade para produtos e serviços a serem oferecidos pelos prestadores de serviços turísticos e profissionais do Turismo.	2.050.212	Empreendimento e/ou profissional do turismo certificado	unidade	4.000
					Empreendimento turístico cadastrado	unidade	10.800
					Empreendimento turístico fiscalizado	unidade	4.000
CONSÓRCIO TURÍSTICO DA RMPA – PRODETUR RS	Nova	SETUR	Viabilizar o Consórcio Turístico Metropolitano e de investimentos para a infraestrutura básica e turística, visando atender empreendedores turísticos, comunidade local, gestores públicos e instâncias de governança na Região, para consolidar o turismo de negócios e eventos como segmento-força do ordenamento turístico da RMPA.	66.999.606	Projeto implementado	unidade	4
FOMENTO DO ECOTURISMO EM PARQUES ESTADUAIS E ENTORNO	Nova	SETUR	Desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.	5.862.871	Projeto desenvolvido	unidade	8
INFORMAÇÕES, ESTUDOS E ESTATÍSTICAS DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL	Nova	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	3.516.451	Banco de dados implantado	%	100
					Município indutor inventariado	unidade	58
					Pesquisa realizada	unidade	20
INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS PARA O BEM RECEBER	Nova	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	11.987.783	Centro de Informação Turística implantado	unidade	27
					Placa de Sinalização instalada	unidade	1.200
					Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	27
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPRESARIAL DO TURISMO	Nova	SETUR	Qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até os níveis operacionais, com os empregados de menor qualificação.	8.999.604	Banco de profissionais implementado	%	100
					Diagnóstico da empregabilidade e necessidades de capacitação produzido	%	100
					Gestor e empreendedor qualificado	unidade	400
					Jovem em situação de vulnerabilidade e/ou candidato ao primeiro emprego qualificado	unidade	3.500
REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	Em andamento	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	2.571.702	Conferência Estadual do Turismo realizada	unidade	1
					Gestor público capacitado	unidade	252
					Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	60

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE GESTÃO PATRIMONIAL

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
OBJETIVO: REESTRUTURAR E MODERNIZAR A GESTÃO PATRIMONIAL, CONSOLIDANDO E CENTRALIZANDO O SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO ESTADO, COM VISTAS A ASSEGURAR SUA FUNÇÃO PÚBLICA, SUA INTEGRAÇÃO ÀS POLÍTICAS DESENVOLVIDAS PELO ESTADO E GARANTIR ESPAÇOS FÍSICOS ADEQUADOS ÀS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS. OS IMÓVEIS SEM FUNÇÃO PÚBLICA DEVERÃO SER DESTINADOS À PERMUTA OU ALIENAÇÃO. A INSTALAÇÃO DE ÓRGÃOS ESTADUAIS DEVERÁ SER ORIENTADA PELO PRINCÍPIO DA CENTRALIZAÇÃO, SENDO, NA CAPITAL, NO CENTRO ADMINISTRATIVO FERNANDO FERRARI E, NO INTERIOR, EM CIDADES POLOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	8.385.000	78.053.750	86.438.750

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AQUISIÇÃO DE PRÉDIO ADMINISTRATIVO	Nova	DETRAN	Adquirir prédio administrativo em Porto Alegre para a instalação de todas as atividades do DETRAN na capital.	500.000			
GESTÃO DE ATIVOS IMÓVEIS DO ESTADO	Em andamento	SARH	Reestruturar o sistema de gestão e controle do patrimônio imóvel, atualizando o cadastro dos imóveis de propriedade do Estado, georreferenciado-os, avaliando-os, confirmando sua destinação, uso, área, condições de conservação e regularização perante o registro imobiliário e promovendo a destinação mais apropriada (alienação, doação, execução de políticas públicas, permuta).	15.761.250	Imóvel com dados cadastrais atualizados	unidade	15.000
					Imóvel detinado	unidade	15.000
					Sistema de Georreferenciamento implantado	unidade	1
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL DE BENS MÓVEIS	Nova	SARH	Modernizar a gestão do patrimônio móvel, implantando novo sistema de gestão e controle, customizando-o e integrando-o ao sistema de Finanças Públicas do estado e ao sistema de gestão e controle de veículos. Disponibilizar o sistema de gestão da frota veicular na Web, adaptar veículos para o consumo de GNV (Gás Natural Veicular) e implantar o Monitoramento Eletrônico e Gerenciamento Logístico da frota do Estado.	8.637.500	Sistema de Controle da Frota de Veículos disponibilizado na Web	unidade	1
					Sistema de Gestão e Controle de Bens Móveis implantado	unidade	1
					Sistema de Monitoramento Eletrônico de Veículos disponibilizado	unidade	1
					Veículo adaptado ao consumo de GNV (Gás Natural Veicular)	unidade	1.050
PLANO DE PROTEÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS - PPCI	Nova	CORAG	Implementar Plano de Proteção e Combate de Incêndio em toda as áreas da Empresa.	200.000	Área com PPCI - Plano de Proteção e Combate aos Incêndios da Corag implantado	m2	10.659
REESTRUTURAÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO FERNANDO FERRARI	Em andamento	SARH	Reestruturar, reformar e ampliar o CAFF: elaborar Plano Diretor e Regimento Interno do CAFF; redimensionar os espaços físicos; reestruturar o sistema de segurança (cercamento, sistema de videovigilância e controle de acesso de pessoas e veículos); instalar novo elevador; construir casa de máquinas para ampliar serviços dos elevadores da Ala Sul até o 21º andar; pintar e impermeabilizar as estruturas do CAFF, ESEDI e prédios dos serviços de manutenção; refazer a programação visual do CAFF; reformar e modernizar os banheiros; instalar portas automáticas nos acessos do CAFF; construir rampa de acesso na Ala Sul; reformar e modernizar a Subestação Transformadora de Energia; ampliar espaço físico para atividades administrativas; construir estacionamento vertical; atualizar e implementar PPCI; ampliar e reformar a Escola Infantil.	57.980.000	Centro Administrativo Reestruturado e Reformado	%	100
					Plano Diretor Aprovado	unidade	1
					Regimento Interno Aprovado	unidade	1
RESTAURAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS	Nova	SARH	Restaurar os prédios históricos do Arquivo Público do Estado para manter as condições de segurança das instalações, bem como outros prédios públicos.	3.360.000	Prédio Reformado	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE MELHORIA DA GESTÃO MUNICIPAL

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS
OBJETIVO: PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO MUNICIPAL E DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO ENTRE PREFEITURAS, ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE MUNICÍPIOS, UNIÃO E GOVERNO DO ESTADO, BEM COMO DO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DE CONSÓRCIOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	3.196.409	1.616.995	4.813.404

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS	Em andamento	GPRF	Articular a realização de seminários, encontros e reuniões, bem como de cursos a distância, em parceria com FDRH, Instituto Universal de Marketing em Agribusiness (I-UMA), Universidade de Caxias do Sul, SEBRAE, FAMURS e FECOMÉRCIO, além de outras secretarias de governo, para agentes públicos municipais a fim de qualificar o processo de gestão, captação de recursos e elaboração de projetos para o desenvolvimento local e regional.	958.926	Curso realizado	unidade	25
					Encontro realizado	unidade	25
					Reunião realizada	unidade	320
					Seminário realizado	unidade	164
ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DE CONSÓRCIOS	Em andamento	GPRF	Estimular e assessorar as prefeituras para o desenvolvimento de consórcios para a realização de objetivos de interesse comum aos municípios.	319.639	Consórcio articulado	unidade	54
PROMOÇÃO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	Em andamento	GPRF	Promover as relações institucionais entre as prefeituras municipais, entidades representativas de municípios, a União e o Governo do Estado, bem como disponibilizar informações aos municípios para a captação de recursos.	3.534.839	Ação articulada	unidade	496

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
OBJETIVO: COORDENAR, ATRAVÉS DA VICE-GOVERNADORIA, A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO, INTERAGINDO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DE GOVERNO EM CONSTANTE APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE ORGANIZADA E OS CIDADÃOS EM GERAL, VISANDO À DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE MORTOS E FERIDOS EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente 580.000 Despesa Capital 0 Total 580.000

ACÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAMPANHAS EDUCATIVAS JUNTO AOS ÓRGÃOS DE MÍDIA	Nova	GVG	Desenvolver campanhas educativas junto aos órgãos de mídia, utilizando a colaboração de personalidades públicas, visando chamar a atenção da comunidade para questões pontuais que geram mortes no trânsito, como a alcoolemia, o não uso do cinto de segurança, o excesso de velocidade e o desrespeito aos pedestres.	60.000	Campanha educativa desenvolvida	unidade	20
CONFERÊNCIA ESTADUAL PARA POLÍTICA DE SEGURANÇA DO TRÂNSITO	Em andamento	GVG	Realizar conferências regionais com a participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, com vistas à conferência estadual para a implementação da Política de Segurança do Trânsito, para o Estado do Rio Grande do Sul.	200.000	Conferência Estadual realizada Conferência Regional realizada	unidade unidade	4 36
DESENVOLVIMENTO DE AMBIENTE TEMÁTICO EDUCATIVO PARA CRIANÇAS	Nova	GVG	Desenvolver ambiente temático educativo para crianças, em cidades-polo, que reproduza a realidade de uma cidade, a fim de que recebam ensinamentos teóricos e práticos compatíveis com sua faixa etária para cuidar de sua segurança, quer nas situações de passageiros em automóvel, motocicleta ou ônibus, quer nas situações de pedestres ou ciclistas.	30.000	Ambiente temático educativo desenvolvido	unidade	1
INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO PARA OS TURISTAS DO MERCOSUL	Nova	GVG	Desenvolver material educativo para os turistas do MERCOSUL, a fim de que sejam produzidos e distribuídos prioritariamente no período de veraneio, nos postos de fronteira e pedágios.	40.000	Material didático educativo desenvolvido	unidade	8
INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO	Nova	GVG	Realizar visitas aos municípios que ainda não tenham se integrado ao Sistema Nacional de Trânsito com vistas a promover sua integração ao Sistema.	40.000	Município integrado	unidade	196
PLANO ESTADUAL DE AÇÃO RÁPIDA PARA ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS QUE ENVOLVAM PRODUTOS PERIGOSOS	Nova	GVG	Articular a elaboração de um plano estadual de ação rápida para atendimento de ocorrências que envolvam produtos perigosos, através de um levantamento detalhado de locais de maior risco de ocorrências.	5.000	Ação articulada	unidade	1
PRÊMIO GAÚCHO DE SEGURANÇA DO TRÂNSITO	Nova	GVG	Criar, em parceria com outras organizações, o Prêmio Gaúcho de Segurança no Trânsito, em várias categorias, para enaltecer os esforços concretos e iniciativas educativas que reduzam os riscos de ocorrências no trânsito.	25.000	Prêmio instituído	unidade	5
REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS DE TRÂNSITO	Nova	GVG	Realizar Seminários de capacitação profissional para Diretores e Instrutores de CFC e para Gestores, Engenheiros e Agentes de Trânsito, objetivando capacitá-los melhor em suas respectivas áreas de atuação, quer sejam vinculados ao ensino, quer à gestão e fiscalização do trânsito.	180.000	Gestor, engenheiro e agente de trânsito capacitado Instrutor e diretor de CFC capacitado	unidade unidade	2.000 2.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
OBJETIVO: PLANEJAR E EXECUTAR AÇÕES QUE GARANTAM AS CONDIÇÕES PARA O PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS HUMANOS DO POVO GAÚCHO, SEM DISCRIMINAÇÃO ALGUMA. ASSEGURAR O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E IMPEDIR CONDUTAS VIOLATÓRIAS DESSES DIREITOS, EM ESPECIAL, POR PARTE DE AGENTES DO ESTADO. PROPORCIONAR AS OPORTUNIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL NECESSÁRIAS AO GOZO EFETIVO DOS DIREITOS HUMANOS DE GRUPOS PARTICULARMENTE VULNERÁVEIS OU CUJA SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA, MARGINALIZAÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO OS TORNE PARTICULARMENTE SUSCETÍVEIS DE TEREM SEUS DIREITOS VIOLADOS. TAIS GRUPOS INCLUEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES; JOVENS; IDOSOS; AFRODESCENDENTES; PESSOAS COM DEFICIÊNCIA; LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS; E POVOS INDÍGENAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	92.345.768	8.364.348	100.710.116	Sistema de Monitoramento de Violações em Direitos Humanos	Percentual órgãos integrados	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META					
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E CONTROLE SOCIAL	Nova	SJDH	Fortalecer os Conselhos de Direitos, estabelecendo orçamentos próprios para cada conselho e implantar a Casa dos Conselhos Estaduais de Direitos. Aperfeiçoar a interlocução entre Estado e sociedade civil organizada, fortalecendo os movimentos sociais e garantir maior participação da sociedade civil no acompanhamento e monitoramento das políticas públicas em Direitos Humanos. Promover a capacitação e sensibilização de funcionários públicos estaduais como multiplicadores em direitos humanos, para o adequado tratamento e prestação de serviços a grupos vulneráveis, como crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, população LGBTT, idosos, negros, jovens e indígenas. Sensibilizar e capacitar em direitos humanos líderes comunitários, conselheiros tutelares e integrantes das forças policiais, como Brigada Militar, Polícia Civil e SUSEPE, no sentido de formar uma nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, tolerância e respeito à diversidade sociocultural e à igualdade racial. Desenvolver um sistema de monitoramento e resposta a violações de direitos humanos contra grupos vulneráveis, na Região Metropolitana e interior do Estado, em parceria com uma rede institucionalizada de direitos humanos no âmbito estadual. Executar os serviços sociais do PROESCI.	16.755.106	Campanha publicitária de Educação em Direitos Humanos realizada	unidade	16					
					Casa dos Conselhos de Direitos estabelecida	unidade	1					
					Casa dos Conselhos de Direitos mantida	unidade	1					
					Líder comunitário sensibilizado	unidade	6.000					
					Pessoa capacitada - Cursos de formação tipo imersão, EAD, palestras e conferências	unidade	10.000					
					Servidor público multiplicador em Direitos Humanos treinado/sensibilizado	unidade	3.600					
					Sistema de apoio estrutural ao funcionamento dos conselhos implementado	unidade	1					
					Sistema de Vigilância a Violações de Direitos Humanos implantado e mantido	unidade	1					
					<hr/>							
					GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA	Nova	SJDH	Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.	17.046.692	Academia da Terceira Idade implantada	unidade	50
Biblioteca Acessível instalada	unidade	9										
Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	9										
Cuidador de idoso formado	unidade	1.400										
Parada Livre apoiada	unidade	20										
Rede integrada de atenção ao idoso implantada	unidade	1										

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

IGUALDADE RACIAL, ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO	Nova	SJDH	<p>Promover ações para a melhoria da qualidade de vida, a garantia da igualdade de oportunidades e acesso e a erradicação da pobreza nas comunidades descendentes do povo africano; incentivo à auto-organização e ao resgate da autoestima das comunidades negras rurais e quilombolas. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual. Produzir conhecimento, elaborar relatórios, estatísticas e diagnósticos sobre discriminação e grupos discriminados. Promover campanhas publicitárias e informativas visando conscientizar a população sobre matérias de Direitos Humanos, combate à discriminação de toda ordem, à violência e agressões a grupos socialmente vulneráveis, como crianças, idosos, adolescentes, negros, indígenas, pessoas com deficiência e público LGBTT.</p>	14.945.768	Ação realizada para erradicação do subregistro civil - maternidade interligada	unidade	120
				Ação realizada para erradicação do subregistro civil - profissional capacitado	unidade	2.000	
				Ação realizada para redução de homicídios de jovens negros	unidade	16	
				Campanha de combate à discriminação realizada	unidade	8	
				Centro de Referência para Pessoas em Situação de Rua implantado e mantido	unidade	1	
				Comunidade atendida pelo Programa de Geração de Renda e Inclusão Social em Quilombos - Projeto Pilão	unidade	80	
				Comunidade indígena assistida	unidade	50	
				Curso realizado - curso preparatório para carreiras jurídicas para afrodescendentes bacharéis em Direito	unidade	8	
				Aluno atendido - Cursinho POD	unidade	15.000	
				Centro de Referência ao Atendimento implantado	unidade	4	
PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS, ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E À JUVENTUDE	Nova	SJDH	<p>Promover a reinserção social de jovens dependentes químicos e em situação de vulnerabilidade social proporcionando acolhimento, apoio financeiro, cursos de qualificação, inclusão laboral, formação educacional e profissionalizante. Promover a prevenção do uso indevido de drogas. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da juventude, a fim de viabilizar uma condição de maior autonomia e independência; desenvolver estratégias visando a elevação da escolaridade e a ampliação das oportunidades de formação profissional qualificada, acesso a emprego e a bens culturais, esportivos e de lazer; fomentar o acesso da juventude à tecnologia da informação. Promover políticas integradas à efetivação e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade; fortalecer a rede de proteção e atenção integral às crianças e adolescentes; prevenir e coibir qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão às crianças e adolescentes. Construir espaços físicos de acolhimento a grupos vulneráveis, como dependentes químicos, vítimas de exploração e abuso sexual, pessoas com deficiência e população em situação de rua.</p>	51.962.550	Conselheiro capacitado - POD Tutelar	unidade	3.600
				Jovem atendido - Bolsa Juventude	unidade	75.000	
				Jovem egresso atendido - POD Socioeducativo	unidade	1.500	
				Pessoa atendida - Suporte à reinserção social e ao tratamento de dependentes	unidade	1.020	
				Pessoa capacitada - Programa de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil	unidade	3.400	
				Rede de proteção à criança e ao adolescente fortalecida	unidade	1	

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS
OBJETIVO: PROMOVER AÇÕES VINCULADAS À PROTEÇÃO E À DEFESA DOS CONSUMIDORES, ARTICULANDO POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A ORIENTAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NO ÂMBITO DO MERCADO DE CONSUMO. REGIONALIZAR AS AÇÕES, ATRAVÉS DO INVESTIMENTO DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PARA A IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS REGIONAIS DE ATENDIMENTO E CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PROMOVER AÇÕES INFORMATIVAS E EDUCATIVAS AO CONSUMIDOR, DE FORMA A PROPICIAR O DIREITO DE ESCOLHA, PREVENINDO LITÍGIOS E REDUZINDO O NÚMERO DE RECLAMAÇÕES DOS CONSUMIDORES. AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO, ATRAVÉS DE MECANISMOS QUE PERMITAM CONSULTA E ESCUTA À COMUNIDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	12.450.000	2.600.000	15.050.000	Carta de Informações Preliminares (CIP) resolvida	Percentual	50	80

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSCIENTIZAÇÃO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES	Nova	SJDH	Realizar campanhas educativas e preventivas, pelos meios de comunicação, visando informar a respeito dos direitos e deveres de consumidores e fornecedores e dos agentes atuantes nas relações de consumo.	2.200.000	Campanha de conscientização realizada	unidade	48
EDUCAÇÃO EM DIRETOS DO CONSUMIDOR	Nova	SJDH	Promover ações vinculadas à proteção e à defesa dos consumidores, articulando políticas públicas voltadas para a conscientização da população no âmbito do mercado de consumo.	align="right">1.950.000	Ação promovida	unidade	16
					Curso realizado	unidade	20
					Pessoa treinada	unidade	600
FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	Nova	SJDH	Realizar atividades de fiscalização permanente, visando a diminuição do desrespeito aos direitos do consumidor e preservação dos direitos dos bons fornecedores e prestadores de serviços, com a realização de operações de fiscalização próprias e através de parcerias com outros órgãos ou entidades afins.	2.700.000	Estabelecimento fiscalizado	unidade	800
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PROCON	Nova	SJDH	Melhorar o método de atendimento, tornando-o mais célere e eficaz, utilizando meios eletrônicos e tecnologia da informação e comunicação. Modernizar as instalações e promover a qualificação permanente dos servidores do Órgão.	align="right">3.200.000	Atendimento eletrônico prestado	%	140
					Processo informatizado	%	100
					Recurso material atualizado	%	100
					Servidor capacitado	%	100
MUNICIPALIZAÇÃO DO PROCON	Nova	SJDH	Ampliar o número de PROCONs municipais, repassando recursos para apoio aos Sistemas Municipais de Defesa do Consumidor, devidamente constituídos, através de convênios ou outros instrumentos capazes de fomentar e qualificar o atendimento ao consumidor.	align="right">1.400.000	Convênio firmado	unidade	40
					Localidade com PROCON municipalizado	unidade	90
PROCON ITINERANTE	Em andamento	SJDH	Adquirir unidades móveis, como micro-ônibus adaptados, e equipamentos para o atendimento das demandas dos consumidores.	1.600.000	Operação itinerante realizada	unidade	48
PROJETO DE AÇÕES INTEGRADAS	Nova	SJDH	Estabelecer parcerias com universidades e entidades que realizam trabalho ou tenham envolvimento com a defesa do consumidor, para qualificar os projetos regionais e atender as entidades devidamente constituídas.	align="right">1.400.000	Convênio firmado	unidade	4
					Entidade conveniada	unidade	4
REGIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DO PROCON	Nova	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	600.000	Regional implantada	unidade	9

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO: COORDENAR, ARTICULAR E PROMOVER AÇÕES TRANSVERSAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	13.534.279	10.098.649	23.632.928	Número de refeições fornecidas anualmente	Refeições	633.600	5.913.600

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA	Nova	STDS	Capacitar agricultores, pessoas em situação de vulnerabilidade social e gestores para a implementação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e renda e inclusão social. Projeto ligado ao Programa RS Mais Igual.	3.557.094	Pessoa capacitada	unidade	1.400
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A PROJETOS NA ÁREA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	Nova	STDS	Elaborar e acompanhar projetos na área de Segurança Alimentar.	700.000	Projeto apoiado	unidade	16
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AO CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	Em andamento	STDS	Garantir a estrutura físico-financeira e o apoio técnico necessários à organização e funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar Sustentável (CONSEA), bem como fomentar a organização de conferências, seminários e encontros.	520.000	Conferência e seminário realizado	unidade	6
					Conselho apoiado	unidade	1
CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS E GESTÃO DA ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO	Nova	STDS	Construir cisternas para armazenamento de água da chuva, para consumo humano, em propriedades rurais para famílias de baixa renda, proporcionando capacitação e geração de trabalho e renda. Projeto prioritário vinculado ao Programa RS Mais Igual.	8.896.123	Cisterna implantada	unidade	4.700
					Pessoa capacitada	unidade	3.000
GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	Em andamento	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	740.000	Gestor e/ou técnico capacitado	unidade	6.000
					Seminário realizado	unidade	40
					Sistema SISAN implantado e implementado	unidade	1
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CRANS	Nova	STDS	Implantar Centros de Referência Alimentar e Nutricional, disponibilizando equipamentos públicos para a elaboração e fornecimento de alimentos, bem como a prestação de serviços de utilidade pública.	700.000	Centro de Referência Alimentar implantado	unidade	8
IMPLANTAÇÃO DE HORTAS E COZINHAS COMUNITÁRIAS	Em andamento	STDS	Implantar hortas e cozinhas comunitárias, proporcionando educação ambiental, produção de alimentos, capacitação profissional e geração de renda. Projeto Prioritário vinculado ao Programa RS Mais Igual.	2.919.711	Cozinha comunitária implantada	unidade	114
					Horta comunitária implantada	unidade	50
RESTAURANTES POPULARES	Em andamento	STDS	Implantar e implementar restaurantes populares que ofereçam refeições equilibradas, nutritivas, em ambientes adequados, a preços acessíveis, em cidades de médio e grande porte, garantido o direito à alimentação, através de repasse aos municípios e entidades.	5.600.000	Restaurante Popular implantado	unidade	7
					Restaurante Popular implementado	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
OBJETIVO: SUPERAR OS PROBLEMAS DE DÉFICITS HÍDRICOS, AUMENTANDO AS ÁREAS IRRIGADAS E O LEQUE DE OPÇÕES DE CULTIVO ATRAVÉS DE UM SUPRIMENTO GARANTIDO DE ÁGUA. COMPLEMENTAR O SUPRIMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA URBANO. CONHECER AS DEFICIÊNCIAS HÍDRICAS ATRAVÉS DE ESTUDOS TÉCNICOS, FORNECENDO OS CADASTROS E DADOS DAS MAIORES DEMANDAS DE ÁGUA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	0	303.207.707	303.207.707	Hectares irrigados	ha	95.000	288.400
				População beneficiada	Unidade	0	369.468

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO DE MICROAÇUDES E CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E AGRICULTORES	Em andamento	SOP	Promover a construção de microaçudes escavados, aterrados e mistos, com a finalidade de servir de barramento das águas das chuvas, armazenadas em períodos chuvosos para utilização em épocas de seca. Capacitação básica de técnicos agrícolas e agricultores para a irrigação e manejo da água, nos diversos sistemas de irrigação aplicáveis na agricultura local e, em revitalização de poços tubulares.	90.000.000	Microaçudefe construído	unidade	4.000
					Técnico e agricultor capacitado	unidade	12.000
ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E SISTEMAS ASSOCIADOS, GESTÃO DE USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA E COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	Nova	SOP	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alague das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de árvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	186.507.707	Área adquirida	ha	6.000
					Barragem construída	%	80
					Barragem do Estancado construída (PAC 2)	%	100
					Barragem do Estancado projetada (PAC 2)	%	100
					Barragem do Passo da Ferraria construída (PAC 2)	%	100
					Barragem do Passo da Ferraria projetada (PAC 2)	%	100
					Barragem do Rio Soturno construída (PAC 2)	%	100
					Barragem do Rio Soturno projetada (PAC 2)	%	100
					Barragem e canais do Rio São Sepé construídos (PAC 2)	%	100
					Barragem e canais do Rio São Sepé projetados (PAC 2)	%	100
					Canal da barragem do Arroio Jaguari construído (PAC 2)	%	100
					Canal da barragem do Arroio Jaguari projetado (PAC 2)	%	100
					Canal da barragem do Arroio Taquarembó construído (PAC 2)	%	100
					Canal da barragem do Arroio Taquarembó projetado (PAC 2)	%	100
					Muda de árvore adquirida e plantada	unidade	6.000.000
Projeto de barragem realizado	%	100					
Sistema de distribuição de barragem operado e gerido	%	100					
ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RESERVAÇÃO DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS COM ENFOQUE NA IRRIGAÇÃO	Nova	SOP	Elaborar o Plano Diretor de Reservação de Água para Usos Múltiplos com enfoque na irrigação, através de levantamento de todos os microaçudes e poços tubulares existentes no Estado, avaliar quais poços poderão ser revitalizados, e quais barragens apresentam maiores/melhores benefícios socioeconômicos na implantação, visando a sustentabilidade futura da irrigação.	2.700.000	Plano Diretor Estadual de Irrigação elaborado	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ZONAS RURAIS	Nova	SOP	Implementar obras de recuperação e revitalização de sistemas de captação e distribuição de água, especialmente em áreas críticas quanto ao abastecimento, atingidas pela estiagem.	24.000.000	Comunidade rural atendida por sistema de distribuição de água implantado	unidade	2.000
--	------	-----	--	------------	--	---------	-------

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
OBJETIVO: VIABILIZAR E IMPLEMENTAR O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS QUE OBJETIVEM TANTO A ORGANIZAÇÃO QUANTO O DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS. VIABILIZAR O APOIO TÉCNICO ÀS AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	10.623.530	37.254.093	47.877.623	Índice de arrecadação das taxas de autorizações de transporte de fretamento	Unidade	80	100
				Índice de arrecadação de multas do Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo de Passageiros	%	10	100
				Índice de fiscalização de veículos de transporte coletivo	%	25	100
				Município integrado ao Sistema Metropolitano de Parcelamento do Solo	Unidade	10	32
				Planos Diretores municipais integrados ao Sistema Regional de Planejamento	unidade	0	65

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS ARRECADADOS PELA METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Implantar o sistema de controle para o aperfeiçoamento das estruturas internas de arrecadação da instituição, e externas através de realização de convênios com a Secretaria Estadual da Fazenda.	652.287	Sistema de controle de gestão de recursos financeiros implantado	%	100
APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE GESTÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	Em andamento	METROPLAN	Implantar o Sistema e suporte institucional para o Planejamento e Gestão da RMPA e Aglomerações Urbanas. Apoio e assessoramento às Prefeituras Municipais com vistas ao planejamento regional. Elaboração de Planos Integrados e compatibilização das ações das esferas municipal, estadual e federal, em consonância com a proposta de atuação da SOP. Planejamento e execução da governança na implantação de equipamentos urbanos de caráter regional, em especial as ações envolvidas à Copa 2014. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estruturação do Sistema de Planejamento Metropolitano e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Escritório da Aglomeração Urbana do Sul; a Realização do Plano de Desenvolvimento Regional da RMPA e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo; a Realização do Plano Integrado Rodo-Ferrovário; a Implantação das Diretrizes para Ocupação ao Longo de Rodovias e ainda a Realização do Projeto Orlas Metropolitanas.	7.399.462	Diretriz de ocupação ao longo de rodovia estabelecida Escritório regional atual qualificado Escritório regional implantado Plano Regional de Desenvolvimento elaborado Plano Rodo-Ferrovário realizado Projeto Orlas Metropolitanas realizado Sistema de planejamento estruturado Sistema de avaliação do parcelamento do solo implantado	unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade	4 1 2 4 4 2 3 32
PRODUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA O PLANEJAMENTO E A GESTÃO REGIONAL	Em andamento	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	910.379	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado Promoção Regional da Organização para o Planejamento Concluída	unidade unidade	9 2
PROMOÇÃO DAS AÇÕES INTEGRADAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	Em andamento	METROPLAN	Elaborar estudos, projetos, propostas e obras de infra estrutura urbana nas áreas de interesse social identificadas nos Planos Municipais de Desenvolvimento, ou decorrentes de propostas de integração regional, buscando a inclusão social, a recuperação de áreas degradadas e a melhoria da mobilidade na RMPA e nos Aglomerados Urbanos. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Mapeamento de Áreas de Risco; a Realização de Projetos de Engenharia para Vias de Circulação; a Pavimentação de Vias de Circulação do Transporte Coletivo; a Pavimentação de Av. Metropolitanas; o projeto e a Implantação da Av. do Litoral; a Duplicação das Avenidas Urbanas e ainda a Qualificação da Linha de Trem da Aglomeração do Nordeste.	20.458.125	Avenida do Litoral - Projeto Final Engenharia Realizado Avenida do Litoral Pavimentada Avenida Metropolitana Leste Pavimentada Duplicação da Avenidas Protásio Alves e Caminho do Meio Implantada Estudo de Concepção da Avenida Metropolitana Oeste Realizado	km km unidade km unidade	106,2 65,36 1 10 1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Estudo de Qualificação da Rede Integrada para Trem Regional (Caxias do Sul - Bento Gonçalves) Realizado	unidade	1
					Mapeamento de Área de Risco Realizado	unidade	2
					Projeto Final de Engenharia da Avenida Metropolitana Leste Realizado	unidade	1
					Projeto Final de Engenharia Realizado	km	50
					Via Urbana Pavimentada	km	35
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA MOBILIDADE URBANA DA RMPA E AGLOMERAÇÕES URBANAS DO RS	Em andamento	METROPLAN	Realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana. Visa ainda a realização dos trabalhos de Supervisão, Análise, Adequação e Detalhamento de projetos de mobilidade urbana e também os serviços e operações relacionadas à Fiscalização do sistema de transportes coletivo metropolitano e melhoria do atendimento aos seus usuários. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Sistema de Transporte Metropolitano por Municípios Integrantes do PITMurb; o Grupo Executivo de Implantação do Metrô; a adequação do Sistema de Transporte Metropolitano; a Supervisão da Adequação do Projeto de Integração do Sistema de Transportes Metropolitano - Região Norte; a Coordenação Técnica e Fiscalização dos Projetos de Infraestrutura em Corredores exclusivos para ônibus - PAC 2; o Projeto de Adequação do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano articulado à Hidrovia; o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o transporte hidroviário POA – Triunfo; da Av. Perimetral Metropolitana; a Ampliação da Fiscalização; a Reestruturação do SAAC; a Elaboração do Projeto de Estruturação do Mobiliário Urbano; a Elaboração do Projeto de Mapeamento e Cadastramento de Itinerários das linhas Metropolitanas; a Elaboração de Mapeamento em GIS e o Cadastramento e Levantamento da Situação do Mobiliário Urbano.	10.779.636	Centro de Controle e Monitoramento do Transporte Coletivo Projetado e Implementado	%	100
					Estudo de impacto Regional no Sistema de Transporte Público na Região do Aglomerado da Serra Supervisionado Renovado	%	100
					Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica. Para Transporte Hidroviário Elaborado	%	100
					Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental da Avenida Perimetral Metropolitana. Elaborado	%	100
					Fiscalização da Frota de Veículos do Transporte Coletivo de Passageiros Realizada	%	100
					Interoperabilidade Bilhetagem Eletrônica Implantada	%	100
					Mapeamento e Cadastramento dos Itinerários De Linhas de Transporte Coletivo - SIG - Realizado	%	100
					Pesquisa Domiciliar Origem Destino - EDOM Realizada	%	100
					Projeto Mobiliário Urbano e Comunicação Visual do Sistema de Transporte Coletivo Elaborado	%	100
					Projetos de Infraestrutura Municipal para transporte coletivo por ônibus e por bicicleta e infraestrutura sobre trilhos - PAC 2 Realizados	%	100
					Projetos do Sistema de Transporte Metropolitano PITMurb, rodoviário, Hidroviário e Ferroviário Detalhados e Adequados e Implementados	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
ECONÔMICO E AMBIENTAL DA RMPA E
AGLOMERAÇÕES URBANAS DO ESTADO

Em andamento METROPLAN

Promover informações consistentes e estudos básicos são necessários ao planejamento. A busca de recursos administrativos e financeiros são indispensáveis para a implantação de projetos de desenvolvimento. Quanto as condições sociais há necessidade de melhorar, através da geração de emprego e renda, as populações carentes. Nas questões ambientais, não se pode deixar de se observar o estabelecido no Plano de Governo, que trata da natureza educativa, a intervenção nas áreas de risco e a criação da Agência das Águas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Implantação do Sistema de Informações Sócio econômicas e de dados Georeferenciados da RMPA; a Conclusão do Atlas Social na RMPA e Aglomerações Urbanas; a Construção de Galpões de Reciclagem; o Fomento e o Apoio à Instalação de Cooperativas e Associações de Recicladores de lixo; a Elaboração do Plano Diretor dos Resíduos Sólidos; a Intervenção em Áreas de Risco; a Implantação de Ecoparque; a Recuperação de Áreas Degradadas e a Implantação da Agencia das Águas.

7.677.734	Agencia das Águas Implantada	unidade	1
	Área Degradada Recuperada	unidade	4
	Atlas Social Concluído	unidade	4
	Cooperativa e Associação de Recicladores de Lixo Instalada	unidade	40
	Ecoparque Implantado	unidade	4
	Galpão de Reciclagem Construído	unidade	80
	Intervenção em Área de Risco Realizada	unidade	4
	Plano Diretor de Resíduos Sólidos Elaborado	unidade	1
	Proposta de Desenvolvimento Econômico Realizada	unidade	4
	Sistema de Informações Implantado	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO
OBJETIVO: PROMOVER, COM A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA SOCIEDADE, A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES INTEGRADAS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO, DE ADEQUAÇÃO URBANÍSTICA, DE RECUPERAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS DEGRADADOS DA EXTINTA COHAB E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	28.453.605	209.889.773	238.343.378	Número de famílias em lote regularizado	Famílias	0	11.444

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADEQUAÇÃO URBANÍSTICA	Em andamento	SEHABS	Promover e implementar ações integradas que objetivem a qualificação da mobilidade urbana, dos equipamentos urbanos e comunitários através de parcerias, mediante formalização de convênios a serem firmados com os Municípios e com a União. Visa ainda promover a sustentabilidade ambiental nas construções e reassentamentos de conjuntos ou núcleos de habitação de interesse social.	8.500.000	Equipamento comunitário conveniado	unidade	100
					Equipamento urbano conveniado	unidade	100
DIGNIFICAÇÃO DA MORADIA	Em andamento	SEHABS	Promover a recuperação de condomínios residenciais, da extinta Cohab, degradados pelo tempo, onde as baixas condições de habitabilidade prejudicam a vida dos moradores. A ação será implementada em parceria com o governo federal.	8.000.000	Condomínio recuperado	unidade	8
FOMENTO ÀS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NOS MUNICÍPIOS	Em andamento	SEHABS	Fomentar, subsidiar ações de regularização fundiária em nível municipal e capacitar técnicos municipais para a execução de todas as etapas necessárias aos processos de regularização fundiária e de reassentamentos. Promover a inserção social e a cidadania dos beneficiários, em áreas públicas municipais ou socialmente relevantes, bem como promover e apoiar a formação, atualização e qualificação de associações de moradores, entidades de classe, cooperativas habitacionais e demais atores relacionados à regularização fundiária.	950.000	Famílias Beneficiadas por Ações de Regularização Fundiária.	unidade	4.000
					Município Capacitado	unidade	200
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO EM ÁREAS DE PROPRIEDADE DO ESTADO	Nova	SEHABS	Planejar e executar a regularização fundiária e o reassentamento em áreas de ocupação consolidada, de propriedade do Estado, bem como a realizar ações de inserção social e valorização da cidadania dos beneficiários.	220.893.378	Família assentada em lote regularizado	unidade	7.444
					Município capacitado para ações de regularização fundiária	unidade	200

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO

OBJETIVO: REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL PRIORIZANDO O ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DE INTERESSE SOCIAL EM PARCERIA COM A UNIÃO E MUNICÍPIOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	27.300.000	293.235.324	320.535.324	Ações habitacionais conveniadas	percentual	0	80.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS	Em andamento	SEHABS	Promover ações habitacionais em lotes urbanos e rurais, em áreas de regularização fundiária, em áreas destinadas ao reassentamento de famílias provenientes de áreas de risco, em áreas de comunidades tradicionais (indígenas, pescadores artesanais e quilombolas) através de parcerias realizadas mediante convênios a serem firmados com municípios, cooperativas e a União Federal, bem como garantir a distribuição de 10% do total de lotes e unidades habitacionais a pessoas com deficiência, conforme dispõe a Lei nº13.739, de 8 de junho de 2011.	320.535.324	Lote urbanizado conveniado Módulo sanitário conveniado Unidade habitacional conveniada	unidade unidade unidade	20.000 10.000 70.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PROESCI/RS) Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
OBJETIVO: REDUZIR A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, PROPORCIONANDO AOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS A POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS MULTISSETORIAIS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, COM OBJETIVO DE COMBATER A VIOLÊNCIA, A CRIMINALIDADE E A DISCRIMINAÇÃO, E DISPONIBILIZAR O ACESSO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA. DESENVOLVER PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DE PREVENÇÃO; PRINCIPALMENTE A PREVENÇÃO PRIMÁRIA É PRIMORDIAL PARA FATORES DE QUEDA DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	18.574.683	110.291.632	128.866.315	Taxa de homicídios	1/100000 habitantes	15,4	12

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO E INCENTIVO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	Nova	SSP	Criar, instalar e garantir o efetivo funcionamento dos Gabinetes de Gestão Intergrada Municipais e, a partir deles, garantir e apoiar a execução de políticas públicas municipais de segurança.	51.546.521	Município atendido com Gabinete de Gestão Integrada (GGI)	unidade	80
POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	Nova	SSP	Fixar o policial militar na região, utilizar dados de gestão da Polícia Civil e as ações complementares das Guardas Municipais visando aproximar o policiamento da comunidade, identificando rotinas e buscando a solução de problemas como ferramenta de aumento da segurança e redução da criminalidade.	25.773.265	Posto de policiamento comunitário implantado	unidade	160
PROJETOS DE PREVENÇÃO SOCIAL À VIOLÊNCIA	Nova	SSP	Executar projetos que reduzam a vulnerabilidade das pessoas à violência através da garantia dos direitos fundamentais, por meio de mecanismos capazes de prever, prevenir, planejar, solucionar pacificamente os conflitos e controlar as ameaças e coerções ilegítimas.	38.659.896	Projeto de prevenção à violência e apoio às vítimas executado	unidade	100
TERRITÓRIOS DA PAZ	Nova	SSP	Criar, instalar e efetivar áreas destinadas às ações preventivas de forma prioritária.	12.886.633	Território da Paz implantado	unidade	20

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

OBJETIVO: COORDENAR E ARTICULAR, ATRAVÉS DA VICE-GOVERNADORIA, O PROGRAMA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS, INTERAGINDO COM AS DIFERENTES SECRETARIAS E DE MAIS ÓRGÃOS DO GOVERNO, ESFERAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E FEDERAL, EM CONSTANTE ENVOLVIMENTO COM A SOCIEDADE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	800.000	0	800.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO COM OS ÓRGÃOS FEDERAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS	Nova	GVG	Realizar reuniões com órgãos do governo, instituições financeiras e organismos internacionais, bem como contratar consultoria para a obtenção de parecer e acompanhamento técnico visando à captação de recursos para financiamento de projetos.	80.000	Ação articulada	unidade	552
DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO	Nova	GVG	Divulgar as ações de governo e informar aos pequenos e médios investidores sobre as fontes de recursos disponíveis, por meio de material informativo.	240.000	Cartilha distribuída	unidade	18.000
					Panfleto distribuído	unidade	180.000
IMPLANTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS	Nova	GVG	Realizar Seminários envolvendo as comunidades locais juntamente com as esferas governamentais, de forma a reduzir as desigualdades regionais.	160.000	Seminário realizado	unidade	9
REALIZAÇÃO DE EVENTOS NAS REGIÕES DEPRIMIDAS	Nova	GVG	Realizar reuniões nas regiões deprimidas, com participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, objetivando definir estratégias e articulações necessárias à concretização dos projetos.	320.000	Evento realizado	unidade	174

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
OBJETIVO: ESTABELECEER SERVIÇOS INTEGRADOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, ARTICULADOS COM AS REALIDADES REGIONAIS E COM AS TRÊS ÁREAS DE CONHECIMENTO DA UERGS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	62.270.633	53.999.740	116.270.373	Ampliação e novas edificações	Percentual	0	90
				Aperfeiçoamento da gestão	Percentual	0	100
				Capacitação funcional	Percentual	0	100
				Cursos de extensão	Perecentual	0	100
				Cursos de graduação	Percentual	0	100
				Cursos de pós-graduação	Percentual	0	100
				Estruturação da Pesquisa e Extensão	Percentual	0	100
				Estruturação institucional	Percentual	0	100
				Extensão efetiva	Percentual	0	80
				Graduação efetiva	Percentual	0	80
				Integração interinstitucional	Percentual	0	100
				Pós-graduação efetiva	Percentual	0	80
				Produção científica, tecnológica e cultural	Percentual	0	100
				Reforma e adequação patrimonial	Percentual	0	80
				Saúde e segurança no trabalho	Percentual	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ESTRUTURAÇÃO FÍSICA, ADEQUAÇÃO PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA DAS INSTALAÇÕES DA UERGS	Em andamento	UERGS	Projetar e implantar o núcleo central da UERGS (Reitoria, Escritório NIT, Unidade de Porto Alegre, Biblioteca Central e Anfiteatro Central) e os tipos de Unidade (Instituto, Faculdade, Centro de Ensino e Pesquisa, Museu, Incubadora, Cooperativas de consumo e produção, Centro de Pesquisa Avançada e Institutos Especial), estabelecendo vínculo com Polos de Inovação Tecnológica, Centros Tecnológicos de Excelência e Parques Tecnológicos; recuperar e ampliar os serviços correspondentes às unidades no âmbito de cada Campus Regional, provendo edificações e áreas às necessidades de acessibilidade, apoio administrativo, infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão, tais como laboratórios, bibliotecas, brinquedoteca, auditórios entre outros, conforme legislação pertinente; adquirir bens móveis e imóveis; regularizar a propriedade de áreas.	24.587.715	Ferramenta gerencial para administração da estrutura física, patrimonial e de serviços implementada	%	100
					Instalação física e patrimonial adequada	%	100
					Projeto de estruturação física, adequação patrimonial e administrativa implementado	%	100
					Propriedade das unidades universitárias, complementares, reitoria e biblioteca central regularizada	%	100
					Unidade universitária, unidade complementar, reitoria e biblioteca central concluída	%	100
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	Em andamento	UERGS	Readequar a oferta de cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, presenciais e à distância; qualificar a formação de docentes, discentes e técnicos da comunidade universitária e regional, de modo presencial e à distância, articulados com a realidade de cada campus regional e a matriz das três áreas de conhecimento da UERGS.	36.448.800	Curso ofertado em cursos de graduação, pós-graduação e extensão	unidade	290
					Participante em curso e atividade formativa realizado na educação superior no âmbito da graduação, pós-graduação e extensão	unidade	6.400
					Vaga ofertada em cursos de graduação, pós-graduação e extensão	unidade	10.300
FORTALECIMENTO, CAPACITAÇÃO E APRIMORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES	Em andamento	UERGS	Desenvolver projetos de formação, aprimoramento e intercâmbio dos técnicos e docentes, visando à melhoria contínua dos serviços prestados. Adquirir material bibliográfico específico para consulta técnica. Implementar projetos relacionados à saúde e segurança do trabalhador, previstos na legislação vigente: PCMSO, PPRA/IPCAT, PPRA, PPCI, SPDA, etc.	2.260.000	Profissional capacitado em programas de formação, aprimoramento e intercâmbio dos técnicos e docentes	unidade	830
					Projeto de formação, assistência, aprimoramento e intercâmbio dos técnicos e docentes implementado	unidade	8

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, APORTE TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO AOS PROCESSOS PRODUTIVOS LOCAIS	Em andamento	UERGS	Criar e desenvolver linhas de pesquisa focadas na inovação tecnológica, em especial a Biotecnologia, Energia, Saúde, Tecnologia da Informação, Micro e nanoeletrônica, Educação, Artes, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Gestão Pública e Ambiental, considerando a viabilidade de parcerias, os arranjos produtivos locais e demandas regionais, o desenvolvimento humano e a formação cidadã, a ampliação dos serviços de qualificação acadêmica, a transferência de tecnologia e o aumento do número de núcleos e grupos de pesquisa, articulado às três áreas do conhecimento e campus regionais, gerando condições para implantação de programas de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	6.697.217	Artigo publicado, livro publicado, metodologia publicada, patente registrada, obra artística realizada e divulgada	unidade	370
					Programa de pós-graduação implementado	unidade	3
					Projeto de pesquisa ativo na inovação tecnológica, desenvolvimento humano e formação cidadã	unidade	370
PARCERIAS SE/UERGS/INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PESQUISADORES EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO	Em andamento	SE	Fornecer crédito educativo - PROCRED, oportunizando formação aos profissionais da Educação, visando atender às ações educacionais em nível de pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado profissional. Auxiliar casas de estudantes autônomas que não possuem vínculo orgânico com outras instituições, em cumprimento ao dispositivo constitucional.	36.160.000	Auxílio concedido às casas de estudantes	R\$	160.000
					Crédito Educativo Concedido - PROCRED	R\$	36.000.000
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E PUBLICIDADE	Em andamento	UERGS	Promover, fomentar e organizar a participação da instituição em eventos relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a propaganda dos produtos e serviços institucionais da UERGS.	5.032.728	Divulgação institucional realizada	unidade	1.100
					Participação institucional realizada	unidade	300
PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DIFUSÃO CIENTÍFICA E CULTURAL	Em andamento	UERGS	Fomentar e orientar a estruturação das atividades de extensão mediante elaboração e execução de programas e projetos de extensão, ao desenvolvimento de núcleos de extensão, e a divulgação do conhecimento acadêmico e da cultura regional, por meio de eventos, publicações e divulgação audio-visual.	5.083.913	Curso, evento, publicação e manifestação cultural realizado	unidade	1.220
					Programa de extensão implementado	unidade	4
					Projeto de extensão realizado	unidade	600

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA NOVA FASE

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS
OBJETIVO: ADAPTAR A FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO ÀS DIRETRIZES DO SISTEMA NACIONAL DE SOCIOEDUCAÇÃO. COM FULCRO NO SINASE, CONTEMPLAR AS UNIDADES COM UMA NOVA CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA, QUE OFERECERÁ AMBIENTE MAIS PROPÍCIO AO DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA SOCIOEDUCATIVA; DESCENTRALIZAR AS UNIDADES DE ATENDIMENTO, A FIM DE GARANTIR O DIREITO DOS ADOLESCENTES DE PERMANECEREM INTERNADOS EM LOCALIDADE PRÓXIMA DO DOMICÍLIO DE SEUS FAMILIARES; OFERECER OFICINAS E CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AOS INTERNOS DAS UNIDADES; ATUALIZAR O PROGRAMA ESTADUAL PENSEIS, APROXIMANDO-O DOS NOVOS PARÂMETROS LEGAIS PARA O ATENDIMENTO, INTENSIFICANDO AS AÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS E AMPLIANDO A OFERTA DE OFICINAS E CURSOS DE FORMAÇÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	135.322.666	36.884.078	172.206.744

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ADEQUAÇÃO DO QUADRO PROFISSIONAL DA FASE	Nova	FASE	Adequar o quadro de profissionais às exigências do atendimento socioeducativo, em cumprimento ao disposto no art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nos parâmetros previstos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Elaborar edital e realizar concurso público de provas e títulos. Incluir a temática dos direitos humanos no concurso para os cargos da FASE.	56.308.766	Concurso realizado	unidade	4
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SEDE ADMINISTRATIVA E CENTROS DE ATENDIMENTO	Nova	FASE	Adquirir itens indispensáveis à consecução da proposta socioeducativa, como veículos de transporte de passageiros de grande e pequeno porte.	3.152.000	Veículo adquirido	unidade	4
CONSTRUÇÃO DE NOVOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	Nova	FASE	Construção de novas unidades, em Porto Alegre, Região Metropolitana de Porto Alegre, Santa Cruz, Osório e Frederico Westphalen, visando eliminar as consequências prejudiciais da superlotação das unidades existentes e atender ao dever de descentralização das Unidades de Atendimento, previsto na legislação.	29.954.828	Unidade construída	unidade	4
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	Nova	FASE	Intensificar as ações culturais e educativas para os adolescentes em cumprimento de medida, ampliando a oferta de oficinas e cursos de formação profissional. Contratação, realização de parcerias e formalização de convênios para a realização dos cursos e das oficinas.	6.000.000	Adolescente qualificado e certificado	unidade	4
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO E DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DA FASE	Nova	FASE	Atender às necessidades de qualificação da gestão; adquirir computadores (servidor e terminais); desenvolver e adquirir softwares e rede de informações e suporte para os sistemas de informática; contratar assessoria para o desenvolvimento e acompanhamento da implementação do planejamento estratégico, revisão das rotinas, processos, procedimentos e funções da FASE e também para o inventário e regularização do patrimônio.	8.600.000	Planejamento estratégico concluído, adaptado e implementado	unidade	4
QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DA FASE	Nova	FASE	Qualificar de forma permanente os trabalhadores da Instituição. Inserir a educação em direitos humanos nos processos de formação inicial e continuada dos trabalhadores de todas as equipes envolvidas no atendimento socioeducativo (diretiva, técnica, socioeducadora e de apoio).	3.450.000	Profissional certificado em formação continuada Profissional qualificado e atualizado	unidade unidade	4 4
REFORMA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E SEDE ADMINISTRATIVA DA FASE	Nova	FASE	Reformar as unidades da FASE e da sede administrativa, em estado precário, visando a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida de internação.	64.741.150	Unidade de internação reformada	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROMOÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA - SANIDADE ANIMAL E VEGETAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
OBJETIVO: ASSEGURAR, ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, A SANIDADE DAS POPULAÇÕES VEGETAIS, A SAÚDE DOS REBANHOS ANIMAIS, A IDONEIDADE DOS INSUMOS E SERVIÇOS UTILIZADOS NA AGROPECUÁRIA E A IDONEIDADE E SEGURANÇA HIGIÊNICO-SANITÁRIA E TECNOLÓGICA DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS FINAIS DESTINADOS AOS CONSUMIDORES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	85.863.868	57.298.321	143.162.189	Percentual de bovídeos vacinados para brucelose	Percentual	50	75
				Percentual de bovídeos vacinados para febre aftosa	Percentual	95	90
				Percentual de conformidade das análises de produtos vitivinícolas aos padrões de qualidade no Brasil	Percentual	90	90
				Percentual de conformidade das análises de produtos vitivinícolas aos padrões de qualidade no Estado	Percentual	97	97
				Percentual de diagnóstico positivo de doenças de emergência sanitária	Percentual	0	0
				Percentual de empresas com certificação fitossanitárias auditadas	Percentual	15	30
				Percentual de empresas comerciantes de insumos conformes	Percentual	70	90
				Percentual de empresas sob inspeção estadual auditadas em Boas Práticas de Fabricação	Percentual	9	100
				Percentual de empresas sob inspeção estadual com adesão ao SISBI/SUASA	Percentual	0	5
				Percentual de estabelecimentos de comércio de insumos veterinários fiscalizados	Percentual	10	100
				Percentual de propriedades com certificação fitossanitárias auditadas	Percentual	15	25
				Percentual de propriedades com vacinação assistida	Percentual	3	10
				Percentual de propriedades regulares quanto ao uso de agrotóxicos	Percentual	0	70
				Percentual de unidades locais de atenção veterinária auditadas	Percentual	16	70
				Percentual de usuários com acesso externo ao sistema de defesa agropecuária	Percentual	0	15

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONTROLE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	Nova	SEAPA	Promover a qualidade e a idoneidade dos insumos e dos serviços agropecuários, através da fiscalização de estabelecimentos, prestadoras de serviço e propriedades rurais.	19.118.069	Estabelecimento de comércio de insumos agrícolas fiscalizado	unidade	15.400
					Exame de laboratório de análise de resíduos de agrotóxicos realizado	unidade	2.400
					Propriedade rural fiscalizada no uso de agrotóxico	unidade	10.700
DEFESA AGROPECUÁRIA	Nova	SEAPA	Executar o controle e fiscalização de trânsito animal e vegetal e reestruturar as Unidades Locais e Regionais do Departamento de Defesa Agropecuária da SEAPA.	28.107.725	Barreira zoofitossanitária realizada	unidade	3.824
					Unidade de barreira zoofitossanitária de divisa implantada	unidade	42
					Unidade local e regional reestruturada	unidade	267
DEFESA EM SAÚDE ANIMAL	Nova	SEAPA	Trabalhar para a manutenção e evolução de condição sanitária dos rebanhos no Estado, através da certificação sanitária, de medidas compulsórias de vacinação, controle de trânsito animal, vigilância epidemiológica, rastreabilidade, fiscalização, cadastro de população animal e de propriedades.	20.055.027	Veículo fiscalizado	unidade	104.000
					Animal rastreado	unidade	10.000.000
					Auditoria realizada em unidade local	unidade	174
					Colheita para certificação acompanhada pelo SVO	%	50
					Etapa de vacinação de Febre Aftosa concluída	%	2
					Formulário de investigação epidemiológica registrado	unidade	1.724
Guia de trânsito animal emitida	unidade	3.232.594					

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

				Propriedade auditada	unidade	350						
				Propriedade fiscalizada	unidade	57.548						
DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	Nova	SEAPA	Evitar a introdução de novas pragas e atuar na erradicação e controle da disseminação das presentes, através de ações de fiscalização, vigilância epidemiológica, certificação sanitária e apoio laboratorial.	20.055.027 Inspeção realizada	unidade	9.500						
				Permissão de trânsito emitida	unidade	220.000						
				Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	2.300						
				Unidade consolidadoras fiscalizada	unidade	380						
EDUCAÇÃO SANITÁRIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL	Nova	SEAPA	Promover ações específicas de educação sanitária e capacitação dos públicos internos e externos de defesa agropecuária.	20.055.027 Produtor rural atendido	unidade	90						
				Servidor treinado e capacitado	unidade	20						
INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	Nova	SEAPA	Garantir as condições higiênico-sanitária dos produtos de origem animal, da matéria-prima ao produto final, através de ações de fiscalização, inspeção, auditoria de empresas de produtos de origem animal sob inspeção estadual, implantação, fiscalização e manutenção do Sistema Brasileiro de Inspeção de produtos de origem animal (SUASA/SISBI-POA).	20.055.027 Auditoria realizada em boas práticas de fabricação	Auditoria realizada em SUASA/SISBI	unidade	200					
					Auto de infração emitido	unidade	2.050					
					Empresa de produto de origem animal fiscalizada	unidade	350					
					Empresa de produto de origem animal registrada vistoriada	unidade	1.400					
					Empresa nova de produto de origem animal registrada	unidade	36					
					Município com adesão ao SUASA/SISBI-POA solicitada	unidade	105					
					Produto novo de origem animal registrado	unidade	1.540					
					Termo de compromisso emitido	unidade	160					
					INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	Nova	SEAPA	Verificar as condições de produção, comercialização e transporte de uvas, vinhos e derivados da uva e do vinho, garantindo genuinidade e qualidade através de análise laboratorial.	15.716.287 Análise realizada	Análise realizada	unidade	8.800

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO
OBJETIVO: TORNAR A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL MAIS COMPETITIVA, ATRAVÉS DA INSERÇÃO DAS EMPRESAS GAÚCHAS NO MERCADO NACIONAL E INTERNACIONAL, DA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS, BEM COMO DO FORTALECIMENTO E ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, VISANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	84.200.501	66.092.532	150.293.033	Contatos realizados por empresas em missões nacionais e internacionais	Unidade	0	1.000
				Empregos gerados nas empresas atendidas pelos Núcleos de Extensão Produtiva	Emprego	0	14.000
				Negócios realizados a partir da participação de empresas em feiras	Unidade	12.256	22.000
				Número de empregos gerados a partir dos novos investimentos, por meio de incentivos do FUNDOPEM/RS	Emprego	14.456	18.452
				Taxa de crescimento anual média do PIB do Estado	Porcentagem	3,25	5,5
				Valor total de investimentos (fixos) atraídos para o Estado, por meio de incentivos do FUNDOPEM/RS	1,00 UIF/RS	248.512.000	400.202.000
				Volume total de investimentos apoiados pelo SDE/RS implantados	R\$ milhões	0	400
				Volume total de recursos captados para empresas, com apoio do SDE/RS	Bilhões (R\$)	3,6	7

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO COMERCIAL	Em andamento	SDPI	Organizar e apoiar as empresas gaúchas para participação em eventos, feiras e missões nacionais e internacionais, visando ao aumento das vendas e do faturamento e à geração de empregos, além de incrementar a inserção internacional dos produtos e serviços gaúchos.	15.061.351	Empresa apoiada	unidade	470
					Feira Apoiada	unidade	20
					Missão realizada	unidade	32
EXTENSÃO PRODUTIVA	Em andamento	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	60.765.000	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	7.000
					Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	20
FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO	Em andamento	SDPI	Articular os agentes do Sistema de Desenvolvimento do Estado e promover a integração dos programas e projetos nas áreas do desenvolvimento econômico.	4.800.000	Evento realizado	unidade	24
INCENTIVO AOS INVESTIMENTOS NO RS	Em andamento	SDPI	Incentivar investimentos em empreendimentos industriais, agroindustriais e em centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, visando o desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentável do Estado e a geração de emprego e renda, por meio dos instrumentos FUNDOPEM, FUNDOPEM-INTEGRAR. Conceder incentivos materiais a empreendedores, através do PROEDI, e implantar a Sala do Investidor para qualificar o atendimento.	2.506.215	Empresa atendida pela Sala do Investidor	unidade	1.547
					Empresa beneficiada com incentivo fiscal	unidade	340
					Instalação de unidade industrial apoiada com FUNDOPEM/PROEDI	unidade	20
					Projeto atendido pela Sala do Investidor implantado	unidade	310
					Sala do Investidor estruturada e mantida	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS SETORIAIS INTEGRADOS	Em andamento	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e instituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	13.230.037	Ação Setorial implantada	unidade	20
					Estudos de prospecção tecnológica elaborados	unidade	4
					Nova Planta Produtiva em setores da Nova Economia atraída e implantada	unidade	4
					Plano de Desenvolvimento Setorial elaborado	unidade	20
					Programa Setorial implementado	unidade	15
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS)	Em andamento	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	50.364.430	Ações setoriais apoiadas	unidade	65
					APL com coordenação capacitada	unidade	20
					Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	1.600
					Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	20
PROSPEÇÃO DE RECURSOS, NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS	Em andamento	AGDI	Prospectar recursos, negócios, tecnologias e investimentos, e difundir as informações relacionadas ao desenvolvimento econômico, por meio da participação e organização de reuniões, eventos, workshops e cursos, no Brasil e exterior.	3.566.000	Atividade realizada	unidade	32

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **PROMOÇÃO E FINANCIAMENTO DA POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL** Política de crédito

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO
OBJETIVO: ATUAR NO ÂMBITO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO APOIO À FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL E DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL, POR MEIO DE FERRAMENTAS DE FINANCIAMENTO TRADICIONAIS A INVESTIMENTOS, DE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DE NOVOS INSTRUMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	600.000	500.000.000	500.600.000	Grau de utilização do limite de 45% do patrimônio de referência - Resolução 2827-BACEN - fomento público	Percentual	65	100
				Grau de utilização dos limites anuais de crédito disponibilizado pelo BNDES ao BADESUL	Percentual	58	100
				Incremento na participação do BADESUL na atração incentivada de novos investimentos no estado	Unidade	45	50
				Incremento no número de projetos aprovados no fomento empresarial	Unidade	2.089	2.298
				Incremento no número de projetos aprovados no fomento público	Unidade	177	197

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À INOVAÇÃO E À TECNOLOGIA	Nova	BADESUL	Promover o aumento da competitividade das empresas gaúchas através do apoio à inovação tecnológica via financiamento e subvenção econômica, objetivando promover o crescimento das empresas através da agregação de valor nos seus produtos e serviços.	0	Financiamento liberado	R\$	40.000.000
FINANCIAMENTO DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL	Em andamento	BADESUL	Disponibilizar recursos para o financiamento da modernização da gestão e da infraestrutura dos municípios gaúchos, com foco na redução das desigualdades regionais e na melhoria da qualidade de vida da população.	0	Financiamento liberado	R\$	283.572.809
FINANCIAMENTO DA MODERNIZAÇÃO DE SETORES TRADICIONAIS	Nova	BADESUL	Financiar a modernização e a qualificação dos setores tradicionais da economia gaúcha, visando à ampliação da sua competitividade – coureiro-calçadista, madeira e móveis, metal-mecânico, vitivinicultura, leite, grãos, carne e pescado, por meio da agregação de tecnologia, de valor e de aumento da competitividade.	0	Financiamento liberado	R\$	795.111.693
FINANCIAMENTO DE OUTROS SETORES	Nova	BADESUL	Financiar projetos importantes para o desenvolvimento do Estado em setores que não figurem nos priorizados e que garantam retorno para o BADESUL.	0	Financiamento liberado	R\$	289.123.386
FINANCIAMENTO DE SETORES PRIORITÁRIOS	Nova	BADESUL	Apoiar, com as ferramentas de financiamento desenvolvidas, o aumento da competitividade e o adensamento empresarial dos setores considerados prioritários pelo Sistema de Desenvolvimento, que são: petróleo e gás natural, agroindústria, automotivo, máquinas e implementos agrícolas, eletroeletrônico, energia eólica e biocombustíveis, com ênfase em bioetanol.	0	Financiamento liberado	R\$	1.191.152.112
PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA EM EMPRESAS GAÚCHAS	Nova	BADESUL	Desenvolver ações visando gerar condições mais competitivas para promover o crescimento de empresas e setores estratégicos do RS, através de mecanismos de participações acionárias.	500.000.000	Participação acionária em empresas realizada	R\$	500.000.000
REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SETORIAIS	Em andamento	BADESUL	Realizar estudos setoriais com o objetivo de apoiar a tomada de decisão, no âmbito do Sistema de Desenvolvimento, com relação às políticas públicas mais adequadas para cada setor priorizado.	600.000	Estudo realizado	unidade	16

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO CURRICULAR (DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO) Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
OBJETIVO: GARANTIR APRENDIZAGENS, COM A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DO CONHECIMENTO DE FORMA INTERDISCIPLINAR, INTERAGINDO COM A REALIDADE LOCAL, RESPEITANDO OS DIFERENTES SABERES, A DIVERSIDADE SÓCIO-CULTURAL E ASSEGURANDO O DIREITO A UM ENSINO DE QUALIDADE SOCIAL COM INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE SÓCIO AMBIENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	195.121.361	274.902.949	470.024.310	Índice de aprovação de alunos no Ensino Fundamental	%	80,8	85
				Índice de aprovação de alunos no Ensino Médio	%	66,1	75
				Índice de implantação do Sistema de Avaliação Institucional Participativa na Rede Estadual	%	0	100
				Percentual de escolas com reconstrução dos regimentos escolares	%	0	100
				Percentual de escolas com reestruturação curricular na Educação Básica	%	0	100
				Percentual de escolas com reconstrução dos projetos político-pedagógicos	%	0	100
				Taxa de aumento progressivo do IDEB no Ensino Médio, em relação à média nacional (2009/2015)	%	3,6	4,4
				Taxa de aumento progressivo do IDEB nos anos finais no Ensino Fundamental, em relação à média nacional (2009/2015)	%	3,8	4,8
				Taxa de aumento progressivo do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em relação à média nacional (2009/2015)	%	4,8	5,5

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA	Nova	SE	Avaliar e valorizar, no fazer pedagógico da escola, ações solidárias, compartilhadas e inovadoras no currículo escolar. A avaliação sistemática e participativa emancipa e valoriza os conhecimentos dos estudantes, com acompanhamento permanente, análise sistemática das ações e dos resultados, na forma de reflexão, discussão, relatórios e ou pareceres. O acompanhamento contempla formas objetivas de expressão do rendimento individual de cada aluno, cada turma e da escola. A implantação do Sistema de Avaliação Institucional Participativa, com dimensões, indicadores e descritores, através da leitura do que ocorre na rede estadual de educação, deve considerar as características, necessidades, o desempenho obtido pelos estudantes e as condições que propiciaram um determinado resultado. É importante, nesse sentido, articular a avaliação institucional com as avaliações em larga escala (externas) e a avaliação dos professores no Plano de Carreira.	41.558.515	Escola da Rede Estadual com Sistema de Avaliação Participativa Institucional implantado/implementado	unidade	2.554
					Estudo comparativo realizado dos resultados das avaliações institucionais e de larga escala para subsidiar tomadas de decisões político-pedagógicas	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO CURRICULAR	Nova	SE	Promover o desenvolvimento de projetos de pesquisa participante e condições para que alunos participem de atividades da escola e que se sintam protagonistas no processo ensino-aprendizagem, envolvendo: a realização de atividades extracurriculares incentivando a participação dos alunos em ações promovidas pela comunidade (saídas de campo, cinema, teatro, passeios pedagógicos, atividades de pesquisa, entre outras); a construção de novas alternativas metodológicas que qualifiquem os atendimentos das turmas multisseriadas; a realização de parcerias, com o objetivo de contemplar as escolas com Projetos de Teatro, Música, cinema e dança nas escolas; a implantação de orquestras com alunos da rede estadual; o desenvolvimento e a ampliação dos programas de leitura, inclusive o Programa Criança do Rio Grande Escrevendo História, em parceria com IEL, Câmara Riograndense do Livro e Instituições afins; o estímulo à aplicação do cardápio da alimentação escolar, associado ao trabalho interdisciplinar com ênfase na importância da boa alimentação; a ampliação e qualificação da participação de escolas nos JERGS buscando articulações com os demais órgãos do Governo e com os municípios incentivando os princípios de solidariedade, cooperação e inclusão.	35.301.528	Aluno participante dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS	unidade	300.000
				Escola articulada com os diferentes	%	100	
				atividades educativas/culturais da comunidade			
				Escola com programas de incentivo à leitura implantado/implementado	unidade	1.000	
QUALIFICAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DO USO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PEDAGÓGICOS	Nova	SE	Potencializar e qualificar os espaços pedagógicos como bibliotecas, laboratórios de ciências, informática, NTEs e o utilizar novas tecnologias da informação e comunicação como ferramenta pedagógica que motive os alunos à construção do conhecimento.	300.700.331	Escola com Biblioteca e acervo bibliográfico qualificado	unidade	2.312
				Escola com biblioteca nova implantada	unidade	242	
				Escola com equipamentos qualificados nos Laboratórios de Ciências	unidade	1.256	
				Escola com Laboratório de Informática qualificado para o trabalho pedagógico	unidade	1.836	
RECONSTRUÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS CONTEMPLANDO AS SUAS TRANSVERSALIDADES E ESPECIFICIDADES	Nova	SE	(Re)construir os Projetos Político Pedagógicos- PPPs e Regimentos Escolares com propostas construídas coletivamente, que superem a hierarquização, fragmentação, defasagem sócio-histórica e cultural atendendo, na interdisciplinaridade, as realidades e necessidades dos alunos em todas as etapas e modalidades de ensino das escolas da cidade e do campo. Construir proposta pedagógica para o Curso Normal, com ênfase na Educação Infantil. Construir proposta pedagógica para EJA, objetivando atender as necessidades dos jovens e adultos. Construir PPPs, com cursos de formação profissional, adequados à realidade dos adolescentes em medida socioeducativa ou semiliberdade e jovens e adultos privados de liberdade. Corrigir fluxos por progressão parcial em turno inverso e progressão da correção da defasagem idade/série. Estudar a história e diversidade étnico-racial, indígena, política da educação ambiental, estudo de libras, diversidade, cultura religiosa, orientação sexual de gênero e direitos humanos, que subsidie os PPPs das escolas com acompanhamento pedagógico. Construir proposta pedagógica e de acompanhamento às escolas garantindo a progressão continuada com aprendizagem no ciclo de alfabetização e letramento. Elaborar PPPs para o Ensino Médio, Técnico e Magistério Indígena.	3.657.753	Escola do campo com novo projeto político-pedagógico e regimento implantado, construído coletivamente, atendendo suas especificidades	unidade	659
				Escola do Ensino Fundamental de 9 anos com organização curricular efetivada que garanta progressão continuada no ciclo de alfabetização e letramento	unidade	2.235	
				Escola do meio urbano com novo projeto político pedagógico e regimento implantado, construído coletivamente, atendendo suas especificidades	unidade	1.895	
				Escola indígena com novo projeto político-pedagógico e regimento implantado atendendo as suas especificidades	unidade	47	

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR	Nova	SE					
			Realizar encontros sistemáticos com todos os segmentos das escolas do campo e da cidade, para uma análise crítico-reflexiva sobre o processo de aprendizagem e as práticas pedagógicas com vistas à qualificação e/ou redefinição do planejamento pedagógico. Reestruturar os currículos, com a participação da comunidade escolar, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, nas escolas estaduais, tendo por parâmetro as metas do Plano Nacional de Educação-PNE/2011-2020, as diretrizes a serem propostas na Conferência Estadual de Educação e as Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação, que darão materialidade ao Plano Estadual (PEE), como produção social histórica na área da Educação do RS. Potencializar a organização curricular interdisciplinar, por área do conhecimento, que assegure a transversalidade, diversidade, especificidades, inclusão e sustentabilidade ambiental. Elaborar Planos de Estudos para alunos deficientes. Realizar a reestruturação curricular com vista à elaboração de uma proposta político-pedagógica interdisciplinar de Ensino Médio, dialogando com o mundo do trabalho, com as novas tecnologias da informação e comunicação.	88.806.183	Escola com Curso Normal com novo projeto político-pedagógico - PPE implantado	unidade	103
					Escola com nova proposta de reestruturação curricular para o Ensino Médio implantada, na zona urbana	unidade	974
					Escola do campo, em todos os níveis e modalidades de ensino, com reestruturação curricular implantada, atendendo suas especificidades/diversidades	unidade	659
					Escola do Ensino Fundamental da zona urbana com reestruturação curricular nos anos finais implantada	unidade	1.729
					Escola do Ensino Fundamental da zona urbana com reestruturação curricular nos anos iniciais implantada	unidade	1.729
					Escola indígena com reestruturação curricular implantada que atenda as suas especificidades	unidade	47
					Escola que oferece Educação de Jovens e Adultos com reestruturação curricular implantada	unidade	1.895
					Material didático-pedagógico produzido para subsidiar o debate sobre a reestruturação dos currículos, dos PPS e regimentos escolares	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA, CRE E SEDUC

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
OBJETIVO: CONSTRUIR POLÍTICAS, MECANISMOS E INSTRUMENTOS QUE GARANTAM UM ESPAÇO PÚBLICO DE DELIBERAÇÃO COLETIVA NA TOMADA DE DECISÕES SOBRE O PROCESSO DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, BUSCANDO O FORTALECIMENTO E A QUALIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	388.256.741	111.652.886	499.909.627	Índice de aplicação de recursos da receita líquida de impostos e transferências na Educação Básica	%	26,6	35
				Índice de participação dos Conselhos Escolares no processo de gestão da escola	%	71	100
				Percentual de Grêmios Estudantis atuantes	%	18	80
				Percentual do PIB per capita estadual aplicado no Ensino Fundamental por aluno/ano	%	10,66	15
				Percentual do PIB per capita estadual aplicado no Ensino Médio por aluno/ano	%	11,66	20

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ARTICULAÇÃO DE AÇÕES TRANSVERSAIS COM UNIVERSIDADES, ÓRGÃOS PÚBLICOS, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	Nova	SE	Estabelecer parcerias com os Conselhos Tutelares, através de um trabalho em rede, visando a proteção das crianças e adolescentes e a qualificação no atendimento ao aluno. Estreitar as relações de cooperação entre as esferas públicas Federal, Estadual e Municipal e Organismos Internacionais, na captação de recursos, articulação de projetos transversais, assessoria técnica e formação de gestores em políticas públicas. Efetivar parcerias com os Municípios para execução conjunta de Programas /Projetos que viabilizem a democratização do acesso e a permanência na Educação Básica. Viabilizar encontros, reuniões, seminários das direções, conselhos escolares, grêmios estudantis para relato de experiências, circulação de idéias, planejamento de ações participativas. Promover ação integrada com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, INCRA e MEC/FNDE, para assegurar a qualidade e a quantidade necessária de alimentação escolar, segundo as especificidades do aluno da Educação Básica.	511	Calendário escolar adequado às necessidades regionais do campo	unidade	4
					Programa firmado com Organismos Nacionais e Internacionais para expansão e qualificação da Educação Básica	unidade	15
					Programa/Projeto firmado com os Municípios na área da Educação, com vistas à implantação do PEE/RS, Sistema Estadual de Ensino e PAR/RS,etc.	unidade	5
					Rede de atendimento de Proteção às Crianças e Adolescentes constituída	unidade	496
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR	Nova	SE	Assessorar na construção coletiva de uma estrutura organizacional mais horizontal, superando a dicotomia entre a equipe diretiva, pedagógica, professores, funcionários, pais e alunos. Incentivar a organização de grêmios estudantis e qualificar através de encontros e reuniões, a atuação dos mesmos, estimulando a participação e o envolvimento do aluno nas atividades da escola. Qualificar os gestores, Conselhos Escolares e Círculo de Pais e Mestres nos aspectos administrativo, pedagógico, financeiro e legal. Construir, de forma dialógica e participativa, o planejamento anual das atividades pedagógicas, administrativas, culturais e esportivas da escola com a comunidade escolar, através da partilha do poder de decisão, acompanhamento da execução, replanejamento e avaliação. Potencializar o Conselho Escolar como órgão máximo da escola e a Direção como membro nato, na coordenação do planejamento, execução e controle social do conjunto das atividades da escola. Incentivar a participação do corpo diretivo em eventos da sociedade civil vinculados à Educação. Elaborar princípios de convivência com a comunidade escolar.	14.537.817	Conselho Escolar constituído com a participação efetiva da comunidade escolar	unidade	2.554
					Conselho Escolar constituído como Unidade Executora	%	80
					Escola com Planejamento Participativo construído	unidade	2.554
					Grêmios Estudantis constituído	unidade	2.043
					Lei do Sistema Articulado de Educação Gaúcha implantada	unidade	1
					Plano Estadual de Educação - PEE implantado	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES NAS DIFERENTES INSTÂNCIAS - SEDUC, CRES E ESCOLAS -, COM A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE GESTÃO EDUCACIONAL	Nova	SE	Definir coletivamente a política de gestão em todas as instâncias do sistema estadual de ensino, estabelecendo funções e fluxos condizentes com estrutura organizacional, dinâmica e humanista. Definir padrões de gestão que atendam à eficiência administrativa com racionalização de custos e qualidade da atividade-fim. Estabelecer, através das Coordenadorias, uma assessoria permanente, em serviço, às escolas, para juntos construírem as alternativas necessárias e inovadoras na área político-pedagógica e administrativa. Alterar a Lei de Eleição de Diretores permitindo apenas uma recondução ao cargo, rever o critério do peso dos votos, vinculado à apresentação de uma proposta político-pedagógica e administrativa. Corrigir os valores e critérios de distribuição das verbas através da autonomia financeira das escolas, regulamentando as Leis nº 10.576/95 e 11.695/01, referentes a obras de manutenção. Construir proposta de prevenção e segurança nas escolas através do Comitê Estadual de Prevenção à Violência, objetivando coibir a prática do "bullying" no ambiente escolar e adjacente à escola, através de ações integradas entre educadores, comunidade escolar, familiares e autoridades públicas, objetivando atender as disposições da Lei 13.474/2010. Estimular ações de implementação do cardápio escolar regionalizado com vistas à prática de hábitos saudáveis, com compra de alimentos através de chamada pública, por CRE, utilizando a agricultura familiar como forma de desenvolvimento econômico e social do campo.	485.371.299	Assessoria/ Reunião (em serviço) realizada pelas 30 Coordenadorias Regionais junto às escolas	unidade	30.000
					Coordenadoria Regional de Educação com o Programa Autonomia Financeira implantado	unidade	30
					Escola atendida com Programas de Autonomia Financeira Pedagógica e de Manutenção	unidade	2.554
					Escola integrante do Programa de Alimentação Escolar, com cardápio regionalizado	unidade	2.517
					Escola integrante do Programa de Prevenção à Violência	unidade	2.554
					Escola, CRE e SEDUC com gestão informatizada	unidade	2.585
					Lei de Gestão Democrática alterada	unidade	1
					Nova estrutura organizacional de Gestão definida participativamente com todas as instâncias da Rede Estadual	unidade	1
					Processo de chamadas públicas centralizadas implantado nas CREs para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar	unidade	120

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA COM SUCESSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
OBJETIVO: VIABILIZAR, A TODOS OS CIDADÃOS, O ACESSO E A PERMANÊNCIA COM SUCESSO A UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE SOCIAL, EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO, PRIORIZANDO A UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	836.472.184	0	836.472.184	Número de matrículas presenciais da Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual	Unidade	70,220	120.000
				Taxa da população alfabetizada de 15 anos ou mais	%	95,47	98
				Taxa de escolarização de crianças de 4 e 5 anos	%	59	100
				Taxa de inclusão de alunos da Educação Especial na Rede Estadual	%	2,8	4
				Taxa de permanência de alunos do Ensino Médio da Rede Estadual	%	87,7	95
				Taxa de permanência no Ensino Fundamental da Rede Estadual	%	98,3	99
				Taxas de escolarização da população de 15 a 17 anos	%	85,64	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ACOMPANHAMENTO DA REALIDADE EDUCACIONAL	Nova	SE	Realizar diagnósticos da demanda e do atendimento escolar, através do Censo Escolar, dos Levantamentos Demográfico e da Situação Física das Escolas (LSE). Acompanhar o movimento e o rendimento escolar, para subsidiar a construção de políticas, na área da Educação, que assegurem o acesso com qualidade e o sucesso escolar, objetivando a conclusão dos níveis de ensino na idade esperada. Desenvolver, em parceria com os Municípios, Conselhos Tutelares, Ministério Público e Comunidade Escolar, a busca ativa da população fora da escola na faixa esperada e promover ações de natureza socioeducativa antidrogas, antiviolença, proibição do trabalho infanto-juvenil e de prevenção à gravidez precoce, fortalecendo os direitos preconizados pelo ECA, pela LDB e pelo PNE.	10.055.082	Diagnóstico educacional e demográfico da população de 0 a 17 anos/RS realizado	unidade	4
					Levantamento e atualização da Situação Escolar - LSE, da Rede Estadual.	unidade	4
					Rede de Atenção à Criança e Adolescente em parceria com entidades locais com funcionamento estimulado, até atingir no mínimo 80% dos Municípios	unidade	90
					Relatório de monitoramento do acesso e permanência de alunos integrantes de famílias beneficiadas com programas de transferência de renda.	unidade	4
					Relatório realizado de alunos do Ensino Fundamental e Médio acompanhados, individualmente, pelas escolas através da FICAI	unidade	4
					Aluno assistido com materiais escolares	unidade	33.000
					Aluno atendido com alimentação escolar na Educação Básica	unidade	1.083.000
ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE SOCIAL E CIDADANIA	Nova	SE	Atender, com qualidade social e cidadania, os alunos da Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos -, nos turnos diurno e noturno, do campo e da cidade. Priorizar a universalização do Ensino Médio e Médio Integrado à Educação Profissional. Implantar e implementar turmas de MOVA, Brasil Alfabetizado, Pró-Jovem Urbano e Rural. Potencializar a expansão da correção de fluxos e de reativação de turmas dos anos iniciais ou finais do Ensino Fundamental em áreas geográficas estratégicas, objetivando o aumento de vagas para alunos excedentes e evitando grandes deslocamentos desses. Construir alternativas político-pedagógicas à multisseriação. Desenvolver projetos político-pedagógicos que garantam as diversidades, as especificidades e necessidades dos alunos da cidade e do campo, com políticas de educação que dialoguem com os movimentos sociais, dos assentados, cooperativados, pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, entre outros.	417.846.902	Aluno com deficiência incluído gradativamente na rede regular de ensino estadual	unidade	14.000
					Aluno mantido na Educação Infantil em escolas de Educação Básica nos assentamentos, em comunidades indígenas e quilombolas	unidade	12.000
					Central de Vagas informatizada implantada em parceria com os municípios	unidade	10
					Escola com Ensino Médio integrado à Educação Profissional	unidade	1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Escola com qualidade monitorada da alimentação escolar escolarizada e municipalizada	unidade	2.554
					Escola do campo reativada para o atendimento das séries iniciais do Ensino Fundamental	unidade	35
					Escola integrante do Programa Escola Aberta para a Cidadania e do Programa Escola Aberta/MEC	unidade	1.780
					Escola integrante do Programa Escola Ativa	unidade	659
					Escola integrante do Programa Mais Educação	unidade	1.700
					Exame ENCCEJA realizado em parceria com o MEC	unidade	4
					Jovem atendido no Pró-Jovem Urbano e Pró-Jovem Rural	unidade	7.000
					Jovem e adulto atendido pelo MOVA/BRALF com a possibilidade de continuidade nos estudos	unidade	10.000
					Número de matrículas presenciais da Educação de Jovens e Adultos	unidade	49.780
					População de 15 a 17 anos com escolarização progressiva	unidade	74.000
					Vaga adquirida em instituições educacionais particulares	unidade	2.600
ATENDIMENTO PROGRESSIVO DA JORNADA DE TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	Em andamento	SE	Ampliar e qualificar a rede de oferta de vagas em tempo integral, a fim de atender, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos alunos do Ensino Fundamental no quadriênio 2012-2015, podendo chegar até 10% (dez por cento) desse universo no período, ficando os recursos necessários sob a responsabilidade do Estado, que poderá complementá-los através de convênio com o Governo Federal. Esta Ação consolida o modelo de Escola de Tempo Integral, visando com isso potencializar ações no campo social, cultural, esportivo e tecnológico em ambientes coletivos diversificados, proporcionando uma experiência educativa que possibilite um desenvolvimento integral, considerando os aspectos cognitivo, motor, social, emocional e cultural.	75.000.000	Aluno atendido no Turno Integral	unidade	15.000
VIABILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	Nova	SE	Garantir o transporte escolar com qualidade aos alunos das escolas estaduais e buscar novas formas de financiamento e apoio aos Municípios para subsidiar o transporte de alunos carentes em locais de difícil acesso às Escolas de Ensino Médio. Revisar os convênios e/ou itinerários nas comunidades escolares, bem como, construir calendários e propostas pedagógicas alternativas, conforme especificidade e necessidade local. Articular as pesquisas de campo a serem elaboradas sobre o custo/aluno transportado, do FNDE/FAMURS/SEDUC, para construção de política de transporte escolar na Rede Estadual de Ensino/RS.	333.570.200	Aluno da rede estadual de ensino transportado	unidade	163.398
					Relatório de monitoramento da qualidade do serviço de transporte escolar prestado pelos municípios realizado	unidade	4
					Relatório do custo/aluno anual dos alunos transportados realizado	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
OBJETIVO: IMPLEMENTAR ESTRUTURAS QUE MELHOREM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO E SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO E IRRIGAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DAS ECONOMIAS DE BASE FAMILIAR, NOS ASSENTAMENTOS E NAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	8.772.578	72.788.934	81.561.512	Agricultores beneficiados com projetos de água e ou irrigação	unidade	0	5.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
IRRIGANDO A AGRICULTURA FAMILIAR	Nova	SDR	Elaborar e implementar projetos para armazenamento e/ou irrigação; perfurar e instalar poços artesanais; qualificar produtores no manejo e usos múltiplos da água e instalar redes de distribuição para poços já existentes.	64.561.012	Agricultor capacitado	unidade	5.000
					Poço artesiano perfurado e instalado	unidade	1.000
					Projeto de armazenamento de água e irrigação implementado	unidade	5.000
					Rede de distribuição instalada	unidade	1.500
					Conjunto de máquinas adquirido	unidade	10
PATRULHA AGRÍCOLA	Nova	SDR	Adquirir e recuperar máquinas para melhoria da infraestrutura rural.	17.000.500	Máquina recuperada	unidade	20

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO RS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA SAÚDE
OBJETIVO: FORTALECER, AMPLIAR E QUALIFICAR A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO RIO GRANDE DO SUL, ARTICULANDO OS DIFERENTES NÍVEIS DE ASSISTÊNCIA A PARTIR DA ATENÇÃO BÁSICA, PROMOVEDO A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE ATRAVÉS DE LINHAS DE CUIDADO E APRIMORANDO O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO, CONSOLIDANDO A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.147.091.547	47.112.413	1.194.203.960	Cobertura de atendimento a crianças de 0 até 6 anos no RS pelo Primeira Infância Melhor (PIM)	%	7,88	10,7
				Cobertura populacional estimada das Equipes de Saúde Bucal da Estratégia de Saúde da Família	%	21,49	56
				Cobertura vacinal com a vacina tetravalente (DTP+Hib) em crianças menores de um ano	%	90,49	95
				Coefficiente de Mortalidade Infantil	/1.000	11,2	9,5
				Índice de alimentação regular da base de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)	%	39,77	100
				Índice de contratualização de Unidades conveniadas ao SUS no Estado	%	94	100
				Média anual da ação coletiva de escovação dental supervisionada	%	2,77	5
				Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas	habitante/ano	1,57	1,8
				Percentual de crianças menores de cinco anos com baixo peso para a idade	%	2,8	2,4
				Proporção da população cadastrada pela Estratégia Saúde da Família	%	33	70
				Proporção de amostras clínicas coletadas para diagnóstico do vírus influenza em relação ao preconizado	%	49,62	80
				Proporção de casos de hepatite B confirmados por sorologia	%	88	90
				Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou + consultas de pré-natal	%	72,77	90
				Razão de exames de CP em mulheres na faixa etária dos 25 a 59 anos	razão	0,18	0,3
				Razão entre mamografias realizadas em mulheres de 50 a 69 anos	razão	0,17	0,3
				Taxa de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	/100.000	0,98	1,5
				Taxa de internação hospitalar por Infecção Respiratória Aguda - IRA	/1.000	36,5	31
				Taxa de internação por fratura de fêmur em pessoas idosas	/10.000	19,76	17,2
				Taxa de transplantes de fígado realizados	/1.000.000	9,72	20,7

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AÇÕES EM VIGILÂNCIA TOXICOLÓGICA	Nova	FEPPS	Prestar assessoria e orientação frente a acidentes tóxicos, através de equipe multidisciplinar de profissionais em regime permanente, na área de emergência médica e de apoio diagnóstico, possibilitando o tratamento precoce, diminuindo sequelas e risco de vida dos usuários.	4.635.000	Agente etiológico/animal e planta identificado	unidade	3.800
					Análise toxicológica realizada	unidade	17.900
					Atendimento tóxico realizado	unidade	320.500

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	Em andamento	SES	Ampliar e qualificar a Política de Assistência Farmacêutica do Estado. Armazenar e distribuir medicamentos nas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) com a implantação de Boas Práticas de Armazenamento, conforme legislação. Realizar diagnóstico da necessidade do estabelecimento de Centros de Referência para suporte às redes de atenção à saúde, na aplicação de medicamentos injetáveis e acompanhamento farmacoterapêutico, de acordo com os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde. Promover a revisão periódica da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais (REME/RS). Cooperar técnica e financeiramente com os municípios para estruturação de serviços farmacêuticos e garantia do acesso aos medicamentos da Farmácia Básica, bem como, na revisão e utilização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME). Mapear experiências municipais no uso de plantas medicinais e fitoterápicos.	487.283.342	Diagnóstico da AFB realizado	unidade	1
					Diagnóstico de necessidade de implantação de centros de referência realizado	unidade	1
					Mapeamento de experiências municipais realizado	unidade	1
					REME revisado	unidade	2
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: ASSISTÊNCIA COMPLEMENTAR	Em andamento	SES	A rede de atenção a pessoa com deficiência é constituída por serviços especializados, descentralizados e organizados por área de deficiência - física, mental, intelectual, visual e auditiva. Os serviços, através de equipe multiprofissional prestam atendimento em reabilitação, com prescrição, concessão e adaptação de órteses, próteses e meios de locomoção. A ação também abrange a triagem auditiva neonatal (teste da orelhinha), o fornecimento de bolsas coletoras para pessoas estomizadas e incontinentes urinários e o serviço de Tratamento Fora de Domicílio (TFD), disponibilizando deslocamento para atendimento em outro estado, quando inexistente serviço na rede SUS/RS.	237.687.809	Coletor urinário e fecal distribuído (estomia)	unidade	6.441.600
					Órtese, prótese e meios auxiliar de locomoção para deficiência física distribuído	unidade	69.238
					Órtese, prótese ocular e meio auxiliar de locomoção para deficiência visual distribuído	unidade	17.952
					Prótese e implante coclear para deficiência auditiva distribuído	unidade	52.952
					Serviço de reabilitação visual habilitado	unidade	2
					Triagem auditiva realizada	%	100
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: CENTROS DE ESPECIALIDADES/REFERÊNCIAS, DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO	Em andamento	SES	Elaboração de diagnóstico para identificação das regiões com carências de serviços de apoio diagnósticos e terapêuticos, por especialidades. Definição de modelo de gestão dos centros de especialidades. Implementação dos centros de especialidades, conforme diagnóstico e perfil epidemiológico das regiões.	3.390.463	Centro de Especialidade Odontológica (CEO) implantado	unidade	72
					Centro de especialidades instalado	unidade	84
					Diagnóstico realizado	unidade	1
					Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) implantado	unidade	90
					Modelo de gestão de centros de especialidades definido	unidade	1
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	Em andamento	SES	Qualificar os serviços de atenção às urgências e emergências, com implantação de unidades fixas -UPAs. Ampliar o número de Bases Municipais do SAMU RS 192. Qualificar o atendimento fixo e móvel pré-hospitalar de urgência e emergência. Definir o modelo de gestão das UPAs.	6.390.463	Base Municipal SAMU-192 implantada	unidade	87
					Unidade de Pronto Atendimento (UPA) implantada	unidade	30
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: REGULAÇÃO DO ACESSO	Em andamento	SES	Ampliar as ações de regulação assistencial, através da regulação do acesso às consultas e exames especializados, cirurgias eletivas, leitos de UTI e leitos por especialidade. Qualificar a Central de Regulação Pré-Hospitalar. Ampliar a atuação da Central de Transplantes buscando o aumento da captação de órgãos e de transplantes.	5.102.046	Consulta e exame regulado	unidade	2.331.534
					Doador efetivo de órgãos captado	unidade	819
					Leito UTI regulado	unidade	600
					Morte encefálica notificada	unidade	2.090
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA: SERVIÇOS PRÓPRIOS	Em andamento	SES	Garantir atendimento ambulatorial e hospitalar na rede própria (Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Sanatório Partenon, Hospital Colônia Itapuã, Ambulatório de Dermatologia Sanitária), através da assistência qualificada e resolutiva.	206.981.758	Atendimento ambulatorial realizado no Hospital Psiquiátrico São Pedro a paciente externo portador de transtorno mental e do comportamento	unidade	16.000
					Consulta médica em DST/Aids realizada	unidade	120.000
					Paciente asilar no Hospital Psiquiátrico São Pedro desinstitucionalizado	unidade	269
					Paciente atendido no Hospital Colônia Itapuã	unidade	4.800
					Paciente atendido no Hospital Sanatório Partenon	unidade	180.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Reforma/ampliação/reequipamento da rede própria realizado	unidade	4
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Em andamento	SES	Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção da Saúde. Integrar as ações de Vigilância em Saúde à Rede Primária, Secundária e Terciária, bem como uniformizar os territórios de ação da Vigilância em Saúde e da ESF, fortalecendo a regionalização. Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana, tendo em vista controlar doenças, surtos, epidemias e calamidades.	106.014.547	Agente de controle de endemias integrado na Equipe de ESF	%	50
					Protocolo em regulação/contratualização da rede com participação da Vigilância em Saúde elaborado	unidade	1
					Rede de Unidades Sentinela de Vigilância Hospitalar implementada	unidade	15
					Serviço de verificação de óbito implantado e implementado	unidade	1
					Território de controle de endemia integrado ao da ESF (município)	unidade	96
ANÁLISES LABORATORIAIS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Nova	FEPPS	Diagnosticar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências de maneira oportuna e garantir a qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância em saúde.	19.850.059	Análise laboratorial em saúde do trabalhador realizada	unidade	5.600
					Análise laboratorial em vigilância ambiental realizada	unidade	800.000
					Análise laboratorial em vigilância epidemiológica realizada	unidade	800.000
					Análise laboratorial em vigilância sanitária realizada	unidade	80.000
					Teste de HIV realizado	unidade	18.000
FORTELECIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA	Em andamento	SES	Ampliar e qualificar a Estratégia de Saúde da Família (ESF), aumentando o número de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), de equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal, atingindo todos os municípios e proporcionando uma maior cobertura populacional. Realizar ações conjuntas em Vigilância em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, trabalhador) e de Promoção da Saúde. Integrar Agentes de Vigilância em Saúde às equipes de ESF, bem como uniformizar os territórios de ação da Vigilância em Saúde e da ESF, fortalecendo a regionalização.	6.780.926	Diagnóstico para implantação de Espaço Saúde nas USF e UBS	unidade	1
					Equipe de Saúde Bucal implantada nos Municípios	unidade	1.772
					Equipe de Saúde da Família implantada nos Municípios	unidade	2.215
					Implantação de Equipes completas de Saúde da Família e Saúde Bucal Indígena realizada	unidade	16
					Implantação do Programa Academias de Saúde realizada	unidade	1
					Município com Estratégia de Saúde da Família implantado	unidade	497
					NASF implantado (contemple especificidades regionais, ênfase em saúde mental)	unidade	260
					Telessaúde implementado	unidade	1
IMPLANTAÇÃO DE LINHAS DE CUIDADO: MÃE-BEBÊ; CRIANÇA; ADOLESCENTE; MULHER; HOMEM; IDOSO; BUCAL; MENTAL; DST/AIDS; PAN; PIM; POPULAÇÕES VULNERÁVEIS	Em andamento	SES	Implantar Linhas de Cuidado a partir das unidades básicas de saúde, as quais têm a responsabilidade da coordenação do cuidado e ordenamento da rede, com garantia de acesso e identificação das portas de entrada da rede de serviços, classificando o critério de risco, e permitindo o acompanhamento do paciente por todos os pontos de atenção através de uma hierarquia de complexidade de serviços e organização das referências e contra-referências regionais, subsidiada por conhecimento científico atualizado, bem como oportunizando espaço para iniciativas inovadoras, observando a humanização, incluindo também ações de planejamento familiar. Promover ações transversais e intersetoriais envolvendo populações vulneráveis (prisional, em áreas de risco de violência, LGBT, negros, indígenas e de pobreza extrema, rural e urbana). Garantir a realização anual de exames mamográficos em todas as mulheres a partir dos 40 (quarenta) anos de idade, conforme determina a lei federal n.º 11.664, de 29 de abril de 2008.	55.910.923	Caderneta do idoso implantada	%	100
					CAPS mantido e implantado	unidade	200
					Equipe de Saúde Prisional implantada	unidade	32
					Família atendida pelo PIM	unidade	87.780
					Família do Programa Bolsa Família (PBF) com perfil saúde acompanhada na Atenção Primária à Saúde (APS)	%	69
					Investigação e análise de óbito de menor de 5 anos de idade realizada	unidade	497
					Leito Canguru para otimizar o leito de UTI neonatal de maternidade regional que realiza 1.000 e mais partos/ano implantado	unidade	60
					Leito de álcool e drogas em hospital geral implantado	unidade	842

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Leito de Saúde Prisional ampliado	unidade	60
					Leito em UTI adulto, pediátrica e neonatal em maternidade regional que realiza 1.000 e mais partos/ano ampliado	unidade	30
					Leito psiquiátrico em hospital geral implantado	unidade	2.015
					Município com ação de rastreamento, diagnóstico precoce e tratamento do câncer de colo do útero implantada	%	68
					Município com ação de rastreamento, diagnóstico precoce e tratamento do câncer de mama implantada	%	68
					Município com investigação de sífilis congênita implantada	unidade	497
					Município com linha de cuidado Saúde da Criança e Rede Cegonha (a partir do nascimento até 2 anos de idade) aderida	unidade	497
					Município com linha de cuidado Saúde do Adolescente implantada	unidade	8
					Município com pré-natal em rede implantado	%	68
					Plano Estadual de Enfrentamento da DST/AIDS implantado e implementado	unidade	1
					População abrangida pelo PPV - RS Mais Igual	unidade	306.600
					Preservativo masculino distribuído	unidade	92.820.000
					Seguimento do egresso de UTI implementado	unidade	7
					Telessaúde implementado	unidade	1
					Teste rápido anti-HIV triagem e diagnóstico realizado	unidade	467.812
					Usuário com avaliação de estado nutricional acompanhado pela Atenção Primária à Saúde (APS)	unidade	756.919
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	Nova	FEPPS	Realizar ações na busca da qualidade e do reconhecimento pelos sistemas de gerenciamento da qualidade, visando a elevação da classificação de nível do IPB-LACEN.	830.000	Acreditação pela ISO/IEC 17025/2005 obtida	%	100
RETORNO À PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PELO LAFERGS	Nova	FEPPS	Produzir medicamentos conforme o elenco definido pelo LAFERGS, com a colaboração da Coordenação Estadual da Política de Assistência Farmacêutica da SES e do MS, após a conclusão das obras e a obtenção da Certificação de Boas Práticas de Fabricação expedida pela ANVISA.	10.022.748	Certificação ISO 9001/2008 obtida	%	100
					Medicamento desenvolvido	unidade	15
					Medicamento distribuído	unidade	300.000.000
					Medicamento produzido	unidade	300.000.000
SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE	Nova	FEPPS	Organizar a Hemorrede Pública Estadual, garantindo a disponibilidade e a qualidade dos serviços a partir da descentralização dos serviços. Implantar o Sistema de Qualidade do Sangue e o Sistema de Gerenciamento de Resíduos em toda a rede. Fomentar a implantação e implementação de programa multidisciplinar de atendimento aos portadores de Hemoglobinopatias e Coagulopatias na Hemorrede Pública do Estado.	43.323.876	Amostra coletada para cadastro de medula	unidade	148.000
					Atendimento na Clínica Hematológica realizado	unidade	21.200
					Hemocomponente distribuído/Leito SUS	unidade	398.300
					Unidade gerenciada	unidade	9

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: GARANTIR POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS QUE ASSEGUREM DIREITOS E CONQUISTAS, FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA QUE VENHAM AO ENCONTRO DA VALORIZAÇÃO DE TODOS OS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL, ARTICULANDO INTERESSES COLETIVOS DE FORMA A APRIMORAR O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, A QUALIDADE DE ENSINO E A GESTÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	398.782.356	0	398.782.356	Percentual de professores nomeados por concurso público em substituição aos contratados	%	78	98
				Professores com curso de Especialização/Mestrado/Doutorado Profissional	unidade	21.120	26,22
				Profissionais da educação participantes de cursos/encontros de formação continuada.	%	35,72	100
				Proporção de professores com formação inicial adequada na sua área de atuação	%	92,5	100
				Proporção de servidores nomeados por concurso público em relação aos contratados	%	83,5	98
				Proporção entre básico salarial da carreira do magistério e o piso nacional dos professores	%	66,64	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO	Nova	SE	Realizar a Conferência Estadual de Educação - COEED/RS, com a participação dos sujeitos sociais ligados direta/indiretamente ao processo educacional - comunidade escolar, entidades representativas dos três poderes, sindicatos, universidades e entidades da sociedade civil -, objetivando apontar diretrizes para elaboração do Plano Estadual de Educação - PEE e da Lei do Sistema Articulado de Educação Gaúcha. Realizar seminários nacional/internacional, e Seminários Estaduais de Alfabetização e Letramento, EJA e Ensino Médio, objetivando a socialização e disseminação de políticas bem sucedidas, troca de experiências, construção e reconstrução do conhecimento, na dimensão da formação permanente dos profissionais em Educação e da comunidade escolar. Oportunizar formação continuada nas áreas do conhecimento visando a qualificação do professor no processo de ensinagem e compreensão de como o aluno aprende, através de encontros e demais eventos de abrangência estadual/regional ou municipal, a todos os atores da comunidade escolar, objetivando estudos, debates, oficinas pedagógicas, etc. Publicar produções de atividades de formação e práticas pedagógicas bem sucedidas.	267.269.882	Material de Temáticas Educacionais produzido e publicado anualmente	unidade	24
					Número de participantes na formação continuada	unidade	210.000
					Participante na Conferência Estadual de Educação -COEED/RS.	unidade	18.000
					Seminário de Formação realizado no âmbito nacional/internacional	unidade	8
					Seminário Estadual realizado(políticas /práticas pedagógicas do E.Médio, EJA, Alfabetização e Letramento, anos finais da E. Fundamental, entre outros)	unidade	16
					Seminário/Encontro de Formação realizado por regiões/municípios	unidade	2.400
					FORMAÇÃO INICIAL - 1ª E 2ª LICENCIATURA	Nova	SE
					Professores beneficiados com curso de Especialização, Mestrado Profissional e Doutorado.	unidade	9.000
					Vaga disponibilizada em IEs para 2ª Licenciatura	unidade	2.400
					Vaga disponibilizada em IEs para cursos de 1ª Licenciatura	unidade	1.500

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

FORMAÇÃO PARA A COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O PROCESSO DA GESTÃO ESCOLAR	Nova	SE	Qualificar o processo de eleição da Direção da Escola e dos Conselhos Escolares através de formação em gestão escolar. Promover formação para Conselhos Escolares, Equipes Diretivas, CPMs e Grêmios Estudantis. Formação dos gestores e comunidade escolar quanto a organização e funcionamento da escola no que se refere ao planejamento participativo, autonomia financeira, construção da proposta político pedagógica e administrativa. Construção da proposta de transformação dos conselhos escolares em unidades executoras e prestação de contas de recursos provenientes da autonomia financeira e de recursos federais.	12.351.213	Participante da comunidade escolar com formação continuada em gestão escolar	unidade	61.296
FORMAÇÃO TECNOLÓGICA	Nova	SE	Oferecer cursos aos profissionais da Educação para utilização das tecnologias da informação e comunicação aliadas ao uso pedagógico do computador e suas ferramentas no processo ensino-aprendizagem. Propiciar apoio logístico. Potencializar e qualificar os NTEs para o atendimento de um maior número de escolas na sua área de abrangência. Capacitar os servidores da SEDUC e das CREs e Escolas na utilização dos recursos tecnológicos rotineiros necessários às suas demandas, no trabalho administrativo e pedagógico na alimentação dos sistemas.	14.351.213	Curso/Encontro realizado para a formação de profissionais de Educação na área tecnológica e de gestão	unidade	62.800
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	Nova	SE	Formular proposta para formação continuada e permanente, para todos os profissionais em Educação, em consonância com as políticas públicas educacionais do Estado e em relação às demandas constituintes da prática docente. Potencializar espaços e tempos para a formação continuada e planejamento coletivo, reunindo escolas locais, através de encontros/cursos regionalizados, dentro da carga horária de trabalho dos profissionais em Educação, com assessoria das CRES, respeitando as peculiaridades, necessidades regionais e o acúmulo pedagógico dos educadores. Fazer parcerias com SMEDs, Universidades Públicas, Comunitárias e Privadas e IFES, para formação continuada nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica, vinculada ao contexto, às dificuldades de aprendizagem, por área de conhecimento e/ou áreas específicas, para atendimento de alunos incluídos, formação de gestores, funcionários de escola ou assessoria na elaboração de projetos pedagógicos. Disponibilizar carga horária para estudos, reuniões de planejamento e formação em serviço, através da implantação de 1/3 de hora atividade previsto no Piso Salarial Nacional.	137	Carga horária semanal, por turno, disponibilizada aos profissionais da Educação para formação continuada e planejamento em serviço	unidade	6,666
				Parceria estabelecida com SMEDs, Universidades e Institutos de Educação para execução das políticas de formação continuada	unidade	120	
				Proposta formulada de formação continuada e permanente aos professores atendendo as políticas públicas educacionais	unidade	1	
POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS	Nova	SE	Suprir de recursos humanos as escolas, a partir do diagnóstico das reais necessidades. Realizar concurso público, por área de conhecimento, para maior qualificação dos processos pedagógico e administrativo da escola e para substituição de professores e funcionários com contratos emergenciais e do PRADEM. Desenvolver política de RH adequada à tipologia e ao projeto político-pedagógico da escola. Oportunizar o máximo de carga horária do professor na mesma escola. Construir políticas de valorização dos profissionais em Educação com a implantação gradativa do piso nacional, data base para negociação e de recuperação salarial. Retomar as promoções, garantindo a manutenção do Plano de Carreira. Reestruturar os critérios e métodos da avaliação por merecimento. Agilizar os procedimentos na publicação e liberação dos contratos e convocações para o ingresso dos profissionais em Educação. Prover RH para os setores pedagógicos, orientação educacional e supervisão, para qualificar o funcionamento da escola e programas educacionais. Desenvolver ações preventivas na área da saúde do profissional em Educação, realizar parcerias com a Secretaria da Saúde nas especialidades de Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia e qualificar as demais.	200	CRE com programa de prevenção à saúde dos profissionais da Educação implantado em parceria com a Secretaria da Saúde	unidade	30
				Piso Nacional implementado gradativamente no Plano de Carreira do Magistério Estadual	%	100	
				Professor com nomeação efetivada	unidade	20.000	
				Promoção do Plano de Carreira do Magistério implementada	unidade	8	
			Servidor com nomeação efetivada	unidade	3.212		

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: FORMULAR E IMPLEMENTAR A POLÍTICA PÚBLICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, FOMENTANDO SUA EXPANSÃO E GARANTINDO A QUALIFICAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADORAS QUE ASSEGUREM AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL OFERTADAS PELO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	91.261.123	102.290.533	193.551.656	Cursos promovidos em consonância com APLs	curso	0	100
				Número de escolas participantes das Mostras das Escolas de Educação Profissional - MEPS	Escola	103	151
				Taxa de escolas com projetos estudados e atendidos	%	10	100
				Vagas ofertadas na Educação Profissional e Tecnológica	Aluno matriculado	30.200	45.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
IMPLANTAÇÃO GRADATIVA DE INSTITUTOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Nova	SE	Implantar gradativamente Institutos Estaduais de Educação Profissional, bem como Escolas Técnicas Agrícolas que atuem como irradiadores do conhecimento tecnológico e profissional em parceria com o Governo Federal, apoiando a oferta de educação profissional desenvolvida em cada uma das escolas das CREs.	17.934.694	Instituto Estadual de Educação Profissional implantado	unidade	30
AMPLIAÇÃO DE VAGAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Nova	SE	Ampliar a oferta de vagas para Educação Profissional nas modalidades e cursos mantidos pela Rede Estadual.	12.862.632	Vaga ampliada	unidade	20.000
AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS E INFRAESTRUTURA	Em andamento	FETLSVC	Ampliar e conservar os espaços físicos e infraestrutura para atender a implantação de novos cursos, novas modalidades, além do atendimento de qualidade aos alunos matriculados.	3.912.252	Obra realizada na Fundação Liberato	m2	2.500
					Projeto/reforma/adaptação realizada em prédios na Fundação Liberato	m2	900
AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA OFERTA DE VAGAS	Em andamento	FETLSVC	Instalar novos cursos e novas modalidades de funcionamento, além de atender aos alunos matriculados, desenvolvendo os currículos plenos dos cursos técnicos em funcionamento na instituição.	1.897.635	Aluno matriculado	unidade	3.800
					Nova vaga criada	unidade	300
					Novo curso - nova modalidade implantada	unidade	4
AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS, DO MOBILIÁRIO E DOS EQUIPAMENTOS	Em andamento	SE	Ampliar, qualificar e adequar os espaços físicos das Escolas de Educação Profissional com a realização de obras e reformas e atendimento às necessidades de mobiliário e equipamentos.	85.677.649	Escola com espaços físicos ampliados/reformados/qualificados	unidade	151
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM EP COM APLICAÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA	Nova	SE	Ampliar o número de professores com capacitação em projetos. Ofertar capacitação para gestores em Educação Profissional: capacitar usuários dos Sistemas relacionados à área administrativo/financeira em Sistemas próprios dessa área. Ofertar Cursos de formação pedagógica através de parcerias com instituições das redes municipais, estaduais, federais e Sistemas, potencializando parcerias para habilitação de profissionais da área técnica em docência. Adotar medidas adequadas de educação ambiental e realizar articulações com entidades representativas de grupos e movimentos sociais com a finalidade de promover a inclusão e o respeito à diversidade cultural e étnica. Apoiar projetos específicos de formação inicial e continuada de trabalhadores de acordo com a tipologia da Escola.	10.059.045	Ação/Projeto/Programa das Escolas executado com as temáticas de Educação Ambiental, Inclusão Social e Diversidade	unidade	40
					Curso de Formação Inicial e Continuado (FIC) oferecido para trabalhadores em Educação	unidade	20
					Gestor capacitado	unidade	302
					Seminário/Palestra/Oficina realizado para formação dos profissionais e trabalhadores em Educação Profissional	unidade	40
CONSTRUÇÃO DE QUADRO DE PESSOAL ESPECÍFICO PARA A EP	Nova	SE	Suprir carência de Recursos Humanos especializados para atender especificidades da Educação Profissional por meio de criação de Quadro específico e realização de concurso para professores e servidores nas diferentes áreas de conhecimento.	46	Concurso realizado	unidade	1
					Quadro de pessoal construído	unidade	1
CRIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS CURSOS ÀS NECES. LOCAIS E REGIONAIS, DE ACORDO COM OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, COM ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS DA E. P.	Nova	SE	Acompanhar a trajetória do egresso da Educação Profissional, através de cadastro mantido pela Escola, por meio de um banco de dados, retratando sua inserção e manutenção no mundo do trabalho, como forma de avaliar a atualidade e adequação dos cursos oferecidos. Ofertar cursos técnicos articulados com as necessidades locais e regionais. Estabelecer parcerias com os setores de produção, obtendo incentivos financeiros para o desenvolvimento da pesquisa em Educação Profissional.	8.194.309	Banco de Dados implantado com trajetória dos egressos em E.P. por Curso/ Escola /CRE	unidade	151
					Curso Técnico articulado com necessidades locais - APLs, cadeias produtivas	unidade	40

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INSERÇÃO COMUNITÁRIA DE FOMENTO À PESQUISA E DE MARKETING INSTITUCIONAL	Em andamento	FETLSVC	Desenvolver projetos institucionais que intensifiquem a inserção e as relações comunitárias, como Incubadora Tecnológica e outros, divulgar as ações institucionais e realizar as Mostras Internacionais de Ciência e Tecnologia – MOSTRATEC (27ª, 28ª, 29ª e 30ª) e os Seminários Internacionais de Educação Tecnológica –SIET (19ª, 20ª, 21ª e 22ª).	526.500	Divulgação Institucional dos Cursos	unidade	10
					Técnicos realizada		
					Empresa incubada	unidade	9
					MOSTRATEC e SIET realizado	unidade	8
					Projeto de inserção comunitária desenvolvido	unidade	60
IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Nova	SE	Implantar o Currículo Integrado de forma progressiva na rede de Educação Profissional, reduzindo a fragmentação curricular e contemplando a formação humana integral. Desenvolver a ação, em um primeiro momento, através da realização de reuniões por CREs para debate da proposta e, em um segundo momento, realizando reuniões com as escolas para esse debate.	6.550.643	Currículo integrado implantado	unidade	146
INSERÇÃO INSTITUCIONAL NO CICLO DE CRESCIMENTO REGIONAL	Nova	FETLSVC	Ampliar convênios e parcerias estratégicas públicas e privadas para captação de recursos externos e busca da sustentabilidade institucional, atuar ativamente na criação, implantação e desenvolvimento do Centro de Inovação e Tecnologia – CIT regional e ampliar a atuação da Fundação Liberato junto aos municípios de sua abrangência.	120.000	Atuação da Fundação Liberato desenvolvida na região	unidade	4
					Convênio e parceria estratégica implantada	unidade	30
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	Nova	FETLSVC	Implantar sistema de informatização da gestão acadêmica e de recursos humanos, atualizar o Planejamento Estratégico da Instituição, capacitar professores e pessoal de apoio, para garantir a modernização da gestão.	565.000	Revisão do Planejamento Estratégico realizada	unidade	1
					Servidor capacitado	unidade	200
					Sistema informatizado da Gestão Acadêmica e de RH implantado	unidade	2
MODERNIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS DE APOIO, EQUIPAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS E DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	Nova	FETLSVC	Montar novos laboratórios e oficinas, modernizar os equipamentos dos laboratórios e oficinas, modernizar os materiais e equipamentos didáticos de apoio e ampliar e conservar o acervo bibliográfico.	4.461.571	Laboratório e oficina implantado	unidade	8
					Laboratório e oficina modernizado	unidade	50
					Material e equipamento de apoio modernizado	unidade	200
					Título bibliográfico adquirido	unidade	200
PROMOÇÃO E INCENTIVO DA PESQUISA NAS ESCOLAS COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	Nova	SE	Promover e incentivar a pesquisa nas Escolas de Educação Profissional, por meio da aplicação de investimentos na realização de mostras regionais, feiras e demonstrações técnicas, fomentando a participação das Escolas em ações de inovação tecnológica (MEP e FECITEP), estabelecendo parcerias com Instituições locais, Municipais, Estaduais e Federais.	7.916.699	Feira/Mostra/Demonstração Técnica realizada	unidade	40
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA EP: MANUTENÇÃO E REVISÃO DE BASE DE CÁLCULO DA AUTONOMIA FINANC.	Nova	SE	Realizar serviços de manutenção de Unidades Educativas de Produção, limpeza especializada de Laboratórios, água e energia elétrica, vigilância e de alimentação no internato. Garantir a manutenção e assegurar ações de apoio na gestão das Escolas. Divulgar os trabalhos estratégicos da SUEPRO e das Escolas com Educação Profissional em cumprimento ao Art.149 da Constituição Estadual.	8.452.776	Ação da SUEPRO divulgada	unidade	8
					Serviço de manutenção e apoio na gestão das Escolas realizado	unidade	160
QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS E IMPLANTAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DE LABORATÓRIOS	Nova	SE	Realizar aquisições, modernizar e incentivar a conservação de equipamentos e acervo bibliográfico das escolas com Educação Profissional. Implantar e implementar laboratórios considerando as modalidades de cursos existentes em Educação Profissional.	18.676.044	Escola com espaços pedagógicos implantados/qualificados e/ou com laboratórios implantados/implementados	unidade	80
REALIZAÇÃO DE PARCEIRAS PARA A REVITALIZAÇÃO DAS ESCOLAS E INCENTIVO AO COOPERATIVISMO	Nova	SE	Desenvolver projetos e firmar parcerias para as Escolas atualizarem seus espaços pedagógicos. Estimular o estudo e a prática do cooperativismo como ferramenta de gestão nas Escolas com Educação Profissional incorporando o Cooperativismo nas políticas públicas para a Educação no Estado.	5.744.161	Currículo com tema do Cooperativismo implantado	unidade	40
					Escola revitalizada através de parcerias	unidade	40

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA E VIABILIZAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA Finalístico
DAS ESCOLAS ESTADUAIS
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
OBJETIVO: GARANTIR A TODAS AS ESCOLAS UM AMBIENTE QUALIFICADO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES, QUANTO À INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA, VISANDO UM ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE SOCIAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	332.731.377	770.558.431	1.103.289.808	Escolas reconstruídas.	Unidade	0	40
				Índice de escolas reformadas	%	0	60
				Número de escolas Ampliadas/reconstruídas/qualificação dos espaços	%	0	30
				Número de escolas novas construídas	Unidade	0	8
				Número escolas com espaços/salas qualificadas através da aquisição de equipamentos pedagógicos e administrativos	%	0	59

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO/RECONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	Em andamento	SE	Projetar um novo padrão arquitetônico de escola, a partir da revisão das diretrizes, permitindo espaços de acessibilidade e que atendam aos novos paradigmas político-pedagógico-culturais e socioambientais, bem como fabricação de módulos de salas emergenciais. Readequar a infraestrutura física existente de acordo com os conceitos de sustentabilidade ambiental. Reconstruir e reformar escolas com estruturas precárias. Ampliar escolas para a democratização do acesso e qualificação pedagógica. Construir escolas novas para atendimento das demandas existentes. Construir e qualificar os espaços esportivos e áreas cobertas para qualificar áreas de lazer, lúdicas e culturais nas escolas. Construir/qualificar auditórios e salas de multiuso, para atividades culturais e pedagógicas. Revitalizar e equipar os espaços culturais das escolas. Qualificar ambientes administrativos e pedagógicos já existentes para que garantam o acesso às tecnologias assistivas e comunicação alternativa. Construir muros e cercamentos para segurança da comunidade escolar. Adequar fisicamente as escolas à acessibilidade plena e ao Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI). Construir ou reativar/qualificar escolas no campo de acordo com a realidade.	620.831.816	Escola adaptada à acessibilidade	unidade	200
					Escola ampliada	unidade	80
					Escola com projeto de Prevenção e Combate ao Incêndio implantado	unidade	180
					Escola nova construída - indígena, campo e outras	unidade	8
					Escola reconstruída	unidade	40
					Escola reformada	unidade	1.530
					Espaço esportivo e/ou quadra poliesportiva construída/qualificada	unidade	410
					Ginásio construído	unidade	30
					Muro e cercamento de prédios escolares contruído	unidade	100
					Projeto Arquitetônico padrão para as escolas formulado	unidade	1
					Sala Emergencial - módulo móvel implantado	unidade	120
					EQUIPAMENTOS BÁSICOS E DE QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA	Nova	SE
Escola com projetos formulados de monitoramento e tecnologias de sustentabilidade ambiental	unidade	1.500					
Veículo e maquinário adquirido	unidade	66					

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	Nova	SE	Adquirir e qualificar equipamentos audiovisuais, de informática e lousa interativa (salas multimídia), e softwares pedagógicos para a qualificação das condições do trabalho pedagógico da comunidade escolar. Implantar projeto-piloto para aquisição e uso pedagógico de um computador por aluno e professor. Qualificar e manter os sistemas de som, filmagem e vídeo para os eventos em espaços institucionais. Adquirir e manter equipamentos de informática e implementar e unificar softwares da administração escolar, CREs e SEDUC. Implementar a digitalização dos procedimentos e processos administrativos.	470.140.360	Equipamento de cultura digital e tecnologia da informação adquirido/qualificado	unidade	600.000
					Equipamento locado	unidade	3.000
					Equipamentos multimídia.	unidade	15.500
					Mobiliário Básico para as escolas.	unidade	4
					Software de administração da rede e de trabalho pedagógico desenvolvido/implantado	unidade	35

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA:	REDE ESCOLA DE GOVERNO: QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES SOCIAIS E REVITALIZAÇÃO DA FDRH	Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS	
OBJETIVO:	VIABILIZAR A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES SOCIAIS E PROMOVER AÇÕES FORMATIVAS QUE DESENVOLVAM COMPETÊNCIAS PARA O CONTEXTO DA COPA DO MUNDO DE 2014. RECONSTITUIR E MODERNIZAR A FDRH, REMODELAR A GESTÃO DOS ESTÁGIOS E CONCURSOS PÚBLICOS.	

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	112.805.923	26.827.004	139.632.927	Aumento da capacidade de atendimento na realização de concursos públicos	Percentual	100	154
				Aumento na capacidade de contratação de Termos de Compromisso de Estágios	Percentual	100	150
				Servidores e Agentes Sociais formados pela Rede Escola de Governo	Unidade	0	34.400

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
FOMENTO À PESQUISA NAS TRÊS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DA ESCOLA DE GOVERNO	Nova	FDRH	Fomentar a pesquisa sobre a Pedagogia e a Gestão Pública e Democracia, Estado e Sociedade Civil e Desenvolvimento Sustentável, Tecnologia, Inovação e Pesquisa. Produzir e editar materiais com vistas à elaboração de referenciais teórico-práticos nas três áreas de concentração forjadas no bojo da Escola de Governo levando em conta, sobretudo, os programas decorrentes da rede de parcerias. Divulgar e disseminar informações sobre as políticas públicas viabilizadas através dos programas da Escola de Governo, com a utilização de todos os tipos de mídia, de forma a aumentar a visibilidade.	3.500.000	Livro/Caderno/Revista publicado Pesquisa realizada	unidade unidade	42 140
IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DA COPA	Nova	FDRH	Formar gestores públicos e agentes sociais. Multiplicar a metodologia para outras áreas envolvidas com a Copa do Mundo. Planejar e executar as ações que permitam a otimização dos efeitos do evento Copa do Mundo. Apropriar ferramentas desenvolvidas para a melhoria da gestão com ênfase no planejamento, no gerenciamento dos projetos e na capacidade de avaliação de retorno. Deixar um legado, em termos de benfeitorias à população, em razão das políticas públicas voltadas à melhoria da gestão.	3.100.000	Ação educativa da Escola da Copa Implantada	unidade	44
IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EAD	Nova	FDRH	Implantar plataforma EAD com o objetivo de ofertar formação continuada aos servidores públicos e agentes sociais, a distância ou semi-presencial, através da formulação de cursos de extensão ou de especialização, ou ainda, a partir de parcerias com ações educativas em EAD já disponíveis.	5.500.000	Plataforma EAD implantada	unidade	1
IMPLANTAÇÃO DA REDE ESCOLA DE GOVERNO	Nova	FDRH	Implantar a Rede Escola de Governo a partir da constituição de uma rede de parcerias, através da execução de convênios e contratos com as Instituições de Ensino Superior, organizações não-governamentais e órgãos internacionais, articuladora dos saberes presentes no Estado do RS, assentadas nos pressupostos da pedagogia da gestão pública, objetivando a formação continuada dos servidores públicos e agentes sociais.	95.901.429	Ação educativa da Rede Escola de Governo implantada	unidade	270
MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO NOVO PLANO DE EMPREGOS, FUNÇÕES E SALÁRIOS	Nova	FDRH	Disponibilizar, através de manutenção e aquisição, equipamentos, veículos e prédio, bem como investir em Tecnologia da Informação, com ênfase em Sistemas Gerenciais, tornando os controles e o ordenamento administrativo e financeiro mais seguros, eficientes e transparentes. Apoiar administrativamente as diversas atividades das áreas-fins, concentrando recursos e meios para atingir os seus objetivos. Revitalizar os acervos bibliográficos e audiovisuais da FDRH. Reavaliar os métodos e os fluxos organizacionais. Produzir e editar materiais para divulgação e disseminação de informações sobre as políticas públicas viabilizadas através dos programas da FDRH, com a utilização de todos os tipos de mídia, de forma a aumentar a visibilidade, resgatando assim a imagem da Instituição. Aprovar o Plano de Empregos, Funções e Salários.	13.751.498	Modernização da estrutura planejada Plano de Empregos, Funções e Salários implantado	unidade unidade	1 1

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

REMODELAGEM DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS	Nova	FDRH	Assegurar maior controle, autonomia, segurança e qualidade no atendimento às novas demandas por concursos públicos, para o que faz-se necessário formular novas diretrizes que definam critérios técnicos e pedagógicos. Impõe-se a necessidade de analisar, redesenhar e documentar os processos, fluxos e atividades de trabalho, adquirir materiais e equipamentos, atualizar e criar sistemas gerenciais e de informação e recompor o quadro funcional.	10.380.000	Processo de execução dos Concursos Públicos remodelado	unidade	1
UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO ESTÁGIO PROFISSIONAL	Nova	FDRH	Garantir acesso universal ao estágio, através da promoção de políticas de ação afirmativa. Possibilitar aos estudantes a primeira inserção no mercado de trabalho, e proporcionar aos estagiários a participação em redes de facilidades e conveniências. Desenvolver competências internas que viabilizem maior efetividade no atendimento, na confecção dos contratos, termos de cooperação e maior capacidade de gestão com sistemas adequados.	7.500.000	Acesso ao Estágio Profissional universalizado	unidade	15.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA E INSERÇÃO EM NOVAS MÍDIAS DIGITAIS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL
OBJETIVO: IMPLEMENTAR, ATRAVÉS DE UMA NOVA ESTRUTURA TECNOLÓGICA E DE PROGRAMAÇÃO, A INSERÇÃO DA TVE E DA RÁDIO FM CULTURA NO NOVO CONTEXTO DIGITAL DE COMUNICAÇÃO. MELHORAR, SIGNIFICATIVAMENTE, OS PROCESSOS DE GRAVAÇÃO, EDIÇÃO, TRÁFEGO, ARQUIVO E TRANSMISSÃO DE SINAIS DIGITAIS NA EMISSORA, TANTO NA INFORMÁTICA CORPORATIVA QUANTO NA APLICADA AOS SINAIS DE ÁUDIO. QUALIFICAR O SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, HOJE BASTANTE DEFASADO, EM RAZÃO DAS TECNOLOGIAS QUE SE TORNARAM OBSOLETAS NOS ÚLTIMOS ANOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.821.348	4.035.530	5.856.878	Ampliação da cobertura da Rádio FM Cultura	Unidade	0	24
				Ampliação de cobertura da TV	Unidade	0	66
				Estabelecimento de parcerias com órgãos federais	Unidade	0	40
				Estabelecimento de parcerias com prefeituras	Unidade	0	324

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA TVE E RÁDIO FM CULTURA	Nova	FCP-RTV	Contribuir para democratizar a comunicação e ampliar o acesso à informação são compromissos firmados na Gestão da Fundação Cultural Piratini - TVE-RS e Rádio FM Cultura. Nesse aspecto, devemos criar ferramentas que ampliem horizontes e proporcionem programações para que cada vez mais gaúchos e gaúchas se utilizem dessas emissoras como plataformas geradoras de mais conteúdo e informação. Por isso, é imprescindível construirmos metas para a interiorização do sinal da FM Cultura, a formação de rede de emissoras, prevendo geração, captação, e troca de conteúdo de programação e de jornalismo com emissoras AM e FM do interior do Estado. A Rádio FM Cultura é uma emissora pública do Estado, que ocupa um canal educativo classe E, cuja potência de 5kw cobre a região metropolitana de Porto Alegre, sem chegar ao interior do Estado. É importante levarmos o sinal até as diferentes regiões.	791.600	Rede ampliada da FM Cultura	unidade	24
					Repetidora instalada da TVE	unidade	26
ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS	Nova	FCP-RTV	Estabelecer parcerias com o objetivo de viabilizar a reestruturação tecnológica e a produção artística e cultural do RS. Essas são fundamentais para a implementação da digitalização do acervo histórico da TVE e da FM Cultura, como forma de preservação da memória e disponibilização à comunidade gaúcha.	619.675	Parceria realizada com órgãos do Governo Federal	unidade	40
					Parceria realizada com prefeituras	unidade	324
REESTRUTURAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DA TVE E RÁDIO FM CULTURA	Nova	FCP-RTV	Reestruturar a programação dos veículos da FCP, afirmando a vocação de produção artística e cultural do RS e contribuindo para a qualificação da comunicação praticada no Estado. A programação dará visibilidade e abrirá espaço para a diversidade, a regionalização e a produção independente. Ainda, os programas atuais serão qualificados nos formatos, pautas e critérios artísticos e os novos programas atenderão setores culturais e sociais ausentes da comunicação tradicional. Será atendido o critério da convergência digital entre os tradicionais e as novas mídias. Na TVE, as metas são a passagem das atuais 3.5 horas para 7 horas de produção local, própria ou independente, e a renovação artística dos cenários e vinhetas. A Rádio FM Cultura se insere neste conceito. A emissora busca aumentar sua programação atual de 5 horas ao vivo, para 13 horas por dia, contribuindo para democratizar a informação.	1.024.495	Carga horária da produção local da Rádio FM Cultura aumentada	h	18.720
					Carga horária da produção local da TVE aumentada	h	10.080

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

REESTRUTURAÇÃO DO PARQUE TÉCNICO DA TVE E RÁDIO FM CULTURA	Nova	FCP-RTV	Reestruturar o parque técnico da TVE e da Rádio FM Cultura, através da aquisição e instalação de equipamentos, considerando que, nos últimos anos os investimentos foram praticamente nulos. Atualmente, a estrutura técnica está obsoleta e apresenta elevado desgaste, em função do tempo de uso e falta de manutenção preventiva e corretiva adequada. A migração para o sistema Digital na TVE é urgente, visto que, em 2016, o sistema analógico será desativado no Brasil. Em 2013, a rede de retransmissoras deverá iniciar o processo de digitalização. A ampliação do canal digital demandará uma completa reformulação do parque técnico da TVE, ou seja, desde a forma de captação até a antena de transmissão do sistema digital. Cabe mencionar que todas emissoras do Estado já estão em adiantada fase de reformulação para o sistema digital, sendo a TVE a única que ainda não iniciou o processo de digitalização.	3.421.108	Equipamento adquirido	unidade	120
					Equipamento instalado	unidade	120

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: REFORMA AGRÁRIA, ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
OBJETIVO: ASSENTAR, REGULARIZAR, QUALIFICAR A INFRAESTRUTURA BÁSICA E PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS, BEM COMO VIABILIZAR PROJETOS DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, VISANDO O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O BEM-ESTAR E O RESPEITO À IDENTIDADE CULTURAL DE GRUPOS QUE POSSUEM A TERRA COMO SEU MEIO PRINCIPAL DE VIDA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	45.035.989	135.119.968	180.155.957	Áreas quilombolas reconhecidas no RS	Unidade	84	175
				Áreas quilombolas tituladas no RS	Unidade	3	17
				Famílias quilombolas em áreas reconhecidas	Famílias	3.807	8.000
				Produção agrícola nos assentamentos de reforma agrária	Tonelada/ano	96.000	124.800
				Regularização fundiária - percentual de propriedades legalizadas	Percentual	0	30

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO AO RECONHECIMENTO, À DEMARCAÇÃO, À REGULARIZAÇÃO E À TITULAÇÃO DE ÁREAS QUILOMBOLAS E INDÍGENAS	Nova	SDR	Instaurar processos de titulação de áreas quilombolas; realizar laudos antropológicos; adquirir pequenas áreas emergenciais para garantir a sustentação das famílias.	253.750	Comunidade quilombola beneficiada	unidade	35
					Processo de titulação de área quilombola instaurado	unidade	35
ASSENTAMENTO DE SEM-TERRA, REASSENTAMENTO E INDENIZAÇÃO DOS AGRICULTORES DESALOJADOS DE ÁREAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E ÁREAS ATINGIDAS POR BARRAGENS	Nova	SDR	Assentar famílias acampadas; criar um programa de obtenção de terras em parceria com o INCRA; regulariza áreas dos agricultores atingidos por barragens e reassentam famílias desalojadas não-indenizadas.	42.933.500	Família assentada ou reassentada	unidade	2.000
FORTELECIMENTO ETNOSUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES INDÍGENAS	Nova	SDR	Realizar o diagnóstico socioambiental de áreas indígenas; elaborar planos de desenvolvimento etnosustentável e projetos integrados para áreas indígenas; formar agentes de desenvolvimento local e ação social.	6.460.000	Agente de desenvolvimento local e ação social de áreas indígenas formado	unidade	400
					Plano de desenvolvimento sustentável para área indígena elaborado	unidade	91
					Projeto integrado para viabilização dos planos de desenvolvimento etnosustentável para áreas indígenas executado	unidade	91
FORTELECIMENTO SOCIOECONÔMICO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS	Nova	SDR	Elaborar diagnóstico socioeconômico das comunidades quilombolas e plano de fortalecimento ao associativismo; apoiar financeiramente empreendimentos coletivos para geração de renda; capacitar famílias envolvidas; formar agentes de desenvolvimento local e ação social.	6.460.000	Agente de desenvolvimento local e ação social das comunidades quilombolas formado	unidade	540
					Associação de quilombolas legalizada	unidade	86
					Família quilombola capacitada	unidade	240
					Polo regional de turismo quilombola consolidado	unidade	2
					Projeto coletivo para geração de renda em comunidade quilombola elaborado	unidade	120
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS	Nova	SDR	Qualificar a infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos, através de: distribuição de equipamentos para trabalho no campo, correção do solo por meio de aplicação de calcário, construção e recuperação de silos e outras estruturas de armazenagem, execução de obras em estradas e pontes, qualificação e capacitação das equipes técnicas e dos assentados.	117.971.707	Assentado e técnico capacitado	unidade	13.304
					Correção do solo por meio da aplicação de calcário realizada	ha	4.200
					Equipamento de trabalho entregue ao beneficiário	unidade	60
					Estrada e ponte recuperada	km	2.500
					Estrutura de armazenagem construída	unidade	8
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Nova	SDR	Trabalhar para a legalização das propriedades através da regularização fundiária de agricultores que não possuem concessão de uso e titulações das áreas onde estão produzindo, assim como a emissão de titularidade das comunidades quilombolas.	6.077.000	Título de propriedade emitido	unidade	5.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

OBJETIVO: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADEQUADOS, ASSIM ENTENDIDOS AQUELES QUE SATISFAZEM AS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE, CONTINUIDADE, EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, ATUALIDADE, GENERALIDADE, CORTESIA NA SUA PRESTAÇÃO E MODICIDADE NAS SUAS TARIFAS; GARANTIR A HARMONIA ENTRE OS INTERESSES DOS USUÁRIOS, CONCESSIONÁRIOS, PERMISSONÁRIOS E AUTORIZATÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS; ZELAR PELO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	11.336.278	2.320.000	13.656.278

ACÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS PARA REGULAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS	Em andamento	AGERGS	Executar, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, convênio com a ANEEL para a fiscalização dos serviços delegados de energia elétrica de competência da União; executar convênio com o Ministério das Cidades para apoio às atividades de regulação na área de saneamento básico.	3.651.453	Fiscalização (relatório e termo de notificação) realizada	unidade	160
FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Em andamento	AGERGS	Assegurar a plena transparência das ações e decisões da AGERGS, através de diversos mecanismos: publicação anual de relatório, que deve incluir a avaliação dos indicadores de qualidade, o resultado de pesquisa de opinião pública sobre a sua prestação e o demonstrativo de origem e aplicação de seus recursos, divulgados através de audiência pública, cujo teor e resultados serão também publicados e remetidos à Assembléia Legislativa; disponibilização de sistema de Ouvidoria Pública, bem como manutenção de cadastro de usuários voluntários, que podem opinar, sugerir e reclamar quanto à prestação dos serviços públicos delegados; realização de audiências e Consultas públicas, bem como incentivo à formação de conselhos de consumidores, contribuindo também para a participação social no processo regulatório.	2.130.941	Audiência Pública realizada Usuário voluntário cadastrado	unidade unidade	158 5.000
MONITORAMENTO DA MODICIDADE TARIFÁRIA, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E JUSTA REMUNERAÇÃO	Em andamento	AGERGS	A Lei Estadual nº 10.931/97, que criou a AGERGS, ao definir dentre os objetivos da Agência o de assegurar a modicidade tarifária, contida no conceito de serviços públicos adequados, e o de zelar pelo equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos, estabeleceu os fundamentos da ação regulatória em seus aspectos econômico e financeiro. A ação deve ser alcançada mediante estratégias que contemplem o estudo, desenvolvimento e aprimoramento da estrutura de custos dos serviços públicos prestados, estabelecimento de padrões de referência, incentivo à excelência da gestão e investimentos dos concessionários, por meio de ferramentas regulatórias, desenvolvimento de padrões contábeis e rotinas de informação e redução da assimetria de informações entre delegatários, usuários e poder público, incluindo a implantação gradativa de banco de dados com informações econômico-financeiras.	4.194.942	Revisão ou reajuste tarifário realizado Vistoria/auditoria realizada	unidade unidade	40 60
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	Em andamento	AGERGS	De acordo com a Lei nº 10.931/97, toda concessão ou permissão de serviços públicos pressupõe a sua prestação, assegurando o pleno atendimento das necessidades dos usuários, de acordo com o conceito de serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A regulação da qualidade dos serviços com a elaboração e acompanhamento de indicadores e realização de pesquisas de opinião pública constitui-se, portanto, num dos pilares da ação do Estado para o cumprimento do que determina a lei a fim de garantir a promoção do interesse público e a melhoria da qualidade de vida da população, de acordo com a Lei nº 11.075/98. A ação inclui a implantação gradativa de banco de dados com informações de padrões de qualidade dos setores sob regulação da AGERGS.	3.678.942	Pesquisa setorial de opinião sobre qualidade dos serviços realizada Vistoria regulatória realizada	unidade unidade	32 60

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
OBJETIVO: VIABILIZAR O EXERCÍCIO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO ESTADO, DE SUAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E OUTRAS ENTIDADES REPRESENTADAS, PRESTAR CONSULTORIA JURÍDICA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA E INDIRETA, BEM COMO ZELAR PELA CONSTITUCIONALIDADE DOS ATOS DE GOVERNO E PELA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INERENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ALÉM DO EXERCÍCIO DAS DEMAIS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E NA LEI COMPLEMENTAR Nº 11.742, DE 17/1/2002.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	100.845.394	35.260.339	136.105.733	Número de procuradores e servidores treinados/quadro total	Unidade	0	1.000
				Total de peças jurídicas/número de Procuradores	Unidade	6.753	8.982

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	Nova	PGE	Garantir a continuidade da defesa estatal em juízo. Indispensável ação instrumental de reaparelhamento e reorganização da PGE em cumprimento à nova forma informatizada de elaboração, tramitação, comunicação e transmissão do processo judicial e de seus atos, imposta pela Lei Federal nº 11.419/06. Igual aplicação da informatização ao processo administrativo, para dar maior eficiência e celeridade.	10.830.000	Petição transmitida eletronicamente Processo administrativo eletrônico instaurado	unidade unidade	65.000 3.400
MANUTENÇÃO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E DA CONSULTORIA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	Nova	PGE	Realizar o desempenho ordinário das atividades de consultoria e de representação judicial, no âmbito da Capital e do Interior, nas 18 Procuradorias Regionais, e na Capital Federal, perante a Procuradoria junto aos Tribunais Superiores.	123.875.733	Parecer e/ou informação aprovada Petição produzida	unidade unidade	2.625 3.055.000
MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	Nova	PGE	Promover a qualificação técnica dos integrantes de seus quadros funcionais, a melhoria operacional e a infraestrutura necessárias ao efetivo e regular desempenho das atividades de consultoria jurídica e de representação judicial da administração pública estadual, desempenhadas pela PGE, por meio dos seguintes órgãos de direção, execução e de apoio: Gabinete, Conselho Superior, Corregedoria-Geral, Procuradorias com funções especializadas (06), de coordenação e integração (01), de pesquisa e documentação (01), de execução regional (18), de execução junto aos Tribunais Superiores (01) e órgão central de apoio administrativo (01). Edificar nova sede para a PGE em Porto Alegre, que concentre em lugar único a atuação de seus órgãos e atenda as particularidades relacionadas à atuação judicial, viabilizando melhores condições de trabalho e de atendimento à Administração Pública e ao cidadão.	1.200.000	Câmara de Conciliação Administrativa instituída Infraestrutura modernizada e qualificada Pessoa treinada Sede própria construída em Porto Alegre Treinamento realizado	unidade % unidade % unidade	3 100 1.000 100 24
PUBLICIDADE DE ORIENTAÇÃO PARA A PREVENÇÃO E COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS E PAGAMENTO DOS TRIBUTOS EM COBRANÇA JUDICIAL	Nova	PGE	Divulgar nos meios de comunicação social, nos termos do art. 149, § 7º, da Constituição Estadual, as atividades desenvolvidas pela Procuradoria-Geral do Estado, com caráter institucional, educacional, informativo e de orientação social, de modo a estreitar as relações com a sociedade gaúcha, estimulando a participação democrática cidadã na arrecadação dos tributos estaduais em fase de cobrança judicial e na resolução administrativa amigável de controvérsias, visando à redução das demandas judiciais.	200.000	Matéria veiculada	unidade	48

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO, ATRAVÉS DE AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO, APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS, EM PARCERIA COM MUNICÍPIOS E TERCEIRO SETOR.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	17.229.145	1.380.000	18.609.145	Projetos sociais desenvolvidos	Projetos aprovados	250	1.160

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A PROJETOS SOCIAIS	Em andamento	STDS	Apoiar técnica e financeiramente projetos sociais visando o Desenvolvimento Social do Estado.	1.260.000	Projeto apoiado	unidade	20
ATENDIMENTO À COMUNIDADE NO CENTRO HUMANÍSTICO VIDA E PARQUE DE RECREAÇÃO DO TRABALHADOR	Em andamento	FGTAS	Atender, preferencialmente, pessoas dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social; desenvolver atividades que promovam a dignidade da pessoa com vistas à convivência com famílias, idosos, adultos, adolescentes e crianças, voltadas para a saúde, educação, cultura, meio ambiente, recreação, lazer, esporte e trabalho, na perspectiva de garantir o acesso aos direitos sociais básicos.	3.000.000	Atendimento realizado	unidade	600.000
CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS	Nova	FGTAS	Viabilizar ações que contribuam para a capacitação de lideranças e estimulem a descoberta de potencialidades e talentos nas comunidades, contribuindo para a erradicação da pobreza extrema e apoiando o desenvolvimento local sustentável.	697.714	Liderança capacitada	unidade	13.200
CASAS DA SOLIDARIEDADE	Nova	STDS	Criar casas para hospedagem temporária, disponibilizadas a pacientes do SUS em tratamento fora de seu domicílio, com direito a acompanhante, quando prescrito pelo médico.	3.100.000	Casa da Solidariedade implantada e implementada	unidade	10
ESTÍMULO AO CRESCIMENTO, QUALIFICAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR	Em andamento	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	280.000	Encontro regional realizado Projeto apoiado pela Rede Parceria Social	unidade unidade	36 1.160
IMPLANTAÇÃO DO PORTAL TRANSPARÊNCIA SOCIAL	Nova	STDS	Consolidar os Sistemas: Cadastro de Entidades Sociais; Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social; Rede Parceria e CADUNICO - Cadastro Único Federal.	220.000	Portal implantado e implementado	unidade	1
MANUTENÇÃO DO PROGAMA SOLIDARIEDADE - A NOTA É MINHA	Em andamento	STDS	Repassar recursos e prestar apoio técnico a entidades sociais habilitadas no Programa Solidariedade, conforme previsto na Lei 12.022, de 17 de dezembro de 2003.	5.091.431	Entidade social beneficiada	unidade	500
MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO CENTRO INFANTO JUVENIL ZONA SUL - VILA CRUZEIRO	Em andamento	STDS	Monitorar as metas contratualizadas no Termo de Parceria - Fundação Pensamento Digital, para atendimento a 200 crianças e adolescentes no turno inverso a escola, com apoio pedagógico, atividades recreativas, preparação e capacitação profissional, por meio de repasse de recursos financeiros.	4.000.000	Criança e adolescente atendido	unidade	200
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DA LEI DA SOLIDARIEDADE - REDE PARCERIA SOCIAL	Em andamento	STDS	Realizar pesquisa quali-quantitativa dos projetos apoiados pela Lei da Solidariedade e aprimoramento do índice de efetividade dos projetos sociais.	400.000	Pesquisa de avaliação realizada Seminário de divulgação do resultado da pesquisa realizado	unidade unidade	4 4
QUALIFICAÇÃO DO TERCEIRO SETOR - BOLSAS INTERNACIONAIS	Em andamento	STDS	Promover a qualificação técnica dos atores sociais, através de intercâmbios internacionais e da seleção de projetos, definidos por editais e apoiar participação em missões e seminários internacionais, visando a qualificação e aprimoramento do Terceiro Setor Gaúcho.	560.000	Seminário realizado Apoio à participação em seminários e missões internacionais prestado Projeto selecionado	unidade unidade unidade	8 4 40

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: RS COPA 2014 Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER
OBJETIVO: REALIZAR A COPA DO MUNDO FIFA 2014 E A COPA DA CONFEDERAÇÕES DE 2013 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO COM OS SETORES DE GOVERNO, OS ATORES SOCIAIS E A SOCIEDADE ORGANIZADA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	15.656.234	3.400.000	19.056.234	Realização da Copa das Confederações FIFA 2013	%	0	100
				Realização da Copa do Mundo FIFA 2014	%	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E VOLUNTARIADO	Nova	SEL	Qualificar, capacitar e certificar os serviços, públicos e privados, do voluntariado para a Copa, visando a hospitalidade dos turistas e da sociedade.	5.928.117	Pessoa capacitada	unidade	15.000
CONGRESSOS, SEMINÁRIOS, OFICINAS DE TRABALHOS, PAINÉIS E INTERCÂMBIOS ESTADUAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS	Em andamento	SEL	Realizar eventos visando a preparação do Estado para a realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.	1.000.000	Evento realizado	unidade	100
ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS PARA A COPA	Nova	SEL	Implementar todas as estruturas temporárias demandadas pela FIFA e pelo Comitê Organizador Local, inclusive as estruturas com altas demandas tecnológicas de conforto e conectividade, sendo necessária a coordenação de projeto, montagem e instalação, bem como a desmontagem ao término dos eventos.	2.400.000	Estrutura temporária concluída	%	100
GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS PROJETOS RELACIONADOS À REALIZAÇÃO DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES 2013 E DA COPA DO MUNDO FIFA 2014	Em andamento	SEL	Gerenciar, executar e acompanhar os projetos e obras relacionados à realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014	400.000	Projeto gerenciado	unidade	60
PLANO DE COMUNICAÇÃO RS COPA 2014	Em andamento	SEL	Criar, autorizar e executar materiais publicitários para seminários, eventos e reuniões do Comitê Gestor. Elaborar materiais de divulgação impresso e eletrônico para as Câmaras Temáticas. Orientar e gerenciar a comunicação de todas as informações do projeto Copa 2014 no âmbito do Governo do Estado, construindo transversalidade com todas as secretarias fins, praticando a transparência dos gastos e investimentos públicos, mantendo informados a sociedade e órgãos de controle.	5.928.117	Plano de comunicação executado	%	100
SUPORTE DE TIC AO PROGRAMA RS COPA 2014	Em andamento	PROCERGS	Prover suporte de TIC ao Programa RS Copa 2014 do Governo do RS, incluindo a Sala Central de Monitoramento, Data Center, Rede e serviços públicos eletrônicos para o cidadão.	3.400.000	Serviço público implantado	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: RS TECNÓPOLE Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E A INOVAÇÃO ATRAVÉS DA ARTICULAÇÃO DE ATORES DAS UNIVERSIDADES, DOS SETORES PRODUTIVOS E DO PODER PÚBLICO, EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO, VISANDO FOMENTAR A CULTURA DA INOVAÇÃO E DO EMPREENDEDORISMO, OPORTUNIZAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IMPULSIONAR OS HABITATS DE INOVAÇÃO E CONSTITUIR UMA REDE ESTADUAL DE PARQUES CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS, RESPEITANDO AS CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E, COM ISSO, ESTIMULANDO OS SETORES ESTRATÉGICOS E VALORIZANDO O POTENCIAL HUMANO EXISTENTE NO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	86.258.257	271.246.229	357.504.486	Empreendedores encaminhados para busca de fomento	Unidade	6	126
				Empresas contempladas pelo programa pró-inovação	Unidade	3	15
				Empresas gaúchas cadastradas no Cadastro Local de Fornecedores da Petrobras	Unidade	57	137
				Incremento na quantidade de empregos diretos gerados pelos parques tecnológicos consolidados	Unidade	7.000	14.000
				Incremento no orçamento previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o programa Parques Tecnológicos	Valor	10.000.000	28.561.000
				Municípios atendidos por banda larga	Unidade	3	27
				Novos projetos atendidos pelo programa de Polos de Inovação Tecnológica via edital e processo de participação cidadã	Unidade	23	143
				Operações realizadas pelo centro de competitividade para indústria naval e oceânica	Porcentagem	0	100

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO À INCLUSÃO DIGITAL	Nova	SCIT	Apoiar programas que promovam a inclusão digital através da articulação com municípios e instituições do Estado no intuito de prover acesso à Banda Larga, bem como ações nas áreas de saúde e educação que contribuam para a Inclusão Digital de setores e regiões menos favorecidas do Estado.	63.831.123	Município atendido por banda larga	unidade	24
APOIO À INOVAÇÃO	Nova	SCIT	Incentivar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores através do Pró-Inovação, de um programa de incentivo fiscal a empresas no âmbito da Lei de Inovação, que contribui para a formação de setores de pesquisa e desenvolvimento nas empresas.	63.731.122	Empreendedor encaminhado para busca de fomento	unidade	120
					Empresa contemplada pelo programa pró-inovação	unidade	12
APOIO AOS CENTROS TECNOLÓGICOS DE EXCELÊNCIA EM INOVAÇÃO	Nova	SCIT	Incentivar a criação e apoiar os Centros Tecnológicos de Excelência em Inovação, composto por grupos de pesquisa e laboratórios de reconhecida produção focados nas respectivas áreas. Os Centros deverão desenvolver projetos inovadores cooperativos voltados preferencialmente para as áreas estratégicas de Petróleo, Gás, Indústria Naval, Energias Limpas e Fitofármacos que estejam em consonância com o Programa RS Tecnópole. Os Centros de Excelência poderão se localizar nos Institutos de Pesquisas ou Instituições de Ensino e Pesquisa (IEPs).	63.831.122	Empresa gaúcha cadastrada no Cadastro Local de Fornecedores da Petrobras	unidade	80
					Operação realizada pelo centro de competitividade para indústria naval e oceânica	unidade	40
APOIO AOS PARQUES E POLOS TECNOLÓGICOS	Em andamento	SCIT	Apoiar e coordenar a integração entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo em nível regional, por meio dos Polos de Inovação Tecnológica nas regiões dos COREDES e, no âmbito do Estado, pela implementação do Programa Gaúcho de Parques Científicos Tecnológicos - PGTEC, estimulando a criação e a atração de novas empresas nacionais e internacionais de base tecnológica, no sentido de complementar a cadeia produtiva regional de acordo com o Programa RS Tecnópole.	166.111.119	Incremento na quantidade de emprego diretos gerado pelos parques tecnológicos consolidados	%	30
					Novo projeto atendido pelo programa de Polos de Inovação Tecnológica via edital e processo de participação cidadã	unidade	120
					Recurso externos captado para os parques tecnológicos através de edital	%	30

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, ABASTECIMENTO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO MEIO RURAL

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
OBJETIVO: ESTIMULAR A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, ATRAVÉS DO APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DAS ECONOMIAS DE BASE FAMILIAR E COOPERATIVA, DO APOIO ÀS COMPRAS INSTITUCIONAIS E DA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) DA AGRICULTURA FAMILIAR, DA REGIONALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO E DA INCLUSÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIAS QUE VIVEM EM EXTREMA POBREZA NO MEIO RURAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	33.924.945	43.409.940	77.334.885	Famílias em situação de pobreza com inclusão produtiva	Unidade	0	8.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL	Em andamento	CEASA	Organizar o abastecimento de hortifrutigranjeiros do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através da oferta de um centro de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.	16.685.620	Alimento comercializado no Complexo CEASA/RS	t	520.000
				Alimento distribuído pelo programa assistencial 'Banco de Alimentos'	t	12.000	
				Usuário beneficiado pelo Complexo da CEASA/RS	unidade	16.000	
APOIO À AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) DA AGRICULTURA FAMILIAR.	Nova	SDR	Apoiar a viabilização da compra da produção de produtos da agricultura familiar para doação a entidades assistenciais ou para formação de estoques.	253.750	Família beneficiada	unidade	4.000
APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DAS ECONOMIAS DE BASE FAMILIAR E COOPERATIVA	Nova	SDR	Apoiar feiras e constituir pontos de comercialização dos produtos da agricultura familiar.	35.008.650	Feira apoiada	unidade	24
					Ponto de comercialização viabilizado	unidade	110
APOIO ÀS COMPRAS INSTITUCIONAIS DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Nova	SDR	Adquirir produtos da agricultura familiar para abastecimento dos órgãos do Executivo Estadual.	253.750	Produto adquirido da agricultura familiar pelo Executivo Estadual	%	100
INCLUSÃO PRODUTIVA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA EXTREMA	Nova	SDR	Combater a pobreza extrema no meio rural do RS, através da inclusão produtiva de agricultores familiares, comunidades quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e assentados da reforma agrária.	4.253.750	Família incluída	unidade	12.000
REGIONALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO	Nova	SDR	Constituir espaços regionalizados de abastecimento e comercialização de produtos da agricultura familiar em municípios ou regiões de maior concentração populacional.	20.879.365	Espaços de abastecimento e comercialização constituídos.	unidade	12

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O SETOR PÚBLICO DO RS

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA
OBJETIVO: PROVER SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO E APROXIMAR GOVERNO E CIDADÃO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	164.147.000	37.900.000	202.047.000	Evolução de transações realizadas	unidade	1.137.000.000	1.350.000.000
				Evolução do quadro de colaboradores	unidade	1.030	1.225
				Grau de satisfação do usuário Governo	percentual	78	82
				Ocorrências de atendimento resolvidas no primeiro atendimento	percentual	84,9	86,2
				Transações com tempo de resposta <= que 5 segundos	percentual	99,3	99,3

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA (INS)	Em andamento	PROCERGS	Qualificar a infraestrutura física compatível com as necessidades da empresa, através de reformas, atualizações e/ou substituições de instalações e sistemas elétricos contra incêndios, hidrossanitárias, prediais e de condicionamento de ar.	4.000.000	Infraestrutura física realizada	%	70
DATA CENTER - AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO	Em andamento	PROCERGS	Adquirir equipamentos de segurança para armazenamento de dados em pequeno e médio porte para aumentar a capacidade da infraestrutura de backups e armazenamento de dados.	6.400.000	Capacidade de armazenamento medida	terabyte	3.500
DATA CENTER - EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO (ECP)	Em andamento	PROCERGS	Expandir a capacidade, atualizar o software e realizar investimentos em contingência no equipamento central, tendo como resultado o aumento do volume de processamento disponibilizado aos clientes PROCERGS.	7.700.000	Capacidade de processamento medida	mips	2.696
DATA CENTER - QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE DE SERVIDORES (PAS)	Em andamento	PROCERGS	Qualificar/ampliar a rede de servidores, através da aquisição de novos equipamentos, resultando em uma maior qualificação, principalmente na incorporação de novas tecnologias, como virtualização e utilização de servidores blades.	8.000.000	Servidor adquirido	unidade	1.673
MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE RS (RRS)	Em andamento	PROCERGS	Incorporar novas tecnologias à Rede RS com a finalidade de expandir, consolidar e qualificar a sua infraestrutura.	11.800.000	Rede RS atualizada	%	70
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TIC PARA O SETOR PÚBLICO (TIC)	Em andamento	PROCERGS	Prestar serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o setor público do Estado do RS	164.147.000	Transação realizada	unidade	1.350

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Serviços ao Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA FAZENDA

OBJETIVO: PROVER O ESTADO DE RECURSOS ECONÔMICO-FINANCEIROS SUFICIENTES PARA O ATENDIMENTO DE SUA FUNÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTISTA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	158.548.500	104.831.561	263.380.061	Crescimento da arrecadação	%	1	1,577
				Relação da dívida consolidada sobre o PIB estadual	%	19	17

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA INTERAÇÃO DA SEFAZ COM A SOCIEDADE E COM OS ÓRGÃOS PÚBLICOS	Em andamento	SEFAZ	Implantar nova metodologia de mensuração de satisfação do atendimento no SEFAZ.	7.337.359	Metodologia implantada	%	100
APERFEIÇOAMENTO E INOVAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA, BUSCANDO A EXCELÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	Nova	SEFAZ	Melhorar a percepção do público interno sobre mudanças realizadas pela Secretaria na busca da excelência na gestão da SEFAZ.	133.607.814	Percepção de excelência na gestão fazendária avaliada	%	65
IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA E DE MELHORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS	Nova	SEFAZ	Realizar atividades de capacitação e desenvolvimento dos servidores da SEFAZ.	8.596.739	Média de horas de treinamento por servidor obtida	h	25
OTIMIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS, COM JUSTIÇA FISCAL, CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	Nova	SEFAZ	Melhorar o desempenho das receitas e das despesas públicas, garantindo a correta e transparente aplicação dos recursos, com vistas à produção da justiça fiscal e o crescimento econômico e social do Estado.	113.838.149	Acesso ao Portal de Transparência do Governo do Estado realizado	unidade	250.000
					Crescimento da arrecadação com ICMS, IPVA e ITCD, tendo por base o ano de 2010 observado	%	57,701
					Estruturação da contabilidade de custos nos órgãos estaduais realizada	unidade	33

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
OBJETIVO: PROVER E MANTER INFRAESTRUTURA MULTIMODAL, INTERMODAL E LOGÍSTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	671.409.470	2.587.052.185	3.258.461.655	Crescimento da Movimentação de Contêineres em TEUS	%	3,11	20
				Crescimento da Movimentação de Mercadorias Movimentadas no Porto Organizado do Rio Grande	%	15,9	60
				Crescimento de Movimentação de Carga	%	4.558.811	40
				Movimento de Aeronave	Número de pouso e decolagem	19.944	24.242
				Número de Passageiros Transportados	Passageiro	231.852	281.817
				Quilômetro Conservado de Rodovias	Km	0	50.516
				Quilômetro Construído de Rodovias	Km	7.493	8.574
				Quilômetro Restaurado de Rodovias	Km	0	8.574
				VDM (Volume Diário Médio)	Veículos	54.000.000	61.000.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através de duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação da terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade. a Ação compreende a execução de todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, custos referentes ao meio ambiente, terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, fiscalização/supervisão de obras.	492.014.255	Rodovia duplicada	km	100
APROFUNDAMENTO E MANUTENÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO AO COMPLEXO PORTUÁRIO DA GRANDE PORTO ALEGRE	Nova	SPH	Aprofundar e manter os canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre, de 17 para 19 pés, ligando ao Porto do Rio Grande, permitindo a entrada de navios de maior capacidade. Manter a continuidade dos canais. Realizar dragagem de manutenção e regularização dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí, objetivando normalizar as condições de navegabilidade da hidrovia, permitindo a navegação com segurança das embarcações que demandam os Portos interiores e Terminais especializados localizados na Bacia Sudeste - insumos e manufaturados, produzidos e consumidos pela economia gaúcha.	109.578.784	Canal aprofundado Canal mantido	m3 m3	20.000.000 4.000.000
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	Em andamento	DAER	Conservar e manter, periodicamente, as rodovias estaduais, pavimentadas ou não pavimentadas, compreendendo: conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada (manual ou mecânica), terraplenagem, sinalização horizontal e vertical, drenagem, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio e melhoramentos de trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, bem como serviços de supervisão/fiscalização relativos a obras.	273.094.232	Rodovia conservada e mantida	km	50.516
CONSTRUÇÃO DE ACESSOS MUNICIPAIS COM INTEGRAÇÃO À MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	Em andamento	DAER	Aumentar a extensão da rede rodoviária existente, possibilitando a integração das comunidades à malha rodoviária estadual, beneficiando mais usuários. A Ação envolve todos os serviços referentes a construção: terraplenagem, pavimentação a base de revestimento poliédrico, asfáltico, paralelepípedico e outros, obras complementares, desapropriações, serviços de meio ambiente e supervisão/fiscalização.	824.323.401	Extensão de Acesso construída	km	855

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	Em andamento	DAER	Executar todos os serviços destinados a expandir a extensão do sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, beneficiando o maior numero de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras de arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente e fiscalização/supervisão.	200.000.000	Extensão de Rodovia construída	km	180
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS E LICENCIAMENTOS DE OBRAS DE DRAGAGEM E MANUTENÇÃO DAS HIDROVIAS	Nova	SPH	Elaborar estudos e projetos de impacto ambiental dos Portos e Hidrovias, e licenciamento ambiental das obras de dragagem de manutenção das hidrovias - Lagoa dos Patos, Guaíba, Jacuí, Gravataí, Sinos e Cai. Contratar estudos de viabilidade econômica para o Porto de São Leopoldo e aumentar o calado nos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre.	1.875.000	Estudo Técnico elaborado	unidade	1
					Estudo Técnico elaborado - Porto de São Leopoldo	unidade	1
					Projeto aprovado e licenciado	unidade	9
EXPANSÃO DE ÁREA PORTUÁRIA	Nova	SUPRG	Criar novas áreas para atividade portuária, atendendo às necessidades do crescimento da movimentação de cargas e organização da atividade pesqueira.	15.670.583	Área Portuária retomada	unidade	1
					Projeto Porto Ponta Mangueira desenvolvido	unidade	1
					Terminal para atividade pesqueira criado	unidade	1
					Licença de Operação assegurada no Porto Organizado do Rio Grande	unidade	4
GESTÃO AMBIENTAL	Em andamento	SUPRG	Gerenciar as operações de acordo com as exigências da legislação ambiental, implementando as ações através da implantação de Planos de Prevenção de Resíduos Ambientais - PPRA, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, qualidade da água, sedimentos, bento e teste ecotoxicológicos e monitoramento da fauna.	8.000.000	Licença de Operação assegurada no Porto Organizado do Rio Grande	unidade	4
GESTÃO DO ACESSO AQUAVIÁRIO	Em andamento	SUPRG	Manter os canais de acesso e bacias de evolução aprofundados, modernizados e sinalizados para maior segurança e eficiência na trafegabilidade.	104.562.000	Canal de Acesso e Bacia de Evolução aprofundado e retificado	m3	12.000.000
					Canal de Acesso e Bacia de Evolução modernizado, sinalizado e com aprofundamento mantido	m3	24.000.000
					Canal sinalizado e controlado	unidade	1
					Documento arquivado digitalmente	unidade	40.000
GESTÃO ORGANIZACIONAL DO DAER	Em andamento	DAER	Otimizar as práticas de gestão através da implementação de processos de planejamento, desenvolvimento e aprimoramento do modelo de gestão do Departamento, aperfeiçoando as práticas de gestão de tecnologia da informação, de pessoas, de processos e de conhecimento e inovação, bem como modernizando a infraestrutura das Unidades Organizacionais.	16.990.185	Estação de Trabalho modernizada	unidade	800
					Instalação predial aprimorada	unidade	20
					Mobiliário renovado	unidade	800
					Processo melhorado	unidade	20
					Rede atualizada/Equipamento renovado	unidade	20
					Servidor com participação em Congresso/Seminário/Encontro /Feira	unidade	120
					Servidor formado gerencialmente	unidade	250
					Servidor qualificado tecnicamente	unidade	870
IMPLANTAÇÃO DO ISPS-CODE	Nova	SPH	Adequação do Porto de Pelotas aos padrões de Segurança Internacional (ISPS-CODE) para tráfego internacional de cargas.	2.100.000	Sistema implantado	%	100
MANUTENÇÃO DOS AEROPORTOS	Nova	SEINFRA	Manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços.	136.774.554	Aeroporto mantido	unidade	10
MODERNIZAÇÃO DOS AEROPORTOS DO ESTADO	Nova	SEINFRA	Contratar projetos para aeroportos regionais ou internacionais novos ou existentes e consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros, para a realização no Rio Grande do Sul de grandes eventos como a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.	169.173.215	Aeroporto construído	%	100
					Aeroporto modernizado	unidade	4
MODERNIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NO PORTO DO RIO GRANDE	Em andamento	SUPRG	Modernizar a infra-estrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande.	62.749.780			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Infraestrutura de Acostagem Modernizada.	m	1.425
					Instalações Recuperadas, Adaptadas e Revitalizadas.	%	100
					Pontos de Atracação e Fundeio no Interior do Porto Novo.	unidade	5
OPERAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL	Em andamento	DAER	Executar ações de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade nos serviços de transporte de passageiros, estações rodoviárias, no transporte de cargas nas rodovias estaduais e administrar os pedágios.	258.804.129	Autuação de veículo monitorada por equipamentos eletrônicos	unidade	830.000
					Contrato de Concessão gerenciado	unidade	2
					Contrato gerenciado na Faixa de Domínio	unidade	84
					Passageiro transportado pelo Sistema Coletivo Intermunicipal	unidade	326.000.000
					Veículo fiscalizado com Excesso de Peso e Cargas de Produtos Perigosos	unidade	84.000
					Veículo fiscalizado pelo Sistema Especial de Transporte Coletivo Intermunicipal	unidade	71.000
					Veículo monitorado por Agente de Autoridade de Trânsito - BPRV	unidade	1.200.000
					Veículo passante nas Praças de Pedágios sob Administração Direta do DAER	unidade	21.200.000
PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DO RS	Em andamento	DAER	Elaborar o Plano Diretor Rodoviário a partir do gerenciamento e do planejamento da malha rodoviária estadual; introduzir a malha rodoviária do Estado nas novas tecnologias de geoprocessamento, bem como, dispor de um preciso e atualizado instrumento de gestão; obter o diagnóstico da malha rodoviária, executando o levantamento da rede pavimentada e não pavimentada, incluindo o cadastro, tráfego, condição do pavimento, acidentalidade e vistoria de obras de arte especiais; cadastrar e monitorar os pontos de instabilidade de encostas; desenvolver e implantar metodologias e especificações dos serviços do DAER através de aperfeiçoamento e gestão; conhecer, agrupar e analisar os dados socioeconômicos relacionados com a população, renda, frota de veículos, agricultura, indústria e serviços, bem como, valores de insumos e serviços utilizados nas obras rodoviárias; elaborar estudos e projetos de engenharia e estudos para licenciamento ambiental; adquirir bens e serviços para desenvolvimento e suporte das atividades técnicas de engenharia.	72.900.000	Equipamento e Serviço adquirido	unidade	15
					Estudo e Projeto Rodoviário desenvolvido na área do Pólo Naval	unidade	2
					Estudo e Projeto Rodoviário e Ambiental concluído	unidade	1.100
					Instrução e Especificação de Serviços aprovada	unidade	50
					Mapa Rodoviário Interativo implantado	%	100
					Pesquisa concluída	unidade	5
					Plano Diretor Rodoviário implantado	%	100
					Programa de Monitoramento de Encostas implantado	%	100
					Sistema de Gerenciamento da Malha Rodoviária implantado	%	100
					Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais implantado	unidade	100
REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE IMPLANTAÇÃO DE NOVOS AEROPORTOS	Nova	SEINFRA	Contratar consultoria para estudos de demanda, de localização de sítios aeroportuários e de impacto ambiental.	463.677	Estudo elaborado	unidade	2
REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL	Nova	SPH	Ampliar as atividades de carga e descarga de manufaturados e insumos consumidos e/ou produzidos pela economia do Estado, através da construção de 600 metros de instalações de acostagem no Porto de Porto Alegre e de duas novas plataformas, inferior e superior, de acostagem, medindo 30x70 metros cada, para conclusão do projeto elaborado pelo batalhão ferroviário no Porto de Cachoeira do Sul. Adquirir 3 guindastes elétricos para o Porto de Porto Alegre, 25 conjuntos de defensas e construir/ampliar linhas férreas para guindastes para os Portos de Porto Alegre e Pelotas, além de modernizar o parque de embarcações da SPH, através de novas aquisições e recuperação das embarcações. Concluir as obras de implantação do novo plano inclinado do Estaleiro Naval de Triunfo, destinado à manutenção preventiva e corretiva das embarcações e construir uma nova sede para a SPH, dentro da área portuária de aproximadamente 1.300m ² no Cais Navegantes.	31.484.067	Cais construído - Cachoeira do Sul	m3	4.200
					Cais construído - Porto Alegre	m	600
					Capacidade operacional ampliada	t	1.700.000
					Embarcação adquirida	unidade	1
					Embarcação recuperada	unidade	10
					Plano Inclinado de Triunfo concluído	%	100
					Sede da SPH construída	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTOS	Em andamento	DAER	Restaurar rodovias pavimentadas, incluindo obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e serviços complementares, bem como recuperar obras de arte correntes e especiais, serviços de meio ambiente e supervisão/fiscalização.	459.903.793 Rodovia restaurada	km	2.580
SINALIZAÇÃO NÁUTICA DAS HIDROVIAS	Em andamento	SPH	Adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando trafegabilidade segura 24 horas ao dia de embarcações de cargas e passageiros, atendendo aos requisitos da Copa 2014.	8.500.000 Distância sinalizada	km	630
TERMINAL INTERNACIONAL TURÍSTICO DE PASSAGEIROS	Nova	SPH	Construir e implantar Terminal Turístico de Passageiros, assim como estacionamentos e acessos internos pavimentados, para atender a demanda de Turistas. Com a ação, Porto Alegre passará a integrar a escala de navios turísticos que demandam a costa brasileira, atendendo aos requisitos da Copa 2014.	9.500.000 Terminal Turístico construído	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA:	TUTELA E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	
OBJETIVO:	COORDENAR E PLANEJAR A EXECUÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E A ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO, MEDIANTE A INTEGRAÇÃO INTRA E INTERINSTITUCIONAL E DOS SISTEMAS SISEPRA E SERH E A ADEQUAÇÃO DE LEGISLAÇÃO, PROCESSOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS. PROMOVER A PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS, DO CONJUNTO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA NATIVA, DA INTEGRIDADE DOS ECOSISTEMAS, DO PATRIMÔNIO GENÉTICO E DAS BELEZAS CÊNICAS DE REGIÕES E LOCAIS COM INTERESSE CIENTÍFICO E CULTURAL, COM VISTAS À UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL, GARANTINDO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO. COORDENAR A ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAIS, COM BASE NA APLICAÇÃO DE NORMAS REGULATÓRIAS E NO USO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO INTEGRADOS.	

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	100.601.343	93.236.535	193.837.878	Taxa de Implementação de Planos e Projetos Ambientais	%	50	90
				Taxa de Implementação do Sistema de Gestão Ambiental Integrado	%	30	85
				Taxa de Regularização Ambiental	%	45	85

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS	Nova	SEMA	Captar recursos, identificar parceiros, elaborar, desenvolver e implementar projetos, estudos e atividades necessárias à gestão ambiental estadual, regional ou local, à melhoria socioambiental e ao desenvolvimento sustentável nos meios urbanos e rurais do Estado, promovendo ou apoiando, desta maneira: a gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos; a recuperação e proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade; o manejo sustentável de atividades antrópicas sujeitas à regularização ambiental; a adoção de tecnologias limpas; as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção.	5.965.935	Acompanhamento de municípios nos licenciamentos e na elaboração, atualização, revisão e implementação dos seus Planos Ambientais no SIGA realizado	unidade	496
				Atividade de capacitação de público externo realizada no âmbito do PEAC (DRH, DEFAP, SIGA, PRÓ-MAR-DE-DENTRO, RSBIO)	unidade	140	
				Campanha de repovoamento da araucária e de plantio de árvores nobres de espécies folhosas nativas realizada	unidade	4	
				Estudo de revisão do balanço hídrico e de disponibilidade em bacias hidrográficas elaborado	unidade	5	
				Estudo para criação de Unidades de Conservação elaborado	unidade	4	
				Fórum Internacional de Educação Ambiental realizado	unidade	1	
				Plano Ambiental das Regiões Hidrográficas: Bacias Litorâneas (Pró-Mar de Dentro), Guaíba (Pró-Guaíba) e Rio Uruguai elaborados e implementados	%	100	
				Plano Ar Clima e Energia (PACE) elaborado e implementado - Parcela SEMA	unidade	1	
				Plano de Manejo de Unidade de Conservação elaborado e/ou revisado	unidade	17	
				Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação elaborado e implementado	%	100	
				Plano e Enquadramento de Bacias Hidrográficas elaborado	unidade	25	
				Plano Estadual de Educação Ambiental elaborado	%	100	

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos elaborado e implementado	%	100
					Plano Estadual de Recursos Hídricos elaborado e implementado	%	100
					Projeto ambiental desenvolvido ou apoiado - parcela SEMA	unidade	32
					Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado (RS Biodiversidade) implementado	unidade	1
					Projeto Copa 2014 - Meio Ambiente e Sustentabilidade elaborado - Parcela SEMA	unidade	1
					Projeto Fitoterápicos (Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos) elaborado e implementado - Parcela SEMA	unidade	1
					Projeto Incentivos para la Conservación de los Pastizales Naturales en el Cono Sur elaborado e implementado - Parcela SEMA	%	100
					Projeto Parque Morro Santa Tereza elaborado	unidade	1
					Publicação técnico-científica realizada	unidade	8
					Relatório Anual de Recursos Hídricos elaborado	unidade	4
IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	Nova	SEMA	Implementar solução de tecnologia de informação e comunicação para Sistema de Informações Ambientais, geoprocessada, integrando as esferas municipal, estadual e federal.	36.964.130	Solução de tecnologia de informação e comunicação para o Sistema de Informações Ambientais implementada e mantida - Parcela SEMA	%	100
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS	Nova	SEMA	Elaborar e implementar sistema de gestão de riscos, a partir da rede de informações sobre hidrologia, meteorologia, meio ambiente e atividades antrópicas sobre o território atualmente existente no RS e da sua devida complementação. O sistema deverá estruturar, qualificar e distribuir a informação de maneira mais eficiente para tomada de decisões sobre ações de defesa civil e emergências ambientais. O monitoramento de causas de riscos deverá contemplar os eventos extremos, tais como inundações, enxurradas, vendavais e movimento de massa. O sistema contemplará o mapeamento de riscos.	6.158.452	Sistema de Gestão de Riscos elaborado e implementado - Parcela SEMA	%	100
IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	Nova	SEMA	Consolidar um banco de dados georreferenciado que possibilite a definição de Unidades de Gestão e Planejamento Territorial que comporão o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do RS – ZEE/RS. Consolidar o macrozoneamento para o Estado do RS na escala 1:250.000, estabelecendo zonas de potenciais e restrições de uso. Consolidar o zoneamento de quatro áreas prioritárias na escala 1:25.000, particularizando o estabelecido no macrozoneamento estadual. Consolidar legalmente a ferramenta de zoneamento como diretriz para licenciamento (ambiental, uso da água, florestal) e para o planejamento e gestão ambientais.	7.480.369	Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico elaborado e implementado - parcela SEMA	unidade	11

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

IMPLEMENTAÇÃO NA FEPAM DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	Em andamento	FEPAM	Implementar e acompanhar a A3P na FEPAM, mediante a criação de uma comissão gestora, a realização de um diagnóstico da situação socioambiental da instituição, a elaboração de um programa de gestão socioambiental, no qual constem ações e metas para o gerenciamento de resíduos sólidos, para a redução de consumo de água e de energia elétrica, entre outras, além da sensibilização e capacitação dos servidores e terceirizados, contribuindo para a economia de recursos naturais e para a redução de gastos institucionais. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um Programa do Ministério do Meio Ambiente, que visa implantar a responsabilidade socioambiental, individual e coletiva, nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública, ao qual as instituições governamentais podem aderir.	1.208.438	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) implementada na FEPAM	%	100
IMPLEMENTAÇÃO NA FZB DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	Em andamento	FZB	Implementar e acompanhar a A3P na FZB, mediante a criação de uma comissão gestora, a realização de um diagnóstico da situação socioambiental da instituição, a elaboração de um programa de gestão socioambiental, no qual constem ações e metas para o gerenciamento de resíduos sólidos, para a redução de consumo de água e de energia elétrica, entre outras, além da sensibilização e capacitação dos servidores e terceirizados, contribuindo para a economia de recursos naturais e para a redução de gastos institucionais. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um Programa do Ministério do Meio Ambiente que visa implantar a responsabilidade socioambiental, individual e coletiva, nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública, ao qual as instituições governamentais podem aderir.	35.000	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) implementada na FZB	%	100
IMPLEMENTAÇÃO NA SEMA DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)	Nova	SEMA	Implementar e acompanhar a A3P na SEMA, mediante a criação de uma comissão gestora, a realização de um diagnóstico da situação socioambiental da instituição, a elaboração de um programa de gestão socioambiental, no qual constem ações e metas para o gerenciamento de resíduos sólidos, para a redução de consumo de água e de energia elétrica, entre outras, além da sensibilização e capacitação dos servidores e terceirizados, contribuindo para a economia de recursos naturais e para a redução de gastos institucionais. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um Programa do Ministério do Meio Ambiente que visa implantar a responsabilidade socioambiental, individual e coletiva, nas atividades administrativas e operacionais da Administração Pública, ao qual as instituições governamentais podem aderir.	1.280.369	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) implementada na SEMA	%	100
INICIATIVAS DA FEPAM NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS	Em andamento	FEPAM	Elaborar e implementar sistema de gestão de riscos, a partir da rede de informações sobre hidrologia, meteorologia, meio ambiente e atividades antrópicas sobre o território atualmente existente no RS e da sua devida complementação. O sistema deverá estruturar, qualificar e distribuir a informação de maneira mais eficiente para a tomada de decisões sobre ações de defesa civil e emergências ambientais. O monitoramento de causas de riscos deverá contemplar os eventos extremos, tais como inundações, enxurradas, vendavais e movimento de massa. O sistema contemplará o mapeamento de riscos.	1.209.078	Sistema de Gestão de Riscos elaborado e implementado - Parcela FEPAM	%	100
INICIATIVAS DA FEPAM PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO E DE PESSOAS DA SEMA, FEPAM E FZB	Em andamento	FEPAM	Garantir a eficácia dos processos previstos nas ações de integração SEMA, FEPAM e FZB, a qual passa pela gestão do conhecimento e pela gestão contínua de pessoas, iniciadas por diagnóstico das necessidades e dos potenciais humanos disponíveis. O resultado deverá integrar o plano de reestruturação institucional, o qual terá como um dos componentes a qualificação dos servidores da SEMA, FEPAM e FZB, mediante o desenvolvimento e a implantação de programa permanente de qualificação presencial ou a distância.	1.573.733	Sistema integrado de gestão do conhecimento e de pessoas implementado e mantido - Parcela FEPAM	%	100

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

INICIATIVAS DA FEPAM PARA A INTEGRAÇÃO SEMA, FEPAM E FZB	Em andamento	FEPAM	Integrar SEMA, FEPAM e FZB, como "Um Só Órgão, Uma Só Política", no exercício das suas atribuições legais, em especial, nas suas funções de planejamento, de normatização, de monitoramento, de regularização e de pesquisa ambientais, pressupõe um conjunto de iniciativas da FEPAM, sem as quais não se concretiza. Nessa premissa, é imprescindível a participação de técnicos e gestores da FEPAM na equipe técnica permanente de planejamento integrado e no Grupo de Gestores deliberativo. Da mesma forma, a parcela FEPAM para a integração e a modernização dos processos, instrumentos e ferramentas da Gestão Ambiental, compreendendo os Sistemas Normativo Institucional, de Monitoramento Ambiental, de Pesquisa Ambiental, de Regularização Ambiental (de atividades antrópicas objeto de cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização, sanção administrativa, entre outros), precisa ser disponibilizada e implementada.	14.475.362	Atividade antrópica de intervenção ambiental controlada	unidade	52.000
				Atividade antrópica de intervenção ambiental vistoriada	unidade	10.000	
				Monitoramento (qualitativo) da água - balneabilidade - realizado	%	100	
				Monitoramento (qualitativo) da água realizado	%	100	
				Monitoramento do ar realizado	%	100	
				Sistema integrado de monitoramento implementado e mantido - Parcela FEPAM	%	100	
				Sistema integrado de pesquisa científica implementado e mantido - Parcela FEPAM	%	100	
				Sistema integrado de regularização ambiental (cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização, sanção admin.) implementado e mantido - Parcela FEPAM	%	100	
				Sistema integrado normativo institucional implementado e mantido - Parcela FEPAM	%	100	
				INICIATIVAS DA FZB PARA A INTEGRAÇÃO SEMA, FEPAM E FZB	Nova	FZB	Integrar SEMA, FEPAM e FZB, como "Um Só Órgão, Uma Só Política", no exercício das suas atribuições legais, em especial, nas suas funções de planejamento, de normatização, de monitoramento, de regularização, de pesquisa ambientais, pressupõe um conjunto de iniciativas da FEPAM, sem as quais não se concretiza. Nessa premissa, é imprescindível a participação de técnicos e gestores da FEPAM na equipe técnica permanente de planejamento integrado e no Grupo de Gestores deliberativo. Da mesma forma, a parcela FZB para a integração e a modernização dos processos, instrumentos e ferramentas da Gestão Ambiental, compreendendo os Sistemas Normativo Institucional, de Monitoramento Ambiental, de Pesquisa Ambiental, de Regularização Ambiental (de atividades antrópicas objeto de cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização, sanção administrativa, entre outros), precisa ser disponibilizada e implementada.
Sistema integrado de pesquisa científica implementado e mantido - Parcela FZB	%	100					
Sistema integrado de regularização ambiental (cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização, sanção admin.) implementado e mantido - Parcela FZB	%	100					
Sistema integrado normativo institucional implementado e mantido - Parcela FZB	%	100					
Sistema integrado de gestão do conhecimento e de pessoas implementado e mantido - Parcela FZB	%	105					
INICIATIVAS DA FZB PARA GESTÃO DO CONHECIMENTO E DE PESSOAS DA SEMA, FEPAM E FZB	Em andamento	FZB	Garantir a eficácia dos processos previstos nas ações de integração SEMA, FEPAM e FZB, a qual passa pela gestão do conhecimento e pela gestão contínua de pessoas, iniciadas por diagnóstico das necessidades e dos potenciais humanos disponíveis. O resultado deverá integrar o plano de reestruturação institucional, o qual terá como um dos componentes a qualificação dos servidores da SEMA, FEPAM e FZB, mediante o desenvolvimento e a implantação de programa permanente de qualificação presencial ou a distância.	35.000	Sistema integrado de gestão do conhecimento e de pessoas implementado e mantido - Parcela FZB	%	105
INTEGRAÇÃO SEMA, FEPAM E FZB	Nova	SEMA	SEMA, FEPAM e FZB como "Um Só Órgão, Uma Só Política", no exercício das suas atribuições legais, pressupõe a integração e a modernização dos processos, instrumentos e ferramentas da Gestão Ambiental, compreendendo o Planejamento Ambiental e os Sistemas: Normativo Institucional, de Monitoramento Ambiental, de Pesquisa Ambiental, de Regularização Ambiental (de atividades antrópicas objeto de cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização, sanção administrativa, entre outros). Para tanto, a ação requer: a formação de equipe de planejamento estratégico, composta por servidores da SEMA, FEPAM e FZB trabalhando em conjunto com o Grupo de Gestores com caráter deliberativo, composto por Secretária, Secretário Adjunto, Presidentes, Diretores, Chefes de Departamentos; a realização de estudos para a reestruturação institucional.	38.226.722	Atividade antrópica de intervenção em recurso hídrico controlada	unidade	2.500
				Atividade antrópica de intervenção em recurso hídrico vistoriada	unidade	150	
				Atividade antrópica de intervenção florestal ou em outras formas de vegetação controlada	unidade	30.000	
				Atividade antrópica de intervenção florestal ou em outras formas de vegetação vistoriada	unidade	15.000	
				Estudo para a reestruturação da SEMA, FEPAM e FZB elaborado	%	100	

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Inventário Florestal realizado	unidade	1
					Monitoramento (quantitativo) da água realizado	%	100
					Sistema integrado de monitoramento implementado e mantido - Parcela SEMA	%	100
					Sistema integrado de pesquisa científica implementado e mantido - Parcela SEMA	%	100
					Sistema integrado de planejamento implementado e mantido	%	100
					Sistema integrado de regularização ambiental (cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização, sanção admin.) implementado e mantido - Parcela SEMA	%	100
					Sistema integrado normativo institucional implementado e mantido - Parcela SEMA	%	100
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA FEPAM	Em andamento	FEPAM	Implantar estrutura, física e institucional, moderna e condizente com as atividades a serem desenvolvidas pela FEPAM, no atendimento às demandas da sociedade, como condições necessárias e imprescindíveis à gestão e à tutela ambiental integrada, à preservação e conservação dos recursos ambientais e ao controle e qualidade ambientais. Assim, se faz necessária, considerando critérios de sustentabilidade, de automação e de funcionalidade, a criação de estruturas institucionais, a adequação e a modernização das sedes administrativas, das frotas, das estruturas e soluções de tecnologia de informação e comunicação, das redes de monitoramento, dos equipamentos de campo e de proteção individual, entre outros bens móveis.	16.514.525	Estrutura da FEPAM modernizada e adequada	%	100
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA FZB	Nova	FZB	Implantar estrutura, física e institucional, moderna e condizente com as atividades a serem desenvolvidas pela FZB, no atendimento às demandas da sociedade, como condições necessárias e imprescindíveis à gestão e à tutela ambiental integrada, à preservação e conservação dos recursos ambientais e ao controle e qualidade ambientais. Assim, se faz necessária, considerando critérios de sustentabilidade, de automação e de funcionalidade, a criação de estruturas institucionais, a adequação e a modernização das sedes administrativas, das frotas, das estruturas e soluções de tecnologia de informação e comunicação, das redes de monitoramento, dos equipamentos de campo e de proteção individual, entre outros bens móveis.	1.477.125	Estrutura da FZB modernizada e adequada	%	100
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA SEMA	Nova	SEMA	A implantação de estrutura, física e institucional, moderna e condizente com as atividades a serem desenvolvidas pela SEMA, no atendimento às demandas da sociedade, são condições necessárias e imprescindíveis à gestão e à tutela ambiental integrada, à preservação e conservação dos recursos ambientais e ao controle e qualidade ambientais. Assim, se faz necessária, considerando critérios de sustentabilidade, de automação e de funcionalidade, a criação de estruturas institucionais, a adequação e a modernização das sedes administrativas, das frotas, das estruturas e soluções de tecnologia de informação e comunicação, das redes de monitoramento, dos equipamentos de campo e de proteção individual, entre outros bens móveis.	40.355.358	Agências das Regiões Hidrográficas das Bacias Litorâneas, do Guaíba e do Rio Uruguai implementadas e mantidas.	unidade	3
					Estrutura da SEMA modernizada e adequada.	%	100
					Unidades de Conservação Estaduais implementadas e mantidas.	unidade	23

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PARTICIPAÇÃO DA FEPAM NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS	Em andamento	FEPAM	Captar recursos, identificar parceiros, elaborar, desenvolver e implementar projetos, estudos e atividades necessárias à gestão ambiental estadual, regional ou local, à melhoria socioambiental e ao desenvolvimento sustentável nos meios urbanos e rurais do Estado, promovendo ou apoiando, desta maneira: a gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos; a recuperação e proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade; o manejo sustentável de atividades antrópicas sujeitas à regularização ambiental; a adoção de tecnologias limpas; as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção.	1.073.063	Atividade de capacitação de público externo apoiada - Parcela FEPAM	unidade	6
				Elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental apoiada - Parcela FEPAM	%	100	
				Elaboração dos planos e dos enquadramentos de Bacias Hidrográficas apoiada - Parcela FEPAM	unidade	25	
				Elaboração e implementação do Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos apoiada - Parcela FEPAM	%	100	
				Elaboração e implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos apoiada - Parcela FEPAM	%	100	
				Elaboração e implementação dos Planos Ambientais das Regiões Hidrográficas: Bacias Litorâneas, Guaíba e Rio Uruguai apoiada - Parcela FEPAM	%	100	
				Implementação do Projeto Conservação da Biodiversidade-Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado (RS Biodiversidade)apoiada-parcela FEPAM	unidade	1	
				Plano Ar Clima e Energia (PACE) elaborado e implementado	%	100	
				Plano de Controle da Poluição Veicular (PCPV) elaborado e implementado	%	100	
				Projeto ambiental desenvolvido ou apoiado - Parcela FEPAM	unidade	8	
				Projeto Copa 2014 - Meio Ambiente e Sustentabilidade elaborado - Parcela FEPAM	unidade	1	
				Projeto Fitoterápicos (Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos) elaborado e implementado - parcela FEPAM	unidade	1	
				Publicação técnico-científica realizada	unidade	8	
PARTICIPAÇÃO DA FEPAM NA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	Em andamento	FEPAM	Implementar solução de tecnologia de informação e comunicação para Sistema de Informações Ambientais, geoprocessada, integrando as esferas municipal, estadual e federal.	11.207.285	Solução de tecnologia de informação e comunicação para o Sistema de Informações Ambientais implementada e mantida - Parcela FEPAM	%	100
PARTICIPAÇÃO DA FEPAM NOS PROJETOS DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	Em andamento	FEPAM	Consolidar um banco de dados georreferenciado que possibilite a definição de Unidades de Gestão e Planejamento Territorial que comporão o Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do RS – ZEE/RS. Consolidar o macrozoneamento para o Estado do RS na escala 1:250.000, estabelecendo zonas de potenciais e restrições de uso. Consolidar o zoneamento de quatro áreas prioritárias na escala 1:25.000, particularizando o estabelecido no macrozoneamento estadual. Consolidar legalmente a ferramenta de zoneamento como diretriz para licenciamento (ambiental, uso da água, florestal) e para o planejamento e gestão ambientais.	3.147.467	Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico elaborado e implementado - parcela FEPAM	%	100
PARTICIPAÇÃO DA FZB NA IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS AMBIENTAIS	Em andamento	FZB	Contemplar a participação da FZB na Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais.	2.550.000			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

					Elaboração do Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação apoiada - Parcela FZB	%	100
					Elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental apoiada - Parcela FZB	%	100
					Elaboração e implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos apoiada - Parcela FZB	%	100
					Projeto Fitoterápicos (Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos) elaborado e implementado - parcela FZB	unidade	4
					Projeto Incentivos para la Conservación de los Pastizales Naturales en el Cono Sur elaborado e implementado - Parcela FZB	%	100
					Ampliação e manutenção da fauna, da flora e de produtos da biodiversidade realizada - específico da FZB	unidade	4.000
					Atividade de capacitação de público externo realizada e apoiada - Parcela FZB	unidade	20
					Elaboração e implementação dos Planos Ambientais das Regiões Hidrográficas: Bacias Litorâneas, Guaíba e Rio Uruguai apoiadas - Parcela FZB	%	100
					Elaboração e/ou revisão dos Planos de Manejo de Unidades de Conservação apoiada - Parcela FZB	unidade	4
					Implementação do Projeto Conservação da Biodiversidade-Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado (RS Biodiversidade)apoiada-parcela FZB	unidade	4
					Projeto ambiental desenvolvido ou apoiado - parcela FZB	unidade	8
					Projeto Copa 2014 - Meio Ambiente e Sustentabilidade elaborado - Parcela FZB	unidade	1
					Projeto Parque Morro Santa Tereza elaborado - Parcela FZB	unidade	4
					Publicação técnico-científica realizada	unidade	24
PARTICIPAÇÃO DA FZB NA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	Nova	FZB	Implementar solução de tecnologia de informação e comunicação para Sistema de Informações Ambientais (Sistema Informação, Cidadania, Ambiente - ICA).	535.000	Solução de tecnologia de informação e comunicação para o Sistema de Informações Ambientais implementada e mantida - Parcela FZB	%	100
PARTICIPAÇÃO DA FZB NOS PROJETOS DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	Em andamento	FZB	Consolidar um banco de dados georreferenciado que possibilite a definição de Unidades de Gestão e Planejamento Territorial que comporão o Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do RS – ZEE/RS. Consolidar o macrozoneamento para o Estado do RS na escala 1:250.000, estabelecendo zonas de potenciais e restrições de uso. Consolidar o zoneamento de quatro áreas prioritárias na escala 1:25.000, particularizando o estabelecido no macrozoneamento estadual. Consolidar legalmente a ferramenta de zoneamento como diretriz para licenciamento (ambiental, uso da água, florestal) e para o planejamento e gestão ambientais.	30.000	Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico elaborado e implementado - parcela FZB	unidade	11

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROMOÇÃO DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E DE PESSOAS DA SEMA, FEPAM E FZB	Nova	SEMA	<p>A eficácia dos processos previstos nas ações de integração SEMA, FEPAM e FZB passa pela gestão do conhecimento e pela gestão contínua de pessoas, iniciadas por diagnóstico das necessidades e dos potenciais humanos disponíveis.</p> <p>Cujo resultado deverá integrar plano de reestruturação institucional, o qual terá como um dos componentes a qualificação dos servidores da SEMA, FEPAM e FZB, mediante o desenvolvimento e a implantação de programa permanente de qualificação presencial ou à distância.</p>	2.305.467	Sistema integrado de gestão do conhecimento e de pessoas implementado e mantido - Parcela SEMA.	%	100
--	------	------	---	-----------	---	---	-----

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Gestão de Políticas Públicas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
OBJETIVO: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR POLÍTICAS MODERNAS DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO PLENA DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, COM VISTAS A MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO PRÓPRIO GOVERNO E À SOCIEDADE GAÚCHA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	2.678.339	4.327.907	7.006.246

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
DESENVOLVIMENTO DE MÓDULOS NO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO - RHE	Em andamento	SARH	Ampliar as funcionalidades do Sistema RHE, implantando os módulos de concursos, promoções, simulador de aposentadoria, contagem de tempo de serviço, estágio probatório, certidão de tempo de contribuição.	1.170.000	Modulo Implementado	unidade	6
DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS DE RH	Em andamento	SARH	Desmaterializar processo de recursos humanos, iniciando pelo provimento de recursos humanos, cedências, vantagens e aposentadoria.	2.238.923	Processo Informatizado	unidade	4
DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL E ESTRUTURA DO ESTADO	Nova	SARH	Desenvolver estudos para o dimensionamento da necessidade de pessoal e da estrutura estatal para o atendimento à sociedade gaúcha a partir do diagnóstico da força de trabalho atual e a efetivamente necessária para o andamento das ações governamentais, instituindo mecanismos que permitam a aferição da efetiva necessidade de pessoal, com a implantação de módulo no Sistema RHE.	740.094	Módulo RHE implantado	unidade	1
INTERIORIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA	Nova	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	230.000	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	28
PROMOÇÃO DA SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A)	Nova	SARH	Instituir ações em defesa da saúde do(a) servidor(a) público(a) estadual.	1.097.229	Ações em defesa da saúde do(a) servidor(a) desenvolvidas	unidade	18
QUALIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) ESTADUAL	Nova	SARH	Qualificar o(a) servidor(a) público(a) estadual através de uma política de gestão do conhecimento.	1.130.000	Servidor(a) qualificado(a)	unidade	600
TREINAMENTO DE COLABORADORES	Em andamento	CORAG	Capacitar todos os colaboradores da CORAG, tendo em vista a modernização do Parque Gráfico e Área Administrativa da Empresa.	400.000	Colaborador treinado e capacitado para o desenvolvimento de atividades meio e fim da CORAG	unidade	400

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	68.873.055.905	11.685.338.736	80.558.394.641

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS - SDR	Em andamento	SDR	Ampliar a capacidade de cumprimento das políticas do Estado pelas empresas estatais.	800.000			
CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS - SEAPA	Em andamento	SEAPA	Ampliar a capacidade de cumprimento das políticas do Estado pelas empresas estatais.	400.000			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - AGDI	Em andamento	AGDI	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	3.336.990			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	8.933.674			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Pagamento de pessoal inativo, como: contribuição previdenciária de ex-autárquicos e de Complementação Temporária de Proventos - CTPs; proventos de ex-autárquicos e de CTPs. Despesas com sentenças judiciais e encargos oriundos dos depósitos judiciais, cíveis e trabalhistas.	1.259.710.563			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Pagamento de pessoal inativo, como: contribuição previdenciária de ex-autárquicos e de Complementação Temporária de Proventos - CTPs; proventos de ex-autárquicos e de CTPs. Despesas com sentenças judiciais e encargos oriundos dos depósitos judiciais, cíveis e trabalhistas.	609.748.742			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CESA	Em andamento	CESA	Pagamento de servidores inativos (ex-autárquicos), contribuição patronal à fundação Silius, pagamento de passivo trabalhista, Refis e parcelamentos.	115.795.498			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	21.227.440
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	Em andamento	DAER	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	859.476.281
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	Em andamento	DETRAN	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	82.926.988
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	Em andamento	EFE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	18.408.152.811

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	Em andamento	FADERS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	7.893.148
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.218.326
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	Em andamento	FASE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	36.369.716
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	14.734.145

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FDRH	Em andamento	FDRH	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	5.461.698
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEE	Em andamento	FEE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	41.817.923
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	2.932.661
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	32.412.456

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	3.759.599
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	26.812.046
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	35.307.084
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	595.048

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	9.155.793
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	52.706.698
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	Em andamento	FTSP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	513.272
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	297.532

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - FZB	Em andamento	FZB	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	11.770.032
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	333.870.542
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IPERGS	Em andamento	IPERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	9.417.334
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAÚDE	Em andamento	IPESAÚDE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	362.079.861

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	Em andamento	IRGA	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	55.233.218
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	20.799.765
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SE	Em andamento	SE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	14.045.844.418
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SES	Em andamento	SES	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	953.027.018

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SPH	Em andamento	SPH	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	215.677.379
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	53.584.858
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	Em andamento	UERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	14.538.387
SERVIÇO DA DÍVIDA - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	1.993.511
SERVIÇO DA DÍVIDA - DAER	Em andamento	DAER	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	36.364.625
SERVIÇO DA DÍVIDA - EFE	Em andamento	EFE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	12.442.487.064
SERVIÇO DA DÍVIDA - FASE	Em andamento	FASE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	127.350
SERVIÇO DA DÍVIDA - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	169.471
SERVIÇO DA DÍVIDA - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	7.349
SERVIÇO DA DÍVIDA - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	179.444
SERVIÇO DA DÍVIDA - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	1.468.553
SERVIÇO DA DÍVIDA - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	130.000

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
SERVIÇO DA DÍVIDA - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	11.936			
SERVIÇO DA DÍVIDA - IPESAÚDE	Em andamento	IPESAÚDE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	114.003.098			
SERVIÇO DA DÍVIDA - IRGA	Em andamento	IRGA	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	97.526			
SERVIÇO DA DÍVIDA - SPH	Em andamento	SPH	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	24.359			
SERVIÇO DA DÍVIDA - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	138.608			
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	Em andamento	EFE	Repartição das receitas públicas estaduais entre os municípios, inclusive decorrente da compensação financeira.	30.242.852.803			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
46.651.181.834	1.032.069.309	47.683.251.143

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - AGDI	Em andamento	AGDI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	12.927.122			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	21.224.018			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - BAC	Em andamento	BAC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	3.476.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - BADESUL	Em andamento	BADESUL	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	17.300.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - BAGERGS	Em andamento	BAGERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	5.800.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - BANRISUL	Em andamento	BANRISUL	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	545.580.142			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - BCV	Em andamento	BCV	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	2.260.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - BERGS SERV	Em andamento	BERGS SERV	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	45.379.039			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CC	Em andamento	CC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	29.695.299			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CEASA	Em andamento	CEASA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	6.470.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CEED	Em andamento	CEED	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	991.845			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	6.084.915.710			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.574.582.420			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CESA	Em andamento	CESA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	69.932.492			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	32.493.539			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CM	Em andamento	CM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	33.205.929			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CORAG	Em andamento	CORAG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	3.250.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CORSAN	Em andamento	CORSAN	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.678.326.060			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - CRM	Em andamento	CRM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	52.158.208			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - DAER	Em andamento	DAER	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	81.500.265			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - DETRAN	Em andamento	DETRAN	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.195.699.709			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FADERS	Em andamento	FADERS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	7.642.014			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	11.044.726			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	15.098.896			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEE	Em andamento	FEE	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.909.094			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	48.430.758			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	9.355.501			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	10.550.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	20.272.085			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	14.400.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.948.598			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FTSP	Em andamento	FTSP	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	6.556.067			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	6.200.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - FZB	Em andamento	FZB	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	23.185.827			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - GVG	Em andamento	GVG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	13.299.503			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	19.403.912			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - IPERGS	Em andamento	IPERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.221.614			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - IPESAUDE	Em andamento	IPESAUDE	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	128.006.026			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - IRGA	Em andamento	IRGA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	10.325.735			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	4.839.398			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - PROCERGS	Em andamento	PROCERGS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	115.925.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SARH	Em andamento	SARH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	100.970.856			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SCIT	Em andamento	SCIT	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	2.120.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SDPI	Em andamento	SDPI	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	5.023.400			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SDR	Em andamento	SDR	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	21.081.277			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SE	Em andamento	SE	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	217.630.587			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEAPA	Em andamento	SEAPA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	80.317.462			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SECDES	Em andamento	SECDES	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	3.160.844			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SECOM	Em andamento	SECOM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	4.800.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	30.000.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	317.501.876			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEHABS	Em andamento	SEHABS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	19.460.321			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEINFRA	Em andamento	SEINFRA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	6.916.697			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEL	Em andamento	SEL	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	2.417.649			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEMA	Em andamento	SEMA	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.412.467			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SEPLAG	Em andamento	SEPLAG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	14.600.698			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SES	Em andamento	SES	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	237.332.410			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SESAMPE	Em andamento	SESAMPE	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	9.909.765			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SETUR	Em andamento	SETUR	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.535.197			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SGG	Em andamento	SGG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	18.370.626			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SJDH	Em andamento	SJDH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	17.950.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SOP	Em andamento	SOP	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	57.131.470			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SPH	Em andamento	SPH	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	41.029.856			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SPM	Em andamento	SPM	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	1.248.397			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SSP	Em andamento	SSP	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	5.400.000			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - STDS	Em andamento	STDS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	8.791.217			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SULGÁS	Em andamento	SULGÁS	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	98.037.802			
APOIO ADMINISTRATIVO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Apoio administrativo e qualificação da infra-estrutura	45.000.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - AGDI	Em andamento	AGDI	Publicidade Institucional	1.750.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Publicidade Institucional	4.280.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BAC	Em andamento	BAC	Publicidade Institucional	3.200.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BADESUL	Em andamento	BADESUL	Publicidade Institucional	12.800.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BAGERGS	Em andamento	BAGERGS	Publicidade Institucional	433.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BANRISUL	Em andamento	BANRISUL	Publicidade Institucional	402.400.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BCV	Em andamento	BCV	Publicidade Institucional	2.691.056			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - BERGS SERV	Em andamento	BERGS SERV	Publicidade Institucional	4.082.209			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CEASA	Em andamento	CEASA	Publicidade Institucional	415.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Publicidade Institucional	39.967.990			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Publicidade Institucional	20.304.154			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CESA	Em andamento	CESA	Publicidade Institucional	413.439			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Publicidade Institucional	450.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CORAG	Em andamento	CORAG	Publicidade Institucional	3.200.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CORSAN	Em andamento	CORSAN	Publicidade Institucional	26.290.853			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - CRM	Em andamento	CRM	Publicidade Institucional	2.600.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - DAER	Em andamento	DAER	Publicidade Institucional	8.430.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - DETRAN	Em andamento	DETRAN	Publicidade Institucional	4.000.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FADERS	Em andamento	FADERS	Publicidade Institucional	80.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Publicidade Institucional	80.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Publicidade Institucional	20.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEE	Em andamento	FEE	Publicidade Institucional	221.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Publicidade Institucional	130.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Publicidade Institucional	944.239			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Publicidade Institucional	330.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Publicidade Institucional	230.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FGTA	Em andamento	FGTA	Publicidade Institucional	200.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Publicidade Institucional	56.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FTSP	Em andamento	FTSP	Publicidade Institucional	47.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Publicidade Institucional	540.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - FZB	Em andamento	FZB	Publicidade Institucional	130.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - GVG	Em andamento	GVG	Publicidade Institucional	400.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Publicidade Institucional	200.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - IPESAÚDE	Em andamento	IPESAÚDE	Publicidade Institucional	4.000.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - IRGA	Em andamento	IRGA	Publicidade Institucional	4.000.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Publicidade Institucional	489.396			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - PROCERGS	Em andamento	PROCERGS	Publicidade Institucional	4.540.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SARH	Em andamento	SARH	Publicidade Institucional	139.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SCIT	Em andamento	SCIT	Publicidade Institucional	200.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SDPI	Em andamento	SDPI	Publicidade Institucional	1.722.315			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SDR	Em andamento	SDR	Publicidade Institucional	1.275.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SE	Em andamento	SE	Publicidade Institucional	4.657.753			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEAPA	Em andamento	SEAPA	Publicidade Institucional	867.746			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SECDES	Em andamento	SECDES	Publicidade Institucional	600.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Publicidade Institucional	800.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Publicidade Institucional	3.502.278			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEHABS	Em andamento	SEHABS	Publicidade Institucional	740.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEINFRA	Em andamento	SEINFRA	Publicidade Institucional	1.693.400			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEL	Em andamento	SEL	Publicidade Institucional	1.200.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEMA	Em andamento	SEMA	Publicidade Institucional	354.915			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SES	Em andamento	SES	Publicidade Institucional	13.561.850			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SESAMPE	Em andamento	SESAMPE	Publicidade Institucional	500.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SETUR	Em andamento	SETUR	Publicidade Institucional	5.072.739			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SJDH	Em andamento	SJDH	Publicidade Institucional	4.800.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SOP	Em andamento	SOP	Publicidade Institucional	695.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SPH	Em andamento	SPH	Publicidade Institucional	320.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SPM	Em andamento	SPM	Publicidade Institucional	50.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SSP	Em andamento	SSP	Publicidade Institucional	1.200.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - STDS	Em andamento	STDS	Publicidade Institucional	1.350.000			
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SULGÁS	Em andamento	SULGÁS	Publicidade Institucional	12.785.719			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Publicidade Institucional	4.000.000			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AGDI	Em andamento	AGDI	Remuneração do pessoal ativo	12.714.785			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AGERGS	Em andamento	AGERGS	Remuneração do pessoal ativo	25.076.428			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BAC	Em andamento	BAC	Remuneração do pessoal ativo	2.143.773			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BADESUL	Em andamento	BADESUL	Remuneração do pessoal ativo	148.853.182			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BAGERGS	Em andamento	BAGERGS	Remuneração do pessoal ativo	12.015.000			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BANRISUL	Em andamento	BANRISUL	Remuneração do pessoal ativo	5.422.917.107			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BCV	Em andamento	BCV	Remuneração do pessoal ativo	3.309.215			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - BERGS SERV	Em andamento	BERGS SERV	Remuneração do pessoal ativo	4.783.050			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CC	Em andamento	CC	Remuneração do pessoal ativo	112.236.269			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CEASA	Em andamento	CEASA	Remuneração do pessoal ativo	19.399.380			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CEEE-D	Em andamento	CEEE-D	Remuneração do pessoal ativo	1.464.707.240			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CEEE-GT	Em andamento	CEEE-GT	Remuneração do pessoal ativo	891.197.713			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CESA	Em andamento	CESA	Remuneração do pessoal ativo	17.228.723			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CIENTEC	Em andamento	CIENTEC	Remuneração do pessoal ativo	73.181.318			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CM	Em andamento	CM	Remuneração do pessoal ativo	34.227.093			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CORAG	Em andamento	CORAG	Remuneração do pessoal ativo	57.859.560			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CORSAN	Em andamento	CORSAN	Remuneração do pessoal ativo	2.010.770.279			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - CRM	Em andamento	CRM	Remuneração do pessoal ativo	37.473.876			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DAER	Em andamento	DAER	Remuneração do pessoal ativo	276.950.333			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DETRAN	Em andamento	DETRAN	Remuneração do pessoal ativo	153.072.208			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FADERS	Em andamento	FADERS	Remuneração do pessoal ativo	25.948.261			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FAPERGS	Em andamento	FAPERGS	Remuneração do pessoal ativo	6.216.058			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FASE	Em andamento	FASE	Remuneração do pessoal ativo	344.109.842			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FCP-RTV	Em andamento	FCP-RTV	Remuneração do pessoal ativo	47.680.380			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FDRH	Em andamento	FDRH	Remuneração do pessoal ativo	12.127.310			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEE	Em andamento	FEE	Remuneração do pessoal ativo	143.520.145			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPAGRO	Em andamento	FEPAGRO	Remuneração do pessoal ativo	17.037.150			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPAM	Em andamento	FEPAM	Remuneração do pessoal ativo	112.291.177			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FEPPS	Em andamento	FEPPS	Remuneração do pessoal ativo	18.069.926			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FETLSVC	Em andamento	FETLSVC	Remuneração do pessoal ativo	91.147.570			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FGTAS	Em andamento	FGTAS	Remuneração do pessoal ativo	112.691.424			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FIGTF	Em andamento	FIGTF	Remuneração do pessoal ativo	3.377.166			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FOSPA	Em andamento	FOSPA	Remuneração do pessoal ativo	33.423.668			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FPERGS	Em andamento	FPERGS	Remuneração do pessoal ativo	213.486.035			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FTSP	Em andamento	FTSP	Remuneração do pessoal ativo	3.391.227			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FUNDERGS	Em andamento	FUNDERGS	Remuneração do pessoal ativo	1.684.730			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - FZB	Em andamento	FZB	Remuneração do pessoal ativo	37.717.491			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - GPRF	Em andamento	GPRF	Remuneração do pessoal ativo	5.562.149			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - GVG	Em andamento	GVG	Remuneração do pessoal ativo	9.833.088			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IPEPREVI	Em andamento	IPEPREVI	Remuneração do pessoal ativo	11.328.020			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IPESAUDE	Em andamento	IPESAUDE	Remuneração do pessoal ativo	120.786.143			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - IRGA	Em andamento	IRGA	Remuneração do pessoal ativo	41.822.224			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - METROPLAN	Em andamento	METROPLAN	Remuneração do pessoal ativo	62.985.711			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - PGE	Em andamento	PGE	Remuneração do pessoal ativo	546.506.710			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - PROCERGS	Em andamento	PROCERGS	Remuneração do pessoal ativo	592.988.927			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SARH	Em andamento	SARH	Remuneração do pessoal ativo	431.073.316			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SCIT	Em andamento	SCIT	Remuneração do pessoal ativo	65.447.422			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SDPI	Em andamento	SDPI	Remuneração do pessoal ativo	39.239.667			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SDR	Em andamento	SDR	Remuneração do pessoal ativo	18.883.052			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SE	Em andamento	SE	Remuneração do pessoal ativo	9.805.089.724			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEAPA	Em andamento	SEAPA	Remuneração do pessoal ativo	256.662.680			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SECDES	Em andamento	SECDES	Remuneração do pessoal ativo	10.270.114			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SECOM	Em andamento	SECOM	Remuneração do pessoal ativo	12.832.676			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEDAC	Em andamento	SEDAC	Remuneração do pessoal ativo	37.314.615			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEFAZ	Em andamento	SEFAZ	Remuneração do pessoal ativo	1.445.610.881			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEHABS	Em andamento	SEHABS	Remuneração do pessoal ativo	18.014.025			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEINFRA	Em andamento	SEINFRA	Remuneração do pessoal ativo	27.210.216			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEL	Em andamento	SEL	Remuneração do pessoal ativo	4.278.191			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEMA	Em andamento	SEMA	Remuneração do pessoal ativo	34.491.771			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SEPLAG	Em andamento	SEPLAG	Remuneração do pessoal ativo	62.374.868			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SES	Em andamento	SES	Remuneração do pessoal ativo	941.170.980			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SESAMPE	Em andamento	SESAMPE	Remuneração do pessoal ativo	17.267.786			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SETUR	Em andamento	SETUR	Remuneração do pessoal ativo	17.542.822			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SGG	Em andamento	SGG	Remuneração do pessoal ativo	13.686.863			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SJDH	Em andamento	SJDH	Remuneração do pessoal ativo	22.931.104			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SOP	Em andamento	SOP	Remuneração do pessoal ativo	48.556.053			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SPH	Em andamento	SPH	Remuneração do pessoal ativo	56.685.949			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SPM	Em andamento	SPM	Remuneração do pessoal ativo	4.586.220			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SSP	Em andamento	SSP	Remuneração do pessoal ativo	6.680.545.490			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - STDS	Em andamento	STDS	Remuneração do pessoal ativo	19.976.022			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SULGÁS	Em andamento	SULGÁS	Remuneração do pessoal ativo	75.349.623			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - SUPRG	Em andamento	SUPRG	Remuneração do pessoal ativo	99.651.470			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - UERGS	Em andamento	UERGS	Remuneração do pessoal ativo	54.292.003			



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

PODER LEGISLATIVO

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **AÇÃO LEGISLATIVA** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
OBJETIVO: PROPICIAR O CUMPRIMENTO DAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	210.636.543	29.861.683	240.498.226	Proposições apreciadas	unidade	383	383
				Reuniões de comissão realizadas fora da sede do Parlamento	unidade	76	80
				Reuniões de comissão realizadas na sede do Parlamento	reunião	455	455

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META					
APROXIMAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COM A SOCIEDADE	Em andamento	AL	Disponibilizar canais de comunicação com a sociedade, bem como executar e promover o desenvolvimento de eventos e atividades culturais e artísticas.	23.765.823	Acesso ao sítio da Assembleia Legislativa na rede mundial de computadores efetuado	unidade	3.248.000					
					Evento cultural e apresentação artística realizado	unidade	120					
					Evento Deputado por um dia realizado	unidade	16					
					Exposição Galeria dos Municípios, mostra fotográfica e efeméride realizada	unidade	260					
					Informação prestada pela Ouvidoria	unidade	12.000					
					Matéria do Portal da Rádio da Assembleia ouvida	unidade	370.000					
					Pesquisa realizada no acervo Bernardo de Souza do Memorial do Legislativo	unidade	1.120					
					Programação televisiva inédita transmitida	h	11.024					
					Revista Estudos Legislativos publicada	unidade	4					
					Seminário, evento estratégico, reunião preparatória, audiência e grande debate realizado pelo Fórum Democrático	unidade	300					
					Visitação do Memorial do Legislativo realizada	unidade	7.720					
					MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS LEGISLATIVOS E ADMINISTRATIVOS	Em andamento	AL	Prover e controlar os recursos humanos e materiais para que os trabalhos legislativos e administrativos se desenvolvam de forma efetiva e eficaz.	161.357.662	Equipamento e material permanente adquirido	unidade	2.800
										Seminário, congresso, treinamento, simpósio, curso de curta duração, de extensão e de pós-graduação realizado	unidade	152
Sessão Plenária realizada	unidade	508										
MELHORIA E EXPANSÃO DO ESPAÇO FÍSICO	Em andamento	AL	Construção, edificação, ampliação, projetos, melhoria, conservação, reforma e adequação dos espaços físicos da Assembleia Legislativa, bem como aquisição de equipamentos e materiais permanentes incorporáveis ou não a imóveis.	30.528.622	Edificação reformada ou otimizada	m2	1.100					
					Equipamento incorporável a imóvel adquirido	unidade	4					
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	Em andamento	AL	Divulgar nos meios de comunicação os serviços, atos e atividades desenvolvidas pela Assembleia Legislativa com caráter institucional, educacional, informativo e de orientação social.	24.588.902	Prédio construído	%	90					
					Anúncio institucional veiculado	unidade	252.000					
REAPARELHAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	Em andamento	AL	Adquirir equipamentos e materiais permanentes utilizando recursos próprios da Assembleia Legislativa.	257.217	Equipamento e material permanente adquirido	unidade	120					

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA:	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	
OBJETIVO:	ABREVIAR O TEMPO ENTRE FATO/AÇÃO FISCALIZADORA/DECISÃO, RACIONALIZANDO OS PROCEDIMENTOS FISCALIZATÓRIOS E INSTRUTIVOS.	
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente Despesa Capital Total	
	63.924.734 20.452.776 84.377.510	
	INDICADOR	Un. Medida
	Índice de Processos Apreciados - Contas/Executivo	Taxa de processo
	Índice de Processos Julgados – Contas/ Outros	Taxa de processo
		Índice Recente
		91,15
		Índice Desejado
		95

ACÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO TCE	Em andamento	TCE	Dar continuidade à ampliação e/ou reforma dos prédios do TCE, inclusive com aquisição de sala ou construção de prédios.	4.105.922	Imóvel adquirido/construído	unidade	2
APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	Em andamento	TCE	Desenvolver projetos objetivando a Gestão Estratégica de Pessoas, no âmbito do TCE.	2.749.486	Imóvel reformado	unidade	12
ATENDIMENTO NO CENTRO DE PERÍCIAS MÉDICAS	Em andamento	TCE	Primar pela eficiência, eficácia e agilidade na emissão de pareceres periciais, bem como prestar com excelência os serviços assistenciais, com ênfase na saúde preventiva dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e de seus dependentes.	804.727	Servidor apto para o desempenho de suas atribuições e valorizado pela Instituição	%	72
CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	Em andamento	TCE	Aperfeiçoar e capacitar o corpo funcional, dos servidores públicos e dos agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e com a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza preventiva e de orientação.	3.867.165	Atendimento realizado	unidade	100.000
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS	Em andamento	TCE	Exercer o controle externo, por meio da fiscalização e acompanhamento da gestão dos recursos públicos do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública, tendo em vista a plena satisfação da sociedade.	47.148.980	Participante externo orientado	unidade	9.520
MANUTENÇÃO DA ROTINA OPERACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	Nova	TCE	Implementar ações objetivando a manutenção do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.	178.829	Servidor do quadro capacitado	unidade	2.110
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO	Em andamento	TCE	Aprimorar o Sistema de Gestão pela Qualidade, mantendo a Certificação na norma internacional de garantia da qualidade ISO 9001:2008.	603.545	Procedimento de fiscalização realizado	%	100
MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Em andamento	TCE	Ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação (TI), mediante a aquisição, manutenção e atualização de equipamentos e programas, bem como através da elaboração de projetos e sistemas, buscando o pleno atendimento das demandas de TI do TCE.	12.741.524	Procedimento de instrução processual realizado	unidade	72.000
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO	Em andamento	TCE	Implementar ações no âmbito de parcerias firmadas com terceiros, através de convênios e acordos.	10.170.478	Parecer emitido	unidade	48.000
REAPARELHAMENTO DO TCE COM RECURSOS PRÓPRIOS	Em andamento	TCE	Dar continuidade à expansão, atualização e melhoramentos na infra-estrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado.	2.006.854	Certificação obtida	%	100
					Sistema desenvolvido/modernizado	%	100
					Bem adquirido	unidade	4

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	1.196.228.991	0	1.196.228.991

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - AL	Em andamento	AL	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	607.836.113			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	Em andamento	TCE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	588.392.878			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	1.701.238.389	0	1.701.238.389

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - TCE	Em andamento	TCE	Publicidade Institucional	200.000			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - AL	Em andamento	AL	Remuneração do pessoal ativo	924.265.406			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TCE	Em andamento	TCE	Remuneração do pessoal ativo	776.772.983			



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

PODER JUDICIÁRIO

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: **MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OBJETIVO: PRESTAR A TUTELA JURISDICIONAL COM CELERIDADE, A TODOS E A CADA UM, INDISTINTAMENTE, DISTRIBUINDO JUSTIÇA DE MODO ÚTIL E A TEMPO, EXPRESSA PELA SIMPLICIDADE DOS PROCESSOS PRODUTIVOS, PELO DESAPEGU À BUROCRACIA E POR DESPERDÍCIOS NULOS, OU SEJÁ, UMA INSTITUIÇÃO MODERNA E EFICIENTE NO CUMPRIMENTO DO DEVER.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	1.350.395.222	866.976.564	2.217.371.786	Processos em tramitação	Processos	3.904.540	5.432.621
				Processos iniciados	Processos	2.893.115	4.044.532
				Processos terminados	Processos	2.662.569	3.722.551

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS ESPAÇOS FÍSICOS	Em andamento	TJ	Dar suporte à atuação das varas, foros, comarcas, do Tribunal de Justiça e atividades administrativas com ampliação da capacidade instalada, construção e reformas de prédios, otimizando a prestação de serviços pelo Poder Judiciário.	812.709.768	Obra e ampliação realizada Prédio reformado	m2 unidade	189.910 285
ATIVIDADES SUPLETIVAS JUDICIAIS	Em andamento	TJ	Apoiar, em caráter supletivo, a prestação de serviço jurisdicional à sociedade através da disponibilização de Defensores Dativos, Tradutores e Peritos e exames de DNA.	36.873.855	Certidão de honorários advocatícios atendida Laudo de DNA emitido Perícia e tradução realizada	unidade unidade unidade	120.631 23.975 25.387
INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS FORENSES	Em andamento	TJ	Modernizar, reaparelhar e ampliar a informatização do 1º e 2º Graus de jurisdição. Desenvolver sistemas buscando agilizar os serviços prestados e possibilitar o julgamento de um maior número de processo/ano, reduzindo os estoques existentes.	182.101.664	Equipamento e peça de informática adquirido Hora trabalhada em serviço de Informática Licença de Sistemas de Informação de Terceiros e de Software Básico adquirida	unidade unidade unidade	29.115 236.493 25.114.738
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Em andamento	TJ	Proporcionar suporte necessário ao planejamento, execução e controle do Poder Judiciário, destinado à manutenção do Poder Judiciário Estadual no tocante às atividades administrativas, operacionais e de coordenação das unidades vinculadas.	1.185.686.499	Unidade Jurisdicional Instalada (Comarcas e Tribunal de Justiça)	unidade	165

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

OBJETIVO: PRESTAR A TUTELA JURISDICIONAL COM EFICIÊNCIA DISTRIBUINDO JUSTIÇA COM CELERIDADE, DE FORMA IMPARCIAL, DIMINUINDO A BUROCRACIA E SEMPRE EM BUSCA DA QUALIDADE DAS DECISÕES, VISANDO O CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	9.171.945	2.314.538	11.486.483	Processos autuados	Unidade	2.838	2.950
				Processos julgados	Unidade	698	800

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO EDIFÍCIO-SEDE E DO TJM E DAS AUDITORIAS MILITARES	Nova	TJM	Dar suporte à atuação das Auditorias Militares e do Tribunal de Justiça Militar através da capacidade instalada, da construção e da reforma de prédios, e da modernização dos sistemas operacionais, de maneira a otimizar a prestação dos serviços.	619.848	Espaço físico ampliado	m2	980
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	Em andamento	TJM	Proporcionar treinamentos periódicos quanto à gestão administrativa e processual visando o aperfeiçoamento e a qualificação operacional.	707.900	Curso realizado Pessoa capacitada	unidade unidade	52 80
CONTINUIDADE DO PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Em andamento	TJM	Adquirir equipamentos e programas de computadores e automação das Auditorias, de forma a permitir uma relação mais estreita, permanente e eficiente entre a Justiça Militar Estadual e a população diretamente interessada.	949.941	Equipamento adquirido Sistema adquirido	unidade unidade	171 2
IMPLEMENTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL	Em andamento	TJM	Tornar as rotinas administrativas do TJM e das Auditorias disponíveis por meio de sistema eletrônico, gerando eficiência, segurança e economicidade.	410.000	Sistema Eletrônico de Informação implementado	unidade	1
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE REGISTRO AUDIOVISUAL DE AUDIÊNCIAS NAS AUDITORIAS	Em andamento	TJM	Informatizar os plenários das Auditorias, dotando-os de sistemas apropriados.	334.749	Equipamento adquirido Software adquirido	unidade unidade	4 1
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS E OPERACIONAIS DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO	Em andamento	TJM	Manter as atividades da Justiça Militar do Estado no tocante às atividades administrativas, operacionais e de coordenação das unidades vinculadas, oferecendo suporte necessário ao planejamento, à execução e à melhoria dos serviços prestados pela Justiça Militar do Estado.	8.464.045	Processo autuado Processo julgado	unidade unidade	9.600 2.900

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00): Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
2.115.347.755	0	2.115.347.755

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	Em andamento	TJ	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	2.074.102.161			
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - TJM	Em andamento	TJM	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	41.245.594			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	5.249.025.047	0	5.249.025.047

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TJ	Em andamento	TJ	Remuneração do pessoal ativo	5.166.536.792			
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - TJM	Em andamento	TJM	Remuneração do pessoal ativo	82.488.255			



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

MINISTÉRIO PÚBLICO

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: EXECUÇÃO DA DEFESA E ACOMPANHAMENTO DOS INTERESSES DA SOCIEDADE E DO PODER PÚBLICO Finalístico

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: MINISTÉRIO PÚBLICO
OBJETIVO: ATENDER COM EFICÁCIA AS DEMANDAS PERTINENTES, COM O INTUITO DE ATINGIR SATISFATORIAMENTE SUA INCUMBÊNCIA CONSTITUCIONAL, INTEGRANDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO COM EXTENSÃO A TODOS OS MEMBROS, CORPO ADMINISTRATIVO E SOCIEDADE EM GERAL, ALÉM DE PROVER MEMBROS E SERVIDORES DE RECURSOS TÉCNICOS PARA ACESSO ÀS INFORMAÇÕES.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total	INDICADOR	Un. Medida	Índice Recente	Índice Desejado
	313.982.845	116.621.735	430.604.580	Inquéritos instaurados, requisitados, baixados e arquivados	unidade	606.214	773.700
				Pareceres elaborados	Unidade	412.348	526.273
				Processos recebidos	Unidade	1.287.235	1.642.875
				Termos circunstanciados recebidos, requisitados, baixados e arquivados	unidade	545.624	696.370

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E SEDES ADMINISTRATIVAS	Em andamento	MP	Construir, instalar, ampliar e reformar Promotorias de Justiça e sedes administrativas na Capital e no Interior do Estado e adquirir bens imóveis, visando dar suporte à atuação dos Procuradores, Promotores de Justiça e Servidores da Instituição e apropriar o conjunto da área física do Ministério Público. Esta ação origina-se do recorrente aumento de demanda em razão não só do crescimento demográfico, mas, também, pelo desequilíbrio social cada vez mais acentuado que gera a necessidade de uma participação mais efetiva da Instituição na tentativa de promover uma harmonização das questões conflitantes com os direitos e deveres de cada cidadão, o que resulta em aquisição de áreas e prédios, em elaboração de projetos e laudos, e em todo o trabalho necessário para a construção e reforma dos prédios, bem como pequenas adaptações com o desenvolvimento de layouts e fiscalização de serviços.	82.249.647	Área construída ou reformada	m2	44.750
					Terreno adquirido	m2	4.800
GESTÃO INTEGRADA DE COMBATE À CRIMINALIDADE	Em andamento	MP	Intensificar ações de combate ao crime organizado, por meio da implementação de procedimentos que resultem na redução da criminalidade e na eficaz proteção dos direitos difusos e coletivos, proporcionando maior tranquilidade e melhor qualidade de vida ao cidadão.	313.982.845	Atuação realizada na área cível	unidade	6.564.271
					Atuação realizada na área criminal	unidade	15.350.213
					Atuação realizada na área da infância e juventude	unidade	1.794.133
					Atuação realizada na área eleitoral	unidade	199.309
SUPORTE OPERACIONAL	Em andamento	MP	Ampliar, modernizar e adquirir bens e serviços visando instrumentalizar as áreas meio e fim, com o intuito de proporcionar uma infra-estrutura adequada às reais necessidades do Órgão, em especial o Plano Diretor de Informática. Esta ação decorre da expansão do Órgão, em razão do aumento da atuação do Ministério Público junto à sociedade, cuja intervenção é cada vez mais requerida, o que redundará em realização de novos concursos, na qualificação dos servidores, na aquisição de móveis, veículos, máquinas, mobiliário em geral, equipamentos de telecomunicação, áudio, imagem, material didático, equipamentos de processamento de dados e no desenvolvimento de sistemas.	34.372.088	Material permanente adquirido	unidade	4.440

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	608.834.871	0	608.834.871

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - MP	Em andamento	MP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	608.834.871			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	1.925.349.452	0	1.925.349.452

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - MP	Em andamento	MP	Remuneração do pessoal ativo	1.925.349.452			



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO 2012-2015

DEFENSORIA PÚBLICA

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA:	ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS	Finalístico
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	
OBJETIVO:	QUALIFICAR E AUMENTAR O NÚMERO DE ATENDIMENTOS DA DEFENSORIA PÚBLICA AOS HIPOSSUFICIENTES.	
VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente Despesa Capital Total	
	45.473.571 14.595.035 60.068.606	
	INDICADOR	
	Pessoas assistidas	
	Un. Medida	Índice Recente Índice Desejado
	unidade	438.443 480.000

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META					
APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	Nova	DEFPUB	Suprir a Defensoria Pública dos recursos materiais necessários para o cumprimento das suas funções legais e constitucionais.	2.614.648	Bem imóvel adquirido	unidade	8					
					Bem móvel adquirido	unidade	4.000					
					Imóvel construído/reformado	unidade	8					
ATENDIMENTO JURÍDICO E JUDICIAL À POPULAÇÃO	Em andamento	DEFPUB	Ampliar a atuação da Defensoria Pública, estendendo o atendimento a todas as comarcas e incrementando parceiras com universidades e outras organizações sociais.	57.333.958	Bem móvel adquirido	unidade	2.000					
					Concurso público realizado	unidade	4					
					Convênio firmado com universidades e outras organizações sociais	unidade	32					
					Convênio firmado para atendimento projetos específicos	unidade	8					
					Curso, simpósio, congresso, encontro e seminário realizado	unidade	60					
					Mutirão de Atendimento realizado	unidade	20					
					Nova comarca implantada	unidade	16					
					Quadro de pessoal dos serviços auxiliares implantado	unidade	1					
					DIVULGAÇÃO PUBLICITÁRIA DAS AÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA	Nova	DEFPUB	Desenvolver e promover ações publicitárias, visando à divulgação institucional, educação em direito da população e outras ações que visam à busca da cidadania.	40.000	Matéria divulgada	unidade	20
										MODERNIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Nova	DEFPUB
Serviço contratado	unidade	200										

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO

OBJETIVO:

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	153.020.579	0	153.020.579

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	Em andamento	DEFPUB	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	153.020.579			

Plano Plurianual PPA 2012-2015: LEI

PROGRAMA: PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Apoio Administrativo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:

OBJETIVO: PROMOVER APOIO À AÇÃO GOVERNAMENTAL.

VALOR DO PROGRAMA (R\$ 1,00):	Despesa Corrente	Despesa Capital	Total
	447.195.058	0	447.195.058

AÇÃO	SITUAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO	Total (R\$ 1,00)	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META
REMUNERAÇÃO DO PESSOAL ATIVO - DEFPUB	Em andamento	DEFPUB	Remuneração do pessoal ativo	447.195.058			



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS	0,00	69.518.945,00	0,00	0,00	3.651.453,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.170.398,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	8.933.674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.933.674,00
Despesa Corrente	0,00	8.933.674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.933.674,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	50.580.446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.580.446,00
Despesa Corrente	0,00	44.900.446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.900.446,00
Despesa de Capital	0,00	5.680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.680.000,00
REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS	0,00	10.004.825,00	0,00	0,00	3.651.453,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.656.278,00
Despesa Corrente	0,00	7.684.825,00	0,00	0,00	3.651.453,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.336.278,00
Despesa de Capital	0,00	2.320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.320.000,00
AGENCIA GAÚCHA DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO	75.537.555,00	0,00	0,00	0,00	43.306.650,00	0,00	0,00	0,00	62.800.000,00	181.644.205,00
ENCARGOS ESPECIAIS	3.336.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.336.990,00
Despesa Corrente	3.336.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.336.990,00
INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	10.202.621,00	0,00	0,00	0,00	8.787.220,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	22.989.841,00
Despesa Corrente	8.382.621,00	0,00	0,00	0,00	8.787.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.169.841,00
Despesa de Capital	1.820.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	5.820.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	27.391.907,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.391.907,00
Despesa Corrente	25.864.785,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.864.785,00
Despesa de Capital	1.527.122,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.527.122,00
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA	34.606.037,00	0,00	0,00	0,00	34.519.430,00	0,00	0,00	0,00	58.800.000,00	127.925.467,00
Despesa Corrente	34.606.037,00	0,00	0,00	0,00	27.328.898,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.934.935,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	7.190.532,00	0,00	0,00	0,00	58.800.000,00	65.990.532,00
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1.772.599.745,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.772.599.745,00
AÇÃO LEGISLATIVA	240.498.226,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.498.226,00
Despesa Corrente	210.636.543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.636.543,00
Despesa de Capital	29.861.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.861.683,00
ENCARGOS ESPECIAIS	607.836.113,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607.836.113,00
Despesa Corrente	607.836.113,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607.836.113,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	924.265.406,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	924.265.406,00
Despesa Corrente	924.265.406,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	924.265.406,00
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	6.370.897.249,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.370.897.249,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	6.370.897.249,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.370.897.249,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	5.825.317.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.825.317.107,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	545.580.142,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545.580.142,00
BANRISUL - ARMAZÉNS GERAIS S.A.	0,00	0,00	0,00	49.641.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.641.000,00
PROGRAMA BANRISUL DE COLIGADAS	0,00	0,00	0,00	31.393.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.393.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	31.393.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.393.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	18.248.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.248.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	12.448.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.448.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	5.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.800.000,00
BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	18.686.773,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.686.773,00
PROGRAMA BANRISUL DE COLIGADAS	0,00	0,00	0,00	9.867.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.867.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	9.867.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.867.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	8.819.773,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.819.773,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	5.343.773,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.343.773,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	3.476.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.476.000,00
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO	0,00	0,00	0,00	12.447.717,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.447.717,00
PROGRAMA BANRISUL DE COLIGADAS	0,00	0,00	0,00	4.187.446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.187.446,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	4.187.446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.187.446,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	8.260.271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.260.271,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	6.000.271,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000.271,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	2.260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.260.000,00
BANRISUL SERVIÇOS LTDA	0,00	0,00	0,00	187.791.758,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.791.758,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
PROGRAMA BANRISUL DE COLIGADAS	0,00	0,00	0,00	133.547.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.547.460,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	133.547.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.547.460,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	54.244.298,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.244.298,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	54.244.298,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.244.298,00
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO	0,00	0,00	0,00	679.553.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	679.553.182,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	178.953.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.953.182,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	169.003.182,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.003.182,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	9.950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.950.000,00
PROMOÇÃO E FINANCIAMENTO DA POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	500.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.600.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	500.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000.000,00
CASA CIVIL	169.333.896,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.333.896,00
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL	27.402.328,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.402.328,00
Despesa Corrente	21.517.555,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.517.555,00
Despesa de Capital	5.884.773,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.884.773,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	141.931.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.931.568,00
Despesa Corrente	135.761.390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.761.390,00
Despesa de Capital	6.170.178,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.170.178,00
CASA MILITAR	90.053.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.053.010,00
DEFESA CIVIL	15.733.172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.733.172,00
Despesa Corrente	12.233.172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.233.172,00
Despesa de Capital	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL	6.886.816,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.886.816,00
Despesa Corrente	1.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.190.000,00
Despesa de Capital	5.696.816,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.696.816,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	67.433.022,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.433.022,00
Despesa Corrente	64.964.663,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.964.663,00
Despesa de Capital	2.468.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.468.359,00
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A	0,00	0,00	0,00	39.915.000,00	0,00	0,00	3.055.000,00	0,00	0,00	42.970.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	23.229.380,00	0,00	0,00	3.055.000,00	0,00	0,00	26.284.380,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	19.814.380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.814.380,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	3.415.000,00	0,00	0,00	3.055.000,00	0,00	0,00	6.470.000,00
SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, ABASTECIMENTO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO MEIO RURAL	0,00	0,00	0,00	16.685.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.685.620,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	16.685.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.685.620,00
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	456.731.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456.731.932,00
ENERGIA PARA O RIO GRANDE	0,00	0,00	0,00	270.558.788,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270.558.788,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	65.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.300.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	205.258.788,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.258.788,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	186.173.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.173.144,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	186.173.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.173.144,00
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	918.900.927,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	918.900.927,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	713.453.927,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713.453.927,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	713.453.927,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713.453.927,00
RS COPA 2014	0,00	0,00	0,00	3.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	3.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400.000,00
SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O SETOR PÚBLICO DO RS	0,00	0,00	0,00	202.047.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202.047.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	164.147.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.147.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	37.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.900.000,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	0,00	15.832.073.317,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.832.073.317,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	1.259.710.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.259.710.563,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	1.259.710.563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.259.710.563,00
ENERGIA PARA O RIO GRANDE	0,00	0,00	0,00	6.982.771.814,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.982.771.814,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	5.935.855.613,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.935.855.613,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	1.046.916.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.046.916.201,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	7.589.590.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.589.590.940,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	7.422.474.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.422.474.940,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	167.116.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.116.000,00
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	0,00	0,00	4.580.025.738,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.580.025.738,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	609.748.742,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	609.748.742,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	609.748.742,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	609.748.742,00
ENERGIA PARA O RIO GRANDE	0,00	0,00	0,00	1.484.192.709,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484.192.709,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	305.962.710,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.962.710,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	1.178.229.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178.229.999,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	2.486.084.287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.486.084.287,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	2.480.506.201,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.480.506.201,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	5.578.086,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.578.086,00
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS	0,00	0,00	0,00	307.075.033,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307.075.033,00
CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO	0,00	0,00	0,00	103.704.881,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.704.881,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	103.704.881,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.704.881,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	115.795.498,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.795.498,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	115.795.498,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.795.498,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	87.574.654,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.574.654,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	87.574.654,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.574.654,00
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS	0,00	0,00	0,00	76.349.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.349.560,00
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	11.440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.440.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	11.440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.440.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	64.309.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.309.560,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	64.309.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.309.560,00
PROGRAMA DE GESTÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO	0,00	0,00	0,00	1.271.130.508,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.130.508,00
ENERGIA PARA O RIO GRANDE	0,00	0,00	0,00	1.178.898.424,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.178.898.424,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	386.898.424,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.898.424,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	792.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	792.000.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	92.232.084,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.232.084,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	92.232.084,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.232.084,00
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	5.329.116.699,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.329.116.699,00
MAIS SANEAMENTO PARA O RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00	1.613.729.507,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.613.729.507,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	29.758.033,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.758.033,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	1.583.971.474,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.583.971.474,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	0,00	3.715.387.192,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.715.387.192,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	0,00	3.715.387.192,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.715.387.192,00
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	991.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	991.845,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	991.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	991.845,00
Despesa Corrente	567.129,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	567.129,00
Despesa de Capital	424.716,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424.716,00
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	658.925.597,00	0,00	0,00	0,00	1.358.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	660.284.243,00
ASSISTÊNCIA JURÍDICA E JUDICIAL AOS NECESSITADOS	58.709.960,00	0,00	0,00	0,00	1.358.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.068.606,00
Despesa Corrente	45.221.510,00	0,00	0,00	0,00	252.061,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.473.571,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa de Capital	13.488.450,00	0,00	0,00	0,00	1.106.585,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.595.035,00
ENCARGOS ESPECIAIS	153.020.579,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.020.579,00
Despesa Corrente	153.020.579,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.020.579,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	447.195.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447.195.058,00
Despesa Corrente	447.195.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447.195.058,00
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	2.500.635.223,00	439.155.283,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	555.913.218,00	360.047.775,00	3.860.751.499,00
ENCARGOS ESPECIAIS	895.840.906,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	895.840.906,00
Despesa Corrente	866.749.206,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	866.749.206,00
Despesa de Capital	29.091.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.091.700,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	331.318.158,00	35.562.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	366.880.598,00
Despesa Corrente	330.658.158,00	35.102.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.760.598,00
Despesa de Capital	660.000,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.120.000,00
TRANSPORTES MULTIMODAIS	1.273.476.159,00	403.592.843,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	555.913.218,00	360.047.775,00	2.598.029.995,00
Despesa Corrente	99.062.736,00	303.645.731,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	402.708.467,00
Despesa de Capital	1.174.413.423,00	99.947.112,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	555.913.218,00	360.047.775,00	2.195.321.528,00
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0,00	1.489.380.484,00	0,00	0,00	24.649.199,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.514.029.683,00
DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO	0,00	77.830.778,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.830.778,00
Despesa Corrente	0,00	68.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.200.000,00
Despesa de Capital	0,00	9.630.778,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.630.778,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	82.926.988,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.926.988,00
Despesa Corrente	0,00	82.926.988,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.926.988,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	1.328.122.718,00	0,00	0,00	24.649.199,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.352.771.917,00
Despesa Corrente	0,00	1.328.122.718,00	0,00	0,00	22.417.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.350.540.374,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	2.231.543,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.231.543,00
PROGRAMA DE GESTÃO PATRIMONIAL	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Despesa de Capital	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO	61.093.492.678,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.093.492.678,00
ENCARGOS ESPECIAIS	61.093.492.678,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.093.492.678,00
Despesa Corrente	49.556.285.877,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.556.285.877,00
Despesa de Capital	11.537.206.801,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.537.206.801,00
FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI - RÁDIO E TELEVISÃO	78.760.736,00	0,00	3.104.715,00	0,00	1.694.319,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.559.770,00
ENCARGOS ESPECIAIS	14.903.616,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.903.616,00
Despesa Corrente	14.734.145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.734.145,00
Despesa de Capital	169.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.471,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	60.348.805,00	0,00	2.450.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.799.276,00
Despesa Corrente	60.348.805,00	0,00	2.450.471,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.799.276,00
REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA E INSERÇÃO EM NOVAS MÍDIAS DIGITAIS	3.508.315,00	0,00	654.244,00	0,00	1.694.319,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.856.878,00
Despesa Corrente	1.167.104,00	0,00	654.244,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.821.348,00
Despesa de Capital	2.341.211,00	0,00	0,00	0,00	1.694.319,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.035.530,00
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	189.942.246,00	0,00	8.616.864,00	0,00	63.728.226,00	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	268.287.336,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.218.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218.326,00
Despesa Corrente	1.218.326,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.218.326,00
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	180.000.000,00	0,00	0,00	0,00	63.728.226,00	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	249.728.226,00
Despesa Corrente	180.000.000,00	0,00	0,00	0,00	63.728.226,00	0,00	0,00	0,00	0,00	243.728.226,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.723.920,00	0,00	8.616.864,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.340.784,00
Despesa Corrente	8.723.920,00	0,00	858.374,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.582.294,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	7.758.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.758.490,00
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL	43.589.524,00	0,00	560.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.150.194,00
ENCARGOS ESPECIAIS	7.893.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.893.148,00
Despesa Corrente	7.893.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.893.148,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES	2.026.101,00	0,00	560.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.586.771,00
Despesa Corrente	1.821.985,00	0,00	245.888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.067.873,00
Despesa de Capital	204.116,00	0,00	314.782,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	518.898,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	33.670.275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.670.275,00
Despesa Corrente	33.427.322,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.427.322,00
Despesa de Capital	242.953,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242.953,00
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	551.788.084,00	0,00	560.948,00	0,00	464.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.813.652,00
ENCARGOS ESPECIAIS	36.497.066,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.497.066,00
Despesa Corrente	36.369.716,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.369.716,00
Despesa de Capital	127.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.350,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	344.109.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344.109.842,00
Despesa Corrente	344.109.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344.109.842,00
PROGRAMA NOVA FASE	171.181.176,00	0,00	560.948,00	0,00	464.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172.206.744,00
Despesa Corrente	134.297.098,00	0,00	560.948,00	0,00	464.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.322.666,00
Despesa de Capital	36.884.078,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.884.078,00
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	97.755.223,00	0,00	48.860.585,00	0,00	6.170.318,00	0,00	0,00	1.584.000,00	0,00	154.370.126,00
ENCARGOS ESPECIAIS	23.220.951,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.220.951,00
Despesa Corrente	21.227.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.227.440,00
Despesa de Capital	1.993.511,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.993.511,00
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA E SERVIÇOS	0,00	0,00	17.270.000,00	0,00	6.170.318,00	0,00	0,00	1.584.000,00	0,00	25.024.318,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	6.770.000,00	0,00	384.833,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.154.833,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	10.500.000,00	0,00	5.785.485,00	0,00	0,00	1.584.000,00	0,00	17.869.485,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	74.534.272,00	0,00	31.590.585,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.124.857,00
Despesa Corrente	74.534.272,00	0,00	27.870.207,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.404.479,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	3.720.378,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.720.378,00
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA "SIEGFRIED EMANUEL HEUSER"	194.659.271,00	0,00	5.586.891,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.246.162,00
ENCARGOS ESPECIAIS	41.817.923,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.817.923,00
Despesa Corrente	41.817.923,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.817.923,00
PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS	1.318.000,00	0,00	4.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.778.000,00
Despesa Corrente	1.318.000,00	0,00	4.460.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.778.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	151.523.348,00	0,00	1.126.891,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152.650.239,00
Despesa Corrente	151.188.047,00	0,00	806.891,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.994.938,00
Despesa de Capital	335.301,00	0,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.301,00
FUNDAÇÃO DE ESPORTE E LAZER DO RIO GRANDE DO SUL	77.085.770,00	0,00	28.672,00	0,00	5.181.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.295.597,00
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	68.363.508,00	0,00	28.672,00	0,00	5.181.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.573.335,00
Despesa Corrente	33.088.408,00	0,00	28.672,00	0,00	181.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.298.235,00
Despesa de Capital	35.275.100,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.275.100,00
ENCARGOS ESPECIAIS	297.532,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	297.532,00
Despesa Corrente	297.532,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	297.532,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.424.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.424.730,00
Despesa Corrente	6.824.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.824.730,00
Despesa de Capital	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	332.516.991,00	0,00	0,00	0,00	1.628.276,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.145.267,00
ENCARGOS ESPECIAIS	52.706.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.706.698,00
Despesa Corrente	52.706.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.706.698,00
GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	66.324.258,00	0,00	0,00	0,00	1.628.276,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.952.534,00
Despesa Corrente	61.983.047,00	0,00	0,00	0,00	1.129.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.112.540,00
Despesa de Capital	4.341.211,00	0,00	0,00	0,00	498.783,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.839.994,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	213.486.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.486.035,00
Despesa Corrente	213.486.035,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.486.035,00
FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	124.892.748,00	0,00	22.751.862,00	0,00	2.479.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.124.103,00
ENCARGOS ESPECIAIS	26.991.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.991.490,00
Despesa Corrente	26.812.046,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.812.046,00
Despesa de Capital	179.444,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.444,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	97.901.258,00	0,00	13.748.397,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.649.655,00
Despesa Corrente	97.901.258,00	0,00	13.305.502,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.206.760,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	442.895,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	442.895,00
QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	0,00	0,00	9.003.465,00	0,00	2.479.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.482.958,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	3.574.108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.574.108,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	5.429.357,00	0,00	2.479.493,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.908.850,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	33.456.946,00	0,00	6.228.444,00	0,00	18.635.179,00	0,00	0,00	17.250.000,00	0,00	75.570.569,00
CARNE GAÚCHA - A MELHOR CARNE DO MUNDO	620.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	3.120.000,00
Despesa Corrente	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
Despesa de Capital	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	2.810.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.932.661,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.932.661,00
Despesa Corrente	2.932.661,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.932.661,00
PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA	3.920.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.920.000,00
Despesa Corrente	1.960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.960.000,00
Despesa de Capital	1.960.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.960.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	25.984.285,00	0,00	6.228.444,00	0,00	18.635.179,00	0,00	0,00	14.750.000,00	0,00	65.597.908,00
Despesa Corrente	22.901.255,00	0,00	3.114.222,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.015.477,00
Despesa de Capital	3.083.030,00	0,00	3.114.222,00	0,00	18.635.179,00	0,00	0,00	14.750.000,00	0,00	39.582.431,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	104.636.567,00	0,00	32.174.419,00	0,00	180.907,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.991.893,00
ENCARGOS ESPECIAIS	20.799.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.799.765,00
Despesa Corrente	20.799.765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.799.765,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	64.755.411,00	0,00	3.559.094,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.314.505,00
Despesa Corrente	64.555.411,00	0,00	3.159.094,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.714.505,00
Despesa de Capital	200.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL	19.081.391,00	0,00	28.615.325,00	0,00	180.907,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.877.623,00
Despesa Corrente	2.734.399,00	0,00	7.708.224,00	0,00	180.907,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.623.530,00
Despesa de Capital	16.346.992,00	0,00	20.907.101,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.254.093,00
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE	63.981.071,00	0,00	62.298.215,00	0,00	43.336.322,00	0,00	0,00	7.200.000,00	0,00	176.815.608,00
EDUCAÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA	3.068.032,00	0,00	20.563.965,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.631.997,00
Despesa Corrente	260.000,00	0,00	19.329.215,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.589.215,00
Despesa de Capital	2.808.032,00	0,00	1.234.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.042.782,00
ENCARGOS ESPECIAIS	3.766.948,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.766.948,00
Despesa Corrente	3.759.599,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.759.599,00
Despesa de Capital	7.349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.349,00
GESTÃO, FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DO SUS	8.025.694,00	0,00	3.329.097,00	0,00	23.250.263,00	0,00	0,00	7.200.000,00	0,00	41.805.054,00
Despesa Corrente	549.999,00	0,00	0,00	0,00	8.724.679,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.274.678,00
Despesa de Capital	7.475.695,00	0,00	3.329.097,00	0,00	14.525.584,00	0,00	0,00	7.200.000,00	0,00	32.530.376,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	21.419.926,00	0,00	7.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.949.926,00
Despesa Corrente	21.419.926,00	0,00	7.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.949.926,00
QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO RS	27.700.471,00	0,00	30.875.153,00	0,00	20.086.059,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.661.683,00
Despesa Corrente	23.780.849,00	0,00	28.145.291,00	0,00	12.430.059,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.356.199,00
Despesa de Capital	3.919.622,00	0,00	2.729.862,00	0,00	7.656.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.305.484,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER	46.978.231,00	0,00	158.164.451,00	0,00	269.642,00	0,00	0,00	0,00	0,00	205.412.324,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	32.412.456,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.412.456,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	32.412.456,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.412.456,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	46.978.231,00	0,00	75.612.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.590.917,00
Despesa Corrente	46.978.231,00	0,00	70.978.388,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.956.619,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	4.634.298,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.634.298,00
TUTELA E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	0,00	0,00	50.139.309,00	0,00	269.642,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.408.951,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	25.809.245,00	0,00	240.135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.049.380,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	24.330.064,00	0,00	29.507,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.359.571,00
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	198.392.495,00	0,00	1.601.773,00	0,00	134.824.127,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.818.395,00
EMPREGO, TRABALHO E RENDA	30.846.612,00	0,00	1.601.773,00	0,00	134.605.235,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.053.620,00
Despesa Corrente	29.740.113,00	0,00	1.311.749,00	0,00	130.343.146,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.395.008,00
Despesa de Capital	1.106.499,00	0,00	290.024,00	0,00	4.262.089,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.658.612,00
ENCARGOS ESPECIAIS	36.775.637,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.775.637,00
Despesa Corrente	35.818.054,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.818.054,00
Despesa de Capital	957.583,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	957.583,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	127.291.424,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.291.424,00
Despesa Corrente	127.291.424,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.291.424,00
RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3.478.822,00	0,00	0,00	0,00	218.892,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.697.714,00
Despesa Corrente	3.478.822,00	0,00	0,00	0,00	218.892,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.697.714,00
FUNDAÇÃO INSTITUTO GAÚCHO DE TRADIÇÃO E FOLCLORE	9.315.834,00	0,00	37.127,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.352.961,00
ENCARGOS ESPECIAIS	725.048,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	725.048,00
Despesa Corrente	595.048,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595.048,00
Despesa de Capital	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
MAIS CULTURA RS	3.209.022,00	0,00	37.127,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.246.149,00
Despesa Corrente	2.278.422,00	0,00	37.127,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.315.549,00
Despesa de Capital	930.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	930.600,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.381.764,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.381.764,00
Despesa Corrente	5.201.364,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.201.364,00
Despesa de Capital	180.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.400,00
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	89.103.701,00	0,00	527.394,00	0,00	8.264.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.896.075,00
ENCARGOS ESPECIAIS	9.167.729,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.167.729,00
Despesa Corrente	9.155.793,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.155.793,00
Despesa de Capital	11.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.936,00
MAIS CULTURA RS	46.512.304,00	0,00	527.394,00	0,00	8.264.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.304.678,00
Despesa Corrente	20.792.700,00	0,00	402.362,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.195.062,00
Despesa de Capital	25.719.604,00	0,00	125.032,00	0,00	8.264.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.109.616,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	33.423.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.423.668,00
Despesa Corrente	33.423.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.423.668,00
FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	62.277.566,00	0,00	62.578.934,00	0,00	32.365.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.221.935,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	5.461.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.461.698,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	5.461.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.461.698,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	0,00	12.127.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.127.310,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	12.127.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.127.310,00
REDE ESCOLA DE GOVERNO: QUALIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES SOCIAIS E REVITALIZAÇÃO DA FDRH	62.277.566,00	0,00	44.989.926,00	0,00	32.365.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.632.927,00
Despesa Corrente	62.277.566,00	0,00	18.162.922,00	0,00	32.365.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.805.923,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	26.827.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.827.004,00
FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO	9.640.365,00	0,00	1.906.649,00	0,00	2.107.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.654.582,00
ENCARGOS ESPECIAIS	513.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	513.272,00
Despesa Corrente	513.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	513.272,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
MAIS CULTURA RS	1.039.448,00	0,00	0,00	0,00	2.107.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.147.016,00
Despesa Corrente	1.039.448,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039.448,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	2.107.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.107.568,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.087.645,00	0,00	1.906.649,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.994.294,00
Despesa Corrente	6.769.645,00	0,00	1.574.172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.343.817,00
Despesa de Capital	1.318.000,00	0,00	332.477,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650.477,00
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL	62.728.379,00	0,00	14.634.971,00	0,00	132.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.495.475,00
ENCARGOS ESPECIAIS	11.770.032,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.770.032,00
Despesa Corrente	11.770.032,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.770.032,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	50.958.347,00	0,00	10.074.971,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.033.318,00
Despesa Corrente	50.958.347,00	0,00	7.142.492,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.100.839,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	2.932.479,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.932.479,00
TUTELA E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	0,00	0,00	4.560.000,00	0,00	132.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.692.125,00
Despesa Corrente	0,00	0,00	2.760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.760.000,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	1.800.000,00	0,00	132.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.932.125,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - FAS/RS	0,00	5.032.811.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.032.811.646,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	476.082.959,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	476.082.959,00
Despesa Corrente	0,00	362.079.861,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.079.861,00
Despesa de Capital	0,00	114.003.098,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.003.098,00
GESTÃO DA SAÚDE DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)	0,00	4.303.936.518,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.303.936.518,00
Despesa Corrente	0,00	4.303.936.518,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.303.936.518,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	252.792.169,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.792.169,00
Despesa Corrente	0,00	232.792.169,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.792.169,00
Despesa de Capital	0,00	20.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000.000,00
GABINETE DO GOVERNADOR	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Despesa Corrente	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Despesa de Capital	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	24.912.591,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.912.591,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	23.532.591,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.532.591,00
Despesa Corrente	18.681.603,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.681.603,00
Despesa de Capital	4.850.988,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.850.988,00
PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO	580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580.000,00
Despesa Corrente	580.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580.000,00
PROGRAMA ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Despesa Corrente	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS	10.375.553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.375.553,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.562.149,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.562.149,00
Despesa Corrente	5.562.149,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.562.149,00
PROGRAMA DE MELHORIA DA GESTÃO MUNICIPAL	4.813.404,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.813.404,00
Despesa Corrente	3.196.409,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.196.409,00
Despesa de Capital	1.616.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.616.995,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0,00	10.638.948,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.638.948,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	9.417.334,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.417.334,00
Despesa Corrente	0,00	9.417.334,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.417.334,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	1.221.614,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.221.614,00
Despesa Corrente	0,00	1.221.614,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.221.614,00
INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ	0,00	162.084.685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.256.000,00	0,00	171.340.685,00
CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO	0,00	25.152.491,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.152.491,00
Despesa Corrente	0,00	12.760.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.760.624,00
Despesa de Capital	0,00	12.391.867,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.391.867,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	55.330.744,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.330.744,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa Corrente	0,00	55.233.218,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.233.218,00
Despesa de Capital	0,00	97.526,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.526,00
PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA	0,00	25.453.491,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.256.000,00	0,00	34.709.491,00
Despesa Corrente	0,00	11.895.825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.895.825,00
Despesa de Capital	0,00	13.557.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.256.000,00	0,00	22.813.666,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	56.147.959,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.147.959,00
Despesa Corrente	0,00	45.822.224,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.822.224,00
Despesa de Capital	0,00	10.325.735,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.325.735,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	2.964.615.624,00	0,00	0,00	0,00	173.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.964.788.903,00
ENCARGOS ESPECIAIS	608.834.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	608.834.871,00
Despesa Corrente	608.834.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	608.834.871,00
EXECUÇÃO DA DEFESA E ACOMPANHAMENTO DOS INTERESSES DA SOCIEDADE E DO PODER PÚBLICO	430.431.301,00	0,00	0,00	0,00	173.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.604.580,00
Despesa Corrente	313.809.566,00	0,00	0,00	0,00	173.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.982.845,00
Despesa de Capital	116.621.735,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.621.735,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.925.349.452,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.925.349.452,00
Despesa Corrente	1.925.349.452,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.925.349.452,00
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	682.612.443,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682.612.443,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	546.506.710,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	546.506.710,00
Despesa Corrente	546.506.710,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	546.506.710,00
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E CONSULTORIA AO ESTADO	136.105.733,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136.105.733,00
Despesa Corrente	100.845.394,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.845.394,00
Despesa de Capital	35.260.339,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.260.339,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RPPS/RS	0,00	31.931.884.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.931.884.792,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	333.870.542,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	333.870.542,00
Despesa Corrente	0,00	333.870.542,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	333.870.542,00
GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR ESTADUAL	0,00	31.567.082.318,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.567.082.318,00
Despesa Corrente	0,00	31.567.082.318,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.567.082.318,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	30.931.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.931.932,00
Despesa Corrente	0,00	30.931.932,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.931.932,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS	611.368.172,00	0,00	0,00	0,00	1.386.246,00	0,00	0,00	0,00	22.750.000,00	635.504.418,00
GESTÃO DOS ARQUIVOS DO ESTADO	2.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.190.000,00
Despesa Corrente	2.140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.140.000,00
Despesa de Capital	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	2.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.256.250,00	8.786.250,00
Despesa de Capital	2.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.256.250,00	8.786.250,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	532.183.172,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	532.183.172,00
Despesa Corrente	529.570.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	529.570.279,00
Despesa de Capital	2.612.893,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.612.893,00
PROGRAMA DE GESTÃO PATRIMONIAL	69.245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.493.750,00	85.738.750,00
Despesa Corrente	8.185.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.185.000,00
Despesa de Capital	61.060.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.493.750,00	77.553.750,00
VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)	5.220.000,00	0,00	0,00	0,00	1.386.246,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.606.246,00
Despesa Corrente	1.175.000,00	0,00	0,00	0,00	1.103.339,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.278.339,00
Despesa de Capital	4.045.000,00	0,00	0,00	0,00	282.907,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327.907,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO	698.698.539,00	0,00	0,00	0,00	97.000.000,00	0,00	0,00	60.000.000,00	66.963,00	855.765.502,00
CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO	113.426.528,00	0,00	0,00	0,00	37.000.000,00	0,00	0,00	0,00	22.347,00	150.448.875,00
Despesa Corrente	55.758.190,00	0,00	0,00	0,00	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00	22.347,00	85.780.537,00
Despesa de Capital	57.668.338,00	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.668.338,00
CARNE GAÚCHA - A MELHOR CARNE DO MUNDO	122.040.583,00	0,00	0,00	0,00	35.000.000,00	0,00	0,00	60.000.000,00	14.872,00	217.055.455,00
Despesa Corrente	60.197.708,00	0,00	0,00	0,00	17.500.000,00	0,00	0,00	0,00	14.872,00	77.712.580,00
Despesa de Capital	61.842.875,00	0,00	0,00	0,00	17.500.000,00	0,00	0,00	60.000.000,00	0,00	139.342.875,00
ENCARGOS ESPECIAIS	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa de Capital	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA	6.847.377,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.718,00	6.851.095,00
Despesa Corrente	3.162.483,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.718,00	3.166.201,00
Despesa de Capital	3.684.894,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.684.894,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	312.847.888,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.847.888,00
Despesa Corrente	300.917.830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.917.830,00
Despesa de Capital	11.930.058,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.930.058,00
PROMOÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA - SANIDADE ANIMAL E VEGETAL	143.136.163,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.026,00	143.162.189,00
Despesa Corrente	85.837.842,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.026,00	85.863.868,00
Despesa de Capital	57.298.321,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.298.321,00
SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	187.924.998,00	0,00	0,00	0,00	132.846.910,00	0,00	0,00	59.200.000,00	45.300.000,00	425.271.908,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	67.767.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.767.422,00
Despesa Corrente	67.567.422,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.567.422,00
Despesa de Capital	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RS TECNÓPOLE	120.157.576,00	0,00	0,00	0,00	132.846.910,00	0,00	0,00	59.200.000,00	45.300.000,00	357.504.486,00
Despesa Corrente	57.930.539,00	0,00	0,00	0,00	28.327.718,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.258.257,00
Despesa de Capital	62.227.037,00	0,00	0,00	0,00	104.519.192,00	0,00	0,00	59.200.000,00	45.300.000,00	271.246.229,00
SECRETARIA DA CULTURA	189.200.013,00	0,00	0,00	0,00	37.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.900.013,00
MAIS CULTURA RS	121.085.398,00	0,00	0,00	0,00	37.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.785.398,00
Despesa Corrente	78.451.398,00	0,00	0,00	0,00	22.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.851.398,00
Despesa de Capital	42.634.000,00	0,00	0,00	0,00	15.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.934.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	68.114.615,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.114.615,00
Despesa Corrente	63.617.988,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.617.988,00
Despesa de Capital	4.496.627,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.496.627,00
SECRETARIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA	51.356.196,00	0,00	0,00	0,00	27.274.435,00	0,00	0,00	2.240.000,00	0,00	80.870.631,00
FOMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	7.328.810,00	0,00	0,00	0,00	6.746.115,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.074.925,00
Despesa Corrente	7.328.810,00	0,00	0,00	0,00	6.746.115,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.074.925,00
MODERNIZAÇÃO DA JUNTA COMERCIAL	7.108.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.240.000,00	0,00	9.348.760,00
Despesa Corrente	6.821.681,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.821.681,00
Despesa de Capital	287.079,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.240.000,00	0,00	2.527.079,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	27.677.551,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.677.551,00
Despesa Corrente	25.284.491,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.284.491,00
Despesa de Capital	2.393.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.393.060,00
PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENHIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	9.241.075,00	0,00	0,00	0,00	20.528.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.769.395,00
Despesa Corrente	9.241.075,00	0,00	0,00	0,00	20.528.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.769.395,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	26.828.547.214,00	0,00	0,00	0,00	667.632.251,00	0,00	0,00	0,00	103.750.000,00	27.599.929.465,00
ENCARGOS ESPECIAIS	14.045.844.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.045.844.418,00
Despesa Corrente	14.045.844.418,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.045.844.418,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	10.027.378.064,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.027.378.064,00
Despesa Corrente	9.952.021.816,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.952.021.816,00
Despesa de Capital	75.356.248,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.356.248,00
PROGRAMA MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA	36.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.160.000,00
Despesa de Capital	36.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.160.000,00
QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO CURRICULAR (DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO)	440.103.033,00	0,00	0,00	0,00	29.921.277,00	0,00	0,00	0,00	0,00	470.024.310,00
Despesa Corrente	165.200.084,00	0,00	0,00	0,00	29.921.277,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195.121.361,00
Despesa de Capital	274.902.949,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.902.949,00
QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA, CRE E SEDUC	499.909.627,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499.909.627,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa Corrente	388.256.741,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388.256.741,00
Despesa de Capital	111.652.886,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	111.652.886,00
QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA COM SUCESSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	474.409.672,00	0,00	0,00	0,00	362.062.512,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836.472.184,00
Despesa Corrente	474.409.672,00	0,00	0,00	0,00	362.062.512,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836.472.184,00
QUALIFICAÇÃO DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	386.343.768,00	0,00	0,00	0,00	12.438.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	398.782.356,00
Despesa Corrente	386.343.768,00	0,00	0,00	0,00	12.438.588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	398.782.356,00
QUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	117.614.508,00	0,00	0,00	0,00	54.535.413,00	0,00	0,00	0,00	9.918.777,00	182.068.698,00
Despesa Corrente	87.687.015,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.687.015,00
Despesa de Capital	29.927.493,00	0,00	0,00	0,00	54.535.413,00	0,00	0,00	0,00	9.918.777,00	94.381.683,00
QUALIFICAÇÃO, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA E VIABILIZAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS	800.784.124,00	0,00	0,00	0,00	208.674.461,00	0,00	0,00	0,00	93.831.223,00	1.103.289.808,00
Despesa Corrente	332.731.377,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332.731.377,00
Despesa de Capital	468.052.747,00	0,00	0,00	0,00	208.674.461,00	0,00	0,00	0,00	93.831.223,00	770.558.431,00
SECRETARIA DA FAZENDA	1.928.793.992,00	0,00	0,00	0,00	13.390.738,00	0,00	0,00	7.810.366,00	80.000.000,00	2.029.995.096,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.752.913.931,00	0,00	0,00	0,00	13.390.738,00	0,00	0,00	310.366,00	0,00	1.766.615.035,00
Despesa Corrente	1.752.913.931,00	0,00	0,00	0,00	13.262.392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.766.176.323,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	128.346,00	0,00	0,00	310.366,00	0,00	438.712,00
SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	175.880.061,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.000,00	80.000.000,00	263.380.061,00
Despesa Corrente	118.548.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000.000,00	158.548.500,00
Despesa de Capital	57.331.561,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500.000,00	40.000.000,00	104.831.561,00
SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA	304.251.882,00	0,00	0,00	0,00	19.040.577,00	0,00	0,00	21.000.000,00	0,00	344.292.459,00
GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	2.060.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.060.700,00
Despesa Corrente	2.060.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.060.700,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	34.528.188,00	0,00	0,00	0,00	1.292.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.820.313,00
Despesa Corrente	33.338.188,00	0,00	0,00	0,00	188.925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.527.113,00
Despesa de Capital	1.190.000,00	0,00	0,00	0,00	1.103.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.293.200,00
TRANSPORTES MULTIMODAIS	267.662.994,00	0,00	0,00	0,00	17.748.452,00	0,00	0,00	21.000.000,00	0,00	306.411.446,00
Despesa Corrente	132.737.427,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.737.427,00
Despesa de Capital	134.925.567,00	0,00	0,00	0,00	17.748.452,00	0,00	0,00	21.000.000,00	0,00	173.674.019,00
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS	161.544.810,00	0,00	0,00	0,00	40.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.544.810,00
PROGRAMA DE ACESSO À JUSTIÇA	2.533.553,00	0,00	0,00	0,00	7.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.733.553,00
Despesa Corrente	2.533.553,00	0,00	0,00	0,00	7.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.733.553,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	45.681.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.681.104,00
Despesa Corrente	41.231.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.231.104,00
Despesa de Capital	4.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.450.000,00
PROGRAMA DE COMBATE AO USO INDEVIDO DE DROGAS	25.570.037,00	0,00	0,00	0,00	4.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.370.037,00
Despesa Corrente	24.708.366,00	0,00	0,00	0,00	4.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.508.366,00
Despesa de Capital	861.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	861.671,00
PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	76.710.116,00	0,00	0,00	0,00	24.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.710.116,00
Despesa Corrente	68.345.768,00	0,00	0,00	0,00	24.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.345.768,00
Despesa de Capital	8.364.348,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.364.348,00
PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	11.050.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.050.000,00
Despesa Corrente	8.450.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.450.000,00
Despesa de Capital	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600.000,00
SECRETARIA DA SAÚDE	7.945.661.161,00	0,00	0,00	0,00	5.538.153.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.483.814.401,00
EDUCAÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE COLETIVA	105.104.347,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.104.347,00
Despesa Corrente	105.104.347,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.104.347,00
ENCARGOS ESPECIAIS	953.027.018,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	953.027.018,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa Corrente	953.027.018,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	953.027.018,00
GESTÃO, FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DO SUS	4.673.874.973,00	0,00	0,00	0,00	5.444.200.546,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.118.075.519,00
Despesa Corrente	3.487.410.561,00	0,00	0,00	0,00	5.210.710.096,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.698.120.657,00
Despesa de Capital	1.186.464.412,00	0,00	0,00	0,00	233.490.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.419.954.862,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.192.065.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.192.065.240,00
Despesa Corrente	1.192.065.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.192.065.240,00
QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO RS	1.021.589.583,00	0,00	0,00	0,00	93.952.694,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115.542.277,00
Despesa Corrente	1.012.270.831,00	0,00	0,00	0,00	70.464.517,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.082.735.348,00
Despesa de Capital	9.318.752,00	0,00	0,00	0,00	23.488.177,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.806.929,00
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	8.620.026.098,00	0,00	0,00	0,00	149.162.961,00	0,00	0,00	64.839.223,00	0,00	8.834.028.282,00
ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	728.549.516,00	0,00	0,00	0,00	44.748.889,00	0,00	0,00	29.302.124,00	0,00	802.600.529,00
Despesa Corrente	496.069.395,00	0,00	0,00	0,00	8.744.811,00	0,00	0,00	0,00	0,00	504.814.206,00
Despesa de Capital	232.480.121,00	0,00	0,00	0,00	36.004.078,00	0,00	0,00	29.302.124,00	0,00	297.786.323,00
PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	1.177.588.471,00	0,00	0,00	0,00	29.832.593,00	0,00	0,00	7.994.884,00	0,00	1.215.415.948,00
Despesa Corrente	1.020.868.556,00	0,00	0,00	0,00	5.829.873,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.026.698.429,00
Despesa de Capital	156.719.915,00	0,00	0,00	0,00	24.002.720,00	0,00	0,00	7.994.884,00	0,00	188.717.519,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	6.687.145.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.687.145.490,00
Despesa Corrente	6.687.145.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.687.145.490,00
PROGRAMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (PROESCI/RS)	26.742.621,00	0,00	0,00	0,00	74.581.479,00	0,00	0,00	27.542.215,00	0,00	128.866.315,00
Despesa Corrente	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	14.574.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.574.683,00
Despesa de Capital	22.742.621,00	0,00	0,00	0,00	60.006.796,00	0,00	0,00	27.542.215,00	0,00	110.291.632,00
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL	62.245.321,00	0,00	0,00	0,00	75.770.049,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.015.370,00
PLANO GAÚCHO DE INCLUSÃO DIGITAL	11.902.645,00	0,00	0,00	0,00	73.320.049,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.222.694,00
Despesa Corrente	2.932.678,00	0,00	0,00	0,00	10.349.165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.281.843,00
Despesa de Capital	8.969.967,00	0,00	0,00	0,00	62.970.884,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.940.851,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	17.632.676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.632.676,00
Despesa Corrente	15.632.676,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.632.676,00
Despesa de Capital	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	32.710.000,00	0,00	0,00	0,00	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.160.000,00
Despesa Corrente	27.510.000,00	0,00	0,00	0,00	2.450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.960.000,00
Despesa de Capital	5.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.200.000,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO	893.349.440,00	0,00	0,00	0,00	182.681.987,00	0,00	0,00	80.000.000,00	0,00	1.156.031.427,00
DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO	7.162.500,00	0,00	0,00	0,00	8.773.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.936.075,00
Despesa Corrente	7.162.500,00	0,00	0,00	0,00	8.773.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.936.075,00
ENCARGOS ESPECIAIS	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Despesa de Capital	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS LOCAIS E REGIONAIS NAS ECONOMIAS DE BASE FAMILIAR E COOPERATIVA	739.674.189,00	0,00	0,00	0,00	36.015.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	775.689.289,00
Despesa Corrente	687.181.939,00	0,00	0,00	0,00	12.005.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	699.187.039,00
Despesa de Capital	52.492.250,00	0,00	0,00	0,00	24.010.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.502.250,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	41.239.329,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.239.329,00
Despesa Corrente	38.332.185,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.332.185,00
Despesa de Capital	2.907.144,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.907.144,00
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	28.844.522,00	0,00	0,00	0,00	19.716.990,00	0,00	0,00	33.000.000,00	0,00	81.561.512,00
Despesa Corrente	7.844.378,00	0,00	0,00	0,00	928.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.772.578,00
Despesa de Capital	21.000.144,00	0,00	0,00	0,00	18.788.790,00	0,00	0,00	33.000.000,00	0,00	72.788.934,00
REFORMA AGRÁRIA, ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E APOIO ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS	63.949.500,00	0,00	0,00	0,00	76.206.457,00	0,00	0,00	40.000.000,00	0,00	180.155.957,00
Despesa Corrente	31.533.750,00	0,00	0,00	0,00	13.502.239,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.035.989,00
Despesa de Capital	32.415.750,00	0,00	0,00	0,00	62.704.218,00	0,00	0,00	40.000.000,00	0,00	135.119.968,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, ABASTECIMENTO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO MEIO RURAL	11.679.400,00	0,00	0,00	0,00	41.969.865,00	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	60.649.265,00
Despesa Corrente	7.626.325,00	0,00	0,00	0,00	9.613.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.239.325,00
Despesa de Capital	4.053.075,00	0,00	0,00	0,00	32.356.865,00	0,00	0,00	7.000.000,00	0,00	43.409.940,00
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO	326.237.189,00	0,00	0,00	0,00	936.597.847,00	0,00	0,00	90.961.124,00	0,00	1.353.796.160,00
MAIS SANEAMENTO PARA O RIO GRANDE DO SUL	50.720.000,00	0,00	0,00	0,00	686.983.112,00	0,00	0,00	19.000.000,00	0,00	756.703.112,00
Despesa Corrente	29.220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.220.000,00
Despesa de Capital	21.500.000,00	0,00	0,00	0,00	686.983.112,00	0,00	0,00	19.000.000,00	0,00	727.483.112,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	38.214.346,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.214.346,00
Despesa Corrente	37.114.346,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.114.346,00
Despesa de Capital	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00
PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	57.325.000,00	0,00	0,00	0,00	109.057.254,00	0,00	0,00	71.961.124,00	0,00	238.343.378,00
Despesa Corrente	28.425.000,00	0,00	0,00	0,00	28.605,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.453.605,00
Despesa de Capital	28.900.000,00	0,00	0,00	0,00	109.028.649,00	0,00	0,00	71.961.124,00	0,00	209.889.773,00
PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUÇÃO HABITACIONAL	179.977.843,00	0,00	0,00	0,00	140.557.481,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.535.324,00
Despesa Corrente	27.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.300.000,00
Despesa de Capital	152.677.843,00	0,00	0,00	0,00	140.557.481,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293.235.324,00
SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	285.683.066,00	0,00	0,00	0,00	140.091.417,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.774.483,00
GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS	16.184.253,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.184.253,00
Despesa Corrente	16.184.253,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.184.253,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	106.382.523,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.382.523,00
Despesa Corrente	91.550.463,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.550.463,00
Despesa de Capital	14.832.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.832.060,00
PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA	163.116.290,00	0,00	0,00	0,00	140.091.417,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.207.707,00
Despesa de Capital	163.116.290,00	0,00	0,00	0,00	140.091.417,00	0,00	0,00	0,00	0,00	303.207.707,00
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	11.086.220,00	0,00	0,00	0,00	7.695.445,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.781.665,00
CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	1.850.031,00	0,00	0,00	0,00	4.289.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.139.699,00
Despesa Corrente	1.850.031,00	0,00	0,00	0,00	3.826.653,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.676.684,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	463.015,00	0,00	0,00	0,00	0,00	463.015,00
MULHERES CONSTRUINDO AUTONOMIA RS	1.227.440,00	0,00	0,00	0,00	1.866.688,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.094.128,00
Despesa Corrente	1.227.440,00	0,00	0,00	0,00	1.665.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.892.640,00
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	201.488,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.488,00
PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	2.124.132,00	0,00	0,00	0,00	1.539.089,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.663.221,00
Despesa Corrente	1.674.132,00	0,00	0,00	0,00	1.372.964,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.047.096,00
Despesa de Capital	450.000,00	0,00	0,00	0,00	166.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	616.125,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.884.617,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.884.617,00
Despesa Corrente	5.359.617,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.359.617,00
Despesa de Capital	525.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO	102.053.636,00	0,00	0,00	0,00	8.000.000,00	0,00	0,00	117.000.000,00	5.000.000,00	232.053.636,00
INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	33.700.688,00	0,00	0,00	0,00	8.000.000,00	0,00	0,00	117.000.000,00	5.000.000,00	163.700.688,00
Despesa Corrente	556.449,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	556.449,00
Despesa de Capital	33.144.239,00	0,00	0,00	0,00	8.000.000,00	0,00	0,00	117.000.000,00	5.000.000,00	163.144.239,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	45.985.382,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.985.382,00
Despesa Corrente	44.994.242,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.994.242,00
Despesa de Capital	991.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	991.140,00
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA	22.367.566,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.367.566,00
Despesa Corrente	22.265.566,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.265.566,00
Despesa de Capital	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER	30.880.178,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.880.178,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	7.328.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.328.104,00
Despesa Corrente	7.328.104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.328.104,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.895.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.895.840,00
Despesa Corrente	7.728.191,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.728.191,00
Despesa de Capital	167.649,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.649,00
RS COPA 2014	15.656.234,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.656.234,00
Despesa Corrente	15.656.234,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.656.234,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	140.247.177,00	0,00	0,00	0,00	3.748.778,00	0,00	0,00	0,00	31.000.000,00	174.995.955,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	36.259.153,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.259.153,00
Despesa Corrente	35.911.435,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.911.435,00
Despesa de Capital	347.718,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347.718,00
TUTELA E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	103.988.024,00	0,00	0,00	0,00	3.748.778,00	0,00	0,00	0,00	31.000.000,00	138.736.802,00
Despesa Corrente	69.563.753,00	0,00	0,00	0,00	2.228.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.791.963,00
Despesa de Capital	34.424.271,00	0,00	0,00	0,00	1.520.568,00	0,00	0,00	0,00	31.000.000,00	66.944.839,00
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	112.375.566,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	18.777.768,00	10.900.000,00	143.553.334,00
PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	35.400.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	0,00	0,00	18.777.768,00	10.900.000,00	66.577.768,00
Despesa Corrente	32.250.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	0,00	784.114,00	0,00	33.784.114,00
Despesa de Capital	3.150.000,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	0,00	0,00	17.993.654,00	10.900.000,00	32.793.654,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	76.975.566,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.975.566,00
Despesa Corrente	75.163.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.163.080,00
Despesa de Capital	1.812.486,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.812.486,00
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	126.488.948,00	0,00	0,00	0,00	29.312.195,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.801.143,00
EMPREGO, TRABALHO E RENDA	1.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160.000,00
Despesa Corrente	1.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160.000,00
GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	66.890.000,00	0,00	0,00	0,00	19.089.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.979.545,00
Despesa Corrente	47.740.000,00	0,00	0,00	0,00	11.675.351,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.415.351,00
Despesa de Capital	19.150.000,00	0,00	0,00	0,00	7.414.194,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.564.194,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	30.117.239,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.117.239,00
Despesa Corrente	29.182.873,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.182.873,00
Despesa de Capital	934.366,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	934.366,00
PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	13.410.278,00	0,00	0,00	0,00	10.222.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.632.928,00
Despesa Corrente	10.750.000,00	0,00	0,00	0,00	2.784.279,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.534.279,00
Despesa de Capital	2.660.278,00	0,00	0,00	0,00	7.438.371,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.098.649,00
RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	14.911.431,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.911.431,00
Despesa Corrente	13.531.431,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.531.431,00
Despesa de Capital	1.380.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.380.000,00
SECRETARIA DO TURISMO	80.737.862,00	0,00	0,00	0,00	90.653.108,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171.390.970,00
CONHEÇA O RIO GRANDE	22.058.711,00	0,00	0,00	0,00	16.193.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.251.983,00
Despesa Corrente	21.758.711,00	0,00	0,00	0,00	15.993.272,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.751.983,00
Despesa de Capital	300.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	31.150.758,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.150.758,00
Despesa Corrente	29.550.758,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.550.758,00
Despesa de Capital	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO	27.528.393,00	0,00	0,00	0,00	74.459.836,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.988.229,00
Despesa Corrente	23.085.393,00	0,00	0,00	0,00	65.976.634,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.062.027,00
Despesa de Capital	4.443.000,00	0,00	0,00	0,00	8.483.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.926.202,00
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	15.083.519,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.083.519,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14.030.958,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.030.958,00
Despesa Corrente	12.413.963,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.413.963,00
Despesa de Capital	1.616.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.616.995,00
PROGRAMA DE CONCERTAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL	1.052.561,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.052.561,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
Despesa Corrente	1.052.561,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.052.561,00
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO	37.957.489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.957.489,00
ARTICULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO E COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES	5.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.900.000,00
Despesa Corrente	5.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.400.000,00
Despesa de Capital	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	32.057.489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.057.489,00
Despesa Corrente	24.472.507,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.472.507,00
Despesa de Capital	7.584.982,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.584.982,00
SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS	318.813.660,00	66.050.245,00	0,00	0,00	91.911.489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	476.775.394,00
ENCARGOS ESPECIAIS	215.677.379,00	24.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.701.738,00
Despesa Corrente	215.677.379,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.677.379,00
Despesa de Capital	0,00	24.359,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.359,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	71.860.949,00	26.174.856,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.035.805,00
Despesa Corrente	71.460.949,00	25.124.856,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.585.805,00
Despesa de Capital	400.000,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.450.000,00
TRANSPORTES MULTIMODAIS	31.275.332,00	39.851.030,00	0,00	0,00	91.911.489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.037.851,00
Despesa Corrente	20.401.576,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.401.576,00
Despesa de Capital	10.873.756,00	39.851.030,00	0,00	0,00	91.911.489,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.636.275,00
SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	0,00	371.041.853,00	0,00	0,00	22.315.446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393.357.299,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	53.723.466,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.723.466,00
Despesa Corrente	0,00	53.584.858,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.584.858,00
Despesa de Capital	0,00	138.608,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	138.608,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	0,00	148.651.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.651.470,00
Despesa Corrente	0,00	148.651.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.651.470,00
TRANSPORTES MULTIMODAIS	0,00	168.666.917,00	0,00	0,00	22.315.446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.982.363,00
Despesa Corrente	0,00	115.562.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.562.000,00
Despesa de Capital	0,00	53.104.917,00	0,00	0,00	22.315.446,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.420.363,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.441.124.826,00	0,00	0,00	0,00	8.618.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.449.743.371,00
ENCARGOS ESPECIAIS	588.392.878,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	588.392.878,00
Despesa Corrente	588.392.878,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	588.392.878,00
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	75.758.965,00	0,00	0,00	0,00	8.618.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.377.510,00
Despesa Corrente	62.101.763,00	0,00	0,00	0,00	1.822.971,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.924.734,00
Despesa de Capital	13.657.202,00	0,00	0,00	0,00	6.795.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.452.776,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	776.972.983,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	776.972.983,00
Despesa Corrente	776.972.983,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	776.972.983,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	9.457.890.739,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.458.010.739,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.074.102.161,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074.102.161,00
Despesa Corrente	2.074.102.161,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074.102.161,00
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.217.251.786,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.217.371.786,00
Despesa Corrente	1.350.275.222,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.350.395.222,00
Despesa de Capital	866.976.564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	866.976.564,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.166.536.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.166.536.792,00
Despesa Corrente	5.166.536.792,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.166.536.792,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	135.220.332,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.220.332,00
ENCARGOS ESPECIAIS	41.245.594,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.245.594,00
Despesa Corrente	41.245.594,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.245.594,00
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	11.486.483,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.486.483,00
Despesa Corrente	9.171.945,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.171.945,00
Despesa de Capital	2.314.538,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.314.538,00

ÓRGÃO/PROGRAMA/NATUREZA DA DESPESA	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Total
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	82.488.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.488.255,00
Despesa Corrente	82.488.255,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.488.255,00
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	151.775.328,00	0,00	4.042.042,00	0,00	1.269.143,00	0,00	0,00	4.500.000,00	0,00	161.586.513,00
ENCARGOS ESPECIAIS	14.538.387,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.538.387,00
Despesa Corrente	14.538.387,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.538.387,00
INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA	12.645.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.645.750,00
Despesa Corrente	10.536.969,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.536.969,00
Despesa de Capital	2.108.781,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.108.781,00
PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	54.292.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.292.003,00
Despesa Corrente	54.292.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.292.003,00
PROGRAMA MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA	70.299.188,00	0,00	4.042.042,00	0,00	1.269.143,00	0,00	0,00	4.500.000,00	0,00	80.110.373,00
Despesa Corrente	61.054.939,00	0,00	1.186.296,00	0,00	29.398,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.270.633,00
Despesa de Capital	9.244.249,00	0,00	2.855.746,00	0,00	1.239.745,00	0,00	0,00	4.500.000,00	0,00	17.839.740,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prioridades e Metas da Administração Pública Estadual para o Exercício 2012

Poder Executivo



CC

Fortalecimento Institucional da Governadoria e Gabinete Digital

- Apoio às Famílias em Situação de Extrema Pobreza
- Aprimoramento dos Processos Jurídicos e Administrativos na Casa Civil
- Aquisição de Aeronave Governamental
- Coordenação do Programa RS Mais Igual
- Gabinete Digital e Modernização de Sistemas e Processos Informatizados
- Incentivo à Ética Pública, à Transparência e ao Combate à Corrupção
- Melhoria da Segurança Governamental e Instalações
- Observatório Social
- Restauração Integral e Readequação de Instalações das Edificações da Governadoria

CM

Defesa Civil

- Aparelhamento da Defesa Civil do Estado
- Atendimento a Comunidades em Caso de Calamidade Pública ou Situação de Emergência
- Capacitação de Gestores Estaduais e Municipais de Defesa Civil e Corpo de Voluntários
- Implementação do Sistema de Monitoramento e Alertas Meteorológicos para a Prevenção de Desastres Naturais
- Implementação do Sistema de Prevenção e Atendimento em Acidentes Envolvendo Cargas com Produtos Perigosos
- Promoção da Estruturação das COMDECs
- Promoção de Campanhas de Ajuda Humanitária
- Qualificação das Ações de Defesa Civil

GPRF

Programa de Melhoria da Gestão Municipal

- Articulação para a Realização de Cursos
- Estímulo ao Desenvolvimento de Consórcios
- Promoção das Relações Institucionais



GVG

Programa de Mobilização pela Segurança no Trânsito

- Campanhas Educativas Junto aos Órgãos de Mídia
- Conferência Estadual para Política de Segurança do Trânsito
- Desenvolvimento de Ambiente Temático Educativo para Crianças
- Informações de Segurança no Trânsito para os Turistas do MERCOSUL
- Integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito
- Plano Estadual de Ação Rápida para Atendimento de Ocorrências que Envolvam Produtos Perigosos
- Prêmio Gaúcho de Segurança do Trânsito
- Realização de Seminários de Trânsito

Programa Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais

- Articulação com os Órgãos Federais e Organismos Internacionais para Captação de Recursos
- Divulgação das Ações de Governo
- Implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais
- Realização de Eventos nas Regiões Deprimidas

PGE

Representação Judicial e Consultoria ao Estado

- Informatização do Processo Judicial e do Processo Administrativo
- Manutenção da Representação Judicial e da Consultoria à Administração Pública Estadual
- Modernização Institucional
- Publicidade de Orientação para a Prevenção e Composição de Litígios e Pagamento dos Tributos em Cobrança Judicial

SARH

Década de Ação pela Segurança no Trânsito

- Conscientização sobre os Perigos do Alcool no Trânsito - Balada Segura
- Educação para Segurança no Trânsito
- Implantação da Inspeção Veicular



Gestão da Previdência do Servidor Estadual

Gestão de Inativos e Pensões

Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)

Gestão dos Serviços de Saúde

Gestão dos Arquivos do Estado

Capacitação de Servidores em Arquivística

Execução da Gestão de Documentos

Modernização da Gestão Pública

Ampliação da Ação da Empresa e da Carteira de Produtos

Centros Externos de Impressão

Modernização do Parque Tecnológico e da Rede Lógica da SARH

Modernização e Ampliação do Parque Tecnológico e de Máquinas da CORAG

Normas e Procedimentos de Segurança Patrimonial e de Sistema de Controle de Custos

Remodelação da Central de Compras - CECOM

Programa de Gestão Patrimonial

Gestão de Ativos Imóveis do Estado

Implantação de Sistema de Administração Patrimonial de Bens Móveis

Plano de Proteção e Combate aos Incêndios - PPCI

Reestruturação, Reforma e Ampliação do Centro Administrativo Fernando Ferrari

Restauração e Reforma dos Prédios Públicos, Dotando-os de Acessibilidade Plena

Rede Escola de Governo: Qualificação e Formação Continuada de Servidores Públicos e Agentes Sociais e Revitalização da FDRH

Fomento à Pesquisa nas Três Áreas de Concentração da Escola de Governo

Implantação da Escola da Copa

Implantação da Plataforma de Educação a Distância - EAD

Implantação da Rede Escola de Governo

Modernização da Estrutura da Fundação e Implantação do Novo Plano de Empregos, Funções e Salários

Remodelagem do Processo de Execução dos Concursos Públicos

Universalização do Acesso ao Estágio Profissional



Valorização do(a) Servidor(a) Público(a)

Desenvolvimento de Módulos no Sistema de Recursos Humanos do Estado - RHE
Desmaterialização de Processos de RH
Dimensionamento de Pessoal e Estrutura do Estado
Interiorização da Perícia Médica
Promoção da Saúde do(a) Trabalhador(a)
Qualificação do(a) Servidor(a) Estadual
Redução Progressiva dos Contratos Emergenciais e Temporários
Treinamento de Colaboradores

SCIT

Inclusão Social e Promoção Acadêmica

Integração entre a Educação Básica e Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Fomento à Formação e à Fixação de Recursos Humanos
Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Aplicados à Indústria e Serviços

Modernização Institucional
Modernização Tecnológica do Parque Industrial Gaúcho e Polo Naval
Parque Tecnológico e Incubadoras Tecnológicas
Tecnologia Industrial Básica (TIB)

Programa Modernização e Desenvolvimento da Educação Superior Pública

Estruturação Física, Adequação Patrimonial e Administrativa das Instalações da UERGS
Formação Inicial e Continuada
Fortalecimento, Capacitação e Aprimoramento das Condições de Trabalho dos Servidores
Implantação e Ampliação dos Serviços de Pesquisa, Pós-Graduação, Aporte Tecnológico e Inovação aos Processos Produtivos Locais
Participação em Eventos e Publicidade
Programas e Projetos de Extensão para o Desenvolvimento Regional, Difusão Científica e Cultural



Parcerias SE/UERGS/Instituições de Ensino Superior para Formação de Professores Pesquisadores em sua Área de Atuação

RS Tecnópole

Apoio à Inclusão Digital

Apoio à Inovação

Apoio aos Centros Tecnológicos de Excelência em Inovação

Apoio aos Parques e Polos Tecnológicos

SDPI

Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico

Apoio à Expansão da Banda Larga

Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Estaduais

Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais

Desenvolvimento de Infraestrutura para a Indústria Oceânica, Petróleo e Gás - PGPIN

Desenvolvimento de Infraestrutura para um Centro de Treinamento e Qualificação de Profissionais para Transporte e Logística

Expansão da Oferta de Energias

Promoção do Desenvolvimento da Indústria Oceânica, Petróleo e Gás - PGPIN

Promoção do Desenvolvimento da Economia Gaúcha

Desenvolvimento da Política de Promoção Comercial

Extensão Produtiva

Fortalecimento do Sistema de Desenvolvimento do Estado

Incentivo aos Investimentos no RS

Promoção do Desenvolvimento de Programas Setoriais Integrados

Promoção e Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Prospecção de Recursos, Negócios e Tecnologias

Promoção e Financiamento da Política Industrial do Rio Grande do Sul

Apoio à Inovação e à Tecnologia

Financiamento da Modernização da Gestão e da Infraestrutura Municipal

Financiamento da Modernização de Setores Tradicionais

Financiamento de Outros Setores



Financiamento de Setores Prioritários
Promoção da Participação Acionária em Empresas Gaúchas
Realização de Estudos Setoriais

SDR

Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho

Apoio à Criação de Redes Cooperativistas
Apoio à Gestão e Educação para Cooperativas
Apoio ao Crédito e Saneamento das Cooperativas

Fortalecimento das Cadeias Produtivas Locais e Regionais nas Economias de Base Familiar e Cooperativa

Agroindústria Familiar - Sabor Gaúcho
Apoio à Fruticultura
Apoio à Olericultura
Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos
Apoio aos Pecuaristas Familiares
Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca
Formação para o Desenvolvimento Rural
Leite Gaúcho
Qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural
Troca-Troca de Sementes

Qualificação da Infraestrutura Rural

Irrigando a Agricultura Familiar
Patrulha Agrícola

Reforma Agrária, Ordenamento Fundiário e Apoio às Comunidades Quilombolas e Indígenas

Apoio ao Reconhecimento, à Demarcação, à Regularização e à Titulação de Áreas Quilombolas e Indígenas
Assentamento de Sem-Terra, Reassentamento e Indenização dos Agricultores Desalojados de Áreas Indígenas, Quilombolas e Áreas Atingidas por Barragens
Fortalecimento Etno-Sustentável de Comunidades Indígenas
Fortalecimento Socioeconômico de Comunidades Quilombolas
Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos



Regularização Fundiária

Soberania e Segurança Alimentar, Abastecimento e Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural

Abastecimento do Rio Grande do Sul

Apoio à Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar

Apoio à Comercialização Direta das Economias de Base Familiar e Cooperativa

Apoio às Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar

Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza Extrema

Regionalização do Abastecimento

SE

Qualificação da Democratização da Gestão da Escola, CRE e SEDUC

Articulação de Ações Transversais com Universidades, Órgãos Públicos, Organismos Internacionais e Instituições da Sociedade Civil

Democratização da Gestão Escolar

Democratização das Relações nas Diferentes Instâncias - SEDUC, CREs e Escolas - com a Construção de Políticas de Gestão Educacional

Qualificação da Democratização do Acesso e Permanência com Sucesso na Educação Básica

Acompanhamento da Realidade Educacional

Atendimento da Educação Básica com Qualidade Social e Cidadania

Atendimento progressivo da jornada de tempo integral no Ensino Fundamental

Viabilização do Transporte Escolar

Qualificação da Valorização dos Profissionais da Educação

Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino

Formação inicial - 1ª e 2ª Licenciatura

Formação para a Comunidade Escolar sobre o Processo de Gestão Escolar

Formação Tecnológica

Políticas de Formação Continuada

Políticas de Recursos Humanos

Qualificação e Ampliação da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica

Ampliação de Vagas na Educação Profissional

Ampliação e Conservação dos Espaços Físicos e de Infraestrutura



Ampliação e Manutenção da Oferta de Vagas

Ampliação, Conservação e Qualificação dos Espaços Físicos, do Mobiliário e dos Equipamentos

Capacitação e Formação dos Profissionais que Atuam em EP com Aplicação de Práticas de Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica

Construção de Quadro de Pessoal Específico para a EP

Criação e Adequação dos Cursos às Necessidades Locais e Regionais, de Acordo com os Arranjos Produtivos Locais, com Acompanhamento dos Egressos de EP

Desenvolvimento de Projetos de Inserção Comunitária de Fomento à Pesquisa e de Marketing Institucional

Implantação do Currículo Integrado na Rede de Educação Profissional

Implantação do Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio

Implantação Gradativa de Institutos Estaduais de Educação Profissional

Inserção Institucional no Ciclo de Crescimento Regional

Modernização da Gestão

Modernização e Qualificação dos Recursos de Apoio, Equipamentos Didático-Pedagógicos e do Acervo Bibliográfico

Promoção e Incentivo da Pesquisa nas Escolas com Educação Profissional

Qualificação da Infraestrutura da EP: Manutenção e Revisão de Base de Cálculo da Autonomia Financeira

Qualificação dos Espaços Pedagógicos e Implantação/Implementação de Laboratórios

Realização de Parcerias para a Revitalização das Escolas e Incentivo ao Cooperativismo

Qualificação e Democratização da Gestão Curricular (Democratização do Conhecimento)

Avaliação Institucional Participativa

Participação da Comunidade Escolar na Gestão Curricular

Qualificação e Potencialização do Uso dos Espaços e Equipamentos Pedagógicos

Reconstrução dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Contemplando as suas Transversalidades e Especificidades

Reestruturação Curricular

Qualificação, Recuperação e Ampliação da Infraestrutura Física e Pedagógica e Viabilização da Modernização Tecnológica das Escolas Estaduais

Construção/Reconstrução/Ampliação e Reforma de Escolas

Equipamentos Básicos e de Qualificação Pedagógica

Modernização Tecnológica



SEAPA

Cadeias Produtivas e Fomento Agropecuário

- Apoio à Cadeia Produtiva do Leite
- Apoio à Ovinocultura
- Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha
- Fomento à Cadeia da Silvicultura
- Fomento à Cadeia Produtiva do Feijão
- Fomento à Fruticultura
- Fomento aos Produtos de Base Agropecuária
- Mais Terra Mais Alimento
- Orizicultura e Sustentabilidade
- Política Estadual de Uva e Vinho
- Correção do Solo

Carne Gaúcha - A Melhor Carne do Mundo

- Implantação do Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) em Propriedades Rurais
- Implementação do Módulo de Rastreabilidade no SDA
- Incremento Genético da Bovinocultura em Sistemas de Agricultura e Pecuária Familiar
- Melhoria da Competitividade das Cadeias de Carnes.
- Produção de Carne em Campo Nativo
- Promoção Comercial da Carne
- Rastreabilidade dos Bovinos e Certificação de Propriedade

Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária

- Implementação do Centro Estadual de Previsão e Monitoramento para a Prevenção de Desastres Naturais Relacionados a Fenômenos Climáticos
- Implementação do Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono)
- Inovação Tecnológica
- Pesquisa para a Orizicultura
- Qualidade em Ensaios Laboratoriais
- Resgate da Missão da FEPAGRO e Incentivo à Produtividade Científica



Resgate, Registro e Proteção dos Cultivares das Diversas Espécies Vegetais Desenvolvidas pela FEPAGRO

Promoção da Defesa Agropecuária - Sanidade Animal e Vegetal

Controle de Insumos e Serviços Agropecuários

Defesa Agropecuária

Defesa em Saúde Animal

Defesa Sanitária Vegetal

Educação Sanitária e Comunicação Social

Inspeção de Produtos de Origem Animal

Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

SECDES

Programa de Concertação Econômica e Social

Ação de Concertação Econômica e Social

Acompanhamento das Políticas de Concertação

SECOM

Plano Gaúcho de Inclusão Digital

Apoio ao Programa Gaúcho de Banda Larga

Centros Gaúchos de Recuperação de Computadores

Comunicação Digital

Formação em Inclusão Digital

Internet nas Escolas

Parcerias para a Inclusão Digital

Prêmio Inclusão Digital

Telecentros RS

Unidades Tecnológicas de Inclusão Social

Programa de Comunicação Social

Coordenação das Políticas Públicas de Democratização das Comunicações

Coordenação do Sistema de Comunicação Social

Gestão da Publicidade Institucional do Estado



Parceria para Fomento da Comunicação

Planejamento de Relações Públicas do Gabinete do Governador e da Administração Estadual

Reestruturação Física da SECOM

Seminário Anual de Secretários de Comunicação Social e Inclusão Digital

Reestruturação Tecnológica e Inserção em Novas Mídias Digitais

Ampliação da Cobertura da TVE e Rádio FM Cultura

Estabelecimento de Parcerias

Reestruturação da Programação da TVE e Rádio FM Cultura

Reestruturação do Parque Técnico da TVE e Rádio FM Cultura

SEDAC

Mais Cultura RS

Ações Culturais da OSPA

Ações Culturais no Theatro São Pedro

Ampliação da Participação Cidadã

Ampliação do Acesso a Bens Culturais

Apoio a Eventos Culturais

Apoio às Manifestações Culturais Populares (Carnaval, Capoeira, Artesanato, Hip-Hop e Outros)

Capacitação de Agentes, Gestores Culturais e Servidores da SEDAC

Construção do Teatro da OSPA

Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

Cultura nas Escolas

Desenvolvimento da Economia da Cultura

Implantação do Observatório da Economia da Cultura

Implantação do Sistema Estadual de Cultura

Implementação de Pontos de Cultura

Intercâmbio Cultural

Modernização de Bibliotecas

Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e Ampliação de Acervos



Promoção da Cidadania Cultural e Direitos Humanos das Mulheres
Promoção e Incentivo a Ações Culturais e Preservação da Memória da Cultura Gaúcha
Publicidade, Comunicação e Difusão Cultural

SEFAZ

Programa BANRISUL de Coligadas

Administração de Consórcio
Administração do Cartão Refeisu e Combustível
Armazém Geral e Entrepósito Aduaneiro
Corretora de Valores

Programa BANRISUL de Crédito e Fomento

Cartão BNDES
Financiamento à Comercialização Agropecuária
Financiamento à Construção e Aquisição da Casa Própria
Financiamento à Educação
Financiamento à Saúde
Financiamento ao Custeio Agropecuário
Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social
Financiamento ao Investimento Agropecuário
Financiamento ao Microcrédito
Financiamento para Capital de Giro
Financiamento para Exportação
Financiamento para Pagamento do ICMS

Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Setor Público do RS

Ampliação e Modernização da Infraestrutura (INS)
Data Center - Ampliação da Capacidade de Armazenamento
Data Center - Expansão da Capacidade de Processamento (ECP)
Data Center - Qualificação do Ambiente de Servidores (PAS)
Modernização da Infraestrutura da Rede RS (RRS)



Prestação de Serviços de TIC para o Setor Público (TIC)

Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social

Ampliação e Qualificação da Interação da SEFAZ com a Sociedade e com os Órgãos Públicos

Aperfeiçoamento e Inovação da Gestão Fazendária, Buscando a Excelência na Prestação do Serviço Público

Implementação de Medidas de Capacitação Continuada e de Melhoria das Relações Humanas

Otimização das Receitas e Despesas Públicas, com Justiça Fiscal, Controle e Transparência

SEHABS

Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul

Apoio à Implantação de Sistema de Saneamento

Elaboração de Estudos, Planos, Sistema de Informações, Código de Saneamento e Fundo Estadual

Estruturação do Sistema Estadual de Saneamento e Ampliação do Acesso aos Serviços de Saneamento Básico

Expansão e Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água

Expansão e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário

Fomento de Novos Negócios

Perfuração de Poços Tubulares

Promoção da Expansão do Abastecimento de Água Potável no Meio Rural

Promoção de Medidas Institucionais

Renovação dos Contratos de Programa para Prestação de Serviço de Abastecimento e Esgotamento Sanitário

Repasse dos Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)

Programa Estadual de Produção do Desenvolvimento Urbano e de Regularização Fundiária

Adequação Urbanística

Dignificação da Moradia

Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios

Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado

Programa Estadual de Produção Habitacional

Produção de Ações Habitacionais

SEINFRA

Energia para o Rio Grande

Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Desenvolvimento do Mercado de Biogás no Estado
Eficientização Energética
Expansão da Geração
Expansão da Mineração do Carvão
Expansão da Transmissão
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão (Linhas de Transmissão e Subestações)
Implantação de Planta Piloto para Beneficiamento de Carvão a Seco na Mina de Candiota
Manutenção e Operação da Geração
Manutenção e Operação da Transmissão
Melhoria Operacional do Sistema de Distribuição de Gás Natural
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - CEEE-D
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - CEEE-GT
Planejamento, Estudos e Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural
Produção de Carvão CE - 3.300 na Mina de Candiota
Produção de Carvão CE - 4.200 na Mina do Leão
Realização de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeiro com Dados da Planta Piloto

Gestão das Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística

Articulação de Ações para Construção da Avenida Portuária de São José do Norte
Articulação de Ações para Construção da Ligação a Seco entre as Cidades de Rio Grande e São José do Norte
Articulação de Ações para Construção da Nova Ponte do Guaíba
Articulação de Ações para Construção de Ferrovia
Comercialização de Energia Termoelétrica a Carvão Nacional
Coordenação dos Programas de Infraestrutura e Logística
Criação da Empresa CEEE Telecom
Promoção de Benefícios da Integração Logística do Estado



Ressarcimento das Contas de Resultado a Compensar – CRC/CEEE

Transportes Multimodais

Ampliação da Capacidade de Rodovias

Aprofundamento e Manutenção dos Canais de Acesso ao Complexo Portuário da Grande Porto Alegre

Conservação e Manutenção de Rodovias Estaduais

Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária Estadual

Construção de Rodovias

Elaboração de Estudos Técnicos e Licenciamentos de Obras de Dragagem e Manutenção das Hidrovias

Expansão de Área Portuária

Gestão Ambiental

Gestão do Acesso Aquaviário

Gestão Organizacional do DAER

Implantação do ISPS-CODE

Manutenção dos Aeroportos

Modernização dos Aeroportos do Estado

Modernização e Adaptação da Infraestrutura no Porto do Rio Grande

Operação do Sistema Rodoviário Estadual

Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado do RS

Realização de Estudos de Implantação de Novos Aeroportos

Reestruturação Administrativa e Operacional

Restauração de Pavimentos

Sinalização Náutica das Hidrovias

Terminal Internacional Turístico de Passageiros

SEL

Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Casa do Esporte

Censo do Esporte

Construção de Ginásio Poliesportivo



Desenvolvimento de Ações de Promoção à Saúde, Recreação e Lazer
Desenvolvimento de Ações de Qualificação dos Profissionais de Educação Física e Pesquisa acerca do Esporte e Lazer
Estruturação e Implantação de Polos Regionais de Desenvolvimento do Esporte
Promoção do Esporte de Alto Rendimento
Realização de Competições e Eventos de Inclusão Social e Incentivo ao Esporte
Reestruturação do CETE
Repasse de Recursos da Lei Pelé aos Municípios/Entidades

RS COPA 2014

Capacitação Profissional e Voluntariado
Congressos, Seminários, Oficinas de Trabalhos, Painéis e Intercâmbios Estaduais, Nacionais e Internacionais
Estruturas Temporárias para a COPA
Gerenciamento Integrado dos Projetos Relacionados à Realização da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014
Plano de Comunicação RS COPA 2014
Suporte de TIC ao Programa RS Copa 2014

SEMA

Tutela e Gestão Ambiental Integrada

Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais
Implementação de Sistema de Informações Ambientais
Implementação do Sistema de Gestão de Riscos
Implementação dos Projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico
Implementação na FEPAM da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
Implementação na FZB da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
Implementação na SEMA da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
Iniciativas da FEPAM na Implementação do Sistema de Gestão de Riscos
Iniciativas da FEPAM para a Gestão do Conhecimento e de Pessoas da SEMA, FEPAM E FZB
Iniciativas da FEPAM para a Integração SEMA, FEPAM e FZB
Iniciativas da FZB para a Integração SEMA, FEPAM e FZB
Iniciativas da FZB para Gestão do Conhecimento e de Pessoas da SEMA, FEPAM e FZB



Modernização e Adequação da FEPAM

Modernização e Adequação da FZB

Participação da FEPAM na Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais

Participação da FEPAM na Implementação de Sistema de Informações Ambientais

Participação da FEPAM nos Projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico

Participação da FZB na Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais

Participação da FZB na Implementação de Sistema de Informações Ambientais

Participação da FZB nos Projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico

SEPLAG

Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas

Disseminação de Informações e Serviços à População

Estudo das Aglomerações Urbanas Industriais e Agroindustriais das Principais Cadeias Produtivas do RS

Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre

Qualificação dos Recursos Humanos

Planejamento e Gestão com Participação Cidadã

Captação de Recursos

Ciclo de Planejamento e Orçamento

Estudo e Disponibilização de Informações Socioeconômicas

Fortalecimento Institucional da SEPLAG

Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais - IEDE

Monitoramento e Apoio ao Gerenciamento dos Programas e Projetos Estratégicos

Publicidade para o Planejamento e Gestão com Participação Cidadã

Sistema Estadual de Participação Cidadã

Tudo Fácil - Rede de Serviços ao Cidadão

Regulação dos Serviços Públicos Delegados

Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios

Fomento à Participação Social

Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração



Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados

SES

Educação e Pesquisa em Saúde Coletiva

Ações de Qualificação e Capacitação em Saúde

Educação a Distância

Educação Permanente em Saúde

Política de Incentivo à Pesquisa da FEPPS

Política Estadual de Incentivo à Pesquisa

Política Estadual de Residência Integrada em Saúde

Gestão, Financiamento e Infraestrutura do SUS

Atendimento das Ações Judiciais

Cofinanciamento das Ações de Saúde

Descentralização das Ações de Vigilância em Saúde e de Análises Laboratoriais

Fortalecimento da Auditoria do SUS no RS

Fortalecimento da Infraestrutura da FEPPS

Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES

Fortalecimento da Infraestrutura do SUS no RS

Fortalecimento das Instâncias de Participação Social e Pactuação no SUS

Gerenciamento Financeiro do SUS

Gestão de Tecnologia da Informação

Implantação/Implementação da Ouvidoria do SUS no RS

Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS

Plano de ação de Saúde para a Copa do Mundo 2014

Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais

Qualificação da Rede de Atenção à Saúde no RS

Ações em Vigilância Toxicológica

Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica

Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Assistência Complementar



Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências, de Diagnóstico e Tratamento

Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Rede de Urgência e Emergência

Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Regulação do Acesso

Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Próprios

Ampliação e Qualificação da Vigilância em Saúde

Análises Laboratoriais em Vigilância em Saúde

Fortalecimento da Atenção Básica

Implantação de Linhas de Cuidado: Mãe-Bebê; Criança; Adolescente; Mulher; Homem; Idoso; Bucal; Mental; DST/AIDS; PAN; PIM; Populações Vulneráveis

Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade

Implantação do Regime Especial de Atendimento à Mulher Vítima de Violência para a Realização de Procedimento Cirúrgico Estético Reparador (Lei n.º 13.448/2010)

Realização de Campanhas de Prevenção, Atenção e Combate a Enfermidades (Câncer em seus Diversos Tipos, Anemia Falciforme, Anemia Ferropriva, DST, entre Outros) e à Drogadição

Retorno à Produção de Medicamentos pelo LAFERGS

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

SESAMPE

Fomento às Micro e Pequenas Empresas

Articulação e Apoio à Inserção Produtiva de Pequenos Empreendimentos Associativos Urbanos e Rurais

Capacitação Empresarial: Gestão e Comércio Exterior

Condomínios Empresariais

Fórum Estadual Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Rio Grande do Sul

Incubadoras Empresariais Micro e Pequenas Empresas (MPEs)

Processo de Formalização do Microempreendedor Individual (MEI)

Programa Gaúcho de Microcrédito

Promoção à Divulgação e Comercialização de Produtos das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Redes de Cooperação

Modernização da Junta Comercial

Digitalização do Acervo de Documentos

Emissão de Documentos via Internet



Implantação da REDESIM - Rede nacional

Portal JUCERGS

Processo Digital

Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos da Economia Solidária

Elaboração de Diagnóstico de Identidade, Potencialidades e Políticas Públicas da Economia Solidária

Fomento e Incentivo à criação e Fortalecimento de Cadeias Produtivas de Economia Solidária

Implantação do Programa de Finanças Solidárias aos Empreendimentos da Economia Solidária

Promoção da Comercialização e do Consumo Consciente de Produtos e Serviços da Economia Solidária

Qualificação, Capacitação e Assessoria Técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária

Regulamentação e Implementação da Lei Estadual da Economia Solidária

SETUR

Conheça o Rio Grande

Apoio ao Turismo das Cidades Históricas - Epopeia Farroupilha e Missões

Cadeias Produtivas Locais e Regionais para o Turismo - Produção Associada ao Turismo

Consolidação do Turismo Rural Gaúcho

Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho

Desenvolvimento e Marketing de Produtos Turísticos

Intercâmbio Educacional entre as Regiões Turísticas

Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre

Promoção e Apoio à Comercialização de Destinos Turísticos no Brasil e Exterior

Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo

Cadastramento, Fiscalização e Certificação dos Serviços Turísticos

Consórcio Turístico da RMPA – PRODETUR RS

Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno

Informações, Estudos e Estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul

Infraestrutura e Equipamentos Turísticos para o Bem Receber

Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo

Regionalização do Turismo



SJDH

Programa de Acesso à Justiça

Fortalecimento dos Programas de Proteção à Pessoa

Mutirões de Acesso à Justiça e Defesa dos Direitos

Programa de Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades

Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD

Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação

Construção da Cultura de Acessibilidade

Produção de Conhecimento nas Áreas das Deficiências e das Altas Habilidades/Superdotação

Programa de Combate ao Uso Indevido de Drogas

Enfrentamento ao Crack e à Drogadição

Sistema Estadual de Combate às Drogas

Programa de Promoção dos Direitos Humanos

Educação em Direitos Humanos, Participação Cidadã e Controle Social

Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania

Igualdade Racial, Erradicação da Miséria e Combate à Discriminação

Prevenção e Combate às Drogas, Atenção às Crianças e Adolescentes e à Juventude

Programa de Proteção dos Direitos do Consumidor

Conscientização de Consumidores e Fornecedores

Educação em Direitos do Consumidor

Fiscalização dos Direitos do Consumidor

Modernização e Qualificação do PROCON

Municipalização do PROCON

PROCON Itinerante

Projeto de Ações Integradas

Regionalização do Atendimento do PROCON



Programa Nova FASE

Adequação do Quadro Profissional da FASE

Aquisição de Veículos para a Sede Administrativa e Centros de Atendimento

Construção de Novos Centros de Atendimento Socioeducativo

Formação Profissional dos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação

Modernização da Gestão e Execução das Atividades de Apoio e de Atendimento Socioeducativo da FASE

Qualificação e Capacitação Profissional dos Trabalhadores da FASE

Reforma dos Centros de Atendimento Socioeducativo e Sede Administrativa da FASE

SOP

Gestão de Obras Públicas

Assessoramento Técnico e Operacional aos Municípios

Capacitação de Recursos Humanos para Gestão de Obras Públicas

Elaboração de Caderno de Encargos e Padronização para Obras Públicas

Elaboração e manutenção de cadastro técnico de Próprios Públicos

Elaboração, análise e orçamentação de projetos de arquitetura e engenharia de Obras Públicas

Execução e fiscalização de Obras Públicas e serviços de engenharia e arquitetura

Manutenção e conservação dos Próprios do Estado

Promoção de planos estratégicos de desenvolvimento regional

Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água

Construção de Microaçudes e Capacitação de Técnicos e Agricultores

Elaboração de Projetos, Construção de Barragens e Sistemas Associados, Gestão de Usos Múltiplos da Água e Compensações Ambientais

Elaboração do Plano Diretor de Reservação de Água Para Usos Múltiplos com Enfoque na Irrigação

Implantação de Sistema de Distribuição e Abastecimento de Água em Zonas Rurais

Programa Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Metropolitano, Regional e Municipal

Aperfeiçoamento da Gestão dos Recursos Financeiros Arrecadados pela METROPLAN

Aperfeiçoamento do Processo de Gestão Territorial e Mobilidade Urbana

Produção e Qualificação de Instrumentos para o Planejamento e a Gestão Regional

Promoção das Ações Integradas de Infraestrutura Urbana



Promoção do Desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS

Promoção do Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do Estado

SPM

Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

Apoio à Criação e Fortalecimento de Conselhos e Organismos de Políticas para as Mulheres

Fortalecimento do Conselho Estadual de Direitos da Mulher

Realização de Campanhas, Capacitações e Produção de Conhecimento sobre Temática de Gênero

Mulheres Construindo Autonomia RS

Promoção de Capacitação Profissional para o Mundo do Trabalho

Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

Apoio às Iniciativas de Prevenção à Violência contra Mulheres e Meninas

Criação e Gerenciamento do Observatório da Violência contra a Mulher

Qualificação e Fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Reordenamento Institucional do Centro de Referência Vânia Araújo e Fortalecimento de Centros Municipais de Referência

SSP

Administração e Modernização do Sistema Prisional

Administração Prisional

Formação e Qualificação dos Servidores da SUSEPE

Geração e Recuperação de Vagas no Sistema Prisional

Inclusão Social com Cidadania

Prevenção e Repressão à Criminalidade

Administração da Área de Saúde da SSP

Coordenação e Integração dos Órgãos da SSP

Formação e Qualificação dos Servidores da SSP

Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil

Realização das Funções de Polícia Judiciária para a Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime

Realização das Funções de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública

Realização de Perícias Criminais e de Serviços de Identificação



Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania (PROESCI/RS)

Apoio e Incentivo às Políticas Públicas Municipais

Policciamento Comunitário

Projetos de Prevenção Social à Violência

Territórios da Paz

STDS

Emprego, Trabalho e Renda

Apoio a Ações de Geração de Trabalho e Renda

Desenvolvimento do Artesanato como Geração de Trabalho e Renda

Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego

Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda para Jovens

Gestão, Acompanhamento e Avaliação das Ações do Trabalho, Emprego e Renda

Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego

Implantação e Desenvolvimento de Telecentros nas Agências de Desenvolvimento Social

Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho

Jovem Aprendiz

Plano Territorial de Qualificação - PlanTeQ/RS

Próximo Passo

Qualificação Profissional e Social

Gestão da Política Estadual da Assistência Social

Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias

Apoio Técnico e Financeiro ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS

Atendimento de Crianças e Adolescentes em Medidas de Proteção na FPERGS

Capacitação e Qualificação dos Adolescentes Acolhidos pela FPERGS

Capacitação Especializada para Profissionais que Atendem Pessoas com Deficiência Acolhidas pela FPERGS

Coordenação da Política de Assistência Social

Estabelecimento de Cooperação Técnica para o Acolhimento Institucional

Inserção Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes da FPERGS, em Fase de Desligamento



Mutirão Social

Prêmio Excelência Gestão da Assistência Social

Reordenamento Físico das Unidades de Atendimento da FPERGS

Programa Estadual de Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

Apoio Técnico e Financeiro a Projetos na Área de Segurança Alimentar

Apoio Técnico e Financeiro ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Construção de Cisternas e Gestão da Água para o Consumo Humano

Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável

Implantação de Centros de Referência Alimentar e Nutricional - CRANS

Implantação de Hortas e Cozinhas Comunitárias

Restaurantes Populares

Responsabilidade e Desenvolvimento Social

Apoio Técnico e Financeiro a Projetos Sociais

Atendimento à Comunidade no Centro Humanístico Vida e Parque de Recreação do Trabalhador

Capacitação de Lideranças Comunitárias

Casas da Solidariedade

Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor

Implantação do Portal Transparência Social

Manutenção do Programa Solidariedade - A Nota é Minha

Manutenção e Monitoramento do Centro Infante-Juvenil Zona Sul - Vila Cruzeiro

Monitoramento e Avaliação dos Projetos da Lei da Solidariedade - Rede Parceria Social

Qualificação do Terceiro Setor - Bolsas Internacionais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CADERNO DE REGIONALIZAÇÃO

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Mais terra, mais alimento	IRGA	Fomentar a aquisição de terras pelos agricultores de forma individual ou coletiva (até 50 hectares).	Agricultor beneficiado	unidade	420
Orizicultura e sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Análise de sementes de arroz realizada	unidade	4.800
			Atendimento realizado no esritório e no campo	unidade	6.420
			Evento para divulgação de uso alternativo e aumento do consumo realizado	unidade	8
			Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	24
			Infraestrutura para secagem e armazenamento de grãos na propriedade rural implantada	unidade	312

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao turismo das cidades históricas - Epopéia Farroupilha e Missões	SETUR	Apoiar financeiramente o Turismo como atividade geradora de renda, de forma a promover o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuam potencial turístico ligado à identidade e história farroupilha e missioneira.	Convênio firmado	unidade	4
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	3
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	2
Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho	SETUR	Desenvolver projetos para construção e implementação de estruturas e equipamentos, além da melhoria do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento do turismo náutico.	Projeto desenvolvido	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

Caderno de Regionalização

Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre	SETUR	Apoiar, fortalecer e apoiar a criação de novos negócios e eventos nacionais e internacionais.	Evento turístico captado	unidade	55
--	-------	---	--------------------------	---------	----

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	42
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	10
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	4
			Gestor capacitado para ações de prevenção e resposta aos desastres ambientais	unidade	70

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Desenvolvimento do Artesanato como Geração de Trabalho e Renda	FGTAS	Apoiar a organização do trabalho artesanal no RS, habilitar o artesão para o exercício da profissão, emitir a carteira profissional, apoiar e realizar feiras municipais de artesanato, apoiar a participação e comercialização dos produtos em feiras estaduais, nacionais e internacionais. Restaurar a fachada da Casa do Artesão de Porto Alegre, reformar a loja e editar um catálogo com imagens do produto artesanal e matéria-prima.	Casa do Artesão revitalizada	unidade	1
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	800
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	710.400
Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	479.717
			Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada	unidade	48
			Trabalhador colocado	unidade	84.478
			Trabalhador inscrito	unidade	377.499
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	Rede de distribuição de gás natural expandida	km	396
			Volume de biogás comercializado	m3/d	66.000
			Volume de gás natural comercializado	m3/d	1.664.895
Expansão da mineração do carvão	CRM	Implantar as Minas de Candiota 2, Candiota 3, Candiota 4 e Mina do Iruí em função do sucesso de empreendimentos termoeletricos associados a estas unidades mineiras no Leilão A - 5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados.	Mina do Iruí implantada	%	100
Melhoria operacional do sistema de distribuição de gás natural	SULGÁS	Realizar melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Projeto envolvido: Sistema Supervisório.	Rede de distribuição de gás natural mantida	km	809
			Sistema supervisório central implantado	unidade	1
Produção de Carvão CE - 4.200 na Mina do Leão	CRM	Produzir carvão mineral com poder calorífico de 4.200 Kcal/Kg, na Mina do Leão, para abastecimento da Usina Termoeletrica de São Jerônimo (UTSJ) da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE e atendimento ao mercado spot, industrial e termoeletrico.	Carvão mineral energético nacional produzido	t	97.000

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguaí, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	136.000
Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	3.800

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	2
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	1.100
			Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	480

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Estaduais	SDPI	Incentivar investimentos em empreendimentos industriais por intermédio da disponibilização de terrenos com infraestrutura, para aquisição por empresas a preços subvencionados em áreas e/ou distritos industriais de propriedade do Estado.	Área industrial apoiada	unidade	1
			Distrito industrial apoiado - benfeitorias e manutenção	unidade	2
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	14
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	4
Desenvolvimento de infraestrutura para um centro de treinamento e qualificação de profissionais para transporte e logística	AGDI	Coordenar a criação de um Centro de Treinamento para qualificação dos profissionais de transporte e logística.	Centro de Treinamento Transporte e Logística implantado	unidade	1
Promoção do desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN	AGDI	Promover o desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás e a atração de investimentos para indústria por meio da elaboração e implementação de plano de desenvolvimento, projetos para atração de investimentos, qualificação profissional de trabalhadores, aumento da proporção de fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos estaleiros e integradores, ações para apoiar o desenvolvimento de novos produtos e oferta de linhas de financiamento para empreendimentos.	Nova Planta Produtiva atraída e instalada	unidade	3

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	4

Caderno de Regionalização

Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Amostra de semente analisada nos Laboratórios do IRGA	unidade	11.224
			Amostra de solo, água e grãos analisada	unidade	4.400
			Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	4
			Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	4
			Cultivar de arroz desenvolvido	unidade	11
			Cultivar de soja desenvolvido	unidade	2
			Ensaio científico realizado	unidade	44
			Ensaio de campo para qualificação de pesquisa nas várzeas realizado	unidade	180
			Ensaio e publicação realizado	unidade	4
			Saca (40kg) de semente certificada	unidade	468.000
			Saca (40kg) de semente produzida	unidade	11.600

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	252

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	1.200.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	80
			Kit pericial adquirido	unidade	480

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	68
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	20
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	20
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	50
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	69
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8
			Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.
Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Estágio curricular supervisionado	unidade	40
			Evento formativo realizado	unidade	4
			Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	200
			Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	5

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Consórcio Turístico da RMPA – PRODETUR RS	SETUR	Viabilizar o Consórcio Turístico Metropolitano e de investimentos para a infraestrutura básica e turística, visando atender empreendedores turísticos, comunidade local, gestores públicos e instâncias de governança na Região, para consolidar o turismo de negócios e eventos como segmento-força do ordenamento turístico da RMPA.	Projeto implementado	unidade	4
Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno	SETUR	Desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.	Projeto desenvolvido	unidade	2

Caderno de Regionalização

Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	12
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	3
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	3
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	12

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	8

Caderno de Regionalização

Restaurantes Populares	STDS	Implantar e implementar restaurantes populares que ofereçam refeições equilibradas, nutritivas, em ambientes adequados, a preços acessíveis, em cidades de médio e grande porte, garantido o direito à alimentação, através de repasse aos municípios e entidades.	Restaurante Popular implementado	unidade	1
------------------------	------	--	----------------------------------	---------	---

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana	METROPLAN	Implantar o Sistema e suporte institucional para o Planejamento e Gestão da RMPA e Aglomerações Urbanas. Apoio e assessoramento às Prefeituras Municipais com vistas ao planejamento regional. Elaboração de Planos Integrados e compatibilização das ações das esferas municipal, estadual e federal, em consonância com a proposta de atuação da SOP. Planejamento e execução da governança na implantação de equipamentos urbanos de caráter regional, em especial as ações envolvidas à Copa 2014. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estruturação do Sistema de Planejamento Metropolitano e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Escritório da Aglomeração Urbana do Sul; a Realização do Plano de Desenvolvimento Regional da RMPA e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo; a Realização do Plano Integrado Rodo-Ferrovário; a Implantação das Diretrizes para Ocupação ao Longo de Rodovias e ainda a Realização do Projeto Orlas Metropolitanas.	Diretriz de ocupação ao longo de rodovia estabelecida	unidade	1
			Plano Regional de Desenvolvimento elaborado	unidade	1
			Plano Rodo-Ferrovário realizado	unidade	4
			Projeto Orlas Metropolitanas realizado	unidade	2
			Sistema de planejamento estruturado	unidade	1
			Sistema de avaliação do parcelamento do solo implantado	unidade	32
			Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1
Promoção das ações integradas de infraestrutura urbana	METROPLAN	Elaborar estudos, projetos, propostas e obras de infra estrutura urbana nas áreas de interesse social identificadas nos Planos Municipais de Desenvolvimento, ou decorrentes de propostas de integração regional, buscando a inclusão social, a recuperação de áreas degradadas e a melhoria da mobilidade na RMPA e nos Aglomerados Urbanos. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Mapeamento de Áreas de Risco; a Realização de Projetos de Engenharia para Vias de Circulação; a Pavimentação de Vias de Circulação do Transporte Coletivo; a Pavimentação de Av. Metropolitanas; o projeto e a Implantação da Av. do Litoral; a Duplicação das Avenidas Urbanas e ainda a Qualificação da Linha de Trem da Aglomeração do Nordeste.	Avenida Metropolitana Leste Pavimentada	unidade	1
			Duplicação da Avenidas Protásio Alves e Caminho do Meio Implantada	km	10
			Estudo de Concepção da Avenida Metropolitana Oeste Realizado	unidade	1
			Mapeamento de Área de Risco Realizado	unidade	1
			Projeto Final de Engenharia da Avenida Metropolitana Leste Realizado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Promoção do desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS	METROPLAN	Realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana. Visa ainda a realização dos trabalhos de Supervisão, Análise, Adequação e Detalhamento de projetos de mobilidade urbana e também os serviços e operações relacionadas à Fiscalização do sistema de transportes coletivo metropolitano e melhoria do atendimento aos seus usuários. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Sistema de Transporte Metropolitano por Municípios Integrantes do PITMurb; o Grupo Executivo de Implantação do Metrô; a adequação do Sistema de Transporte Metropolitano; a Supervisão da Adequação do Projeto de Integração do Sistema de Transportes Metropolitano - Região Norte; a Coordenação Técnica e Fiscalização dos Projetos de Infraestrutura em Corredores exclusivos para ônibus - PAC 2; o Projeto de Adequação do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano articulado à Hidrovia; o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o transporte hidroviário POA – Triunfo; da Av. Perimetral Metropolitana; a Ampliação da Fiscalização; a Reestruturação do SAAC; a Elaboração do Projeto de Estruturação do Mobiliário Urbano; a Elaboração do Projeto de Mapeamento e Cadastramento de Itinerários das linhas Metropolitanas; a Elaboração de Mapeamento em GIS e o Cadastramento e Levantamento da Situação do Mobiliário Urbano.	Fiscalização da Frota de Veículos do Transporte Coletivo de Passageiros Realizada	%	72
Promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental da RMPA e Aglomerações Urbanas do Estado	METROPLAN	Promover informações consistentes e estudos básicos são necessários ao planejamento. A busca de recursos administrativos e financeiros são indispensáveis para a implantação de projetos de desenvolvimento. Quanto as condições sociais há necessidade de melhorar, através da geração de emprego e renda, as populações carentes. Nas questões ambientais, não se pode deixar de se observar o estabelecido no Plano de Governo, que trata da natureza educativa, a intervenção nas áreas de risco e a criação da Agência das Águas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Implantação do Sistema de Informações Sócio econômicas e de dados Georeferenciados da RMPA; a Conclusão do Atlas Social na RMPA e Aglomerações Urbanas; a Construção de Galpões de Reciclagem; o Fomento e o Apoio à Instalação de Cooperativas e Associações de Recicladores de lixo; a Elaboração do Plano Diretor dos Resíduos Sólidos; a Intervenção em Áreas de Risco; a Implantação de Ecoparque; a Recuperação de Áreas Degradadas e a Implantação da Agência das Águas.	Agencia das Águas Implantada Área Degradada Recuperada Atlas Social Concluído Proposta de Desenvolvimento Econômico Realizada	unidade unidade unidade unidade	1 4 4 4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação com os órgãos federais e organismos internacionais para captação de recursos	GVG	Realizar reuniões com órgãos do governo, instituições financeiras e organismos internacionais, bem como contratar consultoria para a obtenção de parecer e acompanhamento técnico visando à captação de recursos para financiamento de projetos.	Ação articulada	unidade	88
Divulgação das ações de governo	GVG	Divulgar as ações de governo e informar aos pequenos e médios investidores sobre as fontes de recursos disponíveis, por meio de material informativo.	Cartilha distribuída Panfleto distribuído	unidade unidade	4.000 40.000
Implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	GVG	Realizar Seminários envolvendo as comunidades locais juntamente com as esferas governamentais, de forma a reduzir as desigualdades regionais.	Seminário realizado	unidade	2
Realização de eventos nas regiões deprimidas	GVG	Realizar reuniões nas regiões deprimidas, com participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, objetivando definir estratégias e articulações necessárias à concretização dos projetos.	Evento realizado	unidade	36

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	700
			Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	2
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e instituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	4
			Programa Setorial implementado	unidade	2
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	8
			APL com coordenação capacitada	unidade	3
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	260
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	3

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Atendimento à Comunidade no Centro Humanístico Vida e Parque de Recreação do Trabalhador	FGTAS	Atender, preferencialmente, pessoas dos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade social; desenvolver atividades que promovam a dignidade da pessoa com vistas à convivência com famílias, idosos, adultos, adolescentes e crianças, voltadas para a saúde, educação, cultura, meio ambiente, recreação, lazer, esporte e trabalho, na perspectiva de garantir o acesso aos direitos sociais básicos.	Atendimento realizado	unidade	600.000
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, ABASTECIMENTO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO MEIO RURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Abastecimento do Rio Grande do Sul	CEASA	Organizar o abastecimento de hortifrutigranjeiros do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através da oferta de um centro de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.	Alimento comercializado no Complexo CEASA/RS	t	520.000

Caderno de Regionalização

Abastecimento do Rio Grande do Sul	CEASA	Organizar o abastecimento de hortifrutigranjeiros do Estado do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através da oferta de um centro de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.	Alimento distribuído pelo programa assistencial ' Banco de Alimentos´	t	12.000
			Usuário beneficiado pelo Complexo da CEASA/RS	unidade	16.000

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre	SPH	Aprofundar e manter os canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre, de 17 para 19 pés, ligando ao Porto do Rio Grande, permitindo a entrada de navios de maior capacidade. Manter a continuidade dos canais . Realizar dragagem de manutenção e regularização dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Cai, Sinos e Gravataí, objetivando normalizar as condições de navegabilidade da hidrovia, permitindo a navegação com segurança das embarcações que demandam os Portos interiores e Terminais especializados localizados na Bacia Sudeste - insumos e manufaturados, produzidos e consumidos pela economia gaúcha.	Canal aprofundado	m3	16.000.000
			Canal mantido	m3	2.000.000
Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias	SPH	Elaborar estudos e projetos de impacto ambiental dos Portos e Hidrovias, e licenciamento ambiental das obras de dragagem de manutenção das hidrovias - Lagoa dos Patos, Guaíba, Jacuí, Gravataí, Sinos e Cai. Contratar estudos de viabilidade econômica para o Porto de São Leopoldo e aumentar o calado nos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre.	Estudo Técnico elaborado	unidade	1
			Estudo Técnico elaborado - Porto de São Leopoldo	unidade	1
			Projeto aprovado e licenciado	unidade	7
Realização de estudos de implantação de novos aeroportos	SEINFRA	Contratar consultoria para estudos de demanda, de localização de sítios aeroportuários e de impacto ambiental.	Estudo elaborado	unidade	1
Reestruturação administrativa e operacional	SPH	Ampliar as atividades de carga e descarga de manufaturados e insumos consumidos e/ou produzidos pela economia do Estado, através da construção de 600 metros de instalações de acostagem no Porto de Porto Alegre e de duas novas plataformas, inferior e superior, de acostagem, medindo 30x70 metros cada, para conclusão do projeto elaborado pelo batalhão ferroviário no Porto de Cachoeira do Sul. Adquirir 3 guindastes elétricos para o Porto de Porto Alegre, 25 conjuntos de defensas e construir/ampliar linhas férreas para guindastes para os Portos de Porto Alegre e Pelotas, além de modernizar o parque de embarcações da SPH, através de novas aquisições e recuperação das embarcações. Concluir as obras de implantação do novo plano inclinado do Estaleiro Naval de Triunfo, destinado à manutenção preventiva e corretiva das embarcações e construir uma nova sede para a SPH, dentro da área portuária de aproximadamente 1.300m² no Cais Navegantes.	Cais construído - Porto Alegre	m	600
			Capacidade operacional ampliada	t	1.300.000
			Plano Inclinado de Triunfo concluído	%	100
			Sede da SPH construída	%	100
Sinalização náutica das hidrovias	SPH	Adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando trafegabilidade segura 24 horas ao dia de embarcações de cargas e passageiros, atendendo aos requisitos da Copa 2014.	Distância sinalizada	km	262,5
Terminal Internacional Turístico de Passageiros	SPH	Construir e implantar Terminal Turístico de Passageiros, assim como estacionamentos e acessos internos pavimentados, para atender a demanda de Turistas. Com a ação, Porto Alegre passará a integrar a escala de navios turísticos que demandam a costa brasileira, atendendo aos requisitos da Copa 2014.	Terminal Turístico construído	%	100

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	5

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Orizicultura e sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Atendimento realizado no esrítório e no campo	unidade	4.204
			Evento para divulgação de uso alternativo e aumento do consumo realizado	unidade	4
			Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	4

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao turismo das cidades históricas - Epopeia Farroupilha e Missões	SETUR	Apoiar financeiramente o Turismo como atividade geradora de renda, de forma a promover o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuam potencial turístico ligado à identidade e história farroupilha e missioneira.	Convênio firmado	unidade	4
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	2
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	2
Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho	SETUR	Desenvolver projetos para construção e implementação de estruturas e equipamentos, além da melhoria do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento do turismo náutico.	Projeto desenvolvido	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	6
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	2
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	4
			Gestor capacitado para ações de prevenção e resposta aos desastres ambientais	unidade	59

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	74.000
Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	45.256
			Trabalhador colocado	unidade	42.240
			Trabalhador inscrito	unidade	188.750
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	Rede de distribuição de gás natural expandida	km	10
			Volume de gás natural comercializado	m3/d	21.882

Melhoria operacional do sistema de distribuição de gás natural	SULGÁS	Realizar melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Projeto envolvido: Sistema Supervisório.	Rede de distribuição de gás natural mantida	km	10
--	--------	--	---	----	----

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	32.000

Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	1.250
---	------	--	--------------------	---------	-------

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	1

Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	330
---	-------	--	------------------------------------	---------	-----

Caderno de Regionalização

Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERG	<p>Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.</p>	Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	185
---	------	---	---------------------------------------	---------	-----

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	6
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	4
Promoção do desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN	AGDI	<p>Promover o desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás e a atração de investimentos para indústria por meio da elaboração e implementação de plano de desenvolvimento, projetos para atração de investimentos, qualificação profissional de trabalhadores, aumento da proporção de fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos estaleiros e integradores, ações para apoiar o desenvolvimento de novos produtos e oferta de linhas de financiamento para empreendimentos.</p>	Nova Planta Produtiva atraída e instalada	unidade	4

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Pesquisa para a orizicultura	IRGA	<p>Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.</p>	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	4
			Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	4
			Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	4

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	<p>Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.</p>	Evento realizado	unidade	150

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	160.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	20
			Kit pericial adquirido	unidade	40

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional			
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	16			
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	16			
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8			
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	20			
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	59			
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8			
			Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.	Pessoa com deficiência/pessoa com altas habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	840
			Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
						Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
						Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	2

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	2
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	2
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	2
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	5

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	700
			Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	2
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e insituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	2
			Programa Setorial implementado	unidade	1
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	6
			APL com coordenação capacitada	unidade	2
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	160
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	2

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre	SPH	Aprofundar e manter os canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre, de 17 para 19 pés, ligando ao Porto do Rio Grande, permitindo a entrada de navios de maior capacidade. Manter a continuidade dos canais . Realizar dragagem de manutenção e regularização dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Cai, Sinos e Gravataí, objetivando normalizar as condições de navegabilidade da hidrovia, permitindo a navegação com segurança das embarcações que demandam os Portos interiores e Terminais especializados localizados na Bacia Sudeste - insumos e manufaturados, produzidos e consumidos pela economia gaúcha.	Canal mantido	m3	1.000.000
Sinalização náutica das hidrovias	SPH	Adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando trafegabilidade segura 24 horas ao dia de embarcações de cargas e passageiros, atendendo aos requisitos da Copa 2014.	Distância sinalizada	km	105

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	2

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	2
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	4
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	2
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	4
			Gestor capacitado para ações de prevenção e resposta aos desastres ambientais	unidade	48

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	207.200

Caderno de Regionalização

Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	99.564
			Trabalhador colocado	unidade	30.171
			Trabalhador inscrito	unidade	134.822
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	Rede de distribuição de gás natural expandida	km	47
			Volume de biogás comercializado	m3/d	13.200
			Volume de gás natural comercializado	m3/d	148.062
Melhoria operacional do sistema de distribuição de gás natural	SULGÁS	Realizar melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Projeto envolvido: Sistema Supervisório.	Rede de distribuição de gás natural mantida	km	202

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	52.000

Caderno de Regionalização

Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	1.475
---	------	--	--------------------	---------	-------

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	1
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	700
			Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	330

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	4
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	5

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	133

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	240.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	16
			Kit pericial adquirido	unidade	40

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	20
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	12
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	30
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	48
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8
			Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.
Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
			Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
			Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	3

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno	SETUR	Desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.	Projeto desenvolvido	unidade	1
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	16

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	5
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	5
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	12

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	<p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa.</p> <p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.</p>	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana	METROPLAN	Implantar o Sistema e suporte institucional para o Planejamento e Gestão da RMPA e Aglomerações Urbanas. Apoio e assessoramento às Prefeituras Municipais com vistas ao planejamento regional. Elaboração de Planos Integrados e compatibilização das ações das esferas municipal, estadual e federal, em consonância com a proposta de atuação da SOP. Planejamento e execução da governança na implantação de equipamentos urbanos de caráter regional, em especial as ações envolvidas à Copa 2014. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estruturação do Sistema de Planejamento Metropolitano e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Escritório da Aglomeração Urbana do Sul; a Realização do Plano de Desenvolvimento Regional da RMPA e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo; a Realização do Plano Integrado Rodo-Ferrovário; a Implantação das Diretrizes para Ocupação ao Longo de Rodovias e ainda a Realização do Projeto Orlas Metropolitanas.	Diretriz de ocupação ao longo de rodovia estabelecida	unidade	1
			Escritório regional atual qualificado	unidade	1
			Plano Regional de Desenvolvimento elaborado	unidade	1
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1
Promoção das ações integradas de infraestrutura urbana	METROPLAN	Elaborar estudos, projetos, propostas e obras de infra estrutura urbana nas áreas de interesse social identificadas nos Planos Municipais de Desenvolvimento, ou decorrentes de propostas de integração regional, buscando a inclusão social, a recuperação de áreas degradadas e a melhoria da mobilidade na RMPA e nos Aglomerados Urbanos. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Mapeamento de Áreas de Risco; a Realização de Projetos de Engenharia para Vias de Circulação; a Pavimentação de Vias de Circulação do Transporte Coletivo; a Pavimentação de Av. Metropolitanas; o projeto e a Implantação da Av. do Litoral; a Duplicação das Avenidas Urbanas e ainda a Qualificação da Linha de Trem da Aglomeração do Nordeste.	Estudo de Qualificação da Rede Integrada para Trem Regional (Caxias do Sul - Bento Gonçalves) Realizado	unidade	1
			Mapeamento de Área de Risco Realizado	unidade	1
Promoção do desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS	METROPLAN	Realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana. Visa ainda a realização dos trabalhos de Supervisão, Análise, Adequação e Detalhamento de projetos de mobilidade urbana e também os serviços e operações relacionadas à Fiscalização do sistema de transportes coletivo metropolitano e melhoria do atendimento aos seus usuários. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Sistema de Transporte Metropolitano por Municípios Integrantes do PITMurb; o Grupo Executivo de Implantação do Metrô; a adequação do Sistema de Transporte Metropolitano; a Supervisão da Adequação do Projeto de Integração do Sistema de Transportes Metropolitano - Região Norte; a Coordenação Técnica e Fiscalização dos Projetos de Infraestrutura em Corredores exclusivos para ônibus - PAC 2; o Projeto de Adequação do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano articulado à Hidrovia; o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o transporte hidroviário POA – Triunfo; da Av. Perimetral Metropolitana; a Ampliação da Fiscalização; a Reestruturação do SAAC; a Elaboração do Projeto de Estruturação do Mobiliário Urbano; a Elaboração do Projeto de Mapeamento e Cadastramento de Itinerários das linhas Metropolitanas; a Elaboração de Mapeamento em GIS e o Cadastramento e Levantamento da Situação do Mobiliário Urbano.	Fiscalização da Frota de Veículos do Transporte Coletivo de Passageiros Realizada	%	12

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	1.400
			Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	3
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e instituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	3
			Programa Setorial implementado	unidade	2
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	16
			APL com coordenação capacitada	unidade	3
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	270
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	3

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Manutenção dos aeroportos	SEINFRA	Manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços.	Aeroporto mantido	unidade	2
Modernização dos aeroportos do Estado	SEINFRA	Contratar projetos para aeroportos regionais ou internacionais novos ou existentes e consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros, para a realização no Rio Grande do Sul de grandes eventos como a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.	Aeroporto construído	%	100
			Aeroporto modernizado	unidade	1
Realização de estudos de implantação de novos aeroportos	SEINFRA	Contratar consultoria para estudos de demanda, de localização de sítios aeroportuários e de impacto ambiental.	Estudo elaborado	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	3

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Orizicultura e sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de granizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Atendimento realizado no esrítório e no campo	unidade	4.708
			Capacidade de armazenamento recuperada e ampliada	t	8.000
			Evento para divulgação de uso alternativo e aumento do consumo realizado	unidade	4
			Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	4

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	2
Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho	SETUR	Desenvolver projetos para construção e implementação de estruturas e equipamentos, além da melhoria do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento do turismo náutico.	Projeto desenvolvido	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	4
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	2
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	4
			Gestor capacitado para ações de prevenção e resposta aos desastres ambientais	unidade	21

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	59.200
Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	9.051
			Trabalhador colocado	unidade	15.086
			Trabalhador inscrito	unidade	67.411
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	Volume de gás natural comercializado	m3/d	9.521
---	--------	--	--------------------------------------	------	-------

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	16.000
Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	550

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	1
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	220
			Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	145

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	2
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	4

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	4
			Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	4
			Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	4
			Saca (40kg) de semente certificada	unidade	504.000

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	56

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	80.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	12
			Kit pericial adquirido	unidade	60

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	8
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	8
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	10
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	21
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8
			Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.
Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
			Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
			Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno	SETUR	Desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.	Projeto desenvolvido	unidade	1
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	6

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	2
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	2
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	<p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa.</p> <p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.</p>	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana	METROPLAN	Implantar o Sistema e suporte institucional para o Planejamento e Gestão da RMPA e Aglomerações Urbanas. Apoio e assessoramento às Prefeituras Municipais com vistas ao planejamento regional. Elaboração de Planos Integrados e compatibilização das ações das esferas municipal, estadual e federal, em consonância com a proposta de atuação da SOP. Planejamento e execução da governança na implantação de equipamentos urbanos de caráter regional, em especial as ações envolvidas à Copa 2014. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estruturação do Sistema de Planejamento Metropolitano e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Escritório da Aglomeração Urbana do Sul; a Realização do Plano de Desenvolvimento Regional da RMPA e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo; a Realização do Plano Integrado Rodo-Ferrovário; a Implantação das Diretrizes para Ocupação ao Longo de Rodovias e ainda a Realização do Projeto Orlas Metropolitanas.	Diretriz de ocupação ao longo de rodovia estabelecida	unidade	1
			Escritório regional implantado	unidade	1
			Plano Regional de Desenvolvimento elaborado	unidade	1
			Sistema de planejamento estruturado	unidade	1
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1
Promoção das ações integradas de infraestrutura urbana	METROPLAN	Elaborar estudos, projetos, propostas e obras de infra estrutura urbana nas áreas de interesse social identificadas nos Planos Municipais de Desenvolvimento, ou decorrentes de propostas de integração regional, buscando a inclusão social, a recuperação de áreas degradadas e a melhoria da mobilidade na RMPA e nos Aglomerados Urbanos. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Mapeamento de Áreas de Risco; a Realização de Projetos de Engenharia para Vias de Circulação; a Pavimentação de Vias de Circulação do Transporte Coletivo; a Pavimentação de Av. Metropolitanas; o projeto e a Implantação da Av. do Litoral; a Duplicação das Avenidas Urbanas e ainda a Qualificação da Linha de Trem da Aglomeração do Nordeste.	Avenida do Litoral - Projeto Final Engenharia Realizado	km	106,2
			Avenida do Litoral Pavimentada	km	65,36
Promoção do desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS	METROPLAN	Realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana. Visa ainda a realização dos trabalhos de Supervisão, Análise, Adequação e Detalhamento de projetos de mobilidade urbana e também os serviços e operações relacionadas à Fiscalização do sistema de transportes coletivo metropolitano e melhoria do atendimento aos seus usuários. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Sistema de Transporte Metropolitano por Municípios Integrantes do PITMurb; o Grupo Executivo de Implantação do Metrô; a adequação do Sistema de Transporte Metropolitano; a Supervisão da Adequação do Projeto de Integração do Sistema de Transportes Metropolitano - Região Norte; a Coordenação Técnica e Fiscalização dos Projetos de Infraestrutura em Corredores exclusivos para ônibus - PAC 2; o Projeto de Adequação do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano articulado à Hidrovia; o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o transporte hidroviário POA – Triunfo; da Av. Perimetral Metropolitana; a Ampliação da Fiscalização; a Reestruturação do SAAC; a Elaboração do Projeto de Estruturação do Mobiliário Urbano; a Elaboração do Projeto de Mapeamento e Cadastramento de Itinerários das linhas Metropolitanas; a Elaboração de Mapeamento em GIS e o Cadastramento e Levantamento da Situação do Mobiliário Urbano.	Fiscalização da Frota de Veículos do Transporte Coletivo de Passageiros Realizada	%	8

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	700
			Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	2
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e instituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	1
			Programa Setorial implementado	unidade	1
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	4
			APL com coordenação capacitada	unidade	1
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	110
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	1

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Manutenção dos aeroportos	SEINFRA	Manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços.	Aeroporto mantido	unidade	1

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Mais terra, mais alimento	IRGA	Fomentar a aquisição de terras pelos agricultores de forma individual ou coletiva (até 50 hectares).	Agricultor beneficiado	unidade	55
Orizicultura e sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Análise de sementes de arroz realizada	unidade	4.800
			Atendimento realizado no esritório e no campo	unidade	8.944
			Evento para divulgação de uso alternativo e aumento do consumo realizado	unidade	4
			Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	8
			Infraestrutura para secagem e armazenamento de grãos na propriedade rural implantada	unidade	216

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao turismo das cidades históricas - Epopéia Farroupilha e Missões	SETUR	Apoiar financeiramente o Turismo como atividade geradora de renda, de forma a promover o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuam potencial turístico ligado à identidade e história farroupilha e missioneira.	Convênio firmado	unidade	4
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	2
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	1
Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho	SETUR	Desenvolver projetos para construção e implementação de estruturas e equipamentos, além da melhoria do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento do turismo náutico.	Projeto desenvolvido	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	8
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	2
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	4
			Gestor capacitado para ações de prevenção e resposta aos desastres ambientais	unidade	22

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	103.600
Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	72.410
			Trabalhador colocado	unidade	21.119
			Trabalhador inscrito	unidade	94.375
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	Volume de gás natural comercializado	m3/d	2.563
---	--------	--	--------------------------------------	------	-------

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	32.000
Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	1.000

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Estaduais	SDPI	Incentivar investimentos em empreendimentos industriais por intermédio da disponibilização de terrenos com infraestrutura, para aquisição por empresas a preços subvencionados em áreas e/ou distritos industriais de propriedade do Estado.	Distrito industrial apoiado - benfeitorias e manutenção	unidade	1
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	4
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	4
Promoção do desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás - PGPIN	AGDI	Promover o desenvolvimento da indústria oceânica, petróleo e gás e a atração de investimentos para indústria por meio da elaboração e implementação de plano de desenvolvimento, projetos para atração de investimentos, qualificação profissional de trabalhadores, aumento da proporção de fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos estaleiros e integradores, ações para apoiar o desenvolvimento de novos produtos e oferta de linhas de financiamento para empreendimentos.	Nova Planta Produtiva atraída e instalada	unidade	9

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	4
			Amostra de semente analisada nos Laboratórios do IRGA	unidade	5.612
			Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	4
			Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	4
			Ensaio de campo para qualificação de pesquisa nas várzeas realizado	unidade	140
			Saca (40kg) de semente certificada	unidade	576.000

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	56

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	220.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	16
			Kit pericial adquirido	unidade	40

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	8

Caderno de Regionalização

Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	12
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	10
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	22
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8
Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.	Pessoa com deficiência/pessoa com altas habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	820
Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
			Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
			Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	4
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	3
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	3
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	7

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	<p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa.</p> <p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.</p>	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aperfeiçoamento do processo de gestão territorial e mobilidade urbana	METROPLAN	<p>Implantar o Sistema e suporte institucional para o Planejamento e Gestão da RMPA e Aglomerações Urbanas. Apoio e assessoramento às Prefeituras Municipais com vistas ao planejamento regional. Elaboração de Planos Integrados e compatibilização das ações das esferas municipal, estadual e federal, em consonância com a proposta de atuação da SOP.</p> <p>Planejamento e execução da governança na implantação de equipamentos urbanos de caráter regional, em especial as ações envolvidas à Copa 2014. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão a Estruturação do Sistema de Planejamento Metropolitano e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Escritório da Aglomeração Urbana do Sul; a Realização do Plano de Desenvolvimento Regional da RMPA e das Aglomerações Urbanas; a Implantação do Sistema Metropolitano de Avaliação do Parcelamento do Solo; a Realização do Plano Integrado Rodo-Ferrovário; a Implantação das Diretrizes para Ocupação ao Longo de Rodovias e ainda a Realização do Projeto Orlas Metropolitanas.</p>	Diretriz de ocupação ao longo de rodovia estabelecida Escritório regional implantado Plano Regional de Desenvolvimento elaborado Sistema de planejamento estruturado	unidade	1
				unidade	1
				unidade	1
				unidade	1

Caderno de Regionalização

Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1
Promoção do desenvolvimento da Mobilidade Urbana da RMPA e Aglomerações Urbanas do RS	METROPLAN	Realizar estudos e implantar planos e projetos de mobilidade urbana. Visa ainda a realização dos trabalhos de Supervisão, Análise, Adequação e Detalhamento de projetos de mobilidade urbana e também os serviços e operações relacionadas à Fiscalização do sistema de transportes coletivo metropolitano e melhoria do atendimento aos seus usuários. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos técnicos e operações que envolverão o Sistema de Transporte Metropolitano por Municípios Integrantes do PITMurb; o Grupo Executivo de Implantação do Metrô; a adequação do Sistema de Transporte Metropolitano; a Supervisão da Adequação do Projeto de Integração do Sistema de Transportes Metropolitano - Região Norte; a Coordenação Técnica e Fiscalização dos Projetos de Infraestrutura em Corredores exclusivos para ônibus - PAC 2; o Projeto de Adequação do Sistema Integrado de Transporte Metropolitano articulado à Hidrovia; o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para o transporte hidroviário POA – Triunfo; da Av. Perimetral Metropolitana; a Ampliação da Fiscalização; a Reestruturação do SAAC; a Elaboração do Projeto de Estruturação do Mobiliário Urbano; a Elaboração do Projeto de Mapeamento e Cadastramento de Itinerários das linhas Metropolitanas; a Elaboração de Mapeamento em GIS e o Cadastramento e Levantamento da Situação do Mobiliário Urbano.	Fiscalização da Frota de Veículos do Transporte Coletivo de Passageiros Realizada	%	8

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação com os órgãos federais e organismos internacionais para captação de recursos	GVG	Realizar reuniões com órgãos do governo, instituições financeiras e organismos internacionais, bem como contratar consultoria para a obtenção de parecer e acompanhamento técnico visando à captação de recursos para financiamento de projetos.	Ação articulada	unidade	88
Divulgação das ações de governo	GVG	Divulgar as ações de governo e informar aos pequenos e médios investidores sobre as fontes de recursos disponíveis, por meio de material informativo.	Cartilha distribuída Panfleto distribuído	unidade unidade	2.000 20.000
Implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	GVG	Realizar Seminários envolvendo as comunidades locais juntamente com as esferas governamentais, de forma a reduzir as desigualdades regionais.	Seminário realizado	unidade	1
Realização de eventos nas regiões deprimidas	GVG	Realizar reuniões nas regiões deprimidas, com participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, objetivando definir estratégias e articulações necessárias à concretização dos projetos.	Evento realizado	unidade	24

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade unidade	700 2

Caderno de Regionalização

Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e insituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	2
			Programa Setorial implementado	unidade	2
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	7
			APL com coordenação capacitada	unidade	3
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	160
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	3

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aprofundamento e manutenção dos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre	SPH	Aprofundar e manter os canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre, de 17 para 19 pés, ligando ao Porto do Rio Grande, permitindo a entrada de navios de maior capacidade. Manter a continuidade dos canais . Realizar dragagem de manutenção e regularização dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Cai, Sinos e Gravataí, objetivando normalizar as condições de navegabilidade da hidrovia, permitindo a navegação com segurança das embarcações que demandam os Portos interiores e Terminais especializados localizados na Bacia Sudeste - insumos e manufaturados, produzidos e consumidos pela economia gaúcha.	Canal aprofundado	m3	4.000.000
			Canal mantido	m3	1.000.000
Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias	SPH	Elaborar estudos e projetos de impacto ambiental dos Portos e Hidrovias, e licenciamento ambiental das obras de dragagem de manutenção das hidrovias - Lagoa dos Patos, Guaíba, Jacuí, Gravataí, Sinos e Cai. Contratar estudos de viabilidade econômica para o Porto de São Leopoldo e aumentar o calado nos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre.	Projeto aprovado e licenciado	unidade	1
Expansão de área portuária	SUPRG	Criar novas áreas para atividade portuária, atendendo às necessidades do crescimento da movimentação de cargas e organização da atividade pesqueira.	Área Portuária retomada	unidade	1
			Projeto Porto Ponta Mangueira desenvolvido	unidade	1
			Terminal para atividade pesqueira criado	unidade	1

Caderno de Regionalização

Gestão ambiental	SUPRG	Gerenciar as operações de acordo com as exigências da legislação ambiental, implementando as ações através da implantação de Planos de Prevenção de Resíduos Ambientais - PPRA, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, qualidade da água, sedimentos, bento e teste ecotoxicológicos e monitoramento da fauna.	Licença de Operação assegurada no Porto Organizado do Rio Grande	unidade	4
Gestão do Acesso Aquaviário	SUPRG	Manter os canais de acesso e bacias de evolução aprofundados, modernizados e sinalizados para maior segurança e eficiência na trafegabilidade.	Canal de Acesso e Bacia de Evolução aprofundado e retificado	m3	12.000.000
			Canal de Acesso e Bacia de Evolução modernizado, sinalizado e com aprofundamento mantido	m3	24.000.000
			Canal sinalizado e controlado	unidade	1
Implantação do ISPS-CODE	SPH	Adequação do Porto de Pelotas aos padrões de Segurança Internacional (ISPS-CODE) para tráfego internacional de cargas.	Sistema implantado	%	100
Manutenção dos aeroportos	SEINFRA	Manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços.	Aeroporto mantido	unidade	1
Modernização dos aeroportos do Estado	SEINFRA	Contratar projetos para aeroportos regionais ou internacionais novos ou existentes e consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros, para a realização no Rio Grande do Sul de grandes eventos como a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.	Aeroporto modernizado	unidade	1
Modernização e Adaptação da Infraestrutura no Porto do Rio Grande	SUPRG	Modernizar a infra-estrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande.	Infraestrutura de Acostagem Modernizada.	m	1.425
			Instalações Recuperadas, Adaptadas e Revitalizadas.	%	100
			Pontos de Atracação e Fundeio no Interior do Porto Novo.	unidade	5
Reestruturação administrativa e operacional	SPH	Ampliar as atividades de carga e descarga de manufaturados e insumos consumidos e/ou produzidos pela economia do Estado, através da construção de 600 metros de instalações de acostagem no Porto de Porto Alegre e de duas novas plataformas, inferior e superior, de acostagem, medindo 30x70 metros cada, para conclusão do projeto elaborado pelo batalhão ferroviário no Porto de Cachoeira do Sul. Adquirir 3 guindastes elétricos para o Porto de Porto Alegre, 25 conjuntos de defensas e construir/ampliar linhas férreas para guindastes para os Portos de Porto Alegre e Pelotas, além de modernizar o parque de embarcações da SPH, através de novas aquisições e recuperação das embarcações. Concluir as obras de implantação do novo plano inclinado do Estaleiro Naval de Triunfo, destinado à manutenção preventiva e corretiva das embarcações e construir uma nova sede para a SPH, dentro da área portuária de aproximadamente 1.300m² no Cais Navegantes.	Capacidade operacional ampliada	t	400.000
Sinalização náutica das hidrovias	SPH	Adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando trafegabilidade segura 24 horas ao dia de embarcações de cargas e passageiros, atendendo aos requisitos da Copa 2014.	Distância sinalizada	km	262,5

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Mais terra, mais alimento	IRGA	Fomentar a aquisição de terras pelos agricultores de forma individual ou coletiva (até 50 hectares).	Agricultor beneficiado	unidade	125
Orizicultura e sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de granizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Análise de sementes de arroz realizada	unidade	9.600
			Atendimento realizado no esritório e no campo	unidade	12.672
			Evento para divulgação de uso alternativo e aumento do consumo realizado	unidade	12
			Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	48
			Infraestrutura para secagem e armazenamento de grãos na propriedade rural implantada	unidade	108

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	2
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	1
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	8
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	4
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	8
			Gestor capacitado para ações de prevenção e resposta aos desastres ambientais	unidade	7

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	59.200
Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	36.205
			Trabalhador colocado	unidade	24.137
			Trabalhador inscrito	unidade	107.857
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Expansão da mineração do carvão	CRM	Implantar as Minas de Candiota 2, Candiota 3, Candiota 4 e Mina do Iruí em função do sucesso de empreendimentos termoeletrônicos associados a estas unidades mineiras no Leilão A - 5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados.	Mina de Candiota 2 implantada	%	100
			Mina de Candiota 3 implantada	%	100
			Mina de Candiota 4 implantada	%	100

Caderno de Regionalização

Implantação de planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco na mina de Candiota	CRM	Elaborar projeto, construir e colocar em marcha uma planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco na Mina de Candiota, com a finalidade de avaliar a viabilidade técnica e econômico-financeira de reduzir o teor de enxofre e aumentar o poder calorífico do carvão da Jazida de Candiota.	Planta-piloto implantada	%	100
Produção de Carvão CE - 3.300 na Mina de Candiota	CRM	Produzir carvão mineral com poder calorífico de 3.300 kcal/kg, na Mina de Candiota, para abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici (UPME) da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, para as fases A, B e C (Candiota III).	Carvão mineral energético nacional produzido	t	3.300.000
Realização de estudo de viabilidade técnica e econômico-financeiro com dados da planta-piloto	CRM	Realizar pesquisa e desenvolvimento com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica e econômico-financeira de reduzir o teor de enxofre e aumentar o poder calorífico do carvão da Jazida de Candiota.	Estudo realizado	%	100

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	32.000
Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	1.000

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	1
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	440

Caderno de Regionalização

Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	255
---	-------	--	---------------------------------------	---------	-----

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Estaduais	SDPI	Incentivar investimentos em empreendimentos industriais por intermédio da disponibilização de terrenos com infraestrutura, para aquisição por empresas a preços subvencionados em áreas e/ou distritos industriais de propriedade do Estado.	Distrito industrial apoiado - benfeitorias e manutenção	unidade	1
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	4
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	4

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	4
			Amostra de semente analisada nos Laboratórios do IRGA	unidade	11.224
			Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	4
			Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	12
			Ensaio de campo para qualificação de pesquisa nas várzeas realizado	unidade	140
			Saca (40kg) de semente certificada	unidade	1.440.000
			Saca (40kg) de semente produzida	unidade	16.400

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	69

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	260.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	12
			Kit pericial adquirido	unidade	60

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional			
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	12			
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	12			
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8			
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	20			
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	20			
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8			
			Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.	Pessoa com deficiência/pessoa com altas habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	820
			Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
						Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
						Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	2

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno	SETUR	Desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.	Projeto desenvolvido	unidade	2
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	3
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	7
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	7
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	7

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	SOP	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alagado das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de árvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	Barragem do Passo da Ferraria construída (PAC 2)	%	100
			Barragem do Passo da Ferraria projetada (PAC 2)	%	100
			Canal da barragem do Arroio Jaguari construído (PAC 2)	%	100
			Canal da barragem do Arroio Jaguari projetado (PAC 2)	%	100
			Canal da barragem do Arroio Taquarembó construído (PAC 2)	%	100
			Canal da barragem do Arroio Taquarembó projetado (PAC 2)	%	100

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação com os órgãos federais e organismos internacionais para captação de recursos	GVG	Realizar reuniões com órgãos do governo, instituições financeiras e organismos internacionais, bem como contratar consultoria para a obtenção de parecer e acompanhamento técnico visando à captação de recursos para financiamento de projetos.	Ação articulada	unidade	21
Divulgação das ações de governo	GVG	Divulgar as ações de governo e informar aos pequenos e médios investidores sobre as fontes de recursos disponíveis, por meio de material informativo.	Cartilha distribuída	unidade	2.000
			Panfleto distribuído	unidade	20.000
Implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	GVG	Realizar Seminários envolvendo as comunidades locais juntamente com as esferas governamentais, de forma a reduzir as desigualdades regionais.	Seminário realizado	unidade	1
Realização de eventos nas regiões deprimidas	GVG	Realizar reuniões nas regiões deprimidas, com participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, objetivando definir estratégias e articulações necessárias à concretização dos projetos.	Evento realizado	unidade	18

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	700
			Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	2
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e instituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	2
			Programa Setorial implementado	unidade	1
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	4
			APL com coordenação capacitada	unidade	3
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	160
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	3

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	2

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Orizicultura e sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Atendimento realizado no esrítório e no campo	unidade	632
			Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	8

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao turismo das cidades históricas - Epopéia Farroupilha e Missões	SETUR	Apoiar financeiramente o Turismo como atividade geradora de renda, de forma a promover o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuam potencial turístico ligado à identidade e história farroupilha e missioneira.	Convênio firmado	unidade	4
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	10
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	4
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	8

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	59.200
Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	27.154
			Trabalhador colocado	unidade	21.119
			Trabalhador inscrito	unidade	94.374
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	28.000
Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	875

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	1
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	440
			Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	255

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	14
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	4

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	4

Caderno de Regionalização

Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	4
			Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	4

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	191

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	200.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	16
			Kit pericial adquirido	unidade	60

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	32
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	8
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	40
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	76
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8

Caderno de Regionalização

Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.	Pessoa com deficiência/pessoa com altas habilidades atendida em serviço referência da FADERS	unidade	820
Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
			Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
			Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	4
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	2
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	2
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	5

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação com os órgãos federais e organismos internacionais para captação de recursos	GVG	Realizar reuniões com órgãos do governo, instituições financeiras e organismos internacionais, bem como contratar consultoria para a obtenção de parecer e acompanhamento técnico visando à captação de recursos para financiamento de projetos.	Ação articulada	unidade	103
Divulgação das ações de governo	GVG	Divulgar as ações de governo e informar aos pequenos e médios investidores sobre as fontes de recursos disponíveis, por meio de material informativo.	Cartilha distribuída Panfleto distribuído	unidade unidade	4.000 40.000
Implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	GVG	Realizar Seminários envolvendo as comunidades locais juntamente com as esferas governamentais, de forma a reduzir as desigualdades regionais.	Seminário realizado	unidade	2
Realização de eventos nas regiões deprimidas	GVG	Realizar reuniões nas regiões deprimidas, com participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, objetivando definir estratégias e articulações necessárias à concretização dos projetos.	Evento realizado	unidade	30

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	700
			Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	3
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e instituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	2
			Programa Setorial implementado	unidade	2
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	8
			APL com coordenação capacitada	unidade	2
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	160
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	2

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Manutenção dos aeroportos	SEINFRA	Manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços.	Aeroporto mantido	unidade	3
Modernização dos aeroportos do Estado	SEINFRA	Contratar projetos para aeroportos regionais ou internacionais novos ou existentes e consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros, para a realização no Rio Grande do Sul de grandes eventos como a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.	Aeroporto modernizado	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CADEIAS PRODUTIVAS E FOMENTO AGROPECUÁRIO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Mais terra, mais alimento	IRGA	Fomentar a aquisição de terras pelos agricultores de forma individual ou coletiva (até 50 hectares).	Agricultor beneficiado	unidade	400
Orizicultura e sustentabilidade	IRGA	Difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em várzea e para planejamento e gestão da atividade rural; executar a fiscalização da produção e certificação de sementes; implantar um centro de excelência em política setorial para levantamento de dados estatísticos, análise de mercado e mecanismos de políticas pública; realizar prestação de serviços, análise de sementes de arroz; fazer o ressarcimento por danos à lavoura, ocorridos por queda de grânizo; recuperar e ampliar a capacidade de secagem e armazenagem das instalações do IRGA (Cachoeira do Sul e Palmares do Sul); apoiar a implementação de infraestrutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural; fomentar os usos alternativos do arroz e realizar campanhas para o aumento do consumo; implantar o sistema de georeferenciamento com monitoramento dos dados das áreas cultivadas com arroz; implementar e ampliar reservatórios de água para usos múltiplos sob gestão pública e/ou PPP; apoiar o processo de transição agroecológica do cultivo do arroz; fomentar o cultivo de outras culturas alternativas para terras baixas.	Análise de sementes de arroz realizada	unidade	4.800
			Atendimento realizado no esritório e no campo	unidade	18.420
			Capacidade de armazenamento recuperada e ampliada	t	8.000
			Evento para divulgação de uso alternativo e aumento do consumo realizado	unidade	16
			Implementação/ampliação, sob gestão pública e/ou PPP, de reservatórios de água para usos múltiplos e sistemas de irrigação e drenagem	unidade	24
Infraestutura para secagem e armazenagem de grãos na propriedade rural implantada	unidade	564			

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	1
Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho	SETUR	Desenvolver projetos para construção e implementação de estruturas e equipamentos, além da melhoria do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento do turismo náutico.	Projeto desenvolvido	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido	unidade	12
			Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	2
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	4

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	59.200
Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	54.308
			Trabalhador colocado	unidade	12.068
			Trabalhador inscrito	unidade	53.928
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	Volume de gás natural comercializado	m3/d	1.646

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Nordeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	32.000
Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	950

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	1
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	370
			Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	220

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	14
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	5

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA AGROPECUÁRIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Pesquisa para a orizicultura	IRGA	Modernizar e qualificar as estruturas de pesquisa agrícola nas várzeas do RS; desenvolver e avaliar cultivares e sistemas de produção de arroz; produzir sementes; controlar a qualidade das sementes básicas (cultivares do IRGA), produzidas no sistema de cooperantes; certificar os campos de produção de sementes de arroz; monitorar a qualidade das sementes utilizadas no Estado; monitorar a qualidade da água e do solo e a biodiversidade da lavoura; realizar pesquisa sobre arroz agroecológico e orgânico.	Ação de fomento à adequação ambiental da lavoura e da propriedade realizada	unidade	4
			Amostra de semente analisada nos Laboratórios do IRGA	unidade	5.620
			Avaliação da qualidade da água, solo e biodiversidade da lavoura e componentes da paisagem realizada	unidade	4
			Avaliação realizada no Sistema ILAP	unidade	4
			Ensaio de campo para qualificação de pesquisa nas várzeas realizado	unidade	140
			Saca (40kg) de semente certificada	unidade	612.000
			Saca (40kg) de semente produzida	unidade	16.000

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	146

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	240.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	8
			Kit pericial adquirido	unidade	40

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	28
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	8
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	40
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	49
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8
			Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.
Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
			Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
			Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno	SETUR	Desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.	Projeto desenvolvido	unidade	1
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	3

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	1
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	1
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	<p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa.</p> <p>Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.</p>	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	SOP	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alagado das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de árvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	Barragem do Rio Soturno construída (PAC 2)	%	100
			Barragem do Rio Soturno projetada (PAC 2)	%	100
			Barragem e canais do Rio São Sepé construídos (PAC 2)	%	100
			Barragem e canais do Rio São Sepé projetados (PAC 2)	%	100

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	700
			Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	2
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e insituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	1
			Programa Setorial implementado	unidade	2
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	4
			APL com coordenação capacitada	unidade	1
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	160
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de estudos técnicos e licenciamentos de obras de dragagem e manutenção das hidrovias	SPH	Elaborar estudos e projetos de impacto ambiental dos Portos e Hidrovias, e licenciamento ambiental das obras de dragagem de manutenção das hidrovias - Lagoa dos Patos, Guaíba, Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí. Contratar estudos de viabilidade econômica para o Porto de São Leopoldo e aumentar o calado nos canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre.	Projeto aprovado e licenciado	unidade	1
Reestruturação administrativa e operacional	SPH	Ampliar as atividades de carga e descarga de manufaturados e insumos consumidos e/ou produzidos pela economia do Estado, através da construção de 600 metros de instalações de acostagem no Porto de Porto Alegre e de duas novas plataformas, inferior e superior, de acostagem, medindo 30x70 metros cada, para conclusão do projeto elaborado pelo batalhão ferroviário no Porto de Cachoeira do Sul. Adquirir 3 guindastes elétricos para o Porto de Porto Alegre, 25 conjuntos de defensas e construir/ampliar linhas férreas para guindastes para os Portos de Porto Alegre e Pelotas, além de modernizar o parque de embarcações da SPH, através de novas aquisições e recuperação das embarcações. Concluir as obras de implantação do novo plano inclinado do Estaleiro Naval de Triunfo, destinado à manutenção preventiva e corretiva das embarcações e construir uma nova sede para a SPH, dentro da área portuária de aproximadamente 1.300m² no Cais Navegantes.	Cais construído - Cachoeira do Sul	m3	4.200

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres	SPM	Apoiar a criação de organismos municipais de políticas para as mulheres; apoiar a criação de conselhos municipais de políticas para as mulheres; criar e manter o fórum estadual de gestoras de políticas para as mulheres; criar fóruns regionais de políticas para as mulheres, em que participem as entidades, sociedade civil, gestoras e movimentos, dentre outros.	Fórum regional de políticas para mulheres criado	unidade	2

PROGRAMA: CONHEÇA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo - Produção associada ao Turismo	SETUR	Formatar, implementar e apoiar os planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.	Projeto implantado	unidade	1
Consolidação do Turismo Rural Gaúcho	SETUR	Ordenar o segmento do turismo rural nas regiões turísticas, implementando projetos de qualificação da oferta turística, melhoria da infraestrutura e serviços públicos e promoção e comercialização dos destinos-referência neste segmento.	Roteiro turístico qualificado	unidade	2
Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas	SETUR	Desenvolver estratégia de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.	Projeto de intercâmbio implementado	unidade	4

PROGRAMA: DEFESA CIVIL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado	CM	Aparelhar a Defesa Civil com equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para atuação preventiva e de resposta em situações de emergência.	Equipamento de Proteção Individual adquirido Veículo adaptado para as atividades da Defesa Civil	unidade	6 2
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários	CM	Capacitar os gestores estaduais da CEDEC e os Coordenadores Municipais, bem como o Corpo de Voluntários da Defesa Civil, para ações de prevenção e respostas a desastres climáticos.	Curso de capacitação em Defesa Civil realizado	unidade	4

PROGRAMA: EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fortalecimento e Ampliação das Comissões de Emprego	STDS	Desenvolver atividades de formação, apoio técnico e a revitalização das Comissões de Emprego: fóruns; seminários e cadastro.	Pessoa qualificada	unidade	400
Habilitação do Trabalhador ao Recebimento do Seguro-Desemprego	FGTAS	Encaminhar o benefício do Seguro-Desemprego, promovendo a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, dispensado sem justa causa, buscando a sua recolocação no mercado de trabalho, bem como sua inserção em cursos de qualificação profissional e, ao pescador artesanal, na época do defeso.	Trabalhador beneficiado	unidade	148.000

Caderno de Regionalização

Intermediação de Emprego Formal no Mercado de Trabalho	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da captação de vagas junto a empresas, fazendo pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Emitir a Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realizar seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do Informe PED. A intermediação é realizada a partir do sistema informatizado Mais Emprego, do MTE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informação sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira de trabalho emitida	unidade	81.461
			Trabalhador colocado	unidade	51.291
			Trabalhador inscrito	unidade	229.195
Jovem Aprendiz	STDS	Promover a qualificação e incentivar a participação de jovens, com a cooperação, no âmbito público-privado, para o cumprimento da Lei da Aprendizagem, incentivados pela Lei da Solidariedade, mediante cursos de capacitação e a realização de seminários de sensibilização com o empresariado do RS, objetivando a inserção destes jovens no mercado de trabalho.	Seminário realizado	unidade	4

PROGRAMA: ENERGIA PARA O RIO GRANDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado	SULGÁS	Expandir a rede física de gasodutos, considerando todos os diâmetros e tipos de material (aço e polietileno de alta densidade - PEAD); ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida - Gás Natural Comprimido (GNC) - a regiões afastadas da rede de distribuição; e desenvolver o mercado de Biogás, a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta. Projetos envolvidos: Ramal Guaíba - 2011/2012; Ramal Araricá - 2011/2013; Saturação das redes existentes AÇO e PEAD; Macrocélulas de Porto Alegre; Macrocélulas no interior; Projetos Estruturantes (modal Gás Natural Comprimido - GNC); Ramal Minas do Leão/Charqueadas (Biogás), entre outros.	Rede de distribuição de gás natural expandida	km	51
			Volume de gás natural comercializado	m3/d	2.100

PROGRAMA: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA E GABINETE DIGITAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação do Programa RS Mais Igual	CC	Coordenar o Programa RS Mais Igual, que tem por objetivo a erradicação da pobreza extrema no Estado, através do fortalecimento da capacidade produtiva do indivíduo e do desenvolvimento da economia solidária como uma perspectiva estratégica para a construção de um modelo de desenvolvimento da cidadania, que articula práticas de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, visando ampliar a renda e a qualidade de vida das famílias.	Encontro Regional realizado: Noroeste Colonial, Central, Sul, Médio Alto Uruguai, Porto Alegre e Região Metropolitana (dois encontros por região)	unidade	4

PROGRAMA: GESTÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação da Rede de Proteção Social a Famílias	STDS	Ampliar e cofinanciar a Rede de Proteção Social, Básica e Especial, de média e alta complexidade, constituída pelos serviços e benefícios executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), implantados nos municípios, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade social (esta Ação prioritária integra o Programa RS Mais Igual).	Família atendida nos CRAS	unidade	40.000
Coordenação da Política de Assistência Social	STDS	Apoiar tecnicamente, capacitar e assessorar os municípios para implantar e implementar a política de Assistência Social de acordo com a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Pessoa qualificada	unidade	1.100

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO ACADÊMICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Integração entre a Educação Básica e a Educação Superior, Inclusão Digital e Atenção Social	UERGS	Realizar estudos adicionais aos estudantes da Educação Básica para melhorar o seu nível de formação, mediante a atuação de acadêmicos dos cursos da UERGS em atividades de ensino, pesquisa e extensão, como forma de qualificar o graduando; manter um serviço de estudos de nivelamento para os acadêmicos regulares nas Unidades Universitárias, com vistas à melhoria do seu desenvolvimento acadêmico; ampliar serviços de formação e acesso aos meios de informação eletrônicos; promover serviços de atenção ao público em situação de fragilidade social.	Ponto de acesso público a ambiente multimeios implantado	unidade	1
Promoção Acadêmica e Assistência Socioeconômica	UERGS	Criar programas de promoção nas atividades de ensino, pesquisa e extensão para os acadêmicos regularmente matriculados e serviços complementares de assistência socioeconômica aos acadêmicos hipossuficientes e com deficiência física.	Bolsa de Ação Afirmativa concedida	unidade	590
			Bolsa de Promoção Acadêmica concedida	unidade	330

PROGRAMA: INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio às Áreas e/ou Distritos Industriais Municipais	SDPI	Apoiar e assessorar a estruturação de áreas e/ou distritos industriais municipais.	Área / Distrito industrial municipal apoiado	unidade	18
			Área / distrito industrial municipal assessorado	unidade	6

PROGRAMA: PLANEJAMENTO E GESTÃO COM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Sistema Estadual de Participação Cidadã	SEPLAG	Implantar o Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã que propicie um novo modelo de relação estado-sociedade, com a participação de todos os cidadãos, bem como a qualificação dos processos participativos através da coordenação dos diferentes atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, na melhoria do serviço público, na formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado, valorizando o Planejamento e que leve em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.	Evento realizado	unidade	271

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalizar as rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando à coleta e à produção da prova técnica processual, e à confiabilidade dos processos de identificação e de emissão da cédula de identidade civil, bem como implementar projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade (RG) emitida	unidade	280.000
			Equipamento de TI adquirido	unidade	20
			Kit pericial adquirido	unidade	60

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA DE ACESSO E GARANTIA À UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação de Políticas Públicas na Garantia dos Direitos das PCD e PCAH/SD	FADERS	Articular políticas públicas de diferentes esferas governamentais, mediante coordenação do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH no RS. Promover o Compromisso Nacional pela Inclusão - Agenda Social, prestar assessoramento e capacitação permanente a gestores, agentes sociais e membros de conselhos de direitos e de controle social sobre políticas públicas.	Adesão municipal ao Compromisso Nacional pela Inclusão realizada	unidade	48
			Comitê gestor municipal do Compromisso Nacional pela Inclusão atuante	unidade	8
			Conselho municipal de direitos assessorado	unidade	8
			Gestor e agente social de políticas públicas capacitado	unidade	60
			Município sensibilizado ao Compromisso Nacional pela Inclusão	unidade	129
			Plenária do Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PCD e PCAH coordenada	unidade	8
			Atenção às pessoas com deficiência e às pessoas com altas habilidades/superdotação	FADERS	Prestar atendimento às pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação e a sua comunidade em caráter referencial ao desenvolvimento, produção e multiplicação de metodologias e conhecimentos.
Produção de conhecimento nas áreas da deficiência e das altas habilidades/superdotação	FADERS	Desenvolver estudos, pesquisas e metodologias no campo das deficiências e das altas habilidades/superdotação. Promover a formação continuada e a realização de cursos de capacitação para a atenção às deficiências e às altas habilidades/superdotação. Assessorar projetos desenvolvidos por órgãos públicos, empresas e entidades orientados à inclusão das PCD e PCAH/SD. Supervisionar estágios curriculares acadêmicos nas unidades de atendimento e serviços referenciais da FADERS. Produzir, desenvolver e disseminar material formativo e informativo.	Evento formativo realizado	unidade	4
			Pessoa capacitada para atenção à PCD e à PCAH	unidade	100
			Projeto/ação em órgão público/empresa/entidade assessorado	unidade	6

PROGRAMA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento do Ecoturismo em Parques Estaduais e Entorno	SETUR	Desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.	Projeto desenvolvido	unidade	1
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul	SETUR	Sistematizar informações que sirvam como instrumentos de planejamento, gestão e promoção dos destinos gaúchos; consolidar dados estatísticos, visando subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a proximidade da realização de eventos nos próximos anos, como Copa do Mundo e a Copa das Confederações; implantar projetos estadual de inventariação turística.	Município indutor inventariado	unidade	8

Caderno de Regionalização

Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber	SETUR	Articular e apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, prover infraestrutura turística e ações correlatas, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.	Centro de Informação Turística implantado	unidade	2
			Placa de Sinalização instalada	unidade	150
			Qualificação de Batalhão de Polícia Turística efetuado	unidade	2
Regionalização do Turismo	SETUR	Estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.	Gestor público capacitado	unidade	28
			Projeto de regionalização e segmentação do Turismo desenvolvido	unidade	4

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Garantia de Direitos Humanos e Promoção da Cidadania	SJDH	Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa, a fim de lhes facultar o resgate da autoestima e autonomia; conscientizar a sociedade para as questões do envelhecimento; capacitar os gestores públicos para a qualificação e multiplicação das ações que atendam aos direitos da pessoa idosa, especialmente os que atuam nas áreas de Saúde, Justiça, Segurança, Educação e Assistência Social; organizar os serviços em rede, ampliando o acesso e qualificando a prestação dos serviços; desenvolver estratégias de prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa. Promover políticas para a efetivação e defesa dos direitos humanos da população LGBTT, a fim de lhes facultar a livre expressão de sua orientação sexual; sensibilizar a sociedade para o respeito à diversidade, dando visibilidade às manifestações culturais que retratem a população LGBTT; prevenir e combater todas as formas de violação aos Direitos Humanos ligados à orientação sexual.	Centro Dia de Cuidado ao Idoso implantado	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Regionalização do Atendimento do PROCON	SJDH	Criar estruturas de atendimento nas regiões para levar o atendimento mais próximo das comunidades, com estruturas próprias ou através de parcerias com prefeituras e universidades regionais.	Regional implantada	unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gestão da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável	STDS	Coordenar a Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de ações de qualificação, apoio técnico e implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SISAN).	Seminário realizado	unidade	4

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais	SOP	Ampliar a área irrigada, beneficiando diversos municípios, principalmente os mais afetados, tanto pela seca, quanto pelas enchentes, pois as barragens além de proporcionarem um contínuo uso da água para a irrigação e regularização da vazão do leito do rio, evitam enchentes à jusante do barramento. Desenvolver projetos executivos de novas barragens a partir de um total de 23 estudos existentes não contemplados no PAC 2, e suas respectivas construções. Apoiar a operação inicial da distribuição da água de reservatórios e gerenciamento dos sistemas de distribuição para a continuidade da gestão e manutenção do sistema. Realizar compensação ambiental de áreas desmatadas pela área de alagado das barragens. através de aquisição de áreas de preservação permanente ou, do plantio de mudas de árvores específicas, atendendo orientações da FEPAM.	Barragem do Estancado construída (PAC 2)	%	100
			Barragem do Estancado projetada (PAC 2)	%	100

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, REGIONAL E MUNICIPAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Produção e qualificação de instrumentos para o planejamento e a gestão regional	METROPLAN	Produzir conhecimento necessário à implantação de um sistema de administração de dados georeferenciados, que permita a qualificando a gestão e simplificação das rotinas. A ação promoverá o implemento de seus objetivos através do desenvolvimento de trabalhos que envolverão a Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais para compartilhar da gestão regional, qualificando o espaço urbano e o meio ambiente.	Curso de Capacitação de Gestor Municipal Realizado	unidade	1
			Promoção Regional da Organização para o Planejamento Concluída	unidade	2

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL ESTRATÉGICO DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES REGIONAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Articulação com os órgãos federais e organismos internacionais para captação de recursos	GVG	Realizar reuniões com órgãos do governo, instituições financeiras e organismos internacionais, bem como contratar consultoria para a obtenção de parecer e acompanhamento técnico visando à captação de recursos para financiamento de projetos.	Ação articulada	unidade	252
Divulgação das ações de governo	GVG	Divulgar as ações de governo e informar aos pequenos e médios investidores sobre as fontes de recursos disponíveis, por meio de material informativo.	Cartilha distribuída	unidade	6.000
			Panfleto distribuído	unidade	60.000
Implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais	GVG	Realizar Seminários envolvendo as comunidades locais juntamente com as esferas governamentais, de forma a reduzir as desigualdades regionais.	Seminário realizado	unidade	3
Realização de eventos nas regiões deprimidas	GVG	Realizar reuniões nas regiões deprimidas, com participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, objetivando definir estratégias e articulações necessárias à concretização dos projetos.	Evento realizado	unidade	66

PROGRAMA: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Empresa atendida pela ação de Extensão Produtiva	unidade	700

Caderno de Regionalização

Extensão Produtiva	AGDI	Implantar Núcleos de Extensão Produtiva no Estado para capacitar pequenas e médias empresas do setor produtivo nas áreas de gestão, processos produtivos, estratégia competitiva e acesso a mercados, desenvolvimento tecnológico e de inovações. Para gestão do projeto estão previstas a implantação do Núcleo de Inteligência e Apoio à Gestão (NIAG) e dos Conselhos Consultivos Estadual e Regionais.	Núcleo de Extensão Produtiva implantado	unidade	2
Promoção do desenvolvimento de programas setoriais integrados	AGDI	Promover o desenvolvimento de setores produtivos da Nova Economia (semicondutores, saúde avançada, reciclagem, meio ambiente, entre outros) e tradicionais, considerados estratégicos e/ou prioritários para o RS, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento setoriais integrados por diversos órgãos de governo e instituições. Os planos visam a implementação de ações como: complementação de cadeias produtivas, qualificação profissional de trabalhadores para a indústria, aumento do fornecimento da indústria gaúcha instalada para novos investimentos, disponibilização de recursos para empresas, entre outras.	Ação Setorial implantada	unidade	2
			Programa Setorial implementado	unidade	2
Promoção e desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	AGDI	Fortalecer os APLs por meio da capacitação da governança, do apoio à elaboração de planos de desenvolvimento produtivo para aumento da competitividade, do estímulo à organização de empresas em APLs, do apoio à inovação, da formação de agendas para execução de ações transversais.	Ações setoriais apoiadas	unidade	8
			APL com coordenação capacitada	unidade	2
			Empresa beneficiada pelo apoio aos Projetos de Desenvolvimento	unidade	160
			Plano de Desenvolvimento Produtivo (PDP) apoiado	unidade	2

PROGRAMA: RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor	STDS	Realizar encontros regionais, envolvendo gestores municipais e ONGs, conselheiros e empresários, orientando sobre projetos sociais e correto uso da Lei da Solidariedade - ação direta e em rede.	Encontro regional realizado	unidade	4

PROGRAMA: TRANSPORTES MULTIMODAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Manutenção dos aeroportos	SEINFRA	Manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços.	Aeroporto mantido	unidade	3
Modernização dos aeroportos do Estado	SEINFRA	Contratar projetos para aeroportos regionais ou internacionais novos ou existentes e consultoria, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros, para a realização no Rio Grande do Sul de grandes eventos como a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.	Aeroporto modernizado	unidade	1

Caderno de Regionalização

PROGRAMA: VALORIZAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Interiorização da Perícia Médica	SARH	Interiorizar a perícia médica com vistas à redução dos deslocamentos de servidores e candidatos aprovados em concursos públicos para a realização das perícias.	Perícia Médica Interiorizada (convênio com Município)	unidade	6